Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Luciana Batista de Oliveira Cantalice

As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social

Rio de Janeiro
2013

Luciana Batista de Oliveira Cantalice

As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Profª Drª Mônica Maria Torres de Alencar

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C229 Cantalice, Luciana Batista de Oliveira.
As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social / Luciana Batista de Oliveira Cantalice. – 2013.
251 f.

Orientadora: Mônica Maria Torres de Alencar.
Tese (Doutorado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
.

1. Serviço Social – Teses. 2. Pós-modernismo – Teses. 3. Conheci mento –Teses. I. Alencar, Mônica Maria Torres de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Luciana Batista de Oliveira Cantalice

As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 03 de setembro de 2013.

Banca Examinadora:

_____

Profª Drª Mônica Maria Torres Alencar (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Profª Drª Maria Lúcia Duriguetto

Universidade Federal de Juiz de Fora

_____

Profª. Drª. Maria Rosângela Batistoni

Universidade Federal de São Paulo

_____

Prof. Dr. Rodrigo Castelo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Com muito amor,
dedico este trabalho
à minha família. Em minha
história, espaço de amor, de
solidariedade e de construção
de valores para um novo
mundo.

AGRADECIMENTOS

Cubram-me com sorrisos, que eu,
poeta, com flores, os bordarei na blusa amarela.
Maiakovski

Quando fui aprovada na seleção do doutorado no ano de 2009 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro uma amiga me disse: “o doutorado revoluciona a vida.” Naquele momento não fazia ideia da veracidade e da intensidade de tal afirmação, o que fui descobrindo a cada momento em que as experiências vividas no processo de doutoramento confrontavam a minha visão do mundo, as “verdades”, as “certezas”, os conhecimentos e as habilidades afirmadas até então.

No fechamento desse ciclo, ao apanhar o processo em sua complexidade, vejo como tanta coisa foi remexida, removida e reconstruída sobre novos tons e cores, agindo sobre o meu “ser-precisamente-assim no mundo”.

Por um lado, a síntese desse processo que “revoluciona a vida” traz em si um intenso processo de acúmulo e de amadurecimento teórico-político, o que abre um novo campo de possiblidades no âmbito da minha formação profissional e do exercício docente. E de outro, um revisitar-se profundo que altera a minha concepção do mundo e de mim mesma e com isso me reposiciona na vida social.

Processo intenso e extenso, afinal foram quatro anos de estudo e trabalho árduo construindo e partilhando conhecimentos, que perfizeram momentos de alegria e outros tantos de angústia, solidão e renúncia que só foram possíveis suportar devido à força, o carinho e a solidariedade da família e dos(as) amigos(as), aos(as) quais passo a agradecer nesse momento:

Aos meus pais Sevy e Luiz (*in memorian*) pela vida, pelo amor incondicional, pelo trabalho árduo que tornou possível os meus estudos e por todos os ensinamentos que me foram fundamentais;

Aos meus filhos que desde pequeninos aprenderam a ser solidários com as minhas necessidades, privei-os da minha presença, dos meus cuidados e da minha atenção por longos dias nesse doutorado. Mas, saibam nunca os privei do meu amor,

feroz, voraz, intermitente, latente, mesmo que distante cada passo que dei não o fiz sem tê-los perto do coração;

A Cantalice pela intermitente necessidade de reinventar o amor mesmo em tempos de tormenta e pela vontade de seguir adiante juntos; e, também, pelo leitor atento, crítico e propositivo que é, o que me possibilitou rever e qualificar muitas questões do presente trabalho;

Ao meu irmão Luciano pelos cuidados para comigo e para o atendimento das minhas necessidades. Fazendo tudo sempre no silêncio, como se quisesse se passar despercebido, mostrando, dessa forma, o quanto é generoso;

A minha cunhada Aila e aos meus sobrinhos Laila e Josuel pelo carinho e pelo apoio constante;

A minha orientadora Mônica Alencar pela seriedade, compromisso e dedicação sempre presentes no processo de orientação, sobretudo, pelo respeito e atenção as reflexões e demandas apresentadas por mim durante a elaboração desta tese;

A professora Mavi Rodrigues, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que assumiu a co-orientação do presente trabalho até o momento da qualificação, trazendo importantes contribuições ao processo de problematização teórico-metodológica do objeto de estudo;

As professoras e professores Maria Lúcia Duriguetto (UFJF), Rosângela Batistoni (UNIFESP), Ney Luiz Teixeira (UERJ) e Rodrigo Castelo (UNIRIO) que de forma solícita aceitaram compor a Banca Examinadora do presente trabalho;

As professoras e professores dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em especial, Elaine Behring, Marilda Iamamoto, Maria Ciavatta, Alba Castro, Silene Freire, José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho e Mauro Iasi pelos diálogos construídos em sala de aula;

Ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba pela concessão do meu afastamento integral das atividades docentes, tornando assim possível a realização deste doutorado;

A família Batista pela solidariedade e pela alegria imanente; em especial, agradeço aos meus tios Lourdes e Clóvis que abriram mão do silêncio e do sossego de seu lar para acolher-me nessa etapa final de produção da tese;

A família Cantalice, em especial, dona Terezinha, Marcelo e Luciene sempre tão solidárias(o) e crentes em minha capacidade;

A Tatiana Brettas por tantas partilhas e por uma amizade inscrita com força, admiração e amor;

A Mirla Cisne por tantas coisas vividas juntas e pela amizade sempre marcada pela solidariedade, pelo companheirismo, pela alegria, pelo carinho e pela admiração;

A Malu Duriguetto pelo encontro inesperado, mas “de emoção boa” como ela mesmo diz, pelo intenso cuidado e carinho nutridos nesses recentes anos de amizade e, em particular, pelas reflexões e diálogos travados na reta final desse trabalho;

A Marília Gurgel que me acolheu em seu lar durante minha estadia no Rio de Janeiro e que com seu carinho guarneceu meu coração tantas vezes aflito por estar longe dos meus filhos e do meu refúgio;

A Cláudia Gomes pelo carinho e apoio dado nesse momento crucial de término do doutorado e, sobretudo, pela possibilidade de um recomeço e da construção de uma sincera amizade;

A Lucas Bezerra, recém-chegado em minha vida, mas cuja presença e a importância são tão fortes em meu coração;

A Daniella Castilho pela amizade e pelas poesias partilhadas que nos provocam, inquietam e nos mobilizam ao mesmo tempo em que nos comovem profundamente;

As amigas Thelma Gurgel, Rivânia Moura e Sâmbara Paula pela amizade e pela força dada durante o processo do doutorado;

As amigas e amigos conquistados no doutorado pela partilha desse momento tão intenso e singular em nossas vidas: Rosário, Rodrigo, Solange, Simone, Ricardo e Roseli;

Aos amigos conquistados em terras cariocas que tornaram mais amenos os dias de uma paraibana na cidade maravilhosa: Giselle a “Gi”, Morena, Tainá, Sandra Teixeira, Alessandra Mendes, Júlia, Luana, Ivy Carvalho, Rodrigo Marcelino e Fernando Velozo;

As companheiras e companheiros da Consulta Popular da Paraíba pelo caminhar juntos na direção da construção de uma outra sociedade, pautada na liberdade e na emancipação, sem qualquer forma de opressão, exploração e autoritarismo;

A CAPES pelos vinte e quatro meses de bolsa concedidos durante o processo de doutoramento.

A propósito disto que se chama classe,
Paira o clamor dos oprimidos,
Rebenta a esperança, as possibilidades herdeiras.
A propósito disto que se chama exploração
Paira a vontade de lutar,
Inunda a terra de solidariedades.
A propósito disto que se chama emancipação
Pairam pálpebras douradas, auroras boreais,
Vibram e reverberam bramidos coloridos em dias de festa.
A propósito disto que se chama **luta**
Paira a ternura e a vontade de **não ceder,**
De compreender os inúmeros sinais mesmo diante das tormentas.
E esperar florescer gerânios outonais em cada casa.
A propósito disto que se chama liberdade
Paira o brilho nos olhos de cada ser humano,
A vontade e a força dos expropriados de virar a página e dizer não
Mesmo que para isso seja necessária à revolução.

Daniela Castilho

RESUMO

CANTALICE, L. B. O. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social.** 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

O presente trabalho consiste na análise acerca das **inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social.** Considerando, para tanto, a ampla disseminação das elaborações pós-modernas desde a configuração das transformações societárias ocorridas nas três últimas décadas do século XX. Diante de tal conjuntura a voga pós-moderna buscou transformar a crise do capitalismo que já se delineava desde os fins dos anos 1960 (mas que encontra na década subsequente o seu estopim) em uma crise da modernidade e com esta a decadência de projetos, valores, princípios e narrativas ligadas ao humanismo, ao historicismo e à razão dialética. E nesse sentido se colocando como uma visão de mundo inteligível e factível diante da falência do projeto emancipador da modernidade. O pós-moderno se constitui enquanto um campo heteróclito, difuso e extravagante de elaborações, porém, cuja tônica comum reverbera sobre a perspectiva de sua reprodução enquanto uma ideologia do e para o tempo presente. Ideologia que cumpre uma funcionalidade à reprodução social do projeto de dominação burguesa, haja vista seu conteúdo apolítico e neoconservador. O estudo foi realizado a partir de um conjunto de teses de doutorado defendidas nos primeiros cinco anos do século XXI, nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Objetivou levantar nesses trabalhos a incorporação e a assimilação das teses e dos autores do campo pós-moderno no âmbito dessa produção e com isso problematizar as inflexões desta à direção neoconservadora que o subjaz. Pesquisa que possibilitou elucidar: a presença desses extratos pós-modernos no interior da produção do Serviço Social, considerando o universo investigado; que essas inflexões se concentram no debate acerca do feminismo e do gênero, do trabalho e da comunicação e das redes digitais; que ocorrem, sobretudo, no tratamento das particularidades dos objetos; e que se dão em certa medida por falta de apropriação do método crítico dialético e da presença histórica do ecletismo no interior do Serviço Social. Constatações essas que remetem a confirmação da hipótese inicial do nosso trabalho, qual seja: se firma no interior da atual produção do conhecimento em Serviço Social inflexões pós-modernas que claramente firmam um campo de tensões com a direção social e estratégica assumida nos termos do atual projeto ético-político da profissão - com implicações nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas, ideo-culturais e técnico-operativas que o informam.

Palavras-chave: Pós-moderno. Produção do Conhecimento. Serviço Social.

ABSTRACT

CANTALICE, L. B. O. I **The inflections of the postmodern in the production of knowledge in Social Work.** 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The present work is the analysis about **the inflections of the postmodern in the production of knowledge in Social Work**. Considering, therefore, the wide spread of elaborations postmodern from the setting of societal transformations that have occurred in the last three decades of the twentieth century. Faced with this situation the fashionable postmodern aimed to transform the crisis of capitalism that already outlined since the late 1960s (but which is in the decade following its trigger) in a crisis of modernity and decadence with this project, values principles and narratives related to humanism, historicism and dialectical reason. And accordingly posing as a worldview intelligible and feasible given the failure of emancipatory project of modernity. Postmodernism is constituted as a field heteroclite, diffuse and extravagant elaborations, but whose common tonic reverberates about the prospect of its reproduction as an ideology of and for the present time. Ideology that fulfills a functionality to social reproduction of bourgeois domination project, given its content apolitical and neoconservative. The study was carried out from a set of doctoral theses defended in the first five years of the century, in the Graduate Programs in Social Work at the Federal University of Pernambuco (UFPE), State University of Rio de Janeiro (UERJ) , Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) and the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUC-RS). Aimed to raise these works the incorporation and assimilation of theses and author of the postmodern camp within this literature and discuss it with the inflections of this the direction that underlies neoconservative. Research that elucidate possible: the presence of these extracts postmodern inside the production of Social Work, considering the subjects studied and these inflections are concentrated in the debate about feminism and gender, work and communication and digital networks, which occur mainly in the treatment of the peculiarities of the objects, and which give to some extent by lack of ownership of the critical method of dialectical and historical presence of eclecticism within the Social Services. That refer to these findings confirm the initial hypothesis of our work, which is: if firm within the current production of knowledge in Social inflections postmodern clearly sign a stress field with the direction and strategic social commitment under the current ethical-political project of the profession - with implications for theoretical-methodological, ethical and political, ideo-cultural and technical-operative that inform.

Keywords: Postmodern. Production of Knowledge. Social Services.

RÉSUMÉ

CANTALICE, L. B. O. I **Les inflexions du postmoderne dans la production de connaissances en Travail Social.** 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Le présent ouvrage est l'analyse sur **les inflexions du postmoderne dans la production de connaissances en Travail Social.** Considérant, en conséquence, la large diffusion des élaborations postmodernes de la création de transformations sociales qui ont eu lieu au cours des trois dernières décennies du XXe siècle. Face à cette situation, le mode postmoderne qui vise à transformer la crise du capitalisme qui a déjà été expliqué depuis la fin des années 1960 (mais qui est dans la décennie qui a suivi son déclenchement) dans une crise de la modernité et de la décadence de ce projet, des valeurs principes et explications relatives à l'humanisme, l'historicisme et de la raison dialectique. Et en conséquence se présentant comme un intelligible vision du monde et faisable étant donné l'échec d'un projet émancipateur de la modernité. Le postmodernisme est constitué comme hétéroclite de terrain, élaborations diffuses et extravagant, mais dont la tonique commun se répercute sur la perspective de sa reproduction en tant qu'idéologie et pour le temps présent. Idéologie qui remplit une fonction de reproduction sociale du projet de domination de la bourgeoisie, étant donné son contenu apolitique et néoconservateur. L'étude a été réalisée à partir d'un ensemble de thèses de doctorat défendue au cours des cinq premières années du siècle, dans les programmes d'études supérieures en travail social à l'Université fédérale de Pernambuco (UFPE), Université d'Etat de Rio de Janeiro (UERJ), Université fédérale de Rio de Janeiro (UFRJ), l'Université pontificale catholique de São Paulo (PUC-SP) et l'Université pontificale catholique de Rio Grande do Sul (PUC-RS). Destiné à sensibiliser ces œuvres l'intégration et l'assimilation des thèses et auteur du camp postmoderne au sein de cette littérature et en discuter avec les inflexions de cette direction qui sous-tend néoconservateurs. La recherche qui élucider possible: la présence de ces extraits postmodernes dans la production de travail social, compte tenu des sujets étudiés et ces inflexions sont concentrés dans le débat sur le féminisme et le sexe, le travail, la communication et les réseaux numériques, qui se produire principalement dans le traitement des particularités des objets, et qui donnent une certaine mesure par le manque d'appropriation de la méthode critique de la présence dialectique et historique de l'éclectisme dans les services sociaux. Qui se réfèrent à ces résultats confirment l'hypothèse de départ de notre travail, qui est la suivante: si l'entreprise au sein de la production des connaissances dans inflexions sociale postmoderne signer clairement un champ de contraintes avec la direction et l'engagement social stratégique dans le cadre du cours projet éthico-politique de la profession - avec des implications pour théoriques et méthodologiques, éthiques et politiques, idéo-culturel et technique opératoire qui en informer.

Mots-clés: Postmoderne. La production de connaissances. Services sociaux.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 Distribuição dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil no ano 2012.....133
Quadro 02 Distribuição dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil no ano 2012.....138
Tabela 01 Distribuição das Teses Analisadas por Temática no ano 2012.....143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
DEM – Democratas
DRU – Desvinculação de Receitas da União
EMESCAN – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
FMI – Fundo Monetário Internacional
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
LOAS – Lei Orgânica da Assistência
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NTIC – Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação
PNPG – Plano Nacional de Pós-graduação
PFL – Partido da Frente Liberal
PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UCP – Universidade Católica de Pelotas
UCSAL – Universidade Católica de Salvador
UCSUL – Universidade Cruzeiro do Sul
UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....16

1 **O QUADRO TEÓRICO-POLÍTICO DE ANÁLISE DO PÓS-MODERNO** 24

1.1 **Mediações Sócio-históricas do Pós-moderno**.....24

1.2 **O Pós-moderno como ideologia**.....41

1.2.1 O Pós-moderno enquanto ideologia, ideologia como forma de consciência.....49

1.3 **A incorporação das ideias pós-modernas na particularidade brasileira**.....65

2 **O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NUMA PERPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA**.....83

2.1 **Da origem à integração da profissão ao projeto de modernização conservadora**.....83

2.2 **O processo de renovação do Serviço Social: a revisão crítica da profissão**.....97

2.3 **A ordem regressiva e a iminência pós-moderna no interior do Serviço Social**.....107

2.4 **A consolidação da Pós-graduação e a Produção do Conhecimento em Serviço Social**.....121

3 **INCIDÊNCIAS PÓS-MODERNAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DAS TEMÁTICAS, MÉTODOS, CATEGORIAS E REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS DAS TESES ANALISADAS**.....132

3.1 **Considerações Metodológicas acerca da Pesquisa**.....132

3.2 **As Análises das Inflexões Pós-modernas a partir das temáticas**.....143

3.3 **As Análises das Inflexões Pós-modernas a partir dos métodos**.....163

3.4 **As Análises das Inflexões Pós-modernas a partir das categorias de análise**.....183

3.5 **As Análises das Inflexões Pós-modernas a partir das referências bibliográficas**.....190

SÍNTESES CONCLUSIVAS: O PÓS-MODERNO ENQUANTO COMPLEXO E O SIGNIFICADO SÓCIO-POLÍTICO DE SUAS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL.....210

REFERÊNCIAS.....236

APÊNDICE.....250

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as **Incidências do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social,** mediante a apresentação e análise dos dados levantados em pesquisa bibliográfica realizada junto ao conjunto de teses de doutorado defendidas entre os anos 2001 e 2005 em Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil**.**

Tal pesquisa se justificou, em virtude de partirmos de um pressuposto de análise que se centrou na afirmação de que extratos da ideologia pós-moderna estariam sendo assimilados e incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social. Já que é possível identificar, nesse âmbito, a recorrência a teses, autores, obras e conceitos legatários do discurso pós-moderno, bem como a adoção desse conjunto de elaborações como recorte teórico-metodológico "inteligível e factível" de análise da realidade.

Cabe esclarecer que o nosso objetivo no presente trabalho não foi classificar as teses analisadas em pós-modernas ou não pós-modernas. Sobretudo, porque como poderíamos definir uma tese pós-moderna: aquela cujo referencial teórico-metodológico é pós-moderno? Aquela que incorre sobre a entronização do ecletismo pela via do relativismo metodológico ou da transgressão metodológica? Ou ainda: aquela que em favor do epistemologismo "interdita" a análise do real concreto? Seria pós-moderna aquela tese que enveredasse por um desses caminhos ou seria preciso incorrer sobre todos eles? É possível se observar que tal classificação não seria nem fácil e nem justa. E mais: isso invisibilizaria aqueles trabalhos que se autoproclamam marxistas (pretensamente pautados no materialismo histórico dialético), mas que na verdade assimilam em suas análises extratos do movimento intelectual pós-moderno. Também não queremos afirmar que o simples fato de utilizar, mencionar ou referenciar tais elementos torna uma produção pós-moderna, mas que a associação desses elementos como perspectiva de análise teórico-metodológica da realidade social consubstancia inflexões da produção do conhecimento na direção do pós-moderno, ou seja, incidem sobre inclinações ou modulações dessa produção em torno do fluxo neoconservador proveniente da regressiva sociocultural, operada nos termos do processo de decadência ideológica e de mais uma crise do capital.

O que pode ser observado quando a substância dessas inflexões incorre fundamentalmente sobre: a desontologização da vida social "validada" pela semiologização da realidade; a recusa à perspectiva da totalidade social em favor do "real" visto como um fluxo aleatório de fragmentos; a aceitação da imediaticidade mediante uma "supressão" da distinção entre aparência e essência; a transgressão metodológica – pautada no relativismo e na completa arbitrariedade; o "fim" das metanarrativas que substancialmente se ancora na perspectiva do anti-marxismo; e o neoirracionalismo que se pauta numa articulação entre o irracionalismo propriamente dito e a razão em sua acepção mais formal.

O pressuposto de nossa análise partiu da identificação, em nível exploratório, desses elementos pós-modernos em programas de disciplinas e no conteúdo das produções acadêmicas no âmbito de programas de pós-graduações em Serviço Social a que tivemos acesso[1].

Sabendo do alcance e da centralidade da produção do conhecimento em nível de pós-graduação no âmbito do Serviço Social, tanto para a formação quanto para o campo da prática profissional, é que nos propusemos a investigar **como**, **de que forma** e **em que medida** tem se dado a incidência dessas inflexões pós-modernas na bibliografia produzida no interior desses programas, analisando os contornos e os impactos nessa relação.

Para nós a assimilação da ideologia pós-moderna no âmbito da produção intelectual do Serviço Social gera uma tensão com a perspectiva crítico-analítica hegemônica na/da profissão – expressa nos termos de seu atual projeto ético-político profissional –, tendo em vista o caráter regressivo daquelas ideias. Tal tensão traz efeitos negativos ao campo da prática, já que a pós-graduação tem como tarefa fundamental, para além da formação de profissionais altamente qualificados, subsidiar com pesquisas, reflexões teóricas e metodológicas o referido campo da prática.

Necessário faz-se esclarecer que o nosso objetivo não é apontar para uma crise na formação e do projeto profissional, mas que a incorporação tanto acrítica e arbitrária quanto consciente da ideologia pós-moderna no interior do Serviço Social

---

[1] No caso dos programas das disciplinas refiro-me àqueles que fazem parte do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, ligado ao departamento ao qual estou vinculada. E no que se refere às produções acadêmicas aludidas tivemos acesso a um conjunto de trabalhos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da CAPES-CNPq, por ocasião da realização de uma pesquisa em torno da produção do conhecimento na área dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

pode significar em longo prazo um processo regressivo em termos de formação, projeto e consciência.

O nosso estudo buscou elucidar esse desafio que está posto e apontar elementos que subsidiem a não capitulação diante da voga pós-moderna, reafirmando a direção social e estratégica do atual projeto ético-político da profissão. Entendendo a necessidade radical de enfrentamento ao projeto de dominação-exploração-alienação do capital e das consequências nefastas ligadas a ele e que a nosso ver, no atual contexto, tem de se dar tanto de forma endógena quanto exógena à profissão.

Seguindo essa linha de análise procedemos: a verificação das tendências teórico-metodológicas assumidas na recente produção do conhecimento em Serviço Social de modo a identificar as que se coadunam com uma perspectiva crítico-analítica de leitura da vida social e as que se afiliam as tendências pós-modernas; a identificação dos extratos ídeo-teóricos contidos nessas produções; a apreensão das mediações sócio-históricas entre essa produção do conhecimento e a ordem regressiva pós-moderna; e a problematização da relação entre a produção intelectual do Serviço Social via os programas de pós-graduação e o fomento de subsídios teórico-políticos de enfrentamento ao neoconservadorismo pós-moderno no interior da profissão.

Considerando os procedimentos metodológicos que nortearam o nosso trabalho observamos que o método de análise não se limita a um conjunto de regras formais de análise externas ao objeto que se pesquisa e sim uma relação que nos permite apreender a sua dinâmica (NETTO, 1994), partindo dessa perspectiva adotamos como nosso método de análise o materialismo-histórico-dialético. Compreendendo que este se fundamenta na concepção de que os fenômenos da realidade não são partículas isoladas ou justapostas, mas sim, compõem um todo integrado e orgânico, que se define como uma totalidade concreta, processual e histórica.

Nessa direção, e para conhecermos determinado objeto de análise, é preciso compreendê-lo em toda a sua complexidade e processualidade, isto é, apreendendo-o a partir de sua dinâmica histórica, contraditória e movente, e a partir de sua relação com o todo. Assim, o conhecimento de algo demanda “[...] um processo de síntese que a razão teórica reproduz no plano do pensamento, ultrapassando as mediações,

que se interpõe entre o fenômeno e a essência, ou seja, entre o nível do imediato e do concreto (mediato)" (PONTES, 2002, p. 41).

Para nos aproximarmos do par categorial imediato-mediato que se manifesta na realidade por meio da tríade singular-particular-universal (momentos de abstração que devem encontrar as determinações e conexões no real), reproduzida no âmbito da razão dialética, vimos que o campo das mediações se constitui como o próprio processo de passagem entre o universal e o singular e vice-versa. Em que o "particular representa precisamente a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade" (LUKÁCS apud PONTES, 1989, p. 21).

A partir dessas afirmações assinalamos a relação dialética entre o processo de conhecimento e a própria realidade que, se apanhada, nos permitirá apreender os fenômenos da realidade como totalidades concretas, sem os riscos das armadilhas idealistas (PONTES, 2002). Portanto,

> O procedimento metodológico na perspectiva marxista consiste em "partir do empírico (os fatos), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao ponto de partida [...] Os 'fatos', a cada nova abordagem, se apresentam como produto de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas [...] A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, agarrando a história dos processos simultaneamente às particularidades internas (NETTO, 1992, p. 30).

Assim o eixo norteador de nossa pesquisa passa pela identificação e compreensão de como se processam as mediações entre a ideologia pós-moderna e suas inflexões particulares no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, de modo a identificar as tensões geradas com o atual projeto ético-político do Serviço Social.

Ademais, foi a partir do referido método que identificamos e construímos o nosso problema de pesquisa. Permitindo-nos destacar no desenvolvimento socio-histórico da profissão as suas mediações com o real e as diversas influências que balizaram o campo da formação e da prática profissionais e, de forma particular, observar a ameaça regressiva do pensamento pós-moderno na atualidade.

A nossa pesquisa contemplou uma interlocução entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com caráter crítico-analítico e de natureza essencialmente

qualitativa, haja vista que se trata de um estudo em torno da produção do conhecimento.

A escolha da pesquisa bibliográfica justificou-se à medida que o material da pesquisa se trata das teses produzidas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil, disponíveis nos bancos digitais de dissertações e teses dos respectivos Programas. O que nos possibilitou, dessa forma, analisar

> [...] uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas (GIL, 1999, p. 65).

A opção em delimitar tais fontes justificou-se pelo fato de que é no âmbito da produção do conhecimento que se expressa à extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social, cuja essência incide na perspectiva de captura do real e na articulação de estratégias para a prática profissional.

Por considerar a dimensão essencial de nossa análise, ou seja, sua natureza qualitativa é que não necessariamente teríamos que recorrer à amostragem estatística para garantir a sua representatividade. Entretanto, o universo de nossa pesquisa é composto de uma vasta conformação de elementos, tornando-se impossível considerá-los em sua totalidade. A partir dos dados da CAPES/CNPq (2012) foi possível identificar 31 (trinta e um) cursos de pós-graduação no país vinculados a área de Serviço Social, porém, sendo 20 (vinte) destes especificamente de Serviço Social, 10 (dez) deles ligados às Políticas Públicas e Sociais e 01 (um) de Desenvolvimento Regional. Considerando o recorte de nossa análise, isto é, o de analisar as teses defendidas no âmbito dos Programas de Pós-graduação de Serviço Social, tomamos como universo total da pesquisa os vinte Programas especificamente de Serviço Social. Nesse universo, identificamos que 11 (onze) dos programas possuem apenas o curso de mestrado e 09 (nove) deles dispõem de curso de mestrado e doutorado. Diante dessas informações iniciais levantadas foram criados alguns critérios para a definição da amostra da pesquisa:

Quanto ao material da pesquisa: foram analisadas apenas as teses de doutorado tendo em vista o fato de que, em geral, é nesse tipo de produção que

encontramos uma maior complexidade e densidade teórico-analítica quanto tratamento dos seus objetos, assim, permitindo-nos identificar com maior amplitude os extratos ídeo-teóricos incorporados e suas tensões com os marcos do atual projeto profissional do Serviço Social; a abordagem tanto dos trabalhos na área do Serviço Social – Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional – onde se encontra presente a base do debate profissional -, quanto dos trabalhos na área das Políticas Sociais – um campo focalizado, fragmentário e heteróclito, onde as inflexões pós-modernas tem maior penetração; e, ainda, optamos em não delimitar *a priori* o conjunto de temáticas que analisaríamos dentre essas duas grandes áreas de concentração dos cursos, objetivando não pré-estabelecer que temáticas possuiriam uma maior probabilidade de inflexionar na direção do pós-moderno. Definição que só foi construída a partir dos dados que levantamos, ou seja, a própria realidade da produção do conhecimento em Serviço Social no universo pesquisado foi quem nos apresentou as temáticas sobre as quais incidiram uma maior concentração de inflexões pós-modernas em seu interior;

Quanto aos Programas a serem pesquisados: delimitamos como campo de nossa pesquisa os Programas de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Pernambuco, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tal seleção justificou-se pelo fato dos referidos Programas serem nacionalmente referenciados, possuírem cursos de doutorados já consolidados e com amplo acervo de teses já defendidas; além de considerarmos também a questão da distribuição desses programas por região, tendo em vista que – segundo os dados levantados em nossa pesquisa – temos 01 (um) Programa de Pós-graduação em Serviço Social que oferece o curso de doutorado no nordeste, 03 (três) no sul e 05 (cinco) no sudeste do país.

Quanto ao período de pesquisa: estabelecemos como período de nossa análise os primeiros cinco anos da primeira década do século XXI, por entendermos que este sinalizaria para uma reflexão mais acurada (nas teses de doutorado) acerca das intensas transformações ocorridas na década de 1990 e da ampla divulgação do pensamento pós-moderno, tanto no que concerne à realidade social, quanto nas possibilidades de sua extensão no interior da profissão.

No que se refere à análise das teses procedemos com uma leitura crítico-analítica do conteúdo dessas, buscando destacar a direção teórico-metodológica e ídeo-política que norteou: a problematização dos objetos de estudo; o recorte teórico-metodológico dos estudos; a delimitação das categorias centrais de análise; e o referencial bibliográfico utilizado. Para tanto, construímos uma ficha de leitura e de análise dos trabalhos (que consta no apêndice da presente tese), mediante a qual foi possível identificar e analisar os extratos ideo-teóricos pós-modernos subjacentes, de modo a iluminar as suas respectivas inflexões no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social.

Em termos estruturais o nosso trabalho foi organizado em parte externa (capa) e parte interna. Nesta última apresentamos os elementos pré-textuais, os elementos textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e os elementos pós-textuais (referências e apêndice).

No que concerne especificamente à parte do desenvolvimento do trabalho, construímos a sua apresentação em capítulos, obedecendo a seguinte organização:

- O primeiro capítulo, subdividido em três partes: onde, na primeira delas tratamos de expor o quadro teórico-político de análise, evidenciando as mediações sócio-históricas do pós-moderno, reconhecendo o seu fundamento objetivo e para tanto, inscrevendo-o no campo das transformações societárias processadas nas três últimas décadas do século XX; na segunda parte analisamos o pós-moderno como uma ideologia do capital no tempo presente, uma vez que seu discurso e a direção política e sócio-cultural que o subjaz é funcional à legitimação da manutenção e da reprodução da ordem capitalista; e na terceira e última parte problematizamos a incorporação das elaborações pós-modernas no Brasil, considerando as mediações desse processo com as particularidades sócio-históricas da formação do pensamento social brasileiro;
- O segundo capítulo, composto por quatro partes, onde desenvolvemos uma análise sócio-histórica do Serviço Social brasileiro, demarcando os diferentes contextos e respectivas influências teórico-metodológicas e ídeo-políticas que perpassaram a profissão ao longo de sua história e que permearam a produção de conhecimento no interior dela. Debatemos mediante uma subdivisão meramente didática, já que os diferentes momentos da profissão que discutiremos se articulam e interdependem dialeticamente entre si: da origem da profissão à sua integração ao

projeto de modernização conservadora capilarizado pela ditadura no país no pós-1964; o processo de renovação da profissão e a revisão crítica a ele associada; e a ordem regressiva e a iminência pós-moderna no interior da profissão; ainda sendo contemplada nesse capítulo a discussão acerca da consolidação da pós-graduação e da produção do conhecimento em Serviço Social – campo de nossa pesquisa.

- O terceiro capítulo, em sua primeira parte, aprofunda a discussão acerca dos procedimentos metodológicos da pesquisa e, nas partes subsequentes, apresenta os dados e as análises acerca da identificação das inflexões pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social no universo pesquisado. A disposição desses dados e análises seguiu a seguinte estruturação: na segunda parte são apresentadas as análises à luz das temáticas que configuraram o campo de discussão das teses analisadas; na terceira são apresentadas as análises acerca dos métodos apropriados nas teses que conduziram às análises dos respectivos objetos de estudo; na quarta as análises em torno das categorias centrais delimitadas nas teses é quem são expostas; na quinta, e última parte, elucidamos os dados relativos ao referencial bibliográfico adotado nos trabalhos analisados.

Ao final da tese apresentamos o que denominamos de sínteses conclusivas, nas quais apanhamos o pós-moderno enquanto complexo e, nessa medida, discutimos o significado sócio-político de suas inflexões na produção do conhecimento em Serviço Social.

1 O QUADRO TEÓRICO-POLÍTICO DE ANÁLISE DO PÓS-MODERNO

1.1 Mediações sócio-históricas do pós-moderno

> Um animal envelhecido fica mais perigoso e, quando ferido ou ameaçado, reage com ferocidade. A história sugere que uma ordem econômico-social senil não perde a truculência [...] Os elementos de barbárie que nos cercam devem aumentar.
> *Valério Arcary*[2]

Neste ponto, discutiremos o conjunto de determinações e conexões sócio-históricas do pós-moderno, com vistas a reconstruir a base ontológica sobre a qual se inscreve tal conjunto de ideias.

Essa perspectiva de análise nos conduz ao contexto das transformações societárias processadas nas três últimas décadas do século XX que vieram a sedimentar uma nova fase capitalista. Posto que como afirma Harvey (2005) a partir desse período registra-se nítidas modificações nos processos de trabalho, nos padrões de consumo, nas configurações geopolíticas[3] e nas práticas de Estado[4].

> É no curso da década de setenta que emergem, visivelmente, as transformações societárias que – embora já sinalizadas no decênio anterior – vão marcar os anos oitenta e noventa, revelando inflexões significativas no envolver da sociedade capitalista, inflexões de tal relevância que levaram muitos autores a equívocos na tentativa de caracterizar mais adequadamente seu estágio presente (NETTO, 2003, p. 89-90).

No plano econômico "[...] a sobreposição mundial da dinâmica financeira à produtiva e a definição de uma economia mundial [...]"; no plano geopolítico "fim da

---

[2] Em Arcary (2009, p. 05).

[3] Devido à sua natureza, o capital não "tolera" limites geográficos à sua expansão. Sua ascensão histórica levou à demolição das fronteiras regionais e à formação de grandes mercados nacionais, que serviram de alicerce para a criação do Estado Nacional Moderno. Entretanto, o capital pouco penetrou na esfera da produção antes de sua expansão remover também esses limites nacionais. Procurou criar um genuíno mercado mundial para todas as suas mercadorias [...] (MANDEL, 1982, p. 219). Com o colapso do socialismo real, penetrou em países antes anticapitalistas, adensando o processo de mundialização do capital.

[4] Nesse contexto, opera-se uma reforma do Estado reduzindo suas responsabilidades quanto à garantia da reprodução da força de trabalho e amplia-se suas funções (MANDEL, 1982) em relação à criação das condições gerais de produção, a repressão a qualquer ameaça das classes dominadas ao modo de produção e a garantia da ideologia da classe dominante como a ideologia de toda a sociedade.

bipolaridade, uma nova distribuição assimétrica do poder internacional, definindo uma ordem unipolar [...]"; no plano político ideológico "[...] convergência da doutrina político-ideológica neoliberal aceita por vários países do mundo, sobretudo e especialmente os da região da América do Sul" (GALIZIA, 2005, p. 21-22).

Partimos dessa leitura, por considerarmos que essas modificações ocorrem simultaneamente à disseminação de formas culturais pós-modernas, firmando-se teses de que há uma relação necessária entre estas últimas, a emersão do processo de flexibilização capitalista e um novo ciclo de "compressão do tempo-espaço" na vida social[5].

Apesar de terem processado alterações substanciais e, assim, inaugurado um novo estágio na história do capital, essas transformações não alteraram sua estrutura essencial: a produção de mais-valia, a acumulação de capitais, a superpopulação relativa, a substituição do trabalho vivo pelo morto e a transformação do valor da força de trabalho em salário[6] continuam intocadas. O que significa dizer que não há o surgimento de uma sociedade pós-industrial[7] ou pós-moderna e sim ideias pós-modernas que agem e se articulam com essas leis fundamentais do capital.

Para isso, tomaremos como premissa de nossa análise o que aponta Mandel (1982) ao afirmar que para se realizar qualquer análise marxista acerca do desenvolvimento histórico do capitalismo e mesmo em torno da sua fase contemporânea, é preciso reconstruir mediações fundamentais, como: a luta de classes, o papel do Estado burguês, a ideologia do capital, o comércio mundial e as formas predominantes dos superlucros.

Elementos esses essenciais que se articulam tanto no momento da produção quanto da reprodução social do capital. E que se põem no movimento das transformações societárias originadas na ordem da crise do capital dos anos 1970,

---

[5] No contexto dessas transformações ocorrem mudanças nas práticas político-econômicas – novas modalidades de organização capitalista - e nas práticas culturais que vem alterando, sobretudo, as experiências dominantes na relação espaço e tempo. Segundo Harvey (2005) o avanço tecnológico – em particular nas áreas da comunicação, informação e transporte – estabeleceu um padrão de eficiência e rapidez nas tomadas de decisão e na troca de informações que eliminou praticamente as distâncias e as fronteiras espaço-temporais no que tange a comunicação entre as pessoas e as transações financeiras entre as nações, que ocorrem em tempo real, desse modo, comprimindo o espaço em relação ao tempo e vice-versa.

[6] Essas leis fundamentais do capital são minuciosamente trabalhadas em: Marx, Karl. O Capital. Livro I Volume I e II. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

[7] Tese sustentada por Daniel Bell (1973) que aponta para as mudanças sofridas na economia capitalista a partir do esgotamento do fordismo/taylorismo, o que segundo ele incidiu no alargamento do setor de serviços em detrimento ao segmento industrial.

alavancada, por sua vez, pela recessão generalizada da economia capitalista internacional.

Para Marx (apud MANDEL, 1982) a produção social capitalista estrutura-se em um estado de “equilíbrio” (circunstancial). O que faz com que esse sistema que é baseado no valor de troca, no livre mercado, no descarte do valor de uso efetivo das mercadorias e na obtenção de lucro não resulte num caos permanente, pelo contrário, garanta nesse processo os elementos necessários à sua reprodução[8].

Todavia, a produção capitalista não está totalmente subordinada a essa noção de equilíbrio, na verdade ela mantém segundo Mandel (1982) uma relação dialética entre períodos de equilíbrio e desequilíbrio, sendo cada um a negação do outro. O que aponta para a suscetibilidade do capitalismo a crises, conforme Marx (1973 apud MANDEL, 1982), não só em decorrência do processo produtivo em si e suas arbitrariedades, mas também em virtude da discrepância entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento do consumo de massa - descompasso inerente à própria natureza do capital.

As condições de exploração direta e as de realizá-la não são idênticas: diferem não só no espaço e no tempo, mais ainda logicamente. As primeiras são limitadas apenas pela força produtiva da sociedade, e as últimas pela relação proporcional entre os vários ramos de produção e o poder de consumo da sociedade. Mas, essa relação não é determinada pelos potenciais de produção e de consumo, tomados em termos absolutos, mas pelo potencial de consumo baseado em condições antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande maioria da sociedade a um mínimo que varia dentro de limites mais ou menos estreitos. O potencial é, além disso, restringido pela tendência à acumulação, pela propensão a expandir o capital e produzir mais-valia numa escala ampliada (MARX, 1973 apud MANDEL,1982, p. 18).

Por conseguinte, as crises do capitalismo têm suas origens nas próprias leis internas desse modo de produção e respondem a um andamento cíclico, posto que essa produção traduz-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias e da produção de mais-valia, que corresponde, por sua vez, a um ciclo

---

[8] “Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir e nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (MARX, 2009, p. 661).

adicional de expansão e de contração na realização de mais-valia e na acumulação de capital – em ritmo, volume e proporção diferenciados. E são exatamente essas discrepâncias, entre a produção de mais-valia e sua realização e entre a realização da mais-valia e a acumulação de capital, que justificam as crises de superprodução.

Num movimento ascendente da acumulação do capital há tanto um acréscimo na massa quanto na taxa de lucros e um aumento tanto no volume quanto no ritmo da acumulação – processo de aceleração da acumulação. Já em um momento de crise cai o ritmo da acumulação do capital – processo de desaceleração da acumulação. E é desses processos de aceleração e de desaceleração da acumulação – ocorridos sucessivamente – que consistem nos respectivos ciclos econômicos.

Vale esclarecer que quando a aceleração da acumulação do capital atinge determinado ponto, incide a dificuldade de se manter a valorização da massa total de capital acumulado, como demonstra a queda tendencial na taxa de lucros. Nesse ponto, ocorre uma superacumulação, em que há muito capital disponível e, assim, não se pode atingir a taxa de lucros desejada. O que desencadeia o processo de desacelaração da acumulação, desvalorizando parcialmente o capital acumulado. E é nesse momento que ocorre o subinvestimento, quando será investido menos capital que o montante que se pode expandir com a taxa de lucro corrente e com o nível de produção de mais-valia, o que possibilitará o retorno da elevação da taxa média de lucros. E com isso a possibilidade novamente de intensificação da produção e da acumulação de capitais.

Consoante Mandel (1982) “a totalidade do ciclo econômico capitalista aparece como o encadeamento da acumulação acelerada de capital, da superacumulação, da acumulação desacelerada de capital e do subinvestimento” (p. 76).

A extensão de cada ciclo econômico foi determinada por Marx (2009) pelo tempo de rotação necessário a reconstrução do valor do capital fixo (maquinaria), o que apontaria para um período de sete a dez anos, quando e sob condições normais de produção capitalista os valores liberados seriam suficientes para um novo investimento nesse tipo de capital.

Entretanto, no desenvolvimento socio-histórico do capitalismo além da sucessão desses ciclos econômicos de sete a dez anos é possível se observar períodos mais longos, aos quais Mandel (1982) se refere como ondas longas, que podem conferir aproximadamente cinquenta anos.

Períodos que se subdividem em duas fases: num primeiro momento, ocorre uma revolução tecnológica e uma consequente reestruturação da produção; a fim de atender as exigências dos novos meios de produção impulsiona-se uma ampliação da taxa de lucros, uma aceleração na acumulação e uma expansão no crescimento econômico; posteriormente, as alterações na produção passam a se processar só no âmbito quantitativo e em termos de ampliação dos novos meios de produção para todos os ramos da indústria e da economia. E assim dissipa-se a força gerada pela transformação real na tecnologia da produção que permitiu a ampliação da produção da mais valia e a expansão na acumulação do capital. Nessa fase, inscreve-se a queda na taxa de lucros, a desacelaração da acumulação e do crescimento econômico.

Nestes termos Mandel (1982, p. 85) acrescenta:

> É evidente que essas "ondas longas" não se manifestam de maneira mecânica, mas operam através da articulação dos "ciclos clássicos". Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da longa onda, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos. A "onda longa" é concebível unicamente como o resultado dessas flutuações cíclicas [...].

Considerando essas flutuações cíclicas no período de iminência das transformações societárias nos anos 1970, observamos o movimento de queda na taxa média de lucros, de desaceleração da acumulação de capital e de depressão econômica. Um movimento de crise cuja magnitude não só atingiu os índices de acumulação, mas, agiu sobre a dinâmica do capital, alcançou o seu mecanismo central, o regime de acumulação. Vale esclarecer que, quando nos referimos à aceleração da acumulação estamos falando em índice de acumulação – dimensão quantitativa – e quando nos remetemos ao regime de acumulação nos referimos ao modo particular de produção.

Essa crise assinalou o esgotamento de um período longo de crescimento do capital (os trinta anos gloriosos do pós Segunda Guerra Mundial) e a inversão para um ciclo longo de recessão com apenas momentos episódicos de crescimento, nos

termos de Mandel (1982). Reversão operada pela queda na taxa tendencial de lucro e pela crise de acumulação do capital – superacumulação[9].

Uma crise que por suas dimensões exigiu do capitalismo um reordenamento produtivo, segundo Harvey (2005), uma transição com alterações no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado, sobretudo, considerando as inflexões da crise do capital no campo sócio-político, no qual se sustentava o "pacto entre as classes" viabilizado por meio do *Welfare State.*

Harvey (2005) aponta que um regime de acumulação refere à estabilização da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação por um longo período, processando uma correspondência entre as condições de produção e as condições de reprodução dos assalariados. Um regime que se fixa por determinado período, tendo em vista que possui um esquema "coerente" de reprodução.

O problema desse sistema é disciplinar os diferentes comportamentos dos vários sujeitos político-econômicos – capitalistas, trabalhadores, financistas – em uma configuração que mantenha o funcionamento desse regime de acumulação.

É condição para isto

> [...] uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre os comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação (LIPIETZ, 1986 apud HARVEY, 2005, p. 117)[10].

O que se observa com isso é um amplo e complexo quadro de relações que se estabelece e permite que o sistema possa se reproduzir de forma "racional" e "coerente", por determinado espaço de tempo, mesmo considerando suas insolúveis contradições, dinâmica e instabilidade.

Segundo Harvey (2005) para que esse esquema se mantivesse viável foi preciso enfrentar duas ordens de problema no sistema econômico capitalista:

- a instabilidade dos mercados de fixação de preços: nesse turno é preciso que se coordenem as decisões de produção, com as necessidades e os desejos dos

[9] Para Mészáros (2009), trata-se de uma crise estrutural do capital que deita suas raízes no segundo pós-guerra e tem como expressão as expoentes contradições e os antagonismos insolúveis desse sistema.

[10] Argumentação própria da Escola de Regulação.

consumidores – levando-se em consideração as restrições do orçamento e os custos de toda transação no mercado. Além de compensar as falhas do mercado com a regulamentação e a intervenção do Estado, a fim de se evitar concentrações excessivas de poder de mercado, abuso do monopólio, os surtos especulativos e etc.

> A virtude do pensamento da "escola de regulamentação" está no fato de insistir que levemos em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo num período histórico e num lugar particulares (HARVEY, 2005, p. 118).

- O controle sobre o emprego da força de trabalho: nesta dimensão o capital precisa disciplinar a força de trabalho de modo que esta sirva plenamente a seus propósitos, o que só é possível mediante a retirada do controle das mãos do próprio trabalhador. O que de maneira geral tem envolvido na trajetória do capitalismo a intersecção entre práticas de "[...] repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo" (HARVEY, 2005, p. 119).

Numa articulação com o curso das transformações societárias do decênio de 1970 identificamos: primeiro, que os trinta anos gloriosos que antecederam o descerramento da crise do capital nesta década tiveram em sua base "[...] um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico [...] chamado fordista-keynesiano" (HARVEY, 2005, p. 119); segundo, que a referida crise se instala na medida em que esse sistema se esgota, gerando um contexto de instabilidade e incerteza, colapsando o regime de acumulação e a taxa média de lucros.

> Emergia um novo padrão de crescimento que, operando por meio de "ondas longas recessivas" [...] não só erodia as bases de toda a articulação sociopolítica até então vigente como, ainda, tornava exponenciais as contradições imanentes à lógica do capital [...] E para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias (NETTO, 2003, p. 90).

Historicamente o capital tem buscado, ao passo que viabiliza suas bases de produção, constituir seus mecanismos de reprodução social e suas estratégias de saída dos momentos de crise. Para tanto, incorporando novas medidas econômicas e

constituindo novos mecanismos de regulação e de construção do consenso entre as classes, objetivando manter sua hegemonia e sua autoafirmação como "única possibilidade histórica"[11].

Nessa direção ratifica-se que o capitalismo, até então, soube inibir e "neutralizar" por longos períodos, a crise de acumulação e a queda tendencial da taxa de lucro, por meio de fatores objetivos e subjetivos que, assim, possibilitaram a sua preservação enquanto sistema mesmo diante de suas crises[12].

Nesse sentido, as respostas até então delineadas a essa crise do capital foram processadas a partir de uma nova fase de internacionalização do capital (mundialização do capital), incursão de novas modalidades de reestruturação produtiva (acumulação flexível), implementação de políticas neoliberais com sucessivas reformas, construção de novos consensos entre as classes – por meio dos valores neoliberais, do discurso ideológico da burguesia, minimização do Estado, da profusão das ideias pós-modernas -, cuja direção é a afirmação da hegemonia do capital.

Para Netto (2010) a resposta do capital para ladear essa crise se constituiu num processo de contrarreforma dos direitos[13], cujo laboratório foi o Chile, por meio de Pinochet, e cuja resultante emblemática foi à reforma previdenciária. Tendo o Consenso de Washington (1989) assinalado a adequação ao receituário neoliberal aos demais países da América Latina, permitindo ao fim o êxito do capital.

Na ponta desse processo, vale acrescentar, firma-se o neoliberalismo, visto como o projeto político da reengenharia do capital desse período, pois este constituiu as condições favoráveis à viabilização das respectivas alterações na base material.

---

[11] Um animal envelhecido fica mais perigoso e, quando ferido ou ameaçado, reage com ferocidade. A história sugere que a ordem econômico-social senil não perde a truculência. [...] Quando as relações político-sociais mergulham em declínio, a violência reacionária de uma classe dominante acossada se agiganta. Os elementos de barbárie que nos cercam devem aumentar. [...] A crise contemporânea confirma que o Capital, mais uma vez se aproxima dos seus limites históricos. Mas, o capitalismo não terá morte natural. [...] As hecatombes econômicas são o momento de máxima vulnerabilidade do capitalismo, porém ao mesmo tempo, é nelas que germinam as condições para uma recuperação do sistema. [...] Mesmo que o custo destrutivo ameace os alicerces do que entendemos como civilização (ARCARY, 2009, p. 05-07).

[12] Apesar do papel desempenhado pela luta de classes, nesse contexto, haja vista que historicamente só a ameaça de revoluções anticapitalistas que pressionaram o capitalismo a reconfigurações e só a organização e mobilização massiva dos trabalhadores – por sua vez, antagonista histórica do capital - é que pode levar a ruptura desse sistema em tempos em que seus limites históricos se evidenciam.

[13] Segundo Behring (2003) o ajuste neoliberal não configurou uma reforma do Estado em nosso país e sim uma contrarreforma antinacional e antidemocrática, que baseada num conjunto de mudanças estruturais regressivas revogou direitos duramente conquistados pelos trabalhadores.

“[...] sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ídeo-político neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o ideário e a programática neoliberal” (ANTUNES, 1998, p. 58).

Convém ressaltar que o êxito do capital foi relativo, pois a recuperação da taxa de lucro, em detrimento aos custos sociais, não significou a elevação das taxas de crescimento e o reestabelecimento de ondas longas de crescimento, manteve-se os limites da estagnação econômica.

Nesse processo de recuperação do capital diante da crise registra-se um componente ídeo-político fundamental, que potencializou esse movimento de recuperação e que se expressa, segundo Netto (2010) em três vetores:

- crise do “socialismo real”: entendida não como o “fim da história”[14], mas instalada mediante o colapso de um padrão de transição social que não foi capaz de realizar a socialização do poder político e da economia após o período revolucionário;
- crise dos partidos comunistas: observa-se uma decadência ideológica da esquerda nos países centrais, sinalizando um redimensionamento dos partidos comunistas, que procedendo um “giro à direita” incorrem sobre uma crise geral da esquerda; esse processo ocorrerá na realidade brasileira, com dez ou quinze anos de atraso, tendo como principal sujeito o partido dos trabalhadores.[15]
- crise do movimento sindical: subjaz a essa crise o processo de desterritorialização da produção e redução da dimensão do parque fabril das unidades produtivas, que combinadas às alterações processadas na ordem da reestruturação produtiva, desconcentrou e fragmentou ainda mais a classe trabalhadora, incidindo negativamente no processo de organização e mobilização dos trabalhadores[16] .

---

[14] Nada está decidido! A vitória do capital não pode ser declarada, bem como, também não pode ser decantado o fracasso da proposta revolucionária de emancipação humana, abre-se apenas mais um capítulo da história, no qual reafirmamos a vitalidade da teoria social crítica e do projeto revolucionário socialista.

[15] Esse processo resguarda uma particularidade na realidade brasileira, haja vista que, como analisa Netto (2010), o PT ainda é visto como um partido de esquerda, embora seu projeto em vigor tenha se deslocado desse campo, tenha saído do universo da contestação e migrado para o campo do amoldamento à ordem (IASI, 2006) – vale ressaltar que o PT não passa a ser um partido de direita, passa a gravitar entre os campos. Tal peculiaridade é problemática, pois isso interfere no processo de organização e mobilização da esquerda propriamente, isto é, a desarticula. Ainda segundo o autor, a experiência de governo do PT, nos contextos Luiz Inácio I e Luiz Inácio II, criou um sistema de poder que “atende” a burguesia, por meio da ativação da economia; e as massas subalternizadas, por meio da administração da pobreza. Reside neste fator a base de legitimação dessas experiências de governo nas duas classes fundamentais do capitalismo.

[16] É importante enfocar que esta crise não interdita a necessidade e a viabilidade dos sindicatos, estes permanecem indispensáveis a organização e a luta dos trabalhadores, todavia, precisam ser redirecionados e capilarizados.

Neste cenário para Harvey (2005)

> Não está claro se os novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de modalidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, associado à virada cultural para o pós-modernismo, garante ou não o título de um novo modo de regulamentação (p. 119).

O que se pode garantir é que os contrastes entre as práticas políticas e econômicas contemporâneas e as próprias dos trinta anos gloriosos do capitalismo dão conta de delimitar uma transição do modo fordismo-keynesianismo para um regime de acumulação flexível, num confronto direto desta última com a rigidez da primeira.

Processa-se uma flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e padrões de consumo, cuja base é a instituição de um novo padrão de reprodução ampliada do capital, lançado em escala mundial. Inclusive, com penetração nas economias de países que compreendiam o bloco socialista, conformando uma mundialização do capital, nos termos de Chesnais (1996).

O fordismo/taylorismo se fixou enquanto expressão dominante do sistema produtivo com sua forma de organização do processo trabalho, na fase da grande indústria, fundamentando-se na produção em massa de mercadorias, por meio de uma produção homogeneizada e fortemente verticalizada. Racionalizava-se ao máximo o trabalho, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo do trabalho. A produção se dava a partir do trabalho fragmentado, por meio do parcelamento das tarefas, reduzindo as ações dos trabalhadores a um conjunto repetitivo de atividades, cuja totalização resultava no trabalho coletivo e no produto final.

Subscrevia-se enquanto um modo de produção em série, que se associava ao uso do cronômetro taylorista e que firmava a separação entre elaboração e execução, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário e conferindo-a a esfera da gerência.

Essa forma de organização da produção representou a forma mais potencializada da racionalização capitalista do processo de trabalho, apenas demonstrando sinais de esgotamento na década de 1970, mediante o comprometimento de sua estrutura.

> Comprometimento este desencadeado pela própria dinâmica social do capital que, embora parecesse efetiva, definitivamente controlada, regulada e sustentada pelo pacto entre o capital e o trabalho e pela mediação do Estado [...] torna-se questionável [...] Além das manifestações de esgotamento da regulação dos moldes produtivos, o elemento decisivo foi [...] a consequente explosão da luta de classes (CANTALICE, 2002, p. 45).

Portanto, a acumulação flexível vem para reorganizar o processo produtivo capitalista, a fim de reestruturar seu padrão de acumulação, reafirmar a sua hegemonia e se contrapor ao poder da luta de classes. Processa-se, então, uma reestruturação produtiva que, por sua vez, instaura "uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho [...]" (ANTUNES, 1998, p. 48).

A acumulação flexível se diferenciará do fordismo, em linhas gerais por: se vincular à demanda efetiva; aferir o trabalho operário em equipe, com incidência da polivalência e multifuncionalidade; estruturar um processo produtivo flexível; funcionar com a interferência da automação – sistema *kanban*; apresentar uma estrutura mais horizontalizada; organizar os Círculos de Controle de Qualidade; basear-se no melhor aproveitamento possível do tempo de produção - *just in time*.

Um novo regime de acumulação que articulará a incursão de novas tecnologias do trabalho – robótica, microeletrônica e etc. – com as novas modalidades de organização e de participação do trabalho no processo produtivo – terceirização, temporalização, "células de produção", "envolvimento participativo"[17].

O que de fato resultará numa nova "[...] divisão dos mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica" (ANTUNES, 1998, p. 36).

Segundo Alves (2000) no caso brasileiro a reestruturação produtiva se dará mais pela via da reorganização do trabalho do que propriamente pela incorporação de novas tecnologias. Uma reorganização do trabalho que conformará uma intensificação das condições de exploração da força de trabalho, pois ao mesmo tempo em que haverá a eliminação massiva de postos de trabalho ocorrerá o aumento dos indicadores de produtividade.

A esse respeito Netto (2003) acrescenta

---

[17] Trata-se, para Harvey (2005), "[...] em verdade [de] uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado" (p. 32).

> Não é preciso muito fôlego analítico – para quem conhece a projeção marxiana acerca da relação ciência/produção, cada vez mais confirmada pela dinâmica capitalista – para concluir que a revolução tecnológica tem implicado uma extraordinária economia do trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital. Resultado direto (exatamente conforme a projeção de Marx): cresce exponencialmente a força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital (p. 92).

Nessa direção Alves (2000) aponta para a lógica do novo e precário mundo do trabalho, alicerçado nas mediações entre a reestruturação produtiva, a precarização do trabalho e a crise do sindicalismo.

Para Netto (2003)

> [...] essas modificações constituem mais que o novo tecido em que se desenvolvem transformações societárias – tais modificações, em si mesmas, compõem o elenco de transformações societárias em curso, tipificando a sociedade tardo-burguesa. E essas, na sua globalidade, ainda que só plenamente decifráveis quando relacionadas às inflexões da dinâmica do capital, extrapolam-nas amplamente e apresentam particularidades irredutíveis (p. 93).

No âmbito social firmam-se alterações na estrutura das classes sociais, modificações que se processaram no campo das relações, no plano da produção e reprodução dessas, em termos de consciência de classe, de organização e de práticas[18]. O que não se deve confundir com a digressão pós-moderna de fim das classes sociais, argumentada por um lado pelo deslocamento da produção do valor como eixo central de análise da sociedade do capital e por outro lado pelo alargamento da diversificação e da diferenciação no tecido social, o que supostamente deflagraria o fim das classes sociais como categorias explicativas centrais nessa quadra histórica, substituídas agora pelas identidades e modos de vida[19].

Considerando o substrato das transformações societárias em discussão – estratégias do capital de saída da crise - fica evidente que as determinações de classe continuam vigorosamente em processo, haja vista serem estas as classes antagônicas fundamentais que compõem a estrutura econômica e se constituem como a força motriz do capitalismo, conforme Marx (1982).

---

[18] Neste campo são observadas outras transformações, no entanto, considerando o foco de nossa análise, daremos ênfase às alterações no âmbito das relações produtivas e no universo da cultura (ver NETTO, 2003).

[19] Esses argumentos ligam-se as teses do fim da centralidade do trabalho, do fim da sociedade do trabalho e etc.

> [...] é impossível apreender a dinâmica social contemporânea da ordem burguesa sem referenciá-las. Entretanto, essa referência deve considerar plurivocamente tais determinações numa estrutura de classes altamente complexificada [...] (NETTO, 2003, p. 93).

De certo que as alterações no mundo do trabalho, já elencadas anteriormente, implicam, também, em modificações no perfil e na organização dessas classes fundamentais do capitalismo, e com isso na própria dinâmica da luta entre elas.

No tocante à classe que vive da venda da força de trabalho observamos um incisivo processo de divisões, novas combinações e diferenciações internas, sem mencionar uma redução quantitativa expressiva em um setor essencial da economia, a indústria.

Contudo, isso não equivale dizer que essa classe foi extinta ou que perdeu sua centralidade na sociedade capitalista. O trabalho não pode ser eliminado da relação social nem na forma capital - haja vista que é esse que gera o valor e o mais-valor das mercadorias - e nem em nenhum outro tipo de sociedade, tendo em vista ser condição inalienável ao ser humano. E o trabalho é uma força potencial que só se objetiva a partir da ação do homem, por essa razão, o trabalhador livre[20], também, não pode ser extinto da sociedade do capital. Nessa medida, ratifica-se a centralidade objetiva da classe que vive da venda da força de trabalho, mas, que nesse contexto histórico sofre redefinições e que conforme Netto (2003) mais do que nunca se apresenta como um conjunto heteróclito.

Já a classe que vive da exploração da força de trabalho se articula em torno de novos padrões de intervenção político-econômica, em escala mundial, que lhe asseguram a concentração de capitais, a estruturação de uma oligarquia financeira mundial e a garantia de sua hegemonia (NETTO, 2003).

Nesse quadro articulam-se novas mediações sócio-políticas na ordem de hábitos, práticas políticas e formas culturais[21]. Particularmente, nos interessando o foco nas formas culturais, haja vista que ratificamos a tese do pós-modernismo como a forma cultural que no tempo presente se fixa no processo de reprodução e de manutenção da economia capitalista.

---

[20] Na acepção marxiana significa que o trabalhador foi destituído dos meios de produção, detentor apenas da sua força de trabalho; ficando livre também das relações servis de produção.

[21] Cabe esclarecer que no último ponto deste capítulo nos deteremos ao debate sobre cultura, mundo da cultura, lógica e produção cultural. Haja vista que é objetivo do mesmo entender como se processa a apropriação das ideias pós-modernas no contexto brasileiro, considerando as particularidades da formação sócio-histórica e cultural de nosso país.

Segundo Jameson (1996) o pós-modernismo constitui-se como a lógica cultural do capitalismo tardio[22], haja vista que o conjunto das ideias pós-modernas dentre outros mecanismos, cumpre uma função ideológica de sustentação e de legitimação do capital, uma vez que age sobre o sistema de regulamentação social em favor desse sistema - ou seja, à medida que legitima regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais a manutenção da ordem capitalista e por outro lado demarca como ilegítimas as ideias e práticas que apontam à direção inversa.

Notadamente, é preciso esclarecer que ela própria, a cultura pós-moderna, apresenta-se como uma expressão das alterações objetivas operadas no modo de produção capitalista no contexto do qual estamos tratando. Configura-se como um produto da generalização da forma mercadoria no capitalismo tardio, que mediante o intenso processo de mercantilização da cultura, articulado a outros mecanismos, busca "superar" o problema da superacumulação, demarcando que o estatuto pós-moderno possui claramente um fundamento econômico.

Espelha-se como extremamente funcional à reprodução social do capital, uma vez que suas bases contribuem para incredibilidade da perspectiva crítico-analítica do real, para o obscurecimento das relações de dominação e de alienação próprias da economia burguesa, para dissimulação das contradições entre as classes, para pulverização das lutas sociais e para fragilidade no processo de construção de um projeto coletivo contra a hegemonia capitalista – como veremos no próximo ponto do capítulo. Dessa forma, corroborando com o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pelo menos, até os seus limites socio-históricos.

Analisando a produção cultural contemporânea temos que "[...] longe de se apresentar como um momento de ruptura inominável, o presente se mostra como uma intensificação e homogeinização do passado" (JAMESON, 1996, p. 11). A mediação entre o capital na sua forma social contemporânea e o pós-modernismo como sua lógica cultural

> (...) marca a apoteose do sistema e a expansão global da forma mercadoria, colonizando áreas tributárias de tal forma que não se pode mais falar de algum lugar "fora do sistema" como a natureza (...) ou o inconsciente,

[22] A utilização do termo capitalismo tardio, em nossa produção, tem sua origem nas elaborações teóricas de Ernest Mandel (1982) que ao desenvolver uma interpretação da história do modo de produção capitalista no século XX, utiliza-se da expressão para referir-se a fase do capitalismo avançado, em que se verifica um pleno desenvolvimento de suas forças produtivas.

> constantemente bombardeado pela mídia e pela propaganda. (COSTA & CEVASCO, 1996 apud JAMESON, 1996, p. 05).

Nesse sentido, o mundo da cultura não pode ser visto isolado ou autonomizado em relação a este novo estágio do capitalismo, pelo contrário ele se firma como uma de suas mediações. As sucessivas tentativas de se auto representar como uma nova existência ou uma nova paisagem sociocultural não revelam o real significado de se anunciar a ruptura com o projeto da modernidade. É a ordem dominante que se quer reinventar num outro momento histórico para ressignificar e refuncionalizar as suas bases materiais de produção e reprodução desigual e combinada.

> A tarefa ideológica fundamental do novo conceito, entretanto, deve continuar a ser a de coordenar as formas de prática e de hábitos sociais e mentais [...] e as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo – a nova divisão global do trabalho – nos últimos anos [...] uma 'revolução cultural' na escala do próprio modo de produção; também aqui, a inter-relação do cultural com o econômico não é uma rua de mão única, mas, uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação (JAMESON, 1996, p. 18).

As alterações desse contexto apontam para o coroamento da cultura representada como mercadoria e inscrita na vida social mercantilizada e cada vez mais aprisionada em seu imediato.

O conjunto dessas transformações age sobre a constituição de uma nova sensibilidade cultural, aqui entendida como processo social, em que o que parece dominar e triunfar "[...] é a própria funcionalidade ídeo-social da mercadoria e do capitalismo [...]" (EAGLETON, 1993 apud NETTO, 2003, p. 98). Essa parece ser a tarefa histórica do pós-modernismo.

Por seu turno as transformações no plano político, segundo Netto (2003), tratam de capilarizar as novas dinâmicas econômicas e socioculturais propagadas, tomando como eixo fundamental as consequentes modificações no Estado e na sociedade e, por conseguinte, no universo de suas relações, objetivando atender ao novo regime de acumulação e a nova regulamentação social associada a este.

No âmbito do Estado a alteração fundamental é a redução de sua ação reguladora, com ênfase na pulverização de suas funções legitimadoras – demandas advindas do trabalho. O que ocorre são incisivos cortes nas coberturas sociais públicas e no conjunto dos direitos sociais. O objetivo perseguido é a redução do ônus do capital no que se refere à reprodução da força de trabalho, quebrando o "pacto

social" - erigido via *welfare state* - e reafirmando o caráter (burguês) classista do Estado. Ao fim o que se pretende com essa redução é a destituição dos gastos sociais e a maximização das funções econômicas do Estado.

Ainda nesse campo observamos a deflagração de um discurso e um movimento anti-estado capitaneado pelo capital, cuja tática se põe em torno da desqualificação do aparato daquele e cuja estratégia remonta a liberação da "[...] acumulação (capitalista) de todas as cadeias impostas pela democracia" (PRZEWORSKI, 1991 apud NETTO, 2003, p. 100).

No caso brasileiro essas ações resguardam maior complexidade, pois são tensionadas pelas mediações de sua condição periférica – inserção subalterna no sistema capitalista mundial e retardo no desenvolvimento de suas relações capitalistas. Mesmo na Era de Ouro do capital não tivemos a consolidação de um Estado de Bem-estar Social - em nossas terras, o que tivemos foi um parco conjunto de políticas sociais focalizadas e fragmentadas.

No âmbito da "sociedade civil" as articulações do grande capital são favorecidas no período, tendo em vista a formação de uma oligarquia financeira mundial que age sobre a consolidação das instituições e dos projetos do capital. A classe trabalhadora, por outro lado, amarga um processo de desarticulação de suas instituições e de seus projetos. E de forma mais geral, surgem no contexto os "novos movimentos sociais" que diluídos em suas especificidades, sem uma articulação com os elementos da consciência e da luta de classes, mostram-se já forjados no caldo cultural da "onda pós-moderna".

Assim, segundo Netto (2003) esse conjunto de transformações societárias configura uma série de vitórias do capital.

> Do ponto de vista político as medidas de "ajuste" e "desregulação-privatização foram caucionadas por mecanismos eleitorais dotados de legitimidade [...] Do ponto de vista ídeo-cultural, contando com a voga pós-moderna de capitulação (ou neoconservadora, segundo Habermas), os ganhos não foram desprezíveis – contribuíram para conter e reverter os avanços sociais dos anos sessenta e inícios da década de setenta e até a proposta socialista revolucionária foi acantonada, posta no bivaque das velharias da modernidade. E, do ponto de vista econômico, a lucratividade das grandes corporações foi recuperada (p. 101).

De outro lado, para a classe que vive da venda de sua força de trabalho são severas as inflexões negativas, desemprego estrutural, perdas salariais, aviltamento dos direitos trabalhistas e descenso do movimento sindical.

Dessa forma, assinalamos que no conjunto das respostas do capital à crise iniciada nos anos 1970, temos: o projeto econômico (reestruturação produtiva); o projeto político (neoliberalismo); e o projeto sociocultural (pós-modernismo). Cada um cumprindo uma função essencial à recuperação do capitalismo nesse período histórico, por conseguinte, à sustentação dos domínios de sua produção e reprodução social em escala mundial.

Considerando as reflexões desenvolvidas até aqui apontamos a validade da perspectiva de que o capital ao longo de sua história vem se reinventando, superando os seus ciclos de crise e “neutralizando” as ameaças à sustentação de sua hegemonia, sejam estas provenientes da luta de classes ou das contradições insolúveis do próprio capital, nos termos de Mészáros (2002). Mesmo que para isso tenha que subverter a sua lógica à humanidade, a sociabilidade e toda e qualquer coisa existente.

> Assim, ao passo que as contradições do mundo social se tornam mais fortes, manifestando-se em escala cada vez mais global, repetidamente se declara que elas já foram “superadas” – ou estão prestes a sê-lo -, em uma sucessão interminável de construções ideológicas que metamorfoseiam verbalmente, sob um novo e dessocializado rótulo começado com “pós”, a mesma racionalização confortadora, tão logo sua versão anterior tenha perdido a credibilidade (MÉSZÁROS, 2010, p. 71-72).

E é nesse processo de subversão que destacamos a tarefa ideológica do pós-modernismo, o que passaremos a tratar no ponto a seguir.

1.2 O pós-moderno como ideologia

> As ideias da classe dominante [...] são, em cada época, as ideias dominantes.
>
> *Marx & Engels*

No presente ponto tomaremos como foco de análise a compreensão de que o pós-moderno se constitui como uma ideologia, e, mais especificamente, uma ideologia do capital no tempo presente[23], tendo em vista a funcionalidade da propagação de suas ideias à reprodução social do capital em sua face contemporânea - em razão disso, adquire forte sentido para o projeto de dominação burguesa.

Há de se considerar que o pós-modernismo não assume explicitamente a defesa do capitalismo, expande-se mediante, e em virtude, de um discurso aparentemente "crítico" diante dessa forma social, embora esteja sistematicamente vinculado aos interesses dela.

Ao se legitimar no campo das relações sociais dominantes esse tipo de ideologia - e suas respectivas expressões –, tomada como discurso objetivo, coerente, racional e legítimo[24], põe-se no rol das ilegitimidades aqueles discursos que buscam questionar os valores e interesses implícitos com os quais está comprometida essa ordem – nessa medida o pós-moderno enquanto ideologia procede também no intuito de deslegitimar o marxismo, esse é um alvo claro.

> [...] eles precisam desqualificar o uso de algumas categorias vitais do pensamento crítico. Reconhecer a legitimidade de tais categorias seria aceitar o exame dos próprios pressupostos que são assumidos como verdadeiros, juntamente com as conclusões que podem ser – e efetivamente o são – facilmente delas extraídas (MÉSZÁROS, 2010, p. 58).

---

[23] Segundo Coutinho (2010), "o fator fundamental dessa crescente ideologização não reside, decerto, numa direta intencionalidade de classe; embora sirvam à conservação do existente [...] nem sempre são conscientemente elaborados a partir dos interesses imediatos da burguesia" (p. 31). O autor afirma, ainda, que "[...] seu caráter conservador deve ser buscado na sujeição [...] aos limites impostos, na superfície da realidade, pela divisão capitalista do trabalho e por suas consequências sociais e culturais" (p. 31). Desse modo, "o critério para avaliar a cientificidade de uma filosofia do social reside no modo pelo qual ela apreende (ou ignora, ou mistifica) as categorias econômicas, que constituem a modalidade fundamental da objetividade humana" (COUTINHO, 2010, p. 31).

[24] Segundo Mészáros (2010) a ideologia dominante tem uma grande vantagem em determinar o que é legítimo, uma vez que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade e, também, por conta da relação de forças existente favorável a reprodução de seu discurso.

Entendemos também, como Mészáros (2010), a extensão do poder da ideologia, uma vez que tudo em nossa sociedade está impregnado de ideologias, quer as percebamos ou não. E que o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona como um filtro que apresenta ou desvirtua as regras de seletividade, de preconceito, de discriminação e de distorção sistemática na vida social.

> Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. O próprio ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações "racionais" preestabelecidas: a) quanto (ou quão pouco) nos é permitido questionar; b) de que ponto de vista; e c) com que finalidade (MÉSZÁROS, 2010, p. 58).

A essa altura é preciso ponderar que a ideologia se apresenta como um debate cravejado de polêmicas e que articula em torno de si distintos significados. Segundo Eagleton (1997) esse debate acerca da ideologia é um "texto" tecido com uma "trama inteira de diferentes fios conceituais" – nem sempre compatíveis entre si - e traçado por "divergentes históricas", não havendo, portanto, uma grande teoria global em torno da ideologia.

Destacamos o tratamento peculiar que é dado à ideologia pelos pós-estruturalistas e pós-modernistas ao afirmarem, no compêndio dos seus escritos, que o fim da modernidade e o fim da ideologia são momentos idênticos (VATTIMO, 1990 apud EAGLETON, 1997).

A intenção dos pós-modernos é "esvaziar" o sentido da ideologia, desacreditá-la enquanto categoria e "interditar" a legitimidade social das demais formas ideológicas, e, assim, poder se reproduzir isoladamente enquanto ideologia dominante mesmo que não se autoproclamem enquanto tal.

Tal processo, segundo Eagleton (1997), dá-se mediante a articulação de três doutrinas essenciais do pensamento pós-moderno: a rejeição da noção de representação baseada na realidade empírica; o ceticismo epistemológico, segundo o qual identificar uma forma de consciência social como ideológica implica em alguma noção de verdade absoluta, veemente reprendida em tempos de relativismo

metodológico; e a reformulação das relações entre racionalidade, interesses e poder o que torna a ideologia totalmente redundante.

É preciso ainda assinalar a partir de Eagleton (1997) que a desqualificação da ideologia pelo discurso pós-moderno remete-nos ao movimento inscrito no segundo pós-guerra em torno do discurso de “fim da ideologia”, que se apresentava, em parte, como rescaldo da reação aos crimes do fascismo e do stalinismo, todavia, no atual debate não se identifica nenhum acontecimento histórico que ancore a crítica ou aversão às ideologias, a não ser é claro os interesses imediatamente vinculados à reprodução da “cultura pós-moderna” e a ambiência capitalista.

Os pós-modernos classificam as ideologias como irremediavelmente teleológicas, totalitárias e fundamentadas em argumentos metafísicos. A sustentação dessa crítica busca extrair a partir de elementos internos, tomados de forma grosseira e maliciosa, a validade necessária a seu discurso de desqualificação. E é por isso que esses partem da “leitura” das transformações societárias do último terço do século XX, destacando os novos elementos e processos que emergem nesse contexto, para descontruir a racionalidade e o projeto emancipador da modernidade e, nessa medida, se colocar como os paladinos da “nova realidade sociocultural”.

> É importante perceber que, na crítica da ideologia, somente darão resultado aquelas intervenções que façam sentido para o próprio sujeito que foi enganado. Nesse sentido, a ‘crítica ideológica’ apresenta uma interessante afinidade com as técnicas da psicanálise. O ‘criticismo’, em sua acepção iluminista, consiste em relatar a alguém o que há de errado com sua situação, a partir de uma posição vantajosa externa, talvez ‘transcendental’ (EAGLETON, 1997, p. 13).

Considerando a questão ideológica em relação à teoria do conhecimento, observamos que essa articulação resulta de uma tendência que vem se construindo há pelo menos dois séculos no campo da filosofia, ligada ao predomínio no interior desse campo da teoria do conhecimento, da lógica e da metodologia[25]. O que segundo Lukács (2012) acaba em deprimir o interesse pela questão ontológica, embora a questão do **ser** seja insuprimível, haja vista está ligada inerentemente à vida e à práxis social.

---

[25] Se coloca nesse âmbito uma dicotomia entre a ciência e a ideologia, a ciência apontada como contraponto dessa ideologia – construção de verdades empíricas que se contrapõe aos fenômenos ideológicos - ou a ciência, também, é embebida pelo fenômeno da ideologia, posto que a ciência não é neutra.

> [...] Darei um exemplo bem simples: quando alguém caminha pela rua – mesmo que seja, no plano da teoria do conhecimento, um obstinado neopositivista, capaz de negar toda realidade – ao chegar a um cruzamento, deverá por força convencer-se de que, se não parar, um automóvel real o atropelará realmente; não lhe será possível pensar que uma fórmula matemática qualquer de sua existência estará subvertida pela função matemática do carro ou pela sua representação da representação do automóvel (ABENDROTH, 1969 apud VAISMAM, 1989, p. 408).

Para Marx (2007) o “segredo da ideologia” está no fato de que: se as ideias são tomadas como entidades autônomas, é mais fácil naturalizá-las e desistoricizá-las, “suspendendo” a base real/concreta mediante a qual se reproduzem e se referem essas ideias.

Esse é o caminho tomado pelos pós-modernos no tocante à “leitura” do mundo contemporâneo, onde tudo é colocado a partir do tempo presente e em fluxo aleatório e descontínuo, prescindindo de história e de conexões ontológicas. As ideias e os discursos são autônomos, os indivíduos atomizados e a realidade é um simulacro.

Tomando a concepção marxista, esse entendimento pós-moderno do real é pura ideologia e contrasta com a perspectiva materialista e histórica de compreensão do mundo dos homens, pois nela

> [...] não partimos do que os homens dizem, imaginam, concebem, nem dos homens tal como narrados, pensados, imaginados, concebidos, a fim de chegar aos homens de carne e osso. Partimos de homens reais e ativos e, com base em seus processos de vida reais, demonstramos o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo da vida [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, ENGELS, 2007, p. 36-37).

A base da concepção de ideologia em Marx e Engels está nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (2008) e na Ideologia Alemã (2007). E nesses as elaborações sobre ideologia estão relacionadas ao debate da alienação e da reificação.

Na ordem do capital a classe burguesa exerce a dominação sobre a classe proletária, uma dominação que se põe no plano concreto - é uma relação material – portanto, não é efetivamente produzida pela ideologia, mas apresentada por ela como algo natural e que se põe no real independente da ação dos homens. Dessa forma, esse processo de ideologização naturaliza o que é histórico e social, justificando as

coisas como estão, portanto, agindo como instrumento de manutenção da ordem, em que uma classe exerce a dominação sobre a outra[26].

Segundo Konder (2002) no essencial a questão da ideologia para Marx fundamenta-se na incapacidade de se cotejar as ideias com o uso histórico delas, isto é, com a sua inserção no movimento concreto da sociedade.

Em crítica aos neohegelianos, com destaque para Feuerbach e Bauer, Marx (2007) ressalva: "[...] A nenhum desses filósofos ocorreu indagar qual pode ser a conexão da filosofia alemã com a realidade alemã, quer dizer, da reflexão crítica com as condições materiais em que vivem os críticos" (p. 20).

A origem da ideologia, segundo Marx (2007), estaria na divisão social do trabalho e na propriedade privada, argumentando que a divisão do trabalho só se torna efetiva quando se estabelece a cisão entre o trabalho material e o trabalho espiritual, de modo que a consciência pode "se convencer" de que é algo distinto da consciência da práxis, podendo, dessa forma, construir uma efetiva representação de algo sem representar algo efetivamente.

Daí porque os trabalhadores tomam para si ideias da classe dominante, sobretudo, porque estas lhe chegam também como ideias dominantes, pois "A classe que dispõe dos meios da produção material também dispõe dos meios da produção espiritual" (MARX, 2007, p. 46).

E na base dessa produção espiritual está à reprodução de ideias intimamente vinculadas aos interesses da classe – da classe dominante –, apresentados como interesses comuns de toda sociedade e que encontram sua generalização na medida em que essas ideias adquirem a forma de universalidade e encontram consonância na realidade objetiva, dessa forma, apresentando-se como ideias plenamente válidas e razoáveis.

Nesse processo vislumbra-se, segundo Marx (2007), um falseamento, uma distorção ideológica, onde os interesses de uma determinada classe ou grupo são impostos em detrimento ao movimento da totalidade social.

> A ideologia é um processo que o chamado pensador executa certamente com a consciência, mas como falsa consciência. As verdadeiras forças motrizes que o motivam permanecem ignoradas; de outra forma, não se trataria de um processo ideológico (MARX; ENGELS, 1973 apud KONDER, 2002, p. 49).

---

[26] Nessa medida a ideologia opera em um momento particular do processo de formação da consciência, qual seja: o da alienação.

Esse falseamento, todavia, não se trata de uma manipulação cínica ou canhestra da realidade e sim de uma inversão da consciência e do mundo. “Quando, em toda ideologia, os seres humanos e suas relações aparecem de cabeça para baixo, como uma ‘câmera escura’ [...]” (KONDER, 2002, p. 40). Essa inversão se constitui como uma expressão teórica de uma inversão real e própria da sociedade capitalista, em função de um processo histórico atinente a essa forma social.

> [...] nesta, o processo de produção e reprodução da vida material se independentizou das necessidades dos homens. Os produtos da mão humana se convertem, no processo de intercâmbio, em coisas autônomas, em objetos valiosos, que parecem possuir uma dinâmica própria separada da atividade humana [...] Todos os bens que circulam no mercado capitalista deixam de ser objetos intuitivamente concretos para cristalizarem-se como mercadorias. A forma de valor destas não é percebida como expressão de relações sociais, mas como propriedades das próprias coisas. Por analogia a esta fetichização do mundo das mercadorias, os produtos do pensamento são coisificados como forças autônomas que parecem dirigir a história (LENK, 1971 apud VAISMAM, 1989, p. 404-405).

Ainda no interior da tradição marxista o entendimento acerca da ideologia se amplia quando há a generalização desse conceito ao proletariado, quando se referência a necessária construção de uma ideologia proletária a fim de que se possa travar um confronto de ideias com vistas a se fundamentar a luta desse proletariado por emancipação.

Essa concepção inscreve-se nos quadros da Segunda e Terceira Internacionais, quando Lenin afirma a necessidade de construção de uma ideologia do proletariado em oposição às ideias da burguesia[27].

Desse modo para Lenin (2010) a ideologia se expressa como uma concepção acerca da realidade social e política ligada às classes sociais, melhor dizendo, ligada a uma posição de classe. Sendo assim, teríamos uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária, que atuam em sentidos contrários – a primeira age em benefício da manutenção da ordem capitalista e a segunda age sobre a perspectiva de irrupção dessa ordem.

---

[27] É sabido que tanto Lenin quanto Rosa Luxemburgo não tiveram acesso aos escritos de Marx acerca da ideologia, isto é, não tiveram acesso nem a Ideologia Alemã e nem aos Manuscritos econômicos Filosóficos (apenas publicados por volta de 1932), nestes Marx elabora sua reflexão acerca da ideologia vinculando-a a questão da alienação e da reificação.

Em Gramsci (1999) o significado mais amplo da ideologia é o de concepção social de mundo "[...] que se expressa implicitamente na arte, no direito, na vida econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]" (p. 98-99) e que orienta os indivíduos para vida social.

A ideologia deve ser compreendia junto ao conjunto de mediações do contexto sócio histórico no qual se inscreve e do qual é uma expressão. Portanto, estando vinculada ao real concreto, não se limitando a uma concepção de mundo restrita a produção de ideias. Até mesmo porque se tomássemos as ideologias apenas no campo das ideias a questão a ser resolvida na forma social capitalista seria apenas a superação das ideias dominantes por outro conjunto de ideias – as proletárias –, quando na verdade o problema é muito maior, ou seja, envolve a superação de determinado tipo de sociabilidade.

Toda essa noção de ideologia está associada à concepção da hegemonia – a construção de uma hegemonia proletária contrária à visão de mundo capitalista – portanto, é real, objetiva e se expressa na concretude do mundo dos homens e em relação à luta entre as classes fundamentais.

Segundo Gramsci (2002) a concepção de ideologia apresentada por Marx (2007) que é centrada na

> [...] desqualificação ilimitada e generalizada, impede a perspectiva comprometida com a superação das distorções ideológicas (a perspectiva de Marx e Engels) de reconhecer concretamente as diferenças significativas que existem no interior do campo da ideologia. E dificulta enormemente ao crítico das limitações da ideologia reconhecer a complexidade dos elementos ideológicos presentes no seu próprio pensamento" (GRAMSCI, 1975 apud KONDER, 2002, s/p).

Nessa medida, a ideologia proletária (enquanto visão de mundo do proletariado) é necessária à construção de uma contra-hegemonia à sociabilidade capitalista.

Na apreensão de Lukács[28] (2012) a ideologia incide sobre uma necessária e determinada função social. Não podendo ser considerados ideologias um pensamento que se limita a ser uma expressão ideal de um indivíduo (a despeito da importância

[28] Ao contrário de Lenin e de Rosa Luxemburgo, Lukács tem acesso aos textos de Marx em que este trata o tema da ideologia, o que incide fundamentalmente para o amadurecimento de suas reflexões acerca desse debate.

que tenha) ou mesmo um complexo de pensamentos (cuja reprodução é mais ampliada) sem uma função social determinada.

O autor assinala que a ideologia é uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis dos homens consciente e operativa. Diante de tal perspectiva, verifica-se a necessidade e a universalidade de determinados modos de ver o real para dominar os conflitos do mundo dos homens. Demarcando assim que toda ideologia tem no social o seu *ser-precisamente-assim* – "[...] a base sobre a qual se desdobra a relação entre subjetividade e o mundo objetivo" (LESSA, 2002, p. 56).

Dessa forma, essa determinação histórico-social dos modos de expressão humana "[...] tem como consequência necessária que toda reação dos homens ao seu ambiente econômico-social pode, em determinadas circunstâncias, torna-se ideologia" (LUKÁCS, 2012, p. 02). Considerando essa determinação ontológica as ideologias conservam irremediavelmente em seu conteúdo e, em alguns casos, em sua forma, as marcas de sua gênese.

A ideologia, portanto, teria como alicerce fundamental a noção do homem como ser prático

> [...] característica primordial do ser social posta já no ato do trabalho, na posição teleológica e no desencadeamento de causalidades que o envolvem. Ontologicamente, essa noção implica o fato de que este ser prático age a partir de decisões entre alternativas; ser que não sendo abstratamente independente das necessidades que a história lhe coloca, reage a essas necessidades empregando produtos espirituais que são constituídos, de forma não linear, em função dessas mesmas necessidades (VAISMAM, 1989, p. 416).

Assim, a ideologia na concepção lukácsiana relaciona-se com o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem a sua vida. E essa produção de ideias "não tem vida própria" – faz parte da história global dos homens e é determinada por meio de muitas mediações.

Mészáros (2010) acrescenta que a ideologia não é uma ilusão e sim "[...] uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada" (p. 65). E não pode ser superada na sociedade de classes, persiste pelo fato de ser constituída e reconstituída objetivamente como consciência prática desse tipo de forma social. Relacionada à articulação e ao confronto dos valores e das estratégias dessas classes que objetivam controlar a sociedade.

> Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum, independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis [...] (MÉSZÁROS, 2010, p. 65).

E mediante tal diversidade conflituosa a força de um determinado discurso ideológico encontra vitalidade na razão inversa em que outra ideologia perde sua força, posto que a forma desta última aparentemente "deixou de ser adequada." Nesse sentido, a queda do socialismo europeu e a capitalização desse evento histórico pela ideologia pós-moderna incide positivamente na aceitação e na reprodução dessa última como visão de mundo factível e inteligível.

Destarte, constamos que ideologia no campo teórico-político do marxismo apresenta-se em dois sentidos, como uma forma de compreensão do real deformada pelas ideias dominantes e como uma visão de mundo ampla que prescreve normas para a prática social, sendo este último aquele com o qual partilhamos.

1.2.1 O pós-modernismo como ideologia, ideologia como uma forma de consciência

> Toda Ideologia é uma forma de consciência, mas nem toda forma de consciência é ideologia. *Mauro Iasi*

Continuando com a análise do pós-modernismo enquanto ideologia e compreendendo esta como uma forma de consciência (IASI, 2007), nesta parte de nosso trabalho, buscaremos esclarecer essa relação.

Tomando por base as elaborações de Iasi (2007) partiremos do entendimento de que para se analisar o fenômeno da consciência imediatamente devemos nos referir ao seu processo de formação, pois a consciência constitui um movimento, ela não é algo dado - atribuído ou adquirido - e sim se torna consciência mediante a sua processualidade. Forma-se por meio das relações entre os seres e entre estes e o mundo sensível, desse modo, só se objetivando no ser em relação. Portanto, a consciência é resultado, é a síntese da relação do EU com a COISA (HEGEL, 1997) e possui uma objetividade fundamentada, por meio da qual o homem constrói dialeticamente as suas visões de mundo e as suas representações em torno da vida e dos atos. Assim, "[...] a formação da consciência é o processo em que uma realidade externa se interioriza" (IASI, 2007, p. 14).

Esse movimento que constitui a consciência é dialético, por conseguinte, não linear, e possui três fases distintas - entre estas podem ocorrer tanto rupturas quanto retomadas –: a primeira forma de consciência (senso comum); a segunda forma, consciência em si; e a terceira forma, consciência revolucionária[29].

Vale acrescentar que esse processo ao mesmo tempo em que é individual é coletivo, pois

> [...] cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõem a base material de sua concepção de mundo [...] a partir da diversidade de manifestações particulares podemos encontrar nitidamente, uma linha universal quando falamos em consciência de classe. Essa consciência não se contrapõe à consciência individual, mas forma uma unidade, em que as diferentes particularidades derivadas do processo próprio da vida de cada um sintetizam, pois, sob algumas condições, um todo que podemos chamar de consciência de classe (IASI, 2007, p. 13).

Esclareceremos, ainda, que no campo da consciência quando o indivíduo reproduz ideias que se opõem a ele, o que se verifica é exatamente a expressão das relações materiais dominantes, concebidas como ideias. E ele o faz porque essas ideias não chegam a ele como dominantes, mas como algo que na realidade objetiva encontrar sentido e correspondência, uma vez que reflete a base material vivida. E é nesta relação que a ideologia se conecta a consciência como um complexificador no campo da sua formação – vale esclarecer que toda ideologia é uma forma de consciência, mas, nem toda consciência se expressa enquanto ideologia (IASI, 2010).

Lukács (2003) afirma que a chave da consciência se centra no binômio imediaticidade – totalidade. E agem sobre ela fatores externos, que se põem na ordem das forças motrizes que regem as relações sociais concretas.

---

[29] Para Iasi (2007) a primeira forma ou momento da consciência parte das coisas como elas se apresentam, por isso, é imediata. E se expressa em determinada concepção de mundo, formada a partir da inserção do indivíduo no mundo externo, por meio de seu vínculo imediato. A segunda forma de consciência é denominada de consciência em si ainda tem como base as relações imediatas, embora não mais no âmbito dos indivíduos, agora em relação a vivência em grupo. Embora seja parte fundamental para superação da alienação, ainda em seu desenvolvimento, expressa traços não ultrapassados da primeira forma de consciência. Só quando coletivamente se busca entender como a sociedade funciona, buscando encontrar as vias para sua transformação, isto é, quando se compreende que a sociedade precisa ser modificada que se ultrapassa a consciência da reivindicação para a consciência da transformação. Aqui se rompe com os limites do grupo imediato e concebe-se o sujeito coletivo (classe), cujo luta histórica é a superação necessária da realidade capitalista – inscreve-se a consciência revolucionária.

Para o referido autor a consciência não é uma percepção, mas a apreensão do movimento do real, sem a qual não é possível se romper o limite da imediaticidade e se apanhar os fenômenos em sua totalidade.

Considerando a clássica afirmação de Marx de que são os homens que fazem a sua própria história; "[...] contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstância sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas [...]" (MARX, 2011, p.25.), Lukács (2003) afirma que os homens atuam conscientemente na realidade, mas trata-se de uma falsa consciência[30], tendo em vista que as verdadeiras forças dessas relações estão ocultas (como demonstram os casos emblemáticos da mercadoria e da mais-valia). Nesse sentido, embora os homens atuem conscientemente na história, se essas forças estão ocultas estamos falando de uma falsa consciência.

Iasi (2010)[31] pondera afirmando que não se trata de uma falsa consciência, mas do próprio processo de estranhamento-alienação. A realidade apresenta-se como estranha ao homem, embora esta seja a própria produção e reprodução objetiva dele.

Cabe esclarecer que a alienação detém três dimensões: a objetivação (produção por meio da ação do homem); a externalização (o que se separa do homem como realidade externa); e o estranhamento (próprio da sociedade capitalista - distanciamento do homem daquilo que ele mesmo produz, sendo o próprio produto de seu trabalho estranho a ele). As duas primeiras dimensões são inevitáveis ao ser humano, posto que o homem altera a natureza e produz objetos e assim a sua ação se objetiva; sua atividade se externaliza, pois os objetos aparecem ao homem como externos a ele, possuem uma existência material e cultural objetiva. Já o estranhamento firma-se como a problemática, posto que o homem não reconhece o produto de seu trabalho e ele aparece nesse tipo de sociedade como uma inevitabilidade natural, sob a qual o homem não tem domínio e nem poder de alterar.

Cabe esclarecer que a alienação não é ideologia, estas são segundo Iasi (2007) substancialmente distintas. A primeira manifesta-se na primeira forma da consciência (senso comum). E a segunda age sobre a primeira, encontrando nesta a sua base

---

[30] Cabe esclarecer que não se trata de uma oposição fixa entre falso e verdadeiro, mas o que se indica que é falsa em relação à totalidade histórica.

[31] Notas de aula da disciplina Consciência e Consciência de Classe ministrada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

para dominação, agindo de fora para dentro, sendo a alienação o suporte encontrado nos indivíduos pela ideologia para que a última se estabeleça subjetivamente.

> Quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem sua dominação econômica. [...] As relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar (IASI, 2007, p. 21).

A alienação se expressa em três níveis: o trabalho alienado, quando o próprio produto do trabalho do homem lhe é estranho, "[...] a natureza se distancia e se fetichiza"; o homem alienado de sua própria atividade, quando o trabalho deixa de ser ação própria da vida e passa a ser meio de vida. Aqui "Alienando-se da atividade que o humaniza, o ser humano se aliena de si próprio [...]"; o homem alienado de sua espécie, o homem alienado de si próprio torna-se coisa e afasta-se do vínculo que o liga a sua espécie.

E é nessa base que a ideologia opera, posto que expressa no plano das ideias a materialidade das relações geradoras da alienação. E nessa medida a ideologia encontra a base favorável para sua aceitação. "As relações em que se está inserido reforçam e aparentemente comprovam a validade dos juízos formulados" (IASI, 2007, p. 23).

E é mediante a capacidade que o capitalismo tem de se reproduzir ideologicamente que mesmo, conforme Netto (2003), não resolvendo os seus problemas fundamentais, mesmo penalizando arduamente a sociedade, sobretudo, a classe trabalhadora, mesmo processando respostas regressivas as suas insolúveis crises e mesmo operando "[...] na direção de um novo barbarismo, de que as atuais formas de *apartheid* social são premonitórias" (p. 102), permanece como possibilidade histórica e mantém a sua hegemonia social em escala mundial.

Segundo Mandel (1982) a crença em sua onipotência tecnológica é a forma específica da ideologia do capitalismo, que anuncia à falaciosa ideia de que este se constitui como um sistema equilibrado e de progresso linear, dada a sua capacidade de sanar todas as suas crises, de encontrar uma solução técnica para as suas contradições, de integrar as classes sociais e de evitar colapsos políticos, configurando-se, portanto, segundo seus entusiastas num sistema seguro, viável, efetivo e coerente.

Para nós o pós-modernismo segue a mesma tendência ideológica, tendo em vista que busca no plano das ideias generalizar aquilo que as novas configurações do capitalismo tentam generalizar no campo da prática, isto é, a completa subordinação do todo social à sua estrutura e ao conjunto de seus interesses. Transveste de "novo" a velha tarefa ideológica da ordem burguesa, qual seja: a eliminação da dimensão contraditória do real, mediante um processo de manipulação da realidade concreta. E o faz claramente, quando desloca a análise das transformações societárias dos anos 1970 do seu conteúdo essencial, isto é, da crise do capital. Apresenta os problemas dessa quadra histórica nos limites de sua forma aparente e imediatamente conectados à "decadência do mundo moderno"[32]. Descarta a reconstrução da processualidade objetiva do concreto, pois o que se pretende é invisibilizar as mediações que ligam o conjunto desses problemas as suas raízes fundamentais, ou seja, as contradições insolúveis do capital.

Assim um processo de ideologização do real que ao exaltar as respectivas transformações societárias proclama o seu sentido e sua correspondência objetiva, numa inversão idealista[33] em que a realidade só é apanhada como justificação da teoria e no limite que garanta a validação das normas, valores e padrões de conduta que se quer generalizar.

Na direção da compreensão do pós-modernismo como ideologia a favor do capital, observamos que o terreno sobre o qual emerge a base do ideário pós-moderno é aquele da decadência ideológica[34], quando segundo Netto (2010) ocorre um deslocamento dos estudos e das produções intelectuais da realidade concreta para o

---

[32] O pós-modernismo emerge como uma crítica e uma proposta de afastamento dos padrões estabelecidos pela modernidade, cuja tese subjacente, é a de que estes padrões já não respondem às novas condições sociais do momento histórico (HARVEY, 2005).

[33] Conforme Netto (2004) é obvio que esse idealismo não é inocente, pois, "[...] ao creditar à razão a realidade histórico-social contemporânea, o que fica na sombra é a ordem do capital, com a dominação de classe da burguesia. É evidente que as implicações políticas dessa regressão teórica também são regressivas: entre os pós-modernos, as alternativas à sociedade capitalista ou não se põem ou, quando se põem, estão no limbo das utopias" (p. 158-159).

[34] Após os acontecimentos de 1968 (Insurreição Estudantil Parisiense; mobilização estudantil na Inglaterra contra a invasão do Vietnã; greve massiva dos operários, também, na Inglaterra; revolução na Alemanha) – contexto em que predominava o pensamento revolucionário, sustentado por um bloco cultural heteróclito, mas unificado por sua base anticapitalista - a ordem do capital se refaz, garantindo uma virada cultural, expressa na polarização marxismo *versus* novos filósofos (vistos como nova direita). Nesse rescaldo cultural firmam-se os estudos microssociais, a desconstrução do que se acumulou em 1968 e a fixação das tendências do campo pós-moderno. O ano de 1975 se constitui como o período de afirmação dos novos filósofos, que não surgem de um processo de aprofundamento e de acumulo teórico, mas do universo da filosofia midiática dos jornais e das revistas, para os quais o jogo político-econômico é a base fundamental.

campo das representações. O pensamento decadente processa uma espécie de autonomização das ideias em relação à dimensão ontológica[35] da realidade, mantendo-se no limite do imediato manipulado, apresentando uma realidade fetichizada[36] que serve ideologicamente ao capital, à medida que a partir dela "[...] se erguem "concepções de mundo" conservadoras/estabilizadoras da ordem" (NETTO, 2010, p. 245).

A determinação do pós-modernismo nessa direção justifica-se pelo fato de que, segundo Netto (2004), a impostação ontológica choca-se profundamente com o atual formato de "crítica ao capital" em seu atual estágio de desenvolvimento e com a ambiência cultural contemporânea, que não possui preocupações ontológicas na apreensão do real, pelo contrário, centra-se no plano das aparências e do fragmento.

Decerto a ideologia pós-moderna toma como uma de suas questões essenciais a "eliminação" da base ontológica na análise do ser social, interditando a possibilidade de se analisar, como demonstrou Marx (1982), o movimento concreto do capital e suas contradições. E "Isso significa substituir a pesquisa da essência ontológica do real (inacessível à racionalidade burocrática) pela reprodução imediata da aparência" (COUTINHO, 2010, p. 53). O que vai afastando a própria práxis social[37] e suas determinações do domínio da racionalidade, assim, como outras categorias ontológicas essenciais a apreensão do mundo objetivo como totalidade histórica, concreta e complexa, culminando com a pulverização das possibilidades de sua transformação[38].

---

[35] Com a eliminação desta dimensão se suprime, segundo Netto (2010) a possibilidade de apreender concretamente a historicidade dos processos sociais, bem como as tensões, oscilações e contradições da sociedade do capital. E assim modela-se uma visão de mundo pautada nas representações, mas, cujo limite logicamente é a própria realidade objetiva, que transcende o mundo do idealismo subjetivo.

[36] O fetiche aqui se refere ao sentido empregado por Marx (1982) quando ao analisar o funcionamento do capitalismo depreende que neste as relações sociais assumem a forma social dissimulada/manipulada de relações entre coisas autônomas e independentes entre si. "Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Chamo a isso de fetichismo" (p. 94).

[37] Conforme Netto (1994) a práxis é entendida como atividade objetiva, criadora do homem, tem o trabalho como modelo privilegiado, posto que este se constitui como: a objetivação ontológica primária e ineliminável – porque dela resulta a sobrevivência do homem; um ato teleológico – posto que é racional e tem uma finalidade previamente definida; necessariamente coletivo (divisão social), determinando o homem como ser prático e social e que mediante o seu desenvolvimento põe a este homem crescentes possibilidades de novas objetivações. (Vale esclarecer que Marx não reduz as objetivações ao trabalho).

[38] Essas categorias são consideradas incognoscíveis e, portanto, falsos problemas.

Esse tipo de obliteração dirige-se, também, a razão, que é demasiadamente desqualificada pelo discurso pós-moderno. No centro de suas argumentações este pensamento confere à razão moderna a responsabilidade pelos males inscritos na modernidade - o holocausto, as guerras mundiais, em particular as experiências de Hiroshima e Nagasaki, entre outros. Considerando tal prerrogativa podemos afirmar que o pós-modernismo tem como um de seus elementos centrais uma espécie de neo-irracionalismo (ROUANET, 1987), uma versão do irracionalismo mais refinada e que se adapta as novas requisições do mundo contemporâneo[39].

No entanto, estão presentes no núcleo central do ideário pós-moderno também elementos do estruturalismo – ressalvando-se que o pós-modernismo é herdeiro deste último, porém não pode ser confundido com ele. O que nos remete a racionalidade mesmo que em sua acepção formal[40] - haja vista que as elaborações pós-modernas têm como fonte de inspiração o conjunto dessas ideias.

Para entendermos as mediações desse processo é preciso retomarmos a questão da consciência, no tocante as formas pelas quais esta conhece o mundo, que segundo Hegel (apud NETTO,1994) são: a intuição (senso comum); a intelecção ou entendimento (razão analítica); e a razão dialética.

Considerando primeiramente a intuição, observamos que um objeto se apresenta inicialmente ao indivíduo na sua forma imediata e aparente, sendo essa primeira forma capturada pela intuição, que percebe apenas a imagem superficial do objeto (HEGEL,1997), embora as mediações[41] que se põem na ordem da essência desse objeto já estejam postas. Só a razão é capaz de retirar esse objeto do nível do aparente, apanhando essas mediações que o recompõe como totalidade, revelando,

---

[39] Segundo Rouanet (1987, p. 11-12) o neo-irracionalismo mudou a face do irracionalismo, mas sua natureza continua a mesma. Porém, essa nova face é mais perturbadora, pois se considera crítica e denuncia um *status quo* visto como hostil à vida embora detenha um discurso funcional a manutenção dele. A utilização do prefixo neo se deve ao fato de que o irracionalismo clássico fora historicamente utilizado pelas forças políticas de direita.

[40] Segundo Coutinho (2010) o estruturalismo se constitui apenas como uma das manifestações do racionalismo formal, este último classificado como um pensamento limitado e objetivamente agnóstico, baseado na radical redução e empobrecimento de categorias racionais, e na manipulação de dados e regras formais intelectivas e pré-estabelecidas, cujas primeiras manifestações são o positivismo clássico, a economia vulgar, a sociologia formalista e o neokantismo cientificista.

[41] Segundo Hegel a mediação é uma categoria ontológica, posto que está posta na realidade concreta (independente do sujeito cognoscente), porém, também é reflexiva, vez que é apreendida pelo sujeito que conhece. Expressando-se na rede de determinações e ligações entre os homens e a natureza, e os homens entre si.

assim, a sua essência que se inscreve, por sua vez, como a síntese de múltiplas determinações e relações.

Essa razão, como dito, apresenta-se em duas dimensões: a dialética e a analítica, entre as quais persiste um antagonismo, pois a primeira é crítica e negativa e a segunda é aparente e formal[42].

A razão dialética, nos termos da tradição marxista, tem por substância a apreensão das dimensões essenciais, contraditórias e processuais da realidade concreta e como base a ontologia do ser social, haja vista que "[...] só esta pode sustentar a dialeticidade objetivo-materialista de uma racionalidade que transcende os procedimentos cognitivos-racionais dirigidos para a manipulação do mundo objetivo [...]" (NETTO, 1994, p. 39). A razão dialética, numa apreensão imanente da ontologia do ser social, ao passo que reitera a perspectiva da racionalidade objetiva, constitui um arcabouço categorial capaz de reconstruir no plano do pensamento a processualidade da realidade concreta.

Já a razão analítica, tem por base os procedimentos que se põem na ordem da decomposição dos objetos em suas partes e nas respectivas inferências dedutivas, baseadas em modelos lógicos e matemáticos – constituindo-se numa modalidade operativo-racional. Nela, não há crítica aos objetos de análise e o seu foco é apenas as dimensões formais destes objetos, portanto, falta a esse tipo de razão a apreensão da processualidade presente em qualquer realidade.

Nesse sentido para Hegel (1968 apud NETTO, 1994) a razão analítica

> [...] é essencialmente limitada na escala em que – não envolvendo o caráter negativo, e, portanto, crítico da razão, específico de sua dimensão dialética – esgota e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo (p. 29).

E é essa razão analítica que, segundo Netto (1994), a ordem burguesa identifica como sendo a razão moderna, desse modo, processando uma redução da racionalidade à intelecção, cujo resultado, segundo Coutinho (2010), é a extrema formalização do real e da própria racionalidade.

---

[42] Não queremos desconsiderar totalmente o valor da razão analítica, mas apenas destacar os limites desse tipo de razão em relação à razão crítica. A razão não pode ser desprezada, mesmo que seja a sua versão mais formal, pois sem a razão não podemos superar o nível do imediato, do aparente e do senso comum.

A razão moderna segundo Horkheimer (1971 apud NETTO, 1994) é objetiva na medida em que considera a racionalidade como um princípio inerente à realidade, posta “[...] não apenas na consciência individual, mas, também no mundo objetivo: nas relações entre os homens e entre as classes sociais, nas instituições sociais, na natureza e suas manifestações” (p. 28). Portanto, segundo Netto (1994), não havendo fratura entre a consciência e o mundo objetivo, haja vista que se inscreve uma unidade processual entre a realidade concreta e a sua reconstrução no âmbito da consciência.

Essa razão emerge imbricada no processo de socialização da sociedade anunciada pela ordem burguesa, haja vista que

> [...] é o desenvolvimento do capitalismo que, engendrando os fenômenos característicos da industrialização e da urbanização e reclamando saberes necessários a um crescente controle da natureza, instaura o patamar histórico-social no qual é possível apreender a especificidade do ser social. [...] É somente no terreno das formações histórico-sociais embasadas no capitalismo que a produção e a reprodução da vida social podem aparecer aos homens como resultado das suas relações, com a natureza e consigo mesmos – donde, também, ser possível, apenas em tais formações, a emergência de teorias especificamente sociais (NETTO, 1994, p. 31).

E nesse sentido Coutinho (2010) afirma que a tarefa ideológica da burguesia em seu momento revolucionário foi à conquista da realidade por essa razão que elucidava todas as suas determinações concretas, em que as barreiras naturais recuaram e o homem pôde revelar-se como ser social; compreendido como resultado de suas relações com outros homens e com a própria natureza. Todavia, quando a burguesia deixa de ser classe revolucionária e passa a ser classe conservadora, a sua tarefa ideológica passa a ser limitar quando não negar o papel da razão no conhecimento e na práxis social.

Nessa medida, a dinâmica da reprodução ideológica da ordem burguesa passa a se expressar no diálogo entre o racionalismo formal e o irracionalismo moderno, em que nos momentos de crise “[...] a burguesia acentua ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista [...]” (COUTINHO, 2010, p. 16) e nos momentos de estabilidade se mantém nos limites do racionalismo formal.

Assim, as tendências que passam a desqualificar o papel da razão dialética, sobretudo, na práxis humana, em especial o nosso foco de análise, o discurso pós-

moderno, procede manipulando-as e deformando-as ideologicamente[43]. Operando sob o “manto” da pseudo-objetividade à medida que apreendem os processos sociais apenas em sua face fenomênica – isto é, imediata – e como uma justificação das coisas como elas estão.

> De crítica da realidade em nome do progresso, do futuro, das possibilidades reprimidas, o pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente. Em proporções cada vez maiores, a história e a economia perdem sua anterior importância filosófico-ontológica, deixando de desempenhar um papel significativo na elaboração da concepção do mundo. E, com isso, perde-se a possibilidade de apreender a essência da realidade humana: a filosofia da decadência torna-se, cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade (COUTINHO, 2010, p. 35-36)[44].

Incide um processo de deseconomização e desestoricização do real concreto e de sua reconstrução ideal, pois nele passa-se a analisar a vida social sem a base econômica e a histórica - abandona-se a essência do mundo objetivo e a apreensão deste como totalidade histórica. Vale esclarecer, que isto se firma como uma pura abstração do pensamento burguês, tendo em vista que a objetividade e a processualidade do real não se desfaz, pois está posta no real concreto, independente do sujeito cognoscente. Portanto, uma abstração que serve aos interesses da classe burguesa, que necessita validar uma objetividade alienada, que permita a representação da realidade como natural e imutável e, que negue a história como produto da ação coletiva dos homens, fundada a partir da práxis humana (MARX, 1969 apud NETTO, 1994).

Na medida em que as implicações do historicismo concreto e da razão dialética colidem com os objetivos da ordem burguesa, posto que conduzem ao entendimento do caráter historicamente transitório dessa ordem e dessa apreensão podem resultar

---

[43] O humanismo passa a ser travestido em um individualismo exacerbado, que nega a sociabilidade e o caráter criador da práxis humana. O historicismo dá lugar a uma historicidade subjetivista e abstrata, portanto, a uma pseudo-historicidade centrada na positividade do real. E a razão dialética é desqualificada em favor de um irracionalismo pautado na intuição ou de uma racionalidade limitada às formas intelectivas (razão analítica) (COUTINHO, 2010).

[44] Coutinho (2010) chama a atenção para outro fenômeno importante, que está associado a esse processo de ideologização do real e que se põe na ordem da burocratização da práxis humana, que, por sua vez, ocorre quando determinados procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente, empobrecendo a ação dos homens e desvinculando-a da realidade e de suas finalidades. Dessa forma, buscando-se esvaziar a ação criadora do homem em relação à realidade e a substituindo pela manipulação estéril de esquemas formais e pré-estabelecidos, tal qual ocorre no campo do conhecimento nos termos da razão analítica. Opera nesta dimensão, também, a ideologia burguesa, tendo em vista que a burocratização da práxis se apresenta como um momento da alienação.

práticas sócio-políticas que ponham em risco a sua hegemonia, torna-se imperativo a essa classe uma atitude manipuladora face aos objetos, o que, então, demanda os procedimentos próprios da razão em sua dimensão analítica. Assim, esse tipo de razão é a racionalidade privilegiada da relação entre o sujeito e o objeto no contexto de socialização da ordem burguesa, haja vista que aponta para manipulação racional do primeiro em relação ao segundo.

> A ordem burguesa, propiciadora da emersão da razão moderna, a partir de um dado patamar de desenvolvimento termina por incompatibilizar-se com a sua integralidade: por sua lógica imanente, deve prosseguir estimulando o evolver da razão analítica (a intelecção), mas, deve, igualmente, obstaculizar os desdobramentos da sua superação crítica (a dialética) (NETTO, 1994, p. 32).

A ordem burguesa, assim, ao estruturar uma nova sociabilidade e ao inscrever as condições para o esclarecimento do mundo, contraditoriamente, estrutura uma forma específica e imediata da vida social, pautada no processo de reificação[45], para tanto, desconsiderando a processualidade social e instrumentalizando a razão.

Instrumentaliza-se a razão, pois “O método de investigação não é um conjunto de regras formais de análise, externas às peculiaridades do objeto, mas, uma relação que permite ao sujeito apanhar a dinâmica própria do objeto” (NETTO, 1994, p. 39). E quando a ordem burguesa oculta esse caráter heurístico da razão, o faz com interesses puramente classistas, no caso manter-se como classe dominante, e então, a razão passa a servir à reprodução do mundo manipulado. Desta feita, a ideologia burguesa opera no sentido de dificultar a superação dos limites da razão instrumental que lhe são favoráveis, alimentando o processo de reificação e de fetichização das relações.

Portanto, a desqualificação da razão, no âmbito do pensamento decadente, processa-se no tocante à sua dimensão dialética e é apanhada na extensão que ampara o projeto ideológico da burguesia, ou seja, em sua dimensão analítica.

Na base dessa desqualificação da razão dialética estão diversas tendências do pensamento que se inspiram ou se articulam ao binômio racionalismo-

---

[45] A reificação se constitui como a forma mais radical e generalizada da alienação, ou seja, quando o homem alienado de si próprio torna-se coisa e como tal passa a ser governado pelas leis do mundo das coisas.

formal/irracionalismo moderno[46] e, para nós, as raízes do pensamento pós-moderno se inscrevem nesse campo.

Essa duplicidade racionalismo formal/irracionalismo moderno "[...] faz lembrar a cabeça de Janus: a bipartição das faces não anula a unidade do corpo, pois [...] ambas são encarnações de um pensamento imediatista, incapaz de atingir a essência do objeto" (COUTINHO, 2010, p. 19).

O racionalismo formal caminha de braços dados com o irracionalismo moderno, estes enquanto projeto sociocultural se reiteram e se complementam numa atitude comum no que tange a razão – negam o valor da razão dialética e as suas determinações. Em virtude disso sublimadas as questões metodológicas convergem para o afastamento da realidade de sua dimensão essencial, contraditória e processual, descartando, também, as categorias analíticas que vinculam a realidade como totalidade histórica. O nos faz concluir que o recuo desses - racionalismo formal e irracionalismo moderno - aponta a legitimação da racionalidade em sua dimensão crítica enquanto o avanço deles sinaliza para o caminho inverso.

O que se põe em questão nesse pensamento decadente, segundo Coutinho (2010) é uma complicada dialética entre essência e aparência. De certo que ambas se firmam como momentos constitutivos da realidade objetiva, porém, são momentos distintos, podendo inclusive existir entre eles contradições e até antagonismos. Assim, a análise concreta da realidade e a práxis social ampla exige a apreensão das mediações entre aparência e essência, em que a primeira se dissolve mediante a reconstrução da totalidade histórica, capturando-se assim a essência do objeto.

> [...] quando o pensamento não tem condições de superar o imediatismo e o espontaneísmo, não pode superar a descrição da forma aparente e alcançar a reprodução da essência. Converte então essa forma aparente em fetiche, ao conceder-lhe uma autonomia e universalidade que não possui (COUTINHO, 2010, p. 38).

E é mediante esse processo de fetichização que o pensamento decadente dissolve a unidade dialética aparência/essência e a transforma numa identidade, em que uma passa a significar imediatamente a outra, numa espécie de negação da segunda pela primeira.

---

[46] O racionalismo formal direciona-se à apologia direta a sociedade burguesa e o irracionalismo moderno conjuga um anticapitalismo romântico, pois sua crítica é apenas cultural.

E é ao aceitar essa positividade das relações capitalistas, ao se compatibilizar com a fetichização das relações sociais nessa ordem e ao se limitar à apreensão da realidade imediata ao invés de apanhar a sua essência dialética, que o pensamento decadente serve ideologicamente aos interesses da ordem burguesa. E "[...] tudo sugere que o movimento da ordem burguesa continuará repondo a exigência de compensar/complementar a miséria da razão com a destruição da razão (NETTO, 1994, p. 41). O que se confirma quando se inscreve o refluxo do pensamento estruturalista, mediante a atmosfera cultural instaurada a partir dos acontecimentos de 1968 que, por sua vez, incide sob dois processos distintos e consecutivos: o primeiro em que predominava o pensamento revolucionário, sustentado por um bloco cultural heteróclito, mas unificado por sua base anticapitalista; e o segundo expressando-se na direção do refazer da ordem, mediante uma virada cultural, expressa na polarização marxismo *versus* novos filósofos (vistos como nova direita). E é nesse rescaldo cultural que se fixam as tendências do campo pós-moderno.

Fixa-se numa cultura regressiva, que nos termos de Netto (2010, p. 234) "[...] hoje impera nos círculos intelectuais da sociedade tardo-burguesa [...]" e mediante a reversão ídeo-teórica que processa não nos permite a crítica radical e a elaboração de proposições superadoras.

O pensamento pós-moderno propagará um

> [...] giro extraordinário, surpreendente até mesmo para os corifeus do estruturalismo: um violento giro à direita [...] um pensamento nítida e expressamente restaurador que, à diferença do pensamento conservador ilustrado [...], se propõem a ser o batalhão de choque da guerra ideológica contra todo o pensamento da esquerda (NETTO, 2010, p.234).

Vale esclarecer que, conforme Netto (2010) o pensamento pós-moderno não se configura como uma continuação do estruturalismo, na verdade este último se expressou como uma importante preparação para o segundo, que, por sua vez, irá determinar em larga escala "[...] os padrões do debate, definindo o modo do 'discurso' e estabelecendo parâmetros para a crítica cultural, política e intelectual" (HARVEY, 2005, p. 9).

Decerto que o pensamento pós-moderno não se constitui como um campo nem teórico e nem ideopolítico homogêneo. Portanto, identificamos nesse campo heteróclito um conjunto de discursos e ideias que, embora diferenciados entre si, possuem, de acordo com Netto (2010),

> [...] um denominador comum, constituído pelos seguintes traços que lhes são absolutamente pertinentes: [...] aceitação da imediaticidade [...] recusa da categoria da totalidade [...] semiologização da realidade social [...] (p. 261).

Quanto ao primeiro traço retomamos a articulação do binômio racionalismo formal/irracionalismo, cuja discussão, já travada por nós, remete a apreensão dos fenômenos em sua forma imediata e aparente. Para nós, o pós-modernismo vincula-se a essa perspectiva, pois lateraliza a objetividade do real, descarta a essência das coisas e apresenta uma realidade fetichizada, cujo caráter é natural e independente, portanto, imutável.

A recusa da totalidade, também já referenciada neste trabalho, processa-se mediante a sua identificação como totalitarismo político[47], cuja resultante é a substituição da tomada da realidade como um todo, isto é, como um complexo saturado por mediações sociais, à análise do real por seus fragmentos, privilegiando o empirismo, o relativismo teórico-metodológico e a micropolítica. Por conseguinte, segundo Jameson (1996), uma das primeiras vítimas do pensamento pós-moderno é a história. Para o autor o pós-modernismo exaspera-se em uma “surdez histórica”, pois, limita-se ao tempo presente e a seus elementos particulares, mobilizados para validar o reflexo do mundo manipulado. Daí então, o que temos é a análise do presente pelo próprio presente (presentismo), considerando os seus fragmentos.

Esse pensamento pós-moderno seguramente assume, segundo Netto (2010), o primeiro plano na cultura capitalista a partir do texto de 1979: A condição pós-moderna de Lyotard, no qual confluem “[...] resgates seletivos do neopositivismo e a herança do estruturalismo [...]” (p. 256)[48]. Nessa obra a ciência é tomada como um jogo linguístico e o conhecimento como uma factualidade discursiva. Na validação dessa tese o autor demarca o abandono da verdade ontológica e equaliza o real a um discurso com seus devidos nexos linguísticos.

Esse modelo de “ciência” ao cancelar a objetivação da vida social incorre sobre o processo de semiologização desta – o terceiro traço comum às teorias pós-

---

[47] Para Netto (2004) trata-se de um conceito extremamente nebuloso que coloca no mesmo patamar o nazi-facismo e as experiências do socialismo real.

[48] A publicação dessa obra configura-se como um marco, em que o pensamento pós-moderno “[...] irrompe nos domínios do saber, invade as manifestações estéticas, contagia as práticas políticas e, nas duas décadas seguintes, constituirá um campo teórico diferenciado e desencadeará a produção de uma bibliografia enorme [...]” (NETTO, 2010, p. 256).

modernas. Substituindo os critérios da verdade objetiva pelos critérios da coerência lógico-linguística - baseados, por sua vez, nas dimensões simbólicas da vida social e nos múltiplos discursos que se estruturam a partir dessas - tornam menos concebível a própria ideia de existência de uma realidade verdadeiramente objetiva; nessa acepção, conclui-se que o real configura-se como uma reconstrução ideal, resultado da intersecção entre múltiplas imagens e interpretações.

Para Lyotard (2004) o vínculo social é linguístico, constituído não por apenas um fio, mas, por um número indeterminado de jogos de linguagem, nos quais o sujeito social parece dissolver-se dado a flexibilidade e ao infinito número de combinações linguísticas possíveis.

Nessa mesma direção o pós-moderno afere que "[...] não existe uma história única, existem imagens do passado propostas a partir de diferentes pontos de vista" (VATTIMO, 1989, p. 284).

Conferem, também, ao arcabouço pós-moderno: o ecletismo como recurso metodológico, haja vista o pós-moderno centrar-se enquanto "método"[49] numa indeterminada e desordenada pluralidade metodológica, ou seja, uma de suas marcas é a transgressão metodológica; e o relativismo que sinaliza para a dissolução da concepção clássica de verdade, vista ora como o efeito de convencimento dos vários discursos que assinalam cada um à sua verdade e que se põem em conflito (ciência como jogo de linguagem), ora como uma retórica fundamentada numa batalha argumentativa contínua e interminável entre os vários discursos de verdade (artefactualidade discursiva); em ambos os casos a verdade não possui referências materiais e o único modelo possível para sua apreensão passa a ser o lógico-retórico, reforçando a entronização da concepção idealista do mundo social (NETTO, 2004).

Para Netto (2010, p. 263),

> Uma das características mais marcantes do pensamento pós-moderno é o seu desconhecimento – poder-se-ia dizer mesmo a sua ignorância – da economia política do capitalismo [...] decorrência necessária dos seus traços constitutivos já mencionados, este desconhecimento faz com que suas eventuais referências à produção das condições materiais que garantem as relações de produção/reprodução social se limitem a meras e vagas alusões

[49] As aspas aqui se justificam pelo fato de considerarmos que o pensamento pós-moderno não dispõe de um método, tendo em vista que não estabelece no interior de suas elaborações um conjunto de procedimentos racionais destinados a objetivar as suas análises. Na verdade, se vale indistinta e ilimitadamente dos mais variados recursos metodológicos. "Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta" (SANTOS apud NETTO, 2010, p. 284).

> a algo tomado como exterior e alheio aos níveis cultural-simbólicos (com a plena autonomia que conferem a tais níveis em relação a este algo exterior).

Se o processo de desvinculação da análise da vida social da problematização de sua respectiva base material já dominava o pensamento burguês desde que esta se torna classe conservadora, é com o pensamento pós-moderno que ela alcança o seu ponto extremo. Nesse contexto os limites postos pela divisão social e técnica do trabalho amplamente adensada no capitalismo tardio distanciam a vida dos intelectuais da vida social e "[...] em especial, às efetividades materiais desta vida" (NETTO, 2010, p. 264)[50]. E assim o pós-moderno reflete de forma acrítica a superficialidade da vida social nessa quadra histórica regida pela máxima regressiva do capitalismo mundializado:

> A atomização da vida social, o fragmentário e o efêmero das relações humanas nas metrópoles, o intimismo e o particularismo a que são compelidos os indivíduos na sua vida cotidiana manipulada, a inépcia das instituições sociopolíticas universalizadoras que acaba por compelir a ação política a intervenções moleculares, a descontextualização das experiências pessoais no marco das infovias, a espetacularização dos acontecimentos, a avalanche simbólica que satura os espaços sociais, a obsolescência programada do mundo das mercadorias e a compressão espaço-temporal experimentada por centenas de milhões de homens e mulheres. Dando por suposto que este quadro societário inaugura um novo período histórico, cujo futuro não transcende a reiteração pleonástica do presente [...] (NETTO, 2010, p. 266).

Portanto, a funcionalidade ideológica do pensamento pós-moderno ao tempo presente do capital, confirmar-se à medida que este reflete a imediaticidade fática e simbólica da sociedade tardo-burguesa, fundamentada numa argumentação anti-ontológica e anti-dialética que interdita a apreensão do concreto, do essencial e do universal. E à medida que valida e apresenta o conjunto das representações, normas, valores e padrões de conduta resultado das relações burocratizadas e manipuladas

---

[50] Nessa altura vale ressaltar que o ano de 1975 se constitui como o período de afirmação dos novos filósofos, que não surgem de um processo de aprofundamento e de acúmulo teórico, mas do universo da filosofia midiática dos jornais e das revistas, para os quais o jogo político-econômico é a base fundamental. Para estes os estudos e as produções intelectuais não se referenciam na realidade concreta e sim no campo das representações. E isso ocorre por meio do processo de intensificação da divisão sócio-técnica do trabalho que se expande para o campo da produção do conhecimento – assenta-se a perda da perspectiva da totalidade. Um processo não firmado a partir de uma escolha do indivíduo, mas, que refletia os próprios limites impostos pela estrutura da divisão do trabalho. Sob essa lógica, formou-se toda uma geração de intelectuais que só podiam identificar essa estrutura intelectual como a possível.

na atual fase do capitalismo como naturais, factuais, independentes da ação do homem, portanto, imutáveis. E assim incide “[...] no comportamento e na vida práticos daqueles que a internalizam” (NETTO, 2010, p. 266), no sentido de manter as relações sociais fetichizadas e alienadas.

Destarte, considerando as particularidades sócio-históricas que permeiam esse processo, discutiremos no próximo ponto a incorporação e as inflexões dessa ideologia pós-moderna na realidade brasileira.

1.3 A incorporação das ideias pós-modernas na particularidade brasileira

> Imitar, para nós, foi integrar, foi nos incorporarmos à cultura ocidental [...] Foi igualmente manifestar a tendência constante de nossa cultura, que sempre tomou os valores europeus como meta e modelo.
>
> *Antônio Cândido*

Nesse ponto delimitaremos a dimensão da cultura como central na análise da sociedade brasileira, tendo obviamente, como pressuposto que essa se processa através de muitas mediações com o movimento político-econômico do país. Os elementos que estão postos nas inflexões do pós-modernismo na atualidade não se processam apenas com influências e mediações do tempo presente, mas, também, forjam suas feições a partir de uma herança social que, por sua vez, deita suas raízes nas particularidades da formação sócio histórica do Brasil.

Analisar a relação pós-modernismo e a realidade cultural brasileira requer apanhar o conjunto de mediações que forma essa sociedade como complexo ou totalidade histórica.

Nesses termos, é possível dimensionar as intenções e os efeitos de uma ideologia, na qual subjaz um discurso caótico, superficial, a-histórico, fragmentário e desmobilizador, às já tão conhecidas contradições de um país de capitalismo desigual, dependente e tardio. Sobretudo, se considerarmos o caráter reificador das relações sociais capitalistas e que este é capilarizado pela lógica cultural do tempo presente, ou seja, pela lógica pós-moderna.

Analisar a cultura brasileira é apanhá-la como um todo saturado de mediações e determinações sócio-históricas, que passam pelas diversas expressões e manifestações da arte, do pensamento e da vida social, todavia, não se limitando e nem se esgotando nelas. É uma dimensão que se articula, historicamente, com as determinações do mundo econômico e político e que, portanto, se firma enquanto expressão e resultado de múltiplas interlocuções.

Nessa direção, o conceito de cultura que trabalharemos assenta-se numa perspectiva ampliada, com aportes nos escritos gramscianos, onde esta não dispõe de uma definição diretiva e finita, sobretudo, por que envolve mediações com a sociedade civil, com o Estado, com os intelectuais, com a organização política e com as ideologias “dominantes” e as “subalternas”. Portanto, não se restringe a um conjunto de valores, teorias ou concepções de mundo fixas ou alienadas do movimento incessante do real, como também, não se consubstancia como uma simples soma ou junção das partes deste movimento, mas, sim inscreve-se como uma totalidade em processo.

Assim, a cultura é resultado, é produto das próprias relações sociais, constituindo-se como uma relação social em si, que expressa uma direção político-ideológica, cunhada numa disputa entre distintos projetos pela hegemonia e pelo consenso no processo de desenvolvimento sócio-histórico.

Uma dimensão que atua, junto a outros campos como a política e a economia, na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo, numa trama complexa e pluralista, cuja direção é impressa pelo projeto político ideológico hegemônico em determinado contexto.

Nessa perspectiva para procedermos com a análise da cultura brasileira em tempos de influência pós-moderna é necessário, inicialmente, apreendermos as direções e significados do processo de formação sócio-histórica de nossa cultura e suas mediações com a formação político-econômica do país.

Nesse sentido Coutinho (2005) afirma que “[...] não é possível compreender a problemática da cultura brasileira sem examinar algumas características da nossa intelectualidade, ligadas ao modo específico do desenvolvimento social em nosso país” (p. 39).

Seguindo este fio condutor de análise poderíamos delimitar alguns traços que se inscrevem como particularidades da formação sócio-política e cultural brasileira

desde os tempos coloniais, que ao longo dos anos vêm se ressignificando e se reeditando em nossa história.

Se visitarmos a nossa história oficial veremos que a cultura de nosso país é marcada intencionalmente pela mistificação. Nos termos de Chauí (2005) incorporamos desde os tempos de escola a figura do "mito fundador do Brasil", no qual se firma a representação do "[...] país abençoado por Deus e bonito por natureza [...]"[51] e do povo brasileiro como gente forte e brava na medida certa, ao mesmo tempo que pacífica e ordeira.

A oficialidade, também, representa a nossa história como edificada sem sangue, ao não ser o de "alguns poucos heróis escolhidos distintamente" e como resultado da bravura e da grandeza dos bandeirantes e do trabalho e da ousadia da aristocracia que aqui se instalou e construiu as bases de nossa sociedade.

Aprendemos, também, que somos um país jovem, cujo povo é formado pela mistura de "[...] corajosos índios, os estoicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos" (CHAUÍ, 2005, p. 06).

> Há, assim, a crença generalizada de que o Brasil: 1) é 'um dom de Deus e da Natureza'; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos [...] desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progredi quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um 'país dos contrates' regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte – com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo (CHAUÍ, 2005, p. 08).

Trata-se de uma mistificação que encobre a tensão real de nossa sociedade, resultado de uma formação marcada pela espoliação de nossas riquezas, pela superexploração do trabalho, pelo escravismo, pelo massacre e pela "aculturação" dos nossos povos originários e, ainda, pela solidificação das desigualdades sociais, sejam elas expressas na exploração de classe, na subjugação da mulher, na discriminação étnico-racial, na homofobia, dentre outras múltiplas manifestações.

No plano aparente temos uma imagem positiva do país e de sua gente, permitindo que uma representação de sociedade como uma "unidade rica e fraterna"

---

[51] Trecho da música País Tropical de Jorge Bem Jor.

subsuma a consciência de suas reais tensões, conflitos e contradições inerentes ao processo desigual e combinado de sua formação e de seu desenvolvimento sócio histórico, por conseguinte, obliterando as ações que apontem para superação dessa realidade.

Uma representação que se renova a cada período histórico, cujas raízes foram edificadas desde 1500, e nos colocam frente a frente com o mito fundador do país, que se constitui como

> [...] aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna [...] como da ampliação do seu sentido. Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente (CHAUÍ, 2005, p. 09-10).

Vale acrescentar que os elementos que entravam a elucidação de uma cultura livre, democrática e anticapitalista – nos termos de Gramsci (2006) uma cultura nacional-popular que se apresenta enquanto alternativa à cultura intimista do país e como oposição democrática às expressões concretas da ideologia dominante e da "cultura ornamental" subjacente – em nosso país não têm apenas como obstáculo a mistificação de sua fundação e a reedição desta no seu processo de formação. E que a superação desta mistificação e a simples mudança de direção ídeo-política desobstruiriam este processo, posto que outros óbices se fazem presentes e de certa forma engessam a nossa forma de pensar e de agir.

A mistificação como particularidade da cultura brasileira na verdade nos remete a outras duas de suas marcas essenciais já encobertas por essa "névoa mistificadora" que torna míope a nossa história e até, por vezes, a nós mesmos, quais sejam: o ecletismo que se expressa pela disposição de se unificar arbitrariamente diferentes doutrinas, ideias e tendências culturais, mesmo que persistam entre elas, por vezes, antagonismos; e a heteronomia, que segundo Florestan (2005), se constitui como um traço estrutural marcante na realidade brasileira, haja vista a condição de dependência e de subordinação do país às nações que controlam "[...] o mercado externo e as estruturas internacionais de poder" (p. 54); uma dependência econômica, social e

política internacional, cujas mediações, também, se expressam no plano da cultura brasileira.

Então, para entendermos esses traços da cultura brasileira e suas determinações é preciso apreender as condições sociais em que se inscrevem.

> Um dos primeiros tópicos para uma justa conceituação da 'questão cultural' no Brasil é a análise da relação entre cultura brasileira e cultura universal. Em sua dimensão ontológico-social, é esse o problema que não pode ser resolvido no plano de uma análise imanente das 'fontes' e influências. Há uma prévia questão histórico-genética a exigir resposta: de que modo se articulou a evolução das formações econômico-sociais brasileiras, de cuja reprodução e transformação a nossa cultura é momento determinado e determinante, com o desenvolvimento do capitalismo em nível mundial? (COUTINHO, 2005, p. 40-41).

O processo de colonização do Brasil ocorre na fase mundial do capitalismo mercantil, precisamente iniciado no século XVI se estendendo pelos séculos subsequentes, XVII e XVIII. Cabe-nos esclarecer que esse processo se insere em um movimento maior que o "descobrimento" particular do país, inscreve-se no campo da expansão marítima dos países da Europa depois do século XV, provenientes do desenvolvimento do comércio continental europeu, até então, quase exclusivamente terrestre.

> Como se sabe, a grande rota comercial do mundo europeu que sai do esfacelamento do Império do ocidente é a que liga por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte [...] No séc. XIV, mercê de uma verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, outra rota ligará aqueles dois pólos [sic] do comércio europeu: será a marítima que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar [...] O primeiro reflexo desta transformação, a princípio imperceptível, mas que se revelará profunda e revolucionará todo o equilíbrio europeu, foi deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, para aqueles que formam a sua fachada oceânica: a Holanda, a Inglaterra, a Normandia, a Bretanha e a Península Ibérica (PRADO JR, 2008, p. 19).

Assim, os diversos "descobrimentos", a exploração de "novas" terras e a colonização de "novas" regiões inscrevem-se no sentido da ampliação do comércio internacional, não sendo, portanto, o povoamento um objetivo inicial. O objetivo do colonialismo na época da hegemonia do capital mercantil era extorquir valores de uso produzidos pelas economias não-capitalistas dos povos colonizados e transformá-los em valores de troca no mercado internacional. A subordinação dessas economias

periféricas se dava no terreno da circulação, numa subordinação formal que mantinha essencialmente intocado o modo de produção do povo colonizado.

Entretanto, a extorsão crescente desses valores de uso com o passar do tempo incide sobre a alteração das bases econômicas e sociais do modo de produção interno num sentido mercantil e mesmo capitalista, gradualmente se passando para um processo de subordinação real. Neste tipo de subordinação, inscrevem-se as alterações nas bases econômicas e sociais da economia periférica em relação às formações econômicas dominantes.

Segundo Coutinho (2005) no caso do Brasil, há que se considerar nesse processo uma particularidade do país, qual seja: aqui não havia uma formação econômico-social que, mesmo que primitiva, fornecesse excedentes de vulto ao processo de circulação do capital mercantil colonialista. Assim, o problema que se colocava era criar um aparelho produtivo que se articulasse diretamente com o mercado mundial.

> O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação, aliás, que se verifica também em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional" (PRADO JR, 2008, p. 11).

Nesse contexto, a base da formação econômico-social era o escravismo que incidia sobre duas consequências fundamentais para o país: a estagnação da produtividade econômica local o que dificultaria a formação de um mercado interno sólido; e a polarização da estrutura das classes com "[...] a degradação do trabalho manual que opera no sentido de se criar faixas médias marginalizadas pelo sistema [...] que só podem se reproduzir através do 'favor' dos poderosos" (COUTINHO, 2005, p.44). Então, "Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás" (PRADO JR, 2008, p. 12).

Coutinho (2005) ainda afirma que o fato de os pressupostos da formação econômico-social brasileira estarem situados nos países de capitalismo central teve uma importante consequência para questão cultural. Para ele, a penetração da cultura europeia não encontrou obstáculos prévios.

> [...] Não existia uma significativa cultura autóctone anterior à colonização, que pudesse aparecer como o "nacional" em oposição ao "universal", ou o "autêntico" em contraste com o alienígena. No Brasil, mesmo na época da subordinação formal, ou seja, mesmo quando o modo de produção interno ainda não era capitalista, as classes fundamentais de nossa formação econômico-social encontravam suas expressões ideológicas e culturais na Europa. Imitar, para nós, foi integrar, foi nos incorporarmos à cultura ocidental, da qual a nossa era um débil ramo de crescimento. Foi igualmente manifestar a tendência constante de nossa cultura, que sempre tomou os valores europeus como meta e modelo (CÂNDIDO, 1968 apud COUTINHO, 2005, p. 38).

Assim, as determinações fundamentais de nossa formação não estão postas a partir da organização, da produção, da vida social e da cultura dos povos originários do Brasil, mas, da assimilação e da subordinação destes às influências colonizadoras.

O nosso país é herdeiro do patrimônio cultural universal, sendo a história da cultura brasileira o resultado dessa assimilação "[...] – mecânica ou crítica, passiva ou transformadora da cultura universal pelas várias classes e camadas sociais brasileiras" (COUTINHO, 2005, p. 46).

Considerando as determinações fundamentais de nossa formação para além do caráter dependente de nossas relações de produção, põe-se em evidência a articulação entre as classes e o poder político que caracterizaram o desenvolvimento socio-histórico do país. Processo calcado em transformações que não resultaram de revoluções autênticas e completas, de movimentos "de baixo para cima", que envolvessem a população, mas, sempre se deu "pelo alto", por meio da conciliação entre os representantes das classes dominantes, cuja raiz firmava-se nitidamente na intenção de manter reprimidas e à margem do campo das decisões as classes "de baixo".

> Portanto, a transição do Brasil para o capitalismo (e de cada fase do capitalismo para a fase subsequente) não se deu apenas no quadro da reprodução ampliada da dependência, ou seja, com a passagem da subordinação formal à subordinação real em face do capital mundial; em estreita relação com isso essa transição se processou também segundo o modelo da "modernização conservadora" [...] (COUTINHO, 2005, p. 51-52).

Esse tipo de desenvolvimento político do país traz para o plano da cultura, também, duas consequências relevantes: o alargamento da sociedade política (Estado) e o engessamento da sociedade civil, já que as conciliações eram feitas no âmbito do Estado – que apesar de terem como "chão histórico" a pressão exercida pela luta de classes, infelizmente, arrefecida pelos dispositivos da pseudoconciliação.

Firmou-se nesse sentido, uma espécie de debilidade da sociedade civil que conforme Coutinho (2005)

> [...] é responsável pela minimização de um dos papéis essenciais da cultura, precisamente o de expressar a consciência social das classes em choque ou de um bloco de classes sobre o conjunto dos seus aliados reais ou potenciais. A cultura brasileira tornou-se assim em grande parte uma cultura "ornamental", já que não existia (ou era excessivamente débil) o médium próprio da vida cultural: a sociedade civil (p. 52-53).

Nessa dimensão, põe-se um problema essencial à cultura brasileira que se expressa em torno da sobredeterminação da relação entre os intelectuais e as classes, que pode significar um processo de cooptação dos primeiros pelo sistema dominante ou à marginalidade dos que se recusam a essa dominação no plano cultural. Ou mesmo a repressão àqueles que se ligavam as classes populares.

Figurava um desequilíbrio na vida cultural brasileira, onde as classes dominantes através de seus "intelectuais orgânicos" projetavam suas ideologias e as classes populares tinham suas projeções ideológicas sufocadas.

A atmosfera da cultura brasileira firmava-se numa perspectiva "intimista" que necessariamente não punha para os intelectuais a obrigatoriedade de reprodução das ideologias dominantes, mas, os induzia através das mais variadas formas de pressão a optar por "[...] formulações culturais anódinas, 'neutras', socialmente assépticas" (COUTINHO, 2005, p. 54).

> O "intimismo à sombra do poder" lhe deixa um campo de manobra ou de escolha aparentemente amplo, mas cujos limites são determinados precisamente pelo compromisso tácito de não pôr em discussão os fundamentos daquele poder a cuja sombra ele é livre para cultivar a própria intimidade (COUTINHO, 2005, p. 54-55).

Ainda, conforme Coutinho, o processo de conciliação político-social desvela-se, também, em mediações no plano do pensamento social, tendo como reflexo ideológico o ecletismo, isto é, a conciliação no campo das ideias.

Os condicionamentos objetivos de nossa formação sócio-histórica implicam na "assimilação" de tendências distintas que agregam contraditoriamente ao mesmo tempo elementos progressistas e reacionários. Assim, na vida social do país encontramos formulações ídeo-teóricas, cuja direção comum pode ser a mudança do "pacto social", porém, na medida em que se garanta o essencial para as classes

dominantes, ou seja, o *status quo.* Um ecletismo que se manifesta tanto no campo da direita como também nas frações progressistas.

Entretanto, a ideologia dominante no Brasil consubstanciou-se na essência do pensamento autoritário e de direita que pressupõe um “pluralismo da ideologia”, cuja unidade essencial se expressa em

> [...] todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, cientificistas ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: em impedir que as massas populares se organizem, reivindiquem, façam política e criem uma verdadeira democracia (KONDER, 1980 apud COUTINHO, 2005, p. 56).

Coutinho ainda esclarece que embora condicionado pela relação de dependência esse vínculo com a cultura universal não impõe necessariamente um caráter dependente ou “alienado” à totalidade de nossa cultura. Quando uma cultura avançada foi trazida para o Brasil por uma classe progressista e anticolonial também se constituiu uma base para formação de uma consciência social efetivamente nacional-popular, contrária ao espírito da dependência.

O nacional-popular se apresenta enquanto alternativa à cultura intimista do país e como oposição democrática às expressões concretas da ideologia dominante e da “cultura ornamental” subjacente.

Essa perspectiva diverge da cultura elitista e busca por em evidência algumas contradições da vida cultural do país. Sobretudo, busca abater o afastamento existente entre os intelectuais e o povo, posto que a cultura brasileira, nesse turno, parece gravitar no ar, intocável e imune aos desejos, significados, símbolos, necessidades e sentimentos do povo.

O nacional-popular, então, é uma tentativa de articulação dos intelectuais com o povo e, consequentemente, com o conjunto de aspirações ligadas a esse. Não se confundindo, quanto ao seu conteúdo, como algo necessariamente oposto ao universal ou como mera afirmação de raízes culturais autônomas em oposição às incorporações alienadas[52].

---

[52] Nos termos de Gramsci (1975 apud COUTINHO, 2011) fazendo dos intelectuais, “intelectuais orgânicos” das correntes populares.

Quer seja a direção intimista ou a nacional-popular da cultura no país estas não são forjadas a partir da vontade individual dos intelectuais, mas, sim se configura enquanto resultado das relações sociais próprias do contexto socio-histórico vigente.

Vale resgatar, ainda, a estreita ligação da cultura brasileira, como vimos anteriormente, com a cultura universal. Portanto, o nacional-popular também sofre essa influência, dessa forma, não se firmando enquanto uma oposição a esse universal, tampouco, como uma tentativa de afirmação de uma "pretensa cultura autônoma" brasileira.

> Assim, se o nacional-popular é essencialmente um modo de articulação entre os intelectuais e o povo [...] ele não pode ser entendido, no que se refere às suas figuras concretas e ao seu conteúdo, como algo oposto ao universal, como simples afirmação de nossas pretensas raízes culturais 'autônomas' contra a penetração do 'cosmopolitismo alienado' [...] Decerto, não se trata de afirmar que tal postura abstratamente cosmopolita não exista entre nós: ela se manifesta sempre que a recepção de uma corrente cultural universal se faz de modo abstrato, sem nenhuma tentativa de concretizá-la e enriquecê-la no confronto com a realidade brasileira [...] há cosmopolitismo abstrato todas as vezes que a 'importação' cultural não tem como objetivo responder as questões pela própria realidade brasileira, mas, visa tão somente a satisfazer exigências de um círculo restrito de intelectuais 'intimistas'. Nesse sentido, podemos afirmar que essa postura 'cosmopolita' é uma das manifestações da cultura elitista e não nacional-popular: é por estarem separados do povo, emparedados nos limites do 'intimismo', que certos intelectuais são incapazes de proceder àquela concretização e àquele enriquecimento do patrimônio universal (COUTINHO, 2005, p. 60-61).

Sendo assim, o nacional-popular não se confunde com o "nacionalismo cultural" que se firma, conforme Coutinho, em um fechamento provinciano e popularesco diante das conquistas efetivamente progressistas da cultura mundial e encontra afinidades muito maiores com as forças reacionárias da cultura brasileira. Nesse ponto, é característica essencial da perspectiva nacional-popular a capacidade de distinguir entre o que é válido e o que não é válido no patrimônio cultural universal. Tendo em vista a pertinência da "[...] luta contra a penetração de produtos culturais alienados, impostos ao nosso povo, sobretudo, através dos modernos meios de comunicação de massa" (COUTINHO, 2005, p. 62).

> Não se tratava de contrapor o "nacional" ao "estrangeiro", mas de distinguir, no seio do patrimônio cultural tornado universal, entre o que poderia se tornar elemento organicamente nacional-popular de nossa cultura ou, ao contrário, o que serviria para reforçar o predomínio das correntes elitistas e "intimistas" (COUTINHO, 2005, p. 67).

Outro traço essencial do nacional-popular é a pluralidade, sendo sua unidade apenas tendencial, posto que este se firma enquanto uma diversidade que procede a abordagem do real, estando presente tanto "[...] nas teorias pedagógicas de Paulo Freire, inspiradas numa concepção existencialista de fundo cristão, quanto nas pesquisas ou nas propostas políticas baseadas nos princípios do materialismo histórico" (COUTINHO, 2005, p. 64).

A unidade desta tendência se processa por meio do realismo crítico, pela concepção humanista e historicista de mundo, pela apreensão do papel da práxis na transformação das estruturas sociais e da verdade como sempre concreta[53].

> Assim, quanto mais um artista se vincular à totalidade das contradições do seu povo e de sua nação, quanto mais se tornar (como diria Machado) "homem de seu tempo e de seu país" tanto mais lhe será possível elevar-se àquele nível de particularidade – de universalidade concreta – sem a qual não existe grande arte (COUTINHO, 2005, p. 65-66).

Nesses termos o intrínseco imbricamento entre cultura, política e economia torna-se cada vez mais inteligível, sinalizando que estas constituem uma totalidade complexa e se expressam como resultado das relações sociais, síntese de múltiplas determinações.

A análise da nossa formação sócio-econômica-cultural, então, revela "[...] nossos impasses históricos, o capitalismo inconcluso e insuficiente, o modo como as grandes contradições históricas se propõem como desafio [...]" (FERNANDES, 2005, p. 11).

Revela uma herança sócio-histórica que nos torna um país singular e que em alguma medida nos aponta possibilidades distintas no processo de desenvolvimento. Como é o caso da realização de uma revolução burguesa brasileira problemática[54],

---

[53] Contudo, é preciso sinalizar a existência da possibilidade de um enviesamento desta tendência o que incorre no risco de se cair naquilo que podemos chamar de populismo que, por sua vez, representa-se pela intenção de se articular com as classes populares, mas, que na verdade é incapaz de se fazer isso por inteiro ou por dentro, configurando, assim, apenas, segundo Coutinho (2005) uma retórica, onde "[...] as reais contradições populares aparecem dissolvidas num ambiente de fantasia; atribuem-se ao povo valores idealizados próprios da camada intelectual [...] uma espécie de retórica romântica e/ou naturalismo fundado na exploração do pitoresco" (p. 67).

[54] Alguns elementos de justificação dessa tese são expostos por Fernandes, quais sejam: a predominância de uma estrutura social de estamentos e não de classes; o compromisso, em certa medida, com as estruturas sociais de poder do antigo regime; a manutenção da vigorosa mentalidade escravocrata que não permitia uma livre e efetiva competição no mercado; o não desenvolvimento da sociedade brasileira em direção ao típico modelo de capitalismo "ideal" nos termos do novo contexto histórico mundial e etc.

pois, se realiza dependente dos compromissos com o passado e com as estruturas de poder pré-existentes.

Situação que se adensa mediante as forças desiguais e combinadas de um capitalismo dependente que se firma por essas terras e que

> [...] não é apenas nem principalmente a relação de dependência econômica e de insuficiente poder sobre o excedente econômico. Ele é, sobretudo, um complexo de relações sociais e de mentalidades orientadas em oposição às demandas ideais da revolução burguesa e do próprio capitalismo. A lenta revolução burguesa num país como o Brasil, com as mudanças e transformações sociais que pode e precisa promover, emerge e se dissemina a partir do déficit de historicidade entre o social e politicamente necessário e o seu mínimo possível de modo a assegurar o máximo de permanência das estruturas tradicionais (FERNANDES, 2005, p. 19).

A problemática centrada no âmbito da não realização plena e significativa das "virtualidades" da revolução burguesa, nos termos de Fernandes (2005), também, nos remete a uma questão fundamental de nossa formação que se firma em torno da face autoritária do Estado brasileiro. Desde a independência até os dias atuais as formas assumidas pelo Estado tiveram como marca predominante as soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. O que se revela, ao longo da história é o desenvolvimento de uma espécie de contrarrevolução burguesa permanente (IANNI, 1984, p. 11).

Um traço de nossa formação que delineia o caráter antidemocrático de nossas instituições o que garantiu e, ainda, garante - não exclusivamente - o enfeixamento do poder nas mãos de uma classe dominante, e, por conseguinte, "determina" a reprodução social ampliada dos interesses, das ideologias e da "cultura ornamental" desta classe.

Ainda, a revolução burguesa, nos termos em que sucede no Brasil, incide negativamente sobre as condições objetivas para realização de uma revolução popular – de base operária ou operário-camponesa – tendo em vista que

> O jogo das forças sociais, as polarizações das classes dominantes, as tendências das classes subordinadas, as formas e articulações do capital, as possibilidades e os arranjos dos blocos de poder, as formas reais e potenciais de hegemonia, tudo isso diz respeito às condições da revolução popular; ao mesmo tempo que implica na compreensão da revolução burguesa, do Estado burguês, do despotismo do capital. Sob vários aspectos, enfim, a compreensão das peculiaridades da revolução burguesa e do caráter

> autoritário do Estado permite compreender as condições da revolução popular (IANNI, 1984, p. 43).

Considerando essas mediações tomamos a assertiva de Fernandes (2005) que aponta a sociedade brasileira como híbrida e como uma de suas particularidades históricas fundamentais o seu tempo social lento e reiterativo.

O que complexifica a nossa realidade, haja vista que se solidifica uma espécie de sincretismo entre o novo e o antigo, reeditando velhas estruturas de poder ao passo que se incorpora novas formas de dominação e subordinação de uma classe sobre outra. Assim, se radicalizando uma formação sócio-econômico-cultural desigual, dependente e autoritária.

Outro marco importante em nossa formação social e que tem impactos consistentes no âmbito de nossa cultura firma-se no contexto da ditadura militar brasileira. O regime militar inseriu o Brasil na fase do capitalismo monopolista o que impulsiona alterações tanto no âmbito do Estado quanto da sociedade civil, assim, interferindo diretamente no plano da cultura brasileira. Ao longo de sua vigência o regime militar articulou um conjunto de procedimentos direcionados ao mundo da cultura, cujo objetivo era controlar a vida cultural do país, sobretudo, considerando as funções a serem desempenhadas por esta no que tange a doutrina de segurança nacional nesse contexto sócio histórico[55].

Uma das marcas essenciais desse período é a prática da censura aliada ao "terrorismo ideológico" que ditava os termos da "política cultural"[56] à época, sobretudo, com a decretação do AI-5[57]. Explicitava-se, nesses termos, o teor da relação entre o poder e a cultura no período ditatorial. Entretanto, esse era o traço mais evidente,

---

[55] Segundo Netto (1996), "a política cultural, enquanto política social determinada demarca um terreno de intervenção em que as especificidades próprias ao "mundo da cultura", a produção e a difusão dos seus produtos (obras, elaborações), se entremesclam com os fenômenos e os processos macroscópicos da reprodução da vida social" (p. 45). E é, nessa medida, que o regime militar procede com o enquadramento funcional do mundo da cultura na direção de sua conservação.

[56] Conforme Netto (1996) a política cultural do Brasil nesse período possuía duas frentes; a primeira direcionava-se, por um lado, a repressão das produções que apontassem para superação da cultura em sua forma elitista e, de outro, ao incentivo daquelas que contribuíssem para solidificação desta última; e a segunda referenciava à indução e promoção de tendências culturais, cuja funcionalidade estivesse vinculada a validação e propagação do projeto de modernização conservadora em vigência no país.

[57] O Ato Institucional número cinco (AI-5) constituiu-se como a decretação do poder absoluto do Presidente da República, à época da ditadura-militar proveniente do golpe militar de 1964, inclusive sobrepondo-se a Constituição Brasileira de 1967. Uma das primeiras consequências deste decreto foi a suspensão de direitos constitucionais e o fechamento do Congresso Nacional.

segundo Coutinho (2005), que condicionou, através de “[...] múltiplas mediações, a totalidade da produção cultural sob a vigência do regime militar” (p. 69).

A ditadura, também, articulou os traços autoritários herdados socialmente de nossa formação socioeconômica aos elementos introduzidos pelo processo de monopolização crescente do capital. Assim, potencializando o autoritarismo estatal, a subjugação das camadas mais populares, sobretudo, no que concerne aos centros de decisão política e, ainda, o intencional espraiamento de uma cultura “intimista”.

> A época do chamado “vazio cultural”, que seria melhor designar como época da cultura esvaziada – e que domina, digamos, no período de 1969-1973 -, representou o momento em que a confluência da censura/repressão com as tradições “intimistas”/neutralizadoras atingiu aquilo que um tecnocrata poderia chamar de “ponto ótimo” na tentativa de marginalização das correntes nacional-populares [...] (COUTINHO, 2005, p. 70).

Nesse período, também, as mediações do capitalismo monopolista de Estado incidiram sobre a consolidação de uma poderosa indústria cultural, ligada obviamente a crescente “racionalização” capitalista, adequando a produção e reprodução cultural como mecanismo de reprodução social do capital, dificultando ainda mais a formação e sistematização de uma cultura crítica e totalizante.

Ainda, nesse sentido, seguindo a racionalidade capitalista monopolista, temos uma forte expansão quantitativa de bens culturais em detrimento aos aspectos qualitativos, o que gerou uma pobreza de conteúdo e o esvaziamento social da produção cultural nesse período.

> [...] a generalização da “lógica” capitalista e monopolista no plano da cultura provoca um espontâneo privilegiamento do valor de troca sobre o valor de uso dos objetos culturais, o que abre o caminho para a criação e difusão de uma pseudocultura de massas que, transmitindo valores alienados, serve como instrumento de manipulação das consciências a serviço da reprodução existente (COUTINHO, 2005, p. 71).

A indústria cultural monopolista se expressa como um eficiente recurso para o afastamento e a ruptura da relação entre os intelectuais e a realidade nacional-popular, bem como de suas principais mediações, principalmente, a democracia e o pluralismo.

Todavia, diante desse quadro cultural tão nefasto, a resistência também se fez presente, como em qualquer totalidade histórica em que o movimento do real é garantido pela confluência de forças contraditórias. O contraditório se fez presente por

meio das ações e articulações da corrente nacional-popular que se pôs frontalmente em oposição ao trinômio censura-repressão-elitismo cultural em tempos da ditadura militar brasileira.

Essa resistência também contou com personagens da cultura ligados até às correntes “intimistas”, posto que as tendências autoritárias e antipluralistas da ditadura desagradaram até às camadas médias urbanas de onde provinha a maioria dos intelectuais da época. Dessa forma, firmou-se uma espécie de atmosfera oposicionista na cultura brasileira pós-1964, que significou a criação de pressupostos essenciais para a identificação entre os intelectuais e o povo, mas, que necessariamente não significaria a efetiva democratização da cultura brasileira. Mas, de todo modo significou a oposição consistente à prerrogativa da manutenção de uma cultura elitista a todo custo defendida pela ditadura no país.

Esse contexto aponta, sobremaneira, para o

> [...] processo de complexificação e de diferenciação que o desenvolvimento do capitalismo introduziu na sociedade brasileira e, por conseguinte, na própria camada de intelectuais. Esse processo já começa a se manifestar já antes de 1964; o crescimento de uma sociedade civil mais rica e articulada, apoiada em grande parte na dinamização do movimento de massas, é responsável pela radicalização política dos intelectuais a partir do final dos anos 1950, uma radicalização que – malgrado alguns limites nacionalistas ou populistas – apontava no sentido de inverter a hegemonia até então desfrutada pelas correntes “intimistas” (COUTINHO, 2005, p. 75).

E desde então põe uma tarefa essencial aos sujeitos desse país, que perdura até a atualidade, qual seja: a luta pela superação de um elitismo cultural, pela revolução dos padrões culturais assépticos e anódinos, pela transformação da intelectualidade brasileira, pela hegemonia de uma cultura nacional-popular, enfim, pela democratização da cultura no país, cujo fim maior se inscreve na insurreição de uma nova cultura, livre, emancipada e revolucionária.

> Essa crítica não pode se basear em critérios estéticos estreitos e normativos; não se trata de impor aos criadores certas “regras” arbitrariamente escolhidas. Gramsci coloca a questão com grande lucidez: “Parece evidente que devemos falar de luta por uma nova ‘cultura’ e não por uma ‘nova arte’ (em sentido imediato) [...] A arte é sempre ligada a determinada cultura; e é lutando para ‘reformar’ a cultura que se chega a ‘modificar’ o conteúdo da arte, não de fora [...] mas, sim de dentro, porque assim se modifica o homem por inteiro, na medida em que se modificam seus sentimentos, suas concepções, bem como as relações das quais o homem é expressão necessária” (COUTINHO, 2005, p. 78).

Nessa perspectiva a questão cultural brasileira tem como uma de suas mediações essenciais à questão democrática e, assim, a dimensão cultural amplia-se e se coloca inexoravelmente como necessária a práxis cultural.

A despeito desse imperativo, a particularidade do hiper-tardio[58], do heteronômico e do sincretismo brasileiro reafirma mais uma vez os anacronismos que se entrecruzam em nossa história, pois a nova quadra histórica do capitalismo mundializado já disseminava a perspectiva do pós-modernismo, cuja lógica aponta para o inverso de uma cultura livre e democrática, visto que este se configura como uma cultura vinculada à reprodução social capitalista.

Um movimento combinado em escala mundial, ao qual nosso país não está imune. Ao contrário, é parte integrante e funcional do todo. Assim, misturam-se e confundem-se, nesse contexto, as aspirações em torno da construção de uma nova cultura brasileira e as novas influências de uma cultura universal refuncionalizada e pós-moderna.

Segundo Evangelista (2007) o marco inicial da discussão sobre o pós-modernismo no Brasil é a publicação do artigo escrito José Guilherme Melquior em 1976 no Caderno Suplemento Cultural, do jornal O Estado de São Paulo, que apesar de não ter tido grandes repercussões ou mesmo ter suscitado um debate coletivo sobre as ideias pós-modernas, foi o primeiro artigo publicado na imprensa brasileira tematizando o pós-modernismo.

> Depois disso, houve um grande vazio sobre o tema, que somente foi retomado com vigor polêmico a partir da última metade de 1983, coma publicação de um número do Folhetim, da Folha de São Paulo, dedicado especialmente à apresentação da problemática representada pelo pós-modernismo (EVANGELISTA, 2007, p. 18).

---

[58] Este conceito de capitalismo hipertardio foi formulado por Chasin (2000) quando da qualificação do capitalismo brasileiro. Para o autor existem duas formas não-clássicas de constituição do capitalismo, o caminho prussiano (o caso da Alemanha) e a via colonial (o caso brasileiro e dos países de extração colonial), o traço comum entre ambas é o caminho lento e irregular de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, que se dá por meio da conciliação entre o novo e o velho que se quer superar, dessa forma, não havendo uma ruptura superadora dessas forças produtivas em perecimento. Resultando num sistema híbrido onde se "[...] reúnem os pecados de todas as formas de Estado [...]" (CHASIN, 2000, p. 42). E a diferença entre eles se apresenta à medida que no caso da via prussiana a Alemanha mesmo que de forma tardia atinge o desenvolvimento pleno de sua industrialização, alcançando a configuração de país imperialista; já no caso brasileiro "[...] a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o 'verdadeiro capitalismo' alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper-tardio" (CHASIN, 2000, p. 45).

Contexto em que já se vivenciava, no país, os primeiros impulsos da reestruturação produtiva no Brasil, mediante a crise da dívida externa de meados de 1981, quando neste país a debilidade econômica fundia às condições de reprodução do capitalismo industrial.

No campo cultural, também, observamos alterações na sociedade brasileira, quando se consolida a transferência do centro de produção acadêmica e cultural nacional da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo, que desde a década de 1950 já possuía posição econômica privilegiada, constituída como o núcleo central e dinâmico da economia brasileira.

Considerando a apreensão das ideias pós-modernas em nosso país, Evangelista (2007) aponta duas questões essenciais: a primeira diz respeito à tendência historicamente consolidada de nossa intelectualidade em buscar se associar e reproduzir às novas ideias que circulam nas grandes metrópoles mundiais – como vimos anteriormente não significando que seja uma vontade individual desses intelectuais e sim resultado da condição heteronômica de nossa formação social; e a segunda questão, refere-se ao fato de que a recepção dessas ideias foi realizada por setores intelectuais do país que se identificavam com as questões levantadas pelo pós-modernismo.

> Foram aqueles intelectuais que, pelas particularidades de suas atividades profissionais, tinham um vínculo mais orgânico com a produção de bens culturais em escala mundial e o conhecimento sobre as suas novas tendências estéticas – como arquitetos, artistas plásticos, críticos de arte e críticos literários, dentre outros – que desencadearam esse debate na cultura brasileira (EVANGELISTA, 2007, p. 31).

A apropriação das ideias pós-modernas no Brasil se deu inicialmente no interior de cursos, seminários e nos programas de pós-graduação que buscavam discutir os elementos da estética contemporânea. Sendo posteriormente ampliado esse debate para o universo editorial, por meio da publicação de ensaios, artigos e críticas em edições especializadas e de pouca circulação.

Nesse momento, a universidade[59] está à frente desse processo de incorporação e de debate no tocante ao pós-moderno, que se estende a sociedade brasileira de forma geral somente a partir da veiculação desse tipo de discussão nos cadernos culturais da imprensa jornalística, sobremaneira, na Folha de São Paulo e no Jornal do Brasil.

Mediante essa incorporação ratifica-se, no caso brasileiro, novamente um entrecruzamento entre formas antigas e novos estímulos da sociedade capital, ou seja, as influências universais tanto no plano econômico, político quanto cultural se particularizam numa relação anacrônica e sincrética. Isso resulta num padrão social híbrido e tardio que ao mesmo tempo em que vivencia de forma superficial e primária ainda fases anteriores do capitalismo mundial, absorve indistintamente as influências do novo tempo histórico.

Portanto, as inflexões do pós-moderno em terras brasileiras encontram um grau singular de complexificação, posto que, ocorre em meio a um processo inconcluso e precário de apropriação do próprio moderno. Tal questão nos causa inquietação, tendo em vista que a própria ideia pós-moderna em seu cerne já se põe enquanto problemática e caótica.

Assim temos que a cultura do tempo presente cumpre uma função ideológica no processo de reprodução do fetiche nas relações sociais capitalistas, firmando-se como a cultura própria do capitalismo contemporâneo. E ganha feições particulares – mediações mais complexas e aturdidas - na sociedade brasileira, haja vista as marcas do sincretismo, da heteronomia, da dependência, do retardo e do enviesamento de nossa formação sócio-econômica-cultural.

---

[59] O sistema educacional brasileiro sofre um forte processo de enquadramento funcional por parte da ditadura, haja vista este setor representar para este regime o papel articulador entre o projeto de modernização conservadora e o mundo da cultura (campo essencial de produção e divulgação de ideias e de tendências culturais). Segundo Netto (1996) entre os anos 1968 e 1969 processa-se no âmbito da educação um giro, com alterações tanto quantitativas quanto qualitativas; mediante os esforços da autocracia burguesa processa-se a erradicação das experiências democratizantes que vinham se desenvolvendo na política educacional e a intervenção direta no sistema educacional de modo a atender as requisições imediatas e estratégicas do projeto de modernização conservadora. O que, em particular, incidiu na universidade sobre a neutralização do tônus crítico da produção e do próprio esvaziamento desse espaço, mediante a degradação do seu padrão de trabalho intelectual. “Sem condições de construir – em função do que historicamente representou para a sociedade brasileira – uma universidade ativamente legitimadora, o regime autocrático burguês teve o seu sistema universitário (como, de fato, todo o sistema educacional) conformado num ensino superior asséptico, apto a produzir quadros qualificados afeitos à racionalidade formal-burocrática” (NETTO, 1996, p. 65).

2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NUMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

2.1 Da origem à integração ao projeto de modernização conservadora

> O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses [...] A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico.
>
> *Marilda Iamamoto*

Para compreensão dos rumos assumidos pela profissão na atualidade, considerando seu desenvolvimento socio-histórico e a direção social do atual projeto ético-político profissional, faz-se necessário destacar as condições em que se gestaram o reconhecimento e a legitimidade social da profissão em diferentes contextos. Refletindo sobre como a profissão foi incorporando as demandas sociais e como, para respondê-las, foi se apropriando de diferentes matrizes teórico-metodológicas que instrumentalizaram a sua prática desde a sua origem aos dias atuais.

Nesse sentido, como afirma Iamamoto (1995), para o deciframento das mediações que atravessam a profissão, para o reconhecimento das concretas condições de sua atuação e para a elaboração de estratégias capazes de efetivar direitos é preciso preservar a vinculação orgânica entre profissão, conhecimento e história.

Partindo desse pressuposto, reforçamos a perspectiva analítica da referida autora que aponta para o fato de que a profissão só encontra inteligibilidade mediante a leitura do real da qual é parte e expressão. Sendo este real não só um cenário, mas, parte constitutiva e condição para prática profissional, tendo em vista que, “[...] ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social,

afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais" (IAMAMOTO, 2001, p. 19).

Cabe evidenciar que o Serviço Social, segundo Netto (2001), tem sua gênese histórico-social no processo de radicalização das contradições sociais geradas pela relação capital *versus* trabalho, na fase do capitalismo dos monopólios.

Inscreve-se na dinâmica do real em que se expressa à contradição fundamental da sociedade capitalista, isto é, uma produção cada vez mais socialmente determinada ao passo que a distribuição da riqueza produzida se processa cada vez mais de forma privada, cuja lógica está na consolidação da relação exploração e alienação em detrimento da emancipação humana.

Pressuposto que indica a intrínseca dimensão política da prática profissional, ao invés de um entendimento endógeno (MONTAÑO, 2007) de que a profissão surge como uma sistematização técnico-especializada e se constitui como uma evolução da caridade e da filantropia, tendo, nesta perspectiva, uma ação "neutra" e confessional, baseada apenas nas tendências humanístico-cristãs.

A profissão emerge na medida em que há uma ampliação das bases de intervenção do Estado, que tem como impulso, por sua vez, a estratégia da burguesia de viabilizar mecanismos de "controle social" que gestassem as condições necessárias a consolidação do imperialismo que, para além de mecanismos econômicos, carecia de mecanismos extra econômicos que assegurassem a regulação social e garantissem a reprodução social desse sistema.

O capitalismo em sua fase monopolista altera significativamente a dinâmica da sociedade burguesa, pois neste estágio materializa-se uma gama de possibilidades de seu desenvolvimento, levando essa sociedade a um patamar de maturidade histórica, sobretudo, por infirmar-se a capacidade racional de se viabilizar um objetivo primário do capital, que é a elevação dos lucros.

Os impactos dessa fase monopolista na vida social se deram de forma contundente e extensiva, sobretudo, no que concerne a elevação da superpopulação relativa, as implicações geradas a partir da ampliação do processo de exploração de mais-valia e a tendência ao subconsumo. Entretanto, implicações que não só requisitaram a alteração funcional do Estado, mas a "correção de distorções", como a

superacumulação capitalista, gerada pela própria dinâmica da maximização dos lucros no monopólio[60].

> Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas [...] as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas. O eixo de intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções econômicas [...] diretas [...] indiretas [...] assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização [...] (NETTO, 2001, p. 25).

O Estado firma-se como instrumento estratégico de organização da economia, sendo funcional aos monopólios, pois "[...] opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista" (NETTO, 2001, p. 26).

É importante sinalizar que dentre as funções assumidas pelo Estado ganha destaque a reprodução e o controle da força de trabalho tanto ocupada quanto excedente, sua relação efetiva com determinados níveis de consumo e sua disponibilidade para ocupação sazonal, além da viabilização de mecanismos gerais para sua mobilização e alocação em função das necessidades do monopólio, tendo, para tanto, em seu aparato, as políticas sociais que se constituem, junto às políticas econômicas, em mecanismos de regulação social, ou seja, de intermediação entre os interesses individuais e coletivos dos indivíduos sociais.

De certo que o Estado através de sua função reguladora se firma, neste contexto, como núcleo estratégico de fortalecimento da fase monopolista do capital, bem como, de forma geral da reprodução social deste sistema. Pondo em relevo essa dimensão estratégica do Estado, Netto (2001) aponta a questão da legitimidade social

> [...] ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho (p. 27).

Quando da menção a outros protagonistas sócio-políticos cabe-nos referendar que temos no outro polo da sociedade burguesa, na fase dos monopólios, a classe

---

[60] Acerca do detalhamento desses impactos, rever o capítulo 1, item 1.1 deste trabalho, onde essa discussão é trabalhada de forma mais aprofundada.

que vive da venda da força de trabalho, exatamente, os sujeitos objetos de exploração do capital e de controle social do Estado.

Todavia, as classes não são sujeitos inanimados, elas se transformam por meio da luta de classes. Particularmente a classe trabalhadora que não se configura e nem se determina pelo consenso ou pela servidão voluntária, pois é exatamente o seu movimento e a sua entrada no cenário político – numa perspectiva de classe para si – que insere na realidade social demandas não apenas distintas das necessidades do capital, mas diametralmente antagônicas a estas, posto que incidem sobre a ordem da emancipação humana em detrimento ao binômio capitalista da exploração-alienação.

A luta de classes vai deflagrar uma disputa entre dois blocos de poder distintos (burguesia e proletariado) e ambos se relacionando com o Estado. Nesta medida, o Estado mesmo conformando-se como "núcleo estratégico da burguesia" é compelido a absorver demandas da classe trabalhadora, constituindo-se em um espaço concretamente tensionado pelas distorções e contradições da sociedade capitalista. Entretanto, tendo sempre como norte "[...] a pedra de toque dos monopólios e do sistema de poder político de que eles se valem [...]" (NETTO, 2001, 29).

> O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária (NETTO, 2001, p. 29).

E é nesse movimento indissociável entre o novo ordenamento econômico dos monopólios, a consolidação política da classe trabalhadora e a necessidade de legitimação social do Estado que se verifica o "reconhecimento" da questão social e que se estabelecem as estratégias para seu enfrentamento sistemático por parte do Estado, sobremaneira, por meio das políticas sociais. Sendo o reconhecimento desta questão social "a base de justificação" do surgimento do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo.

Contudo, a apropriação das tendências dessa fase na forma dependente – alicerçada na condição de capitalismo periférico – assume feições particulares no caso brasileiro: em que a herança colonial e a patrimonialista são latentes; e o ritmo lento das transformações operadas em seu sistema – econômico, político e

sociocultural – se ancora na perspectiva de modernização conservadora, de modo que o novo emerge como desdobramento do velho e sem que este último seja superado.

Além do mais a transição do capitalismo competitivo para o monopolista no Brasil – além de seu traço subordinado aos países de capitalismo central - foi marcada segundo Fernandes (2005) por uma peculiar dissociação entre o processo de desenvolvimento desse sistema e o regime político democrático.

Como afirma Ianni (1991 apud IAMAMOTO, 2007, p. 130),

> [...] todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração de soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas.

Sendo assim, inscreve-se uma forma de dominação burguesa que Fernandes (2005) denomina de “democracia restrita”, que limita a condução da vida nacional aos membros da classe dominante e cerceia a participação da classe trabalhadora, levando à universalização e legitimação dos interesses daquela classe para toda sociedade.

Um processo que significou, segundo Iamamoto (2007), que o país transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, o que manteve os laços de dependência aos países de capitalismo central sem que ocorresse uma ruptura com sua herança colonial. Assim, permanecendo a subordinação de sua produção num processo de redimensionamento e incorporação de seus componentes não capitalistas à expansão capitalista.

> As marcas históricas persistentes ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente [...] o descompasso entre temporalidades históricas distintas, mas, coetaneamente articuladas, atribuindo particularidades à formação social do país. Afetam a economia, a política e a cultura redimensionando, simultaneamente, nossa herança histórica e o presente. Imprimem um ritmo particular ao processo de mudanças em que tanto o novo quanto o velho alteram-se em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações do trabalho, radicalizando a questão social (IAMAMOTO, 2007, p. 128-129).

Portanto, o Serviço Social brasileiro surge nesse contexto e se revela como expressão da própria dinâmica de produção das relações sociais vigentes. Emerge com a tarefa de atuar junto às políticas sociais viabilizadas por um Estado burguês, como estratégia da classe burguesa, cuja função social era maximizar a acumulação e valorização do capital.

Nesse sentido, a emersão e reconhecimento do Serviço Social enquanto uma profissão que se insere na divisão sócio técnica do trabalho se processa em meio ao movimento das classes sociais e de sua relação com o Estado e com os blocos de poder que se formam na dinâmica da realidade social.

Sendo, nesse momento, o arcabouço referencial para esta prática a ação social católica (ideário franco-belga) e o humanismo cristão (neotomismo), cujo caráter era reformista e conservador no tocante a questão social, posto que, lhe apreendia como problema moral de responsabilidade individual dos sujeitos.

O que vai imprimir na profissão uma atuação voltada para família e no indivíduo, a fim de “solucionar” os seus problemas, por meio do atendimento de suas “necessidades” materiais, morais e sociais. Nesta medida, atuando sobre os valores e o comportamento dos indivíduos, na dimensão da integração destes aos padrões societários vigentes.

A atuação do Serviço Social vai se coadunar com a matriz de intervenção do Estado junto à questão social que se fundamentava na viabilização de mecanismos que proporcionassem a “colaboração” entre capital e trabalho.

Nesse momento a concepção de mundo assimilada no interior da profissão fundamenta-se na visão de que as relações sociais eram naturais, harmônicas e imutáveis[61]. E, assim, aqueles indivíduos que não estivessem plenamente adequados e adaptados a essas condições precisavam ser diagnosticados e tratados, a fim de que pudessem ser reinseridos no organismo perfeito que era a sociedade capitalista.

A profissão, segundo Iamamoto (2005), caracteriza-se também nesse contexto como uma forma

> [...] de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2005, p.20).

[61] Sabemos que essas visões de mundo partem do indivíduo e de suas relações com o mundo externo e com os outros homens, mas que partilhadas no interior da profissão fomentam uma identidade-direção, a partir de cuja hegemonia nos permite falar em visão de mundo da profissão.

Uma visão de mundo forjada a partir das relações viscerais da profissão com a igreja – interessada na manutenção da ordem social e de seu poder como representante legitima da vontade de Deus – e com o Estado – núcleo estratégico de regulação social para o capital. Expressando em seu interior uma consciência alienada da realidade concreta, que longe de um estatuto harmônico e natural, firmava-se no processo de subsunção do trabalho ao capital. Onde a ideologia capitalista e confessional agia e legitimava-se ratificando como autênticas e necessárias à "reprodução harmônica das relações sociais" neste contexto sócio histórico.

No contexto de 1940 inscreve-se o processo de crescimento das demandas por bens e serviços sociais por parte dos trabalhadores e, dessa forma, o Estado se vê compelido a desenvolver novas ações para o atendimento dessas necessidades sociais da população. Assim, com a perspectiva da legitimação da profissão e as novas exigências que eram colocadas pelo processo de desenvolvimento sócio histórico, embora, perpassado pelas contradições internas da ordem capitalista, o Serviço Social vê-se frente a novos desafios e diante destes emana a necessidade de ampliar os seus referenciais teórico-práticos.

Firmava-se a necessidade de extrapolar o trato da questão social pela alternância da assistência e da repressão, requisitavam-se mecanismos mais sofisticados de fomento do consenso e de "colaboração" entre as classes.

Dessa forma, aproxima-se da matriz positivista ensejando para profissão um

> [...] arranjo teórico-doutrinário, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para profissão o caminho do pensamento conservador, agora, pela mediação das Ciências Sociais" (YAZBEK, 1995 apud YAZBEK *et al*, 2008, p. 13).

Especificamente o positivismo incide sobre uma perspectiva analítica da sociedade, portanto, em uma teoria social, que tem como horizonte o plano da imediaticidade, analisa os fatos que se apresentam na realidade de forma objetiva, imediata e fragmentada. Reduzindo sua extensão analítica ao universo daquilo que é verificável e suscetível à experimentação. Projetando a sua instrumentalização na direção do reformismo (ajustes) e da conservação das relações sociais burguesas, não sinalizando ou elaborando propostas que incidissem sobre mudanças.

Por outro lado, os campos de atuação do Serviço Social vão se ampliando, uma vez que o Assistente Social assume a execução das políticas e programas sociais. Todavia, a direção assumida pela profissão aponta para ações assistencialistas voltadas aos segmentos mais pobres da sociedade. Expressão, também, da dimensão fracionada das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, tendo em vista que as expressões da questão social são recortadas e abordadas como problemáticas particulares. O que, segundo Netto (2001), não poderia ser diferente, pois, tomar a questão social como uma problemática configurada pela totalidade histórica é remetê-la à contradição fundamental da sociedade capitalista, "pondo em xeque" a própria ordem burguesa.

No pós-guerra (1945) a consolidação dos Estados Unidos da América como bloco de poder vai gerar forte influência dessa força político-econômica no Brasil e na América Latina, uma influência que irá se firmar também no âmbito da profissão, sobretudo, por intermédio das teorias estrutural-funcionalistas, com ênfase no desenvolvimentismo – alicerçado na teoria da modernização.

Esse novo parâmetro teórico-metodológico e ídeo-político não irá significar, no interior da profissão, uma ruptura com um modelo conservador de análise e de intervenção na realidade social. Significará um processo de "aperfeiçoamento" dos instrumentos e técnicas que instrumentalizavam a prática, sobretudo, com a incorporação de novas metodologias de ação (caso, grupo e comunidade) e a busca de novos padrões de eficiência, o que concorreu para uma tecnificação da ação profissional (YAZBEK, 2000). Porém, sem mudança de direção, pois permanece a perspectiva de uma intervenção ajustadora, de integração dos indivíduos ao projeto de desenvolvimento capitalista, inclusive, refuncionalizando as suas necessidades às demandas do crescimento econômico – um quadro que permeará toda a década de 1950.

O questionamento a este referencial só se fixará no contexto das alterações provenientes da expansão mundial do capitalismo nos anos 1960, que resultaram, por sua vez, em novas configurações político-econômicas e socioculturais, em particular, para os países latino-americanos, tendo em vista a condição periférica destes – discussão que retomaremos mais adiante.

Nesse ponto é importante que assinalemos, ainda, que no que tange ao movimento da consciência[62], no contexto do Serviço Social, a incorporação do positivismo e, posteriormente, do funcionalismo, também estabeleceu no interior da profissão novas relações (ciência) e a introjeção de novos valores, normas e visões de mundo, pondo em "questão" a base confessional que até então era hegemônica no interior da profissão, inaugurando o caminho da objetividade e da racionalidade no âmbito daquela.

Inseriu-se nesse campo uma gama de contradições que poderia significar a passagem de um momento da consciência a outro, tendo em vista que o choque entre os valores da doutrina humanístico-cristã e os pressupostos da ciência gerou conflitos tanto para a perspectiva de análise da realidade social quanto para a direção social e estratégica firmada no âmbito do projeto profissional vigente. No entanto, apesar dessas contradições e conflitos terem provocado alterações no conjunto de valores da categoria, não culminaram numa mudança de direção, uma vez que há uma raiz comum entre as referidas vertentes, que passam a influenciar o Serviço Social, expressa na perspectiva da naturalização das relações sociais.

Não houve a ultrapassagem de um momento da consciência a outro, assim, a forma de consciência é reapresentada (alienação). O que significou concretamente que, apesar de a profissão ter inaugurado novas perspectivas teórico-metodológicas de apreensão da realidade social, reafirmou a tendência conservadora vinculada à manutenção da ordem.

Todavia, a esse processo também se inscreviam as contradições da relação capital trabalho, tendo em vista que o Serviço Social não estava imune às influências e às demandas que emanavam da classe trabalhadora, sobretudo, porque era junto a esta classe que operava a sua intervenção profissional.

E nessa relação com a classe trabalhadora e suas visões de mundo também se estabeleciam conflitos com as normas e os valores introjetados, gerando contradições subjetivas que, partilhadas no interior da profissão, geraram a contestação da realidade que era vista como justa e harmônica, porém, nesse contexto ainda vista como imutável.

---

[62] Sobre a discussão de consciência, retomar o debate elucidado no ponto 1.2 deste trabalho.

Dessa forma, não podemos afirmar que as alterações no âmbito da profissão – projeto, intervenção e consciência – se deram exclusivamente por conta das demandas do capital e de seu núcleo estratégico, o Estado.

Retomando o contexto dos anos 1960 referenciamos a ascensão das lutas sociais na América Latina, mediante o quadro de insatisfações geradas pelas novas configurações da expansão mundial do capital desse contexto, que impunham ao continente, de forma cada vez mais audaz, o modo subordinado de desenvolvimento em relação ao centro do capitalismo.

Essa atmosfera social, também, inspirou o Serviço Social que passou a refletir sobre o seu papel diante dos novos desafios sócio históricos que se colocavam a partir dessa conjuntura. Isso viria a culminar com o desencadeamento de um movimento de reconceituação da profissão, que em linhas gerais significou

> [...] um processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. [...] implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos de suas raízes sócio-políticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi* (IAMAMOTO, 2001, p. 206).

Esse processo não se desenhou como um movimento homogêneo e linear no referido continente, tendo em vista o conjunto de contradições que permearam o processo e as particularidades político-econômicas e socioculturais de cada país, bem como as diferentes matrizes teóricas que nortearam o movimento nestes.

Cabe esclarecer que conforme Iamamoto (2001) o movimento de reconceituação se expressa como um fenômeno tipicamente latino-americano[63]. Todavia, de acordo com Netto (2005), é preciso que se ressalte que este movimento só pode ser compreendido, em toda a sua complexidade, se considerarmos que a dinâmica que o inscreve se fixa num processo de caráter mundial, haja vista que é o fim das ondas longas de crescimento do capital – que asseguraram os trinta anos gloriosos do capitalismo mundial – que põe as condições sócio históricas de sua emersão.

---

[63] De acordo com Faleiros (1987 apud NETTO, 2005, p. 09) nesse continente "[...] a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora".

E esse quadro afeta a maioria dos países em que o Serviço Social já era institucionalizado como profissão, demarcando um cenário amplo[64] – internacional – de forte crítica ao Serviço Social em sua acepção tradicional, sendo a tônica comum à busca de erosão com

> [...] a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da 'questão social' sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p. 6).

No que tange às distintas particularidades da reconceituação – conforme a dinâmica interna de cada país latino-americano – embora essas estabeleçam mediações fundamentais para seu entendimento, segundo Iamamoto (2001), algumas preocupações essenciais gerais podem ser destacadas no processo como um todo: a compreensão de que para contextualização histórica da prática profissional é preciso considerar as particularidades do desenvolvimento latino-americano, sobretudo, o destaque para seu traço dependente; a elaboração de um projeto profissional com bases teórico-metodológicas e prático-interventivas em contraposição ao tradicionalismo profissional e atento as questões latino-americanas; a politização da prática profissional agora comprometida com a transformação social; e a inserção do Serviço social no campo dos embates "epistemológicos, metodológicos e das ideologias". Esse conjunto de preocupações, segundo a referida autora, canalizaria para a reestruturação da formação profissional do Serviço Social, "[...] articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos no estreitamento de seus vínculos com a sociedade" (IAMAMOTO, 2001, p. 209).

No caso do Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, a interlocução com o legado do movimento de reconceituação e, consequentemente, o embate com o tradicionalismo da profissão se dará tardiamente e com uma direção distinta dos demais países. Pois, enquanto em países como o Chile, Argentina, Venezuela e Colômbia esse movimento apontou para alternativas de ruptura com o Serviço Social tradicional, no caso brasileiro – sob a atmosfera da ditadura militar – apontou para uma modernização conservadora da profissão. Nesse contexto, o

---

[64] A esse quadro amplo podemos denominar de renovação da profissão, sendo a reconceituação um capítulo importante deste processo.

processo se expressou nos termos da tecnificação pragmatista do Serviço Social, haja vista que sua revisão se restringia a uma discussão interna da profissão, cujas preocupações se voltavam para o aperfeiçoamento de seus instrumentos técnico-operativos.

Ainda considerando a especificidade desse movimento no Brasil, conforme Iamamoto (2001), a sua análise remete ao processo de complexificação do Estado e da sociedade brasileira, cujo núcleo articulador foi à expansão do capitalismo monopolista, que esboçou novas condições político-econômicas a partir da ditadura militar em terras brasileiras, somado aos movimentos internos da profissão, que por seu turno precisava viabilizar novas modalidades interventivas que viessem a responder as demandas postas nesse contexto sócio histórico. Mediações fundamentais que constituíram o terreno sobre o qual o processo de renovação da profissão se fez necessário e que ao fim incorrerá sobre a revisão daquilo que Netto (1996) aponta como"[...] padrões imperantes na reprodução da categoria profissional, suas formas organizativas, as influências teórico-culturais, as suas elaborações intelectuais e as suas autorrepresentações." (NETTO, 1996, p. 116).

> Por meio de sua renovação, o Serviço Social buscava assegurar sua própria contemporaneidade, afigurando-se aquela como o caminho possível para a sua reprodução e expansão: para a sua reconciliação com o tempo presente [...] pois, como a sociedade burguesa, também ela não se conforma como um "cristal sólido, mas como um organismo capaz de mudar e que está em constante mudança", nos termos de Marx (IAMAMOTO, 2001, p. 203).

Todavia, em busca de sua legitimidade junto ao Estado e as empresas privadas que demandavam à profissão, o processo de renovação, inicialmente, atrela-se ao projeto de modernização conservadora - via desenvolvimentismo - posto em prática pelo regime militar.

Essa peculiaridade no processo de renovação da profissão do país o afastará da tônica político-profissional que permeava esse processo nos demais países latino-americanos e demarcará que "[...] o deslocamento do 'Serviço Social tradicional' por este viés desenvolvimentista-modernizante tornou compatível a renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial [...]" (NETTO, 2005, p. 16).

Destacamos que o Serviço Social brasileiro só se aproximará das elaborações do movimento de reconceituação nos termos dos demais países latino-americanos e sinalizará para uma crítica radical ao tradicionalismo da prática na segunda metade

dos anos 1970, mediante a conjuntura de crise da ditadura militar e de retorno à cena política do país das forças democráticas. Esse novo contexto põe novas possibilidades de crítica e de ruptura com o Serviço Social tradicional, que passaram a investir massivamente na organização política da categoria e na formação profissional – implementação de um currículo nacional e consolidação da pós-graduação – debate que retomaremos mais adiante.

Decerto que se aponta uma perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional à medida que se passa a questionar as bases de orientação e de intervenção profissional e põe-se como lastro um movimento, um processo de revisão da profissão em seu âmbito teórico, metodológico, político e operativo, que incidirá sobre o ensino, a pesquisa, a organização política da categoria e o próprio mercado de trabalho. E que, nesse sentido, passa a se revestir de uma perspectiva crítica no interior da profissão, tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

A este processo subjaz um cenário totalmente distinto das bases de emersão e legitimação da profissão, bem como das feições que foi assumindo, através das tendências teórico-metodológicas até então de referência, posto que, já se desenhava a intenção de se erodir com o que se tangenciava como relativa homogeneidade na prática. Todavia, ainda neste momento, numa direção interventiva consensual, sem registrar importantes disputas ideológicas ou políticas, que necessitariam de maior rigor teórico-analítico e de elaborações ético-políticas.

Nesse sentido, edita-se um espaço para novas tendências profissionais, o que iria instalar posteriormente um movimento de disputa no interior da profissão, que põe em xeque as suas bases confessionais e reformistas, processo que só se torna possível mediante a laicização do Serviço Social.

Por sua vez, impulsionado pela identificação e reconhecimento da extensão contraditória do processo de modernização capitalista e a incorporação de outras influências ídeo-teóricas que passam a incidir na formação profissional, através da constituição de espaços de reflexão que possibilitaram a gênese de uma massa crítica, a partir da inserção profissional no circuito universitário, capaz de constituir vanguardas sem o compromisso imediato com tarefas pragmáticas e sim com o exercício de elaboração profissional, através da pesquisa e da análise. Desse modo,

> [...] a estratégia autocrático-burguesa se desdobrava para a produção de profissionais aptos para atender às suas demandas “modernizadoras” e, para

> tanto, jogava com as suas políticas educacional e cultural; é indiscutível que este escopo foi atingido – porém, ao mesmo tempo, engendraram-se circunstâncias que permitiram a incorporação e o posterior desenvolvimento, especialmente pelos quadros docentes marcados pelas lutas sociais e estudantis da década anterior, de influxos teórico-metodológicos e crítico-analíticos que questionavam as bases mesmas da autocracia burguesa (NETTO, 1996, p. 130).

Permitindo que se gestassem no Serviço Social alternativas à prática e às concepções profissionais demandadas pela ordem capitalista burguesa, inclusive, possibilitando um acúmulo de setores da profissão na dimensão inversa, o que contribuirá para o adensamento de um processo de revisão crítica da profissão.

Assim, uma questão fundamental no que tange à mudança no processo de formação da consciência no âmbito da profissão se deu em virtude da inserção desta no meio universitário, onde foi possível se suspender o cotidiano (nos termos de Netto[65]), isto é, abstrair o cotidiano profissional e ir além nas análises acerca da relação capital *versus* trabalho, suplantando o nível do imediato e apreendendo o conjunto de contradições inscritas nessa relação, apanhando as suas mediações e a sua processualidade, o que permitiu processar análises para além do aparente, dessa forma, operando no sentido contrário à ideologização das relações sociais capitalistas e do papel do Serviço Social em relação a estas.

[65] Ver NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2000.

2.2 O processo de renovação do Serviço Social: a revisão crítica da profissão

> O legado da reconceituação [...] O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencantamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente.
>
> *Marilda Iamamoto*

O processo de contestação e de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional não é fruto da evolução natural e sistêmica de tendências endógenas da profissão. Firma-se como resultado de um processo que combina alterações na realidade social, que alteram as condições de formação e intervenção profissional e, notadamente, de uma busca intermitente por legitimação social e validação teórico-prática da profissão.

Perseguindo essa ideia, a profissão vai estabelecer um novo patamar no processo de interlocução entre os problemas da cena contemporânea e as matizes das ciências sociais, pois não tomarão estas matizes apenas como insumos para sistematização de sua prática, mas, inaugurarão um novo debate com estas disciplinas, uma problematização, cujos frutos serão o desenvolvimento da produção do conhecimento em Serviço Social, através da crítica de seus fundamentos.

Essa perspectiva encerra a abertura de um diálogo plural no interior da profissão, imprimindo contornos diferenciais ao seu processo de renovação, conferindo elaborações no âmbito intelectual sob influências analítico-críticas. Portanto, não estamos falando de um processo linear que significou de forma incisiva a ruptura, mas, um movimento em que se entrecruzavam rompimentos e continuidades. Assim, também se desenhando o processo de ultrapassagem da "primeira forma de consciência a consciência em si no âmbito da categoria"[66].

---

[66] Uma analogia feita com fins didáticos, no sentido de indicar uma inflexão na direção do projeto profissional, que carrega em si uma processualidade histórica cuja resultante é um avanço no sentido da apreensão crítica do real e da posição da profissão em relação às classes fundamentais do capitalismo. Todavia, resguardando que, ao falar em consciência em si e para si, Lukács (2003) se referia ao processo de elevação do nível de consciência de uma classe e não de uma profissão.

As direções privilegiadas desse movimento demonstram um processo cumulativo de reflexão da profissão que se estendeu de meados da década de sessenta a meados da década de oitenta do século XX, com predominância alternada de frações teórico-culturais e ideo-políticas distintas.

> [...] A renovação se inicia mediante a ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes, em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação, e, enfim, espraia-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional – esta é a evolução que leva da ação quase que exclusiva do CBCISS ao debate nas escolas (principalmente nos cursos de pós-graduação) e, posteriormente, à conjunção desses dois espaços com aqueles de organizações estritamente profissionais. Neste processo, rebatem tanto o peso novo que vão adquirindo as agências de formação (postas a sua ampliação e a sua inserção acadêmica) quanto às implicações da organização da categoria (posto o mercado nacional de trabalho) [...] (NETTO, 1996, p. 153).

É importante destacar a constituição desses espaços como modalidade de difusão e massificação dos conteúdos do processo de renovação da profissão.

No que se refere, especificamente, à questão das direções que se seguem no processo de contestação e ruptura com o Serviço Social tradicional e sua latente heterogeneidade, apontamos para as forças, desde as notadamente modernizadoras que sinalizavam o *aggiornamento* do Serviço Social "[...] a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrossocietárias, vinculando-o aos projetos desenvolvimentistas de planejamento social [...]" (NETTO, 2005, p. 10), àquelas que sinalizavam a inteira ruptura com a fase conservadora da profissão e com as estruturas sociais de exploração e dominação capitalista.

Formava-se o que Netto (2005) chamou de uma frente ampla de renovação do Serviço Social, cuja diretriz firmava-se na oposição ao tradicionalismo, porém, cortada por diferentes concepções de história, de sociedade e de transformações sociais.

Desenha-se nitidamente um processo de amadurecimento intelectual e organizativo da profissão que culminou com uma ação coletiva da categoria no que tange ao movimento que redefinira os fundamentos e os rumos da profissão, fazendo esta avançar tanto em termos da cultura, projeto e prática profissional, quanto no âmbito da "consciência em si".

Nos termos de um movimento dialético a primeira direção assumida foi a perspectiva modernizadora que envidou esforços no sentido de firmar a profissão

como um instrumento de intervenção dinamizador do processo de superação do subdesenvolvimento, atrelando-se à uma dimensão reformista e vinculada às exigências sócio-políticas emergentes no pós-1964, isto é, as da plataforma desenvolvimentista.

Este aspecto indica uma relação de continuidade com o passado profissional, contudo, de forma “parcial e seletiva” (NETTO, 1996), pois, reitera da tradição aportes ao estrutural funcionalismo norte-americano e a aceitação da ordem sócio-política, ao mesmo tempo em que busca dotar a profissão de um rigor teórico-prático capaz de responder às novas demandas sociais, dentro de certos limites.

> [...] Ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” – donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora (NETTO, 1996, p. 155).

Esta primeira perspectiva do movimento de renovação da profissão teve grande repercussão e pode ser identificada como um dos seus pontos de partida. Entretanto, na década de setenta do século passado, com o processo de maturação do referido movimento vislumbra-se que a perspectiva modernizadora significava uma expressão da renovação da profissão adequada às necessidades da autocracia burguesa, haja vista que se vinculava e se submetia à racionalidade burocrática das reformas do Estado ditatorial.

Seus momentos de maior expressão estão nos documentos dos Seminários de Teorização da Profissão respectivamente de Araxá e Teresópolis, referenciados como momentos de relevante densidade de reflexão da profissão, apesar de sua direção se expressar na

> [...] consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências sócio-políticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração (NETTO, 1996, p. 164-165).

A influência da perspectiva modernizadora vai se arrefecer com a crise da autocracia burguesa, o que gerará novas condições sociais e implicações à profissão, fazendo reduzir, assim, a sua sustentabilidade intelectual e expressão de (auto) representação profissional: por um lado, devido à sua feição reformista que se

confronta com as frações conservadoras da profissão, avessas às mudanças sugeridas e à perspectiva de laicização da profissão; por outro, devido a seu conteúdo conservador e a sua vinculação à ditadura que se punham inversamente às expectativas dos segmentos críticos profissionais que vislumbravam a contestação e a superação da ordem vigente.

Essas duas vertentes irão incidir como novas direções do movimento de renovação nos fins da década de setenta do século XX, sendo a fração conservadora através da segunda direção deste movimento, a reatualização do conservadorismo, e a terceira direção corporificando a intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional.

Essa reatualização do conservadorismo vai insurgir como uma vertente que revigora os extratos conservadores da profissão, entretanto, sinalizando outras bases teórico-metodológicas que se autorreferenciavam novas, posto que repudiavam as vinculações positivistas e, também, as referências que se ligavam a um pensamento crítico-dialético.

Essencialmente, essa direção reedita o traço microscópico da profissão, porém, valendo-se de uma nova imagem, se identificando com um caráter renovador, mas, significando uma reatualização conservadora sob bases teórico-metodológicas distintas, isto é, por meio do recurso à fenomenologia.

Uma perspectiva do movimento de reconceituação que não atingirá a extensão da direção modernizadora e que nem se consolidará como a terceira direção deste movimento, mas que encontrará ressonância nos extratos da profissão que se coadunavam com a vertente psicologizante da prática, uma direção que se mira na perspectiva de uma espécie de ajuda psicossocial, que em nome de uma compreensão subjetivista e de uma base científica restrita, busca diluir as possibilidades do trato rigoroso da realidade, baseado na perspectiva crítico-analítica.

Acrescentamos que a incursão da fenomenologia, apesar de delimitar a adoção de novos valores e comportamentos à profissão, também não trará alterações significativas no processo de consciência e na direção social da profissão. Embora, nesse contexto, as contradições da realidade e o movimento das classes não mais correspondam à lógica de atuação da profissão e exijam dessa a incursão sobre novos rumos, ainda não teremos a passagem para outra forma de consciência e o rompimento com o projeto profissional conservador em vigor.

Já a intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”, terceira direção do movimento de renovação,

> [...] ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho tradicional e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição, é visível o resgate crítico das tendências que, no pré-64, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro (NETTO, 1996, p. 159).

Essa perspectiva firmou-se em solo fértil à medida que se adensava a crise da ditadura e a influência do marxismo acadêmico[67]. Na primeira metade dos anos oitenta do século passado, esta direção conduzirá a tônica da polêmica profissional e fixará as bases de um discurso politizado que contaminará as vanguardas profissionais, embora efetivamente alcançando resultados pouco significativos, revelando o “[...] flagrante hiato entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos prático-profissionais para consumá-la” (NETTO, 1996, p. 161).

Como afirma Iamamoto (2001), significando que apesar da contraposição ao conservadorismo profissional, o Serviço Social mantém com ele uma linha de continuidade, o que fará com que a renovação, nessa altura, não ultrapasse a intenção de ruptura com o passado tradicional da profissão. Isso muito se dará em virtude da aproximação da profissão com o marxismo, neste momento, por vias tortuosas[68].

> Tal fenômeno encontra-se diretamente dependente das formas específicas pelas quais se deu a aproximação do Serviço Social à tradição marxista [...] no campo da ação por meio do militantismo político-partidário e no campo da teoria pela vulgarização marxista e de rudimentos do estruturalismo marxista althusseriano, numa relação utilitária e pragmática com o conhecimento, tendo em vista a ação profissional imediata (IAMAMOTO, 2001, p. 223-224).

---

[67] Conforme Netto (1996), podemos entender o marxismo acadêmico como aquele limitado às fronteiras puramente intelectuais e que não está articulado a uma intervenção prática político-social.

[68] Para Quiroga (1991), há uma impregnação positivista na apropriação do marxismo, mediante uma invasão às ocultas do positivismo em todas as esferas da vida social, “[...] entranhando uma das concepções ‘não-positivistas’ da sociedade, o materialismo histórico e dialético, o que, na concepção aqui veiculada, o deforma e compromete a sua própria significação”. (QUIROGA, 1991, p.11) E essa invasão também se dará segundo a autora no âmbito e no contexto do Serviço Social do qual estamos tratando, por meio da assimilação e divulgação acrítica das interpretações positivistas acerca do marxismo.

Processou-se uma aproximação ao marxismo sem Marx (IAMAMOTO, 2001), baseada numa interlocução eclética com “múltiplos marxismos”, tornada mais problemática haja vista a herança conservadora da profissão. Esse tipo de aproximação resultou, no interior do Serviço Social, numa tensão entre o que se propunha (romper com tradicionalismo da profissão) e os recursos teórico-metodológicos adotados, que não permitiam atingir o fim a que se perseguia, haja vista que os componentes de sustentação da tradição marxista – método crítico-dialético, teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução – se diluíam no conjunto de sínteses ecléticas e ideologizadas a que se teve acesso (manuais de divulgação do marxismo oficial).

Inscreve-se uma aproximação problemática do Serviço Social com a tradição marxista, sobretudo, por esta se efetivar, segundo Netto (1989), a partir de bases teóricas muito reduzidas, em que a natureza idepolítica era muito mais forte que a contribuição crítico-analítica, donde resultou, desse processo e nesse momento, um frágil saldo teórico-analítico para a profissão.

> No limite, o que resultou foi menos a incorporação de componentes teórico-metodológicos e crítico-analíticos do que um acervo de núcleos temáticos que, desvinculados da sua contextualidade, tenderam para o clichê e a palavra de ordem [...] – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’ (NETTO, 1989, p. 97-98).

Contribuiu nesse processo a ausência de uma intelectualidade da profissão que garantisse uma interlocução crítica com as fontes que se apresentavam. Assim, o conteúdo dessas influências ecléticas foi incorporado indistintamente, resultando, diante das inquietudes da prática, numa transferência da militância política para prática profissional. Sendo a resultado emblemático, o fetiche das metodologias, mediante a redução do método a procedimentos de intervenção, deu um caráter instrumental à articulação entre o marxismo e a profissão, redundando, por um lado, em mero discurso político e, por outro, na valorização de tendências empiristas da profissão – configurando no interior do Serviço Social, uma ética de esquerda com uma epistemologia de direita, como observa Lukács (1979 apud IAMAMOTO, 2001).

Essa relação só se deslocou desse eixo de interlocução com a tradição marxista quando do processo de maturação intelectual da profissão, pautado teórico e metodologicamente nos elementos analíticos que permitiram o diálogo do Serviço

Social com as fontes da teoria social e do método marxiano. É a partir desse profícuo diálogo, processando a redefinição da direção de análise da profissão acerca da realidade, agora inspirada por um estatuto teórico-metodológico, em que subjazem a história, a ontologia, a dialética, o trabalho, a práxis social e a totalidade.

De certo que essa reaproximação com a tradição marxista informa para a profissão um processo de maturação teórico-metodológica que se reverte na reconstrução histórica do desenvolvimento da profissão, permitindo a identificação e a problematização "[...] das determinações e efeitos sociais da prática e da formação profissional [...]" (IAMAMOTO, 2001, p. 237), destacando a estreita relação destes com as mediações da realidade social.

Vale ressaltar o caráter dinâmico desse movimento, cuja contribuição mais evidente se expressa em torno da constante ampliação dos referenciais teórico-culturais que propiciaram um processo contínuo de repensar a profissão, inclusive, constituindo sua qualificação no campo acadêmico e político.

Segundo Netto (1991), a contribuição da tradição marxista para a profissão apontou para: a ampliação do debate profissional com a introdução de discussões acerca da natureza do Estado, das classes sociais, das políticas sociais; a apreensão crítica do viés conservador da profissão; o reconhecimento da necessidade de se elucidar as determinações sócio-políticas da prática profissional; e a ênfase na análise histórico-crítica do Serviço Social brasileiro.

E, nesse patamar, a profissão passa a ser apreendida a partir da dinâmica movente e contraditória da realidade social, inserida no conjunto das relações sociais que a estruturam. Inaugurando, assim, um novo capítulo no processo de renovação da profissão e, em particular, na busca de ruptura com o seu histórico conservadorismo.

Sendo assim, é só mediante a relação com a teoria social marxista e com a aproximação definitiva com a classe trabalhadora – quando o compromisso com esta se firma como valor ético-político central da profissão – no contexto da intenção de ruptura[69], que o Serviço Social elevará o seu nível de consciência, nos termos da "consciência em si"[70].

Nesse sentido a perspectiva de análise do real que passa a orientar a prática

[69] Cujas mediações expressam o maior grau de maturação e de organização da profissão.
[70] Aqui a própria profissão passa ser objeto de análise de si mesma.

> profissional é o materialismo histórico-dialético que parte das condições concretas da vida dos homens, entendendo que "[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência" (MARX, 2004 apud COELHO, 2010, s/p).

Vale ressaltar que esse processo encontra correspondência na realidade objetiva à medida que se gestam, nesse contexto histórico o processo de reorganização da classe trabalhadora e do movimento desta em direção a contestação das suas condições de vida e de trabalho e a crítica junto a outros segmentos sociais à ditadura que sufocava a população tanto em sua dimensão material (arrocho salarial) quanto subjetiva (cerceamento da liberdade).

Nessa relação se estabelece o alinhamento da categoria com a classe trabalhadora e a ultrapassagem da "primeira forma de consciência para uma consciência em si", nos termos de uma consciência que nega em parte a alienação e a ideologia dominante, mas que não se confunde com uma consciência revolucionária – própria da classe trabalhadora no capitalismo.

Esse deslocamento teórico-metodológico e ideopolítico da profissão vai direcionar toda a produção, bem como a prática do Serviço Social, na segunda metade da década de 1980, se estendendo à década de 1990. Ocorrerá, nesse período, segundo Netto (2005): uma ampliação da produção do conhecimento na área, impulsionada pela expansão dos Cursos de Pós-graduação em Serviço Social – já iniciada na década de 1970; o desenvolvimento da pesquisa na direção da análise crítica acerca da natureza da profissão, de seus fundamentos e do trabalho profissional, bem como em torno da realidade social, política, econômica e cultural do país; e um maior nível e qualidade no processo de organização política da categoria, mediante tanto a ampliação e a frequência da realização de eventos que objetivavam refletir sobre a natureza e os rumos da profissão quanto à participação qualificada da categoria junto ao debate acerca dos direitos sociais contidos na Constituição de 1988 e, em particular, no processo de elaboração e de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993).

Exatamente neste contexto se fundam as condições de emersão do projeto ético-político do Serviço Social. Por um lado, impulsionado por elementos endógenos: surgimento dos cursos de pós-graduação; consolidação da produção do conhecimento no Serviço Social; maturação teórico-metodológica e diálogo com o marxismo; aproximação com demandas democráticas e interlocução com projetos

societários dos trabalhadores; ruptura com o conservadorismo teórico-metodológico e político; debate da formação profissional vinculado à necessidade de construção de um novo perfil do assistente social, por sua vez, afinado com o enfretamento crítico da questão social; reorganização da categoria, com o vislumbramento de uma nova direção para profissão; fomento de um novo Código de Ética que viesse a suprimir as insuficiências do debate ético e político da profissão, dentre outras nuances[71].

De outro lado, condições que se põem no campo político-social, como: a emersão das liberdades políticas elementares, somadas ao processo de redemocratização, invasão na vida social brasileira de demandas democráticas e populares, outrora, largamente reprimidas; a reinserção na cena política dos trabalhadores urbanos com o renascimento combativo do seu movimento sindical; dinamização da vida cultural com o protagonismo dos setores intelectuais e etc.

> Nesse processo, se construiu um novo *ethos*, marcado pelo posicionamento da negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade. Valores e princípios foram se reafirmando na sua vida cotidiana através da participação e política, do trabalho, da vivência e enfrentamento de novas necessidades, escolhas e posicionamentos de valor, da recusa de papéis tradicionais, da incorporação de novos referenciais ético-morais, entre outros aspectos (BARROCO, 2009, p. 178).

Um projeto profissional que conquista a sua hegemonia no interior da profissão na transição dos anos de 1980 para 1990, mediante: a perspectiva de organização política das vanguardas profissionais, que promoveram a multiplicação dos espaços de produção e de debate da categoria, impulsionando o crescente envolvimento desta no processo de reflexão e de elaboração crítica da mesma; e por meio da articulação de uma direção social e estratégica da profissão, aliada às tendências democráticas da sociedade que, por sua vez, apontavam para a aliança com as necessidades da classe trabalhadora e que se opunham ao projeto da classe dominante.

Sem sombra de dúvidas essa hegemonia se corporifica no interior da profissão, contudo, isto não significa que toda e qualquer tendência conservadora foi eliminada do seu interior, sobretudo, no campo da prática do Serviço Social. Portanto, a ruptura da profissão com o conservadorismo teórico-político não significa, diretamente, a

---

[71] Vale lembrar que o atual projeto profissional já emerge num contexto adverso em que a conjuntura político-econômica é dramática, a desigualdade social é aviltante, a precarização do trabalho adensa-se e as medidas adotadas para recuperação dos índices de crescimento do capital se põem na ordem das reformas neoliberais.

completude e exclusividade de uma direção ético-política crítica para profissão. Não há como se garantir que tendências conservadoras ou neoconservadoras também não coexistam ou encontrem ressonância em determinados substratos ideoteóricos da profissão.

Decerto que a estrutura e as dimensões que compõem o referido projeto se firmam no campo da contraposição às estruturas da sociedade capitalista, portanto, desde sua essência se põe na “contra mão” das determinações estruturais da realidade contemporânea, sobretudo, se considerarmos que seu núcleo centra-se em torno da liberdade como valor ético primordial, pautada no compromisso com a autonomia e a emancipação dos indivíduos, se opondo a toda forma de arbítrio, dominação e exploração. Além do que, é preciso levar em conta que, politicamente, se vincula à consolidação da cidadania, da equidade e da justiça social, balizadas pelos princípios da radicalidade democrática, com a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida[72].

Para tanto, enfocando também em sua dimensão profissional a formação qualificada e alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas que assegurem o deciframento do real, concebido como totalidade histórico-concreta.

Conforme Netto (1996), o Serviço Social encontra na década de 1990 a sua maturidade, haja vista apresentar-se como uma profissão relativamente consolidada: **no campo da formação e da produção científica** com um currículo mínimo nacional e se inserindo em diversas unidades de ensino superior, com a validação de vários cursos de pós-graduação, já com uma produção científica de vulto, com a renovação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e com isso a busca de se revitalizar o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais (CEDEPS) - hoje incorporados na atual ABEPSS; **no campo político** registrando avanços mediante a dinamização dos Conselhos Federal e Regionais tanto no que tange à representação da categoria junto a organismos estatais quanto no que se refere à organização da categoria – realização regular e representativa de Encontros Nacionais e Congressos da categoria[73].

---

[72] Não que este seja o horizonte que se vislumbra, mas decerto que a radicalização da emancipação política é um projeto necessário considerando os termos e os limites do nosso momento histórico. Mas, de fato, o que buscamos é a superação dessa emancipação política em favor da verdadeira emancipação, que é a humana.

[73] Segundo Netto (1996), nesta década o contingente profissional estava estimado em sessenta mil assistentes sociais.

2.3 A ordem regressiva e a iminência pós-moderna no interior do Serviço Social

[...] manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica
ou contê-la, modificá-la e revertê-la.
José Paulo Netto

Embora a profissão alcance uma maturidade intelectual, política e prática nos anos 1990, alguns de seus problemas fundamentais permanecem em aberto (NETTO, 1996):

▪ a legitimidade social da profissão: que se constitui enquanto uma problemática, tendo em vista, conforme Iamamoto (1982), a assimetria entre as demandas da classe dominante – em função do seu viés conservador e para quem a profissão tradicionalmente era legitimada – e as da classe trabalhadora, donde pertence majoritariamente o conjunto de seus usuários. Ainda que ressalvada a intenção de ruptura com o conservadorismo profissional "[...] ainda não se consolidou uma 'nova legitimidade' para o Serviço Social junto às classes subalternas" (NETTO, 1996, p. 108);

▪ a socialização dos avanços: nesse âmbito, considerando a magnitude dos avanços e do que se acumulou desde o processo de renovação da profissão, permanecem insuficientes os canais que assegurem a efetiva socialização desse progresso para o conjunto mais amplo de profissionais de campo, desta feita, dificultando o estreitamento da distância entre estes e as vanguardas da profissão[74];

▪ o campo da formação profissional: ressalta-se os limites impostos pelo franco processo de sucateamento da universidade pública pela herança deixada pelo regime militar, notadamente, o burocratismo, o parasitismo e o conservadorismo, complexificados pela mudança no perfil socioeconômico dos estudantes – cada vez mais pobres – e pelo empobrecimento cultural destes, o que se contrapõe "[...] a exigência de maior qualificação intelectual e cultural, derivada da própria consolidação acadêmica do Serviço Social [...]" (NETTO, 1996, p. 110);

[74] De acordo com Netto (1996), mesmo que o Serviço Social tenha avançado a passos largos nas últimas décadas do século XX, esse impulso ainda se firma enquanto débil em face das novas realidades societárias e mesmo em relação à extensão das práticas profissionais. Ainda para o autor, a insuficiência dos canais de socialização dos seus avanços traz para profissão o alargamento da distância entre as suas vanguardas e a massa de profissionais de campo.

▪ o campo da prática: requisitava-se, neste período, um conjunto de novas competências profissionais – tanto do ponto de vista sócio-político quanto instrumental da profissão – que permitisse decifrar a realidade social e suas novas configurações (oriundas do conjunto de transformações societárias operadas na ordem do capital) e de forma qualificada responder às atuais demandas postas à profissão. Isso apontava para a necessidade de se ter condições de trabalho favoráveis e uma estreita conexão entre o campo da formação e os espaços de intervenção, possibilitando um processo de alimentação e retroalimentação entre esses, a fim de iluminar o deciframento crítico da realidade e de suas demandas e, com isso, qualificar a prática – o que não se verifica objetivamente de forma ampla[75];

▪ os parâmetros ideopolíticos e teórico-culturais: decerto que os anos 1980 foram marcados pela consolidação de posicionamentos ideopolíticos de natureza crítica no Serviço Social, o que remete a seu processo de ruptura com o conservadorismo, por meio do qual, nos termos de Netto (1996, p. 111), "[...] democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ideopolítica." Contudo, como dito anteriormente, isso não significa dizer que todo e qualquer viés conservador foi extinto da profissão, pois, de acordo com Netto (1996)[76],

> [...] o conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual. A legitimidade alcançada para a diversidade de posições está longe de equivaler à emergência de uma maioria político-profissional radicalmente democrática e progressista que, para ser construída, demanda trabalho de largo prazo e conjuntura sócio-histórica favorável (p. 112).

---

[75] Vale ressaltar que, como já afirmamos anteriormente, o Serviço Social também avançou no que concerne à ampliação quantitativa e qualitativa dos espaços de formação, de debate e de organização política da categoria, apontando para um processo de maior vinculação entre a academia, os órgãos de representação e os profissionais que estão diretamente vinculados ao campo de intervenção. Contudo, essa interlocução precisa e deve ser ainda mais capilarizada, pois ainda se distancia do necessário e ideal, sobretudo, porque ainda se verifica, segundo Netto (1996), condicionamentos da prática calcados no lastro conservador em relação aos papéis e atribuições profissionais.

[76] Netto (1996) ressalta que essa ruptura é uma grande conquista para a profissão, haja vista que se contrapõe legitimamente à herança conservadora da profissão, por sua vez, calcada no mais absoluto doutrinarismo católico que se reveste de "refinada e duradoura intolerância". E à medida que também favoreceu a renovação teórico-cultural da profissão. Todavia, é preciso se levar em conta que a "magnitude dessa ruptura" não pode ser hiperdimensionada, posto que "A dinâmica das vanguardas profissionais, altamente politizadas, ofuscou a efetividade da persistência conservadora." (p. 112).

Porém, a tônica do debate profissional alicerçada pelas elaborações da tradição marxista, mediante o qual se construiu uma cultura profissional politizada e à esquerda, legitimada no interior da profissão e respeitada fora dela, levou as correntes conservadoras que ainda permaneciam no interior da profissão a uma postura cautelar e defensiva. E é nesse contexto que se consolida o projeto ético-político do Serviço Social e a direção social e estratégica a ele associada.

Contudo, essa hegemonia teórico-política na profissão será questionada ainda nos anos 1990, dadas duas ordens de questões que, articuladas, conformaram um cenário regressivo tanto do ponto de vista político-econômico quanto sociocultural. Isso, por um lado, impunha à profissão novas requisições e grandes desafios, e, por outro, passava a reanimar e reagrupar correntes conservadoras que persistiam no interior da profissão. Nessa altura, estas, por sua vez, abandonam a postura defensiva e passam a questionar de imediato as matrizes teóricas que balizaram o debate da profissão nos anos 1980 (a tradição marxista e suas inflexões na cultura profissional) e, inicialmente de forma sutil, arguem a própria direção social assumida pela profissão, inaugurando um debate cuja polêmica central será “[...] manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la” (NETTO, 1996, p. 117).

A primeira questão gira em torno das condições sócio-históricas desfavoráveis às demandas democráticas, às lutas sociais e ao caráter emancipatório inerente a essas, que apontam para uma conjuntura complexa, permeada pelas seguintes mediações: a reestruturação produtiva e a consequente precarização do trabalho; a regressão neoliberal e com ela o desmantelamento dos direitos sociais e a desestruturação do sistema de proteção social; a radicalização da questão social mediante os custos pagos pelo trabalho para reprodução social do capitalismo diante de suas sucessivas crises; e as atuais estratégias do Estado no trato à questão social (refilantropização e a administração da pobreza absoluta via os programas de transferência de renda).

No que tange à segunda questão, apontamos a hegemonia alcançada pelo pensamento pós-moderno no conjunto das Ciências Sociais e Humanas que passa a vigorar no meio acadêmico e, como vimos no primeiro capítulo, cujo tom do debate se firma em torno da desqualificação da razão, do esvaziamento da dimensão ontológica do real e da impugnação do humanismo, da dialética, da totalidade e da história.

Vale ressaltar que essas proposições pós-modernas encontram espaço fértil no Serviço Social junto aos estratos conservadores da profissão que passam a se reagrupar[77]. É preciso esclarecer que aqui falamos de segmentos distintos: conservadorismo clássico e neoconservadorismo (pós-moderno) – como já observamos no capítulo anterior –, que capitulam na direção da desqualificação da teoria social crítica, bem como do projeto societário que a subjaz, apontando para o adensamento do processo de alienação e, de retrocessos ideopolíticos.

Para Netto (2006), essa aliança entre as tendências conservadoras da profissão e o neoconservadorismo pós-moderno no plano ideopolítico pode ser inteiramente viabilizada no plano mais amplo da cultura profissional, sobretudo, no que se refere ao âmbito teórico-analítico, tendo em vista que, em conformidade com o autor, "[...] a recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria da totalidade etc., vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microssocial, no máximo as 'teorias de médio alcance' [...]" (p. 118).

E, nesse mesmo sentido, essas inflexões se estendem facilmente ao plano técnico-operativo, mediante "[...] a centralização nas singularidades, a ênfase nas especificidades, a valorização do trabalho focalizado etc." (NETTO, 1996, p. 118).

> E, nesse embate, penso que várias condições são muito favoráveis às correntes que tendem a questionar, direta ou indiretamente, a direção social estratégica (bem como os traços da cultura profissional que a sustentam) que se veio construindo na luta contra o conservadorismo: o projeto burguês de hegemonia do grande capital; a ambiência dominante na academia (largamente escorada pela indústria cultural); os substratos duradouros do conservadorismo e da antimodernidade no campo profissional etc. (NETTO, 1996, p. 119).

Isso fica claro quando observamos a conjuntura dos anos 2000 e suas implicações para a profissão. Decerto que às condições sócio-históricas de gênese do nosso projeto profissional subscreviam a ordem do capital e suas investidas neoliberais (com o entendimento de toda a extensão que essa articulação traz).

---

[77] Vale esclarecer que quando das primeiras incorporações do pós-moderno no cenário brasileiro – década de 1970 – o Serviço Social passava por um movimento interno de revisão crítica de seus fundamentos e prática, pautado numa postura de contestação ao tradicionalismo da profissão, por sua vez, sustentado pela incorporação de uma massa crítica que buscava romper com o conservadorismo. Esses fatores colocavam a profissão na direção contrária ao neoconservadorismo que se instalava. Já na conjuntura de 1990, as mediações endógenas e exógenas dessa profissão – já apontadas no texto – oferecem as condições para uma possível incorporação das ideias pós-modernas.

Porém, é preciso reconhecer que as sucessivas vitórias do capital e a intensificação histórica das tendências destrutivas do mesmo, associadas ao refluxo do movimento dos trabalhadores (a maior e histórica resistência ao capital)[78], põem condições sócio-históricas novas que culminam com um processo de dominação desse sistema sem precedentes e com a veemência do conjunto das desumanidades intrínsecas a ele, desenhando, assim, uma dinâmica cujos impactos se expressam em novas dimensões e magnitudes.

No caso brasileiro, segundo Braz (2007) e Netto (2007), se inaugura um momento socio-histórico peculiar no país: com a chegada do Partido dos Trabalhadores – PT ao poder central, por meio da eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidência da República; e, de forma mais consequente, com o deslocamento político da esquerda brasileira pós-eleição.

> [...] A vitória eleitoral de outubro de 2002 teve impacto político relevante nas classes dominantes, uma vez que, pela primeira vez, tiveram que buscar negociação política em condições menos favoráveis politicamente. Em outras palavras, podemos arriscar dizer que a vitória de Lula se deu sob condições históricas inéditas no país. [...] Venceu, também pela primeira vez, o projeto que não representa em sua origem e em sua totalidade os interesses hegemônicos das classes dominantes no Brasil, identificadas nas velhas e novas oligarquias rurais, tanto o latifúndio improdutivo quanto o produtivo [...] e na burguesia nacional associada ao grande capital internacional [...] Tal conquista política representou uma relativa recusa ao projeto do capital na contemporaneidade: o projeto neoliberal (BRAZ, 2004, p. 50-51).

Vale ressaltar que as condições políticas em que se deu a vitória de Lula, se inscreveram num campo de ampla coligação de partidos e forças sociais, que reuniu desde partidos declaradamente comunistas a um partido liberal, deste modo, o que se desenhava era, no mínimo, um governo de coalizão[79]. Assim, conforme Netto (1994) processavam-se no interior do governo mudanças essenciais no tocante ao projeto político que o informava, por sua vez, até então alinhado ao campo do antagonismo ao capital.

> [...] Se a composição da equipe ministerial já apontava para manutenção da mesma orientação macroeconômica da era FHC, os primeiros meses de Luiz

[78] Ver ALVES, Giovanni. O novo (e precário) Mundo do Trabalho. São Paulo: BOITEMPO, 2000.

[79] E nesse sentido, veremos nos primeiros anos de governo a convivência de duas direções distintas, uma que buscaria dar continuidade às diretrizes do governo FHC e a outra que sinalizaria para um processo de redirecionamento político-econômico para o país. Esta última não foi a direção assumida nos anos de governo que se seguiram.

> Inácio Lula da Silva assinalaram que a vontade política expressa do novo governo era mais que a continuidade, era o aprofundamento daquela direção [...] experimenta-se uma nova conjuntura na exata medida em que o governo [...] assume a prática "neoliberal" que combateu frontalmente [...] como o comprovam, sobejamente, as relações com o FMI e a condução da contrarreforma do Estado. Na escala, porém, em que com essa assunção, deixou de existir qualquer oposição parlamentar e institucional, aquela prática se aprofunda e se torna mais deletéria: no primeiro caso [...] o governo capitaneado pelo PT excede as exigências daquela agência do grande capital, por exemplo, acrescendo o percentual do *superávit* primário; no segundo (a contrarreforma), o indecoroso prosseguimento da reforma previdenciária chegou ao limite a que não se alçou o governo FHC [...] (NETTO, 2004, p. 12-13)[80].

Segundo Iasi (2006), o PT vivenciou um processo de inflexão que o levou da negação ao amoldamento à ordem que esperava superar[81]. Cabe esclarecer que tal guinada petista não se processa apenas com a chegada ao poder, encontra talvez, nesse momento, o ápice de sua concretude. Entretanto, a mudança programática do partido começou a dar seus sinais desde meados da década de 1990, portanto, há muito já esboçava "[...] comer a nova carne com os velhos garfos" (BRECHT, 1976 apud IASI, 2006, p. 442).

A defesa da estabilidade econômica, o comprometimento do orçamento com a sustentação dos liames do capital financeiro[82] – apesar do alarde midiático do governo acerca do gasto na área social com suas políticas compensatórias e o registro do parco investimento direto em políticas sociais – demonstram nitidamente a direção político-econômica desse governo.

Segundo Behring (2008b) as tendências da política social firmadas no país em plena era Lula têm como condição geral a redução de direitos e a limitação de suas possibilidades preventivas e redistributivas, mediante processo de privatização, focalização e descentralização.

Tais tendências expressam-se nitidamente quando observado o financiamento da seguridade social, principalmente, o direcionamento e a alocação do fundo público

---

[80] Grifos do próprio autor.

[81] Vale salientar que, segundo Iasi (2006), este foi um movimento teórico-político de trajetória histórica que levou o PT da origem socialista até a acomodação atual. Para ilustração dessa inflexão o autor realizou um estudo de caso, cujos materiais de pesquisa foram as resoluções e documentos partidários desde as origens à fundação, até o 12º Encontro Nacional, em 2002.

[82] Conforme Netto (2004), a falácia exaustivamente explorada por FHC de que a solução da dívida social brasileira está no crescimento econômico, ganha no governo Lula inteira viabilidade. "É óbvio que, sem crescimento, tal 'dívida' se põe irresgatável; mas também deveria ser óbvio que não basta crescimento para minimamente reduzi-la – **é necessário conjugar o crescimento com uma ampla e eficiente política de desconcentração da propriedade para que se torne viável uma política de redistribuição de renda** [...] como serão distribuídos os frutos deste (eventual) crescimento" (p. 15, grifos do próprio autor).

brasileiro. Neste, a alocação dos recursos está a serviço da dívida pública, posto que o pagamento de juros, encargos e amortizações têm superado o montante gasto com a seguridade social.

Behring (2008b) acrescenta que um dos grandes "vilões" do orçamento da seguridade social brasileira é o *superávit* primário, já que o volume de recursos destinados à sua formação tem sido muito maior que os gastos com o conjunto dessas políticas, com exceção apenas da política de previdência social. A partir dos números que se seguem é possível observar a extensão do

> [...] impacto da contenção de recursos apenas para dar garantias ao capital financeiro internacional da capacidade de pagamento de dívidas e manter o 'Risco Brasil' sobre controle. Vejamos: "Com a meta atual de *superávit* de 4,25% do PIB, equivalente a aproximadamente R$ 70 bilhões de reais, é possível construir 14 milhões de casas populares; ou assentar 2 milhões de famílias sem-terra; ou gerar 3,5 milhões de empregos na agricultura [...] (FÓRUM BRASIL DE ORÇAMENTO, 2006 apud BEHRING, 2008b, p. 51).

Vale destacar, nesse prisma, o papel desempenhado pela Desvinculação de Receitas da União (DRU) – que desvincula 20% das receitas de impostos e contribuições sociais para sustentar o *superávit* primário. Este mecanismo criado no Plano Real por medida provisória foi prorrogado na última Reforma Tributária

> [...] numa rara unanimidade entre a 'oposição' e a 'situação' no parlamento brasileiro [...]. A incidência da DRU nos recursos da seguridade tem sido nefasta, fazendo com que a mesma transfira recursos crescentes para o mercado financeiro, já que as fontes da seguridade – as contribuições sociais – vêm tendo um desempenho crescente em termos de arrecadação [...] (BEHRING, 2008, p. 51).

Diante deste quadro, conforme já apontava Netto (2004), "O PSDB e o PFL [atual DEM] enfrentam [...] o governo petista no acessório, no adjetivo – e isto porque o essencial está garantido" (p. 14).

Essa "mudança de direção" do PT, agora executivo federal, além de lograr um continuísmo ao receituário neoliberal reafirma a retórica de que esta é a única direção possível, reservando à disposição em contrário os títulos de "aventurismo" e de "bravata".

> [...] O imediatamente possível é transvestido em ideal opera-se, para além da mistificação político-ideológica, uma conversão [...] o possibilismo embutido no militantismo conformista parece ser uma dimensão da herança que Luiz Inácio Lula da Silva legará aos pósteros [...]. Com efeito, a herança da

> experiência petista transcende, a meu juízo, o que se põe no conformismo possibilista e se critica no moralismo de esquerda. A essencialidade dessa herança [...] radica na hipoteca com que gravará, por longos anos, qualquer projeto socialista para o Brasil [...] o efeito devastador que já resulta do governo petista reside na extraordinária contribuição que oferece ao conservadorismo brasileiro [...] (NETTO, 2004, p. 18-19).

Assim, diante desse cenário que abre um novo contexto sócio-político no país, identifica-se especificamente para o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro novas condições e tensões, criando inclusive no interior do debate da categoria, um campo de polêmicas que versaram sob as seguintes teses acerca do referido projeto: da (possível) dissolução da hegemonia; da inviabilidade histórica; e da reafirmação de sua viabilidade histórica.

De forma sumária podemos apontar que as duas primeiras teses – apesar de terem conclusões distintas acerca das possibilidades concretas do projeto ético-político do Serviço Social – partem da análise em torno da tensão entre a intensa ordem regressiva que se põe nos anos 2000, tanto no plano político-econômico (mundialização capitalista), quanto nos campos sociocultural (ambiência pós-moderna) e da luta de classes (descenso das lutas sociais) e a viabilização efetiva dos princípios que norteiam o referido projeto profissional.

Para Netto (2007), a gênese e a conformação do projeto profissional tiveram como “chão histórico” a recusa ao conservadorismo teórico-político, o arrefecimento e posterior derrota da ditadura, a efervescência das lutas sociais, a instauração da “Nova República”, o processo da Constituinte e, posteriormente, a resistência à investida neoliberal – como visto anteriormente.

Portanto, sobre o projeto estão assentados os rebatimentos das lutas travadas por setores democráticos da sociedade brasileira que se opuseram ao período da ditadura, que se acentuaram no momento da reabertura política e que, posteriormente, se lançaram ao embate frontal ao neoliberalismo. Relação, cujos resultados estão explícitos na substancialidade do projeto profissional “[...] cuja necessária derivação prático-programática redundava, para dizê-lo em termos sintéticos, na defesa de políticas sociais de caráter estatal e universal, garantidoras e ampliadoras de direitos de cidadania” (NETTO, 2004, p. 23).

Já a atual conjuntura em nosso país, para o autor, não registra mobilização e resistência expressivas à cultural neoliberal, devido: à inversão programática do projeto político encabeçado pelo PT já no executivo federal, desta feita, assumindo

uma direção contrarreformista; à extrema residualidade no plano parlamentar institucional à programática neoliberal; e à massiva cooptação das entidades e organizações que tinham peso significativo na articulação dos movimentos sociais e de resistência popular.

E, nessa perspectiva, Netto (1999) já afirmava desde a consolidação do projeto ético-político – anos 1990 – que a ofensiva neoliberal se consubstanciava como antagônica ao projeto profissional e que a "[...] a cruzada antidemocrática do grande capital, expressa na cultura do neoliberalismo [...]" (p. 158) era uma ameaça real à sua implementação.

Portanto, o cenário brasileiro onde se adensa a viabilização do projeto neoliberal

> [...] tornou profundamente problemática a conversão do 'projeto ético-político' em processo real de qualificação do Serviço Social [...] as incidências dessa nova conjuntura sobre o 'projeto ético-político' são extremamente negativas e não podem ser menosprezadas: elas contribuem decisivamente para sua inviabilização (NETTO, 2007, p. 38).

No que concerne às conclusões apontadas por Braz (2007) assinalamos que embora o mesmo corrobore com a análise de Netto (2007) acerca desse cenário socio-histórico, não afere à perspectiva da inviabilidade histórica do projeto ético-político do Serviço Social, mas sim à sua crise e à possível dissolução de sua hegemonia.

Para o referido autor, a direção do projeto profissional está nitidamente vinculada a um projeto societário de transformação da ordem social, porém "[...] sem se confundir e/ou diluir nele. Suas acepções e valores o vinculam a projeções sócio-históricas que vislumbram a **ruptura com a ordem social vigente**" (2004, p. 57)[83].

Mas, se o que se adensa nesse tempo histórico é a persistência das políticas neoliberais, com destaque para a contrarreforma do Estado – que incide, de forma peculiar, sobre a degradação das condições de trabalho e dos serviços sociais prestados – que progressivamente vem dificultando a efetivação dos princípios inscritos no projeto profissional, o que teremos com a manutenção dessas condições é o xeque da hegemonia conquistada por esse projeto. "Em poucas palavras: a crise

[83] Grifos do próprio autor.

do projeto societário da classe trabalhadora impõe uma crise ao nosso projeto profissional" (BRAZ, 2007, p. 07).

Nesse sentido, para o autor, a nossa tarefa nesse momento inscreve-se na ordem da "[...] capacidade de identificar formas de viabilização prático-política para o projeto profissional que, como todo projeto coletivo, depende de sustentabilidade histórica para se reproduzir como tal no movimento da sociedade" (BRAZ, 2007, p. 10).

Considerando os argumentos de Ramos (2007), elucidamos a tese de reafirmação da viabilidade histórica do projeto ético-político. Para autora este projeto tem como eixo central a organização e o protagonismo político da categoria, firmados como uma das mediações dos projetos coletivos que se destacam na defesa dos direitos e na crítica ao projeto do capital. Uma perspectiva, consolidada na conjuntura da década de 1980, que transcende os limites da profissão e se inscreve num quadro amplo de articulação da classe trabalhadora que, por sua vez, possibilitou a ampliação dos espaços sócio-políticos de luta e permitiu o protagonismo dessa classe no processo de redemocratização do país.

Já na década de 1990 observa-se, como já analisado por Netto (2004) e Braz (2007), o refluxo desses movimentos, reflexo de uma crise societal extensa e profunda[84] e da intermitente ofensiva neoliberal, que processou o desmonte dos direitos, a deterioração das condições de vida e de trabalho e a fragilização dos espaços coletivos de resistência política.

Esse refluxo inscreve-se, segundo Lessa (2007), num cenário contrarrevolucionário que atinge todo o mundo, tendo em vista que se firma na vida cotidiana um processo de colaboração entre as classes, ancorado no arrefecimento do importante embate entre capital e trabalho.

> A forma historicamente concreta da presente crise é a contrarrevolução; a vitória avassaladora do capital nas últimas décadas é o elemento central na condução da humanidade a esta crise sem precedentes. A ilusão e o equívoco é se imaginar que esta crise que se desdobra por décadas [...]

[84] Acerca da natureza e magnitude dessa crise, Lessa (2007) sinaliza que no mundo em que vivemos não há nada isento dos reflexos da crise de sociabilidade em que estamos mergulhados, desde o complexo social da família, passando pelo Estado, às individualidades. Entretanto, vale esclarecer, "[...] que esta crise não comparece da mesma forma, com as mesmas mediações, intensidade e cronologia em todos os complexos sociais. Em cada um deles operam as inúmeras determinações de suas particularidades e, também, de modo peculiar ao desenvolvimento de cada um, se manifesta o caráter fundante do trabalho e o momento predominante exercido pela totalidade social" (p. 43).

> possa ter se convertido na eterna forma de ser da sociabilidade burguesa. Todavia, até o presente momento a crise tem se estendido a todos os poros da sociedade, e do modo como o tem feito, também porque o fato de o capital não encontrar a oposição do proletariado, seu antagonista histórico, abre espaços e possibilidades para a crise se aprofundar aparentemente sem quaisquer limites (LESSA, 2007, p. 44)

Inserido nesse contexto o Brasil vivencia um processo de descenso político[85] e, nesse sentido, Ramos (2007) aponta:

> [...] Enquanto vários sujeitos coletivos, no campo da esquerda, assimilaram os preceitos liberais como válidos para a superação dos problemas sociais, outros continuaram a lutar contra esse projeto hegemônico. Dentre os últimos, se inclui a categoria dos(as) assistentes sociais e suas entidades representativas (p. 42).

E, assim, a organização política da categoria continua a articular as lutas mais gerais da classe trabalhadora, associando-se a um campo político de reforço a elas na perspectiva de contribuir para reorganização política e para viabilização de movimentos contra-hegemônicos.

Inclusive uma reconstrução política materializada em um contexto de intensa ofensiva neoliberal e compreendida "[...] como um processo histórico, humano intencional e criador, capaz de possibilitar uma reflexão crítica sobre a realidade, que se concretiza em múltiplas dimensões da vida cotidiana, em diversos níveis [...] influindo nas esferas pública e privada" (RAMOS, 2005 apud RAMOS, 2007, p. 42).

Nesse turno, a profissão vem efetivamente desempenhando o seu papel através de práticas concretas que se inscrevem na ordem de concretude do conjunto de princípios e valores do projeto profissional e de suas respectivas mediações com as lutas sociais gerais.

Para tanto, dispõe atualmente de uma maturidade intelectual e sócio-política com clara direção anticapitalista e que aponta para criação de estratégias nessa direção, mesmo que diante das condições sócio-históricas postas pela perspectiva neoconservadora, tanto no campo teórico-político quanto sócio-econômico-cultural,

---

[85] Vivenciamos, na atualidade, um processo de refluxo dos movimentos de resistência e de oposição ao capital, sobretudo, reflexo do "ataque" a bases fundamentais de organização política desses movimentos. Contudo, podemos também observar que se firmam focos de resistência às idiossincrasias capitalistas e permanece o imperativo inalienável de que é preciso construir estratégias de enfrentamento a curto prazo e a longo prazo à viabilização das estratégias de construção de outra possibilidade histórica. A exemplo, está a incessante luta do Movimento dos Sem-terra no âmbito rural e na esfera urbana do Movimento de Luta pela Moradia.

apreendendo as mediações dessa articulação com os objetivos da profissão e reconhecendo os limites desta como tal.

Destarte, para Ramos (2007),

> [...] a desafiadora questão de se construir processos revolucionários é colocada para as forças da esquerda, num contexto de mundialização do capital, de crise da perspectiva socialista realizada historicamente, exigindo um esforço gigantesco para a construção de novas alternativas que se distanciem do fetiche do fim da história, da narrativa ideológica quanto a impossibilidade da superação do metabolismo do capital, negador da realização da liberdade, autonomia e satisfação das necessidades humanas (p. 43).

É preciso destacar que esse cenário no Brasil firma seus traços desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso à experiência do governo petista no poder central – entendendo-se aqui os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio e, pelo apresentado até agora, o mandato de Dilma Roussef[86].

No que tange ao terceiro mandato petista na Presidência da República, observamos que o legado deixado por seu antecessor tem sido sustentado à risca, podemos até dizer que o projeto de amoldamento do governo petista à ordem tem se generalizado na atual gestão. A política econômica mantém-se nos mesmos padrões, as alianças políticas ainda articulando partidos de direita e de esquerda e, no âmbito social, as investidas permanecem centradas na assistencialização das políticas sociais – com destaque para os Programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. Ressalva-se, contudo, a diferença de estilo, vez que o ex-presidente era reconhecido pela posição carismática e intermediadora e a atual presidenta ostenta uma linha dura e tecnocrata. Nesse sentido, valida-se a identificação essencial da linha do continuísmo, mas obviamente reconhecendo as particularidades desse tempo histórico e do próprio processo de maturação da experiência petista no governo central, que trazem novas mediações ao processo e incutem diferenças entre os referidos mandatos.

Em síntese, sem sombra de dúvidas que as condições sócio-históricas que alinham a profissão à esquerda e as diretrizes e princípios que estruturam o projeto ético-político do Serviço Social – que, por sua vez, orientam a formação e a prática

---

[86] A atual presidenta do Brasil participou dos dois mandatos do seu antecessor como Ministra de Minas e Energia e como Chefe da Casa Civil.

profissional – se confrontam na realidade objetiva contemporânea com padrões distintos de conhecimento e de intervenção social.

Apontamos que, nesse âmbito, não se estabelece apenas um confronto teórico-analítico e ideopolítico entre os interlocutores das diferentes correntes e projetos societários que coexistem no campo do debate e da intervenção profissional. Se expressa uma complexificação das relações de forças entre as condições teórico-políticas e socioculturais da atualidade e a materialização do projeto ético-político do Serviço Social, o que não pode ser ignorado pela endogenia da profissão.

Ao longo da construção teórica e histórica das bases de nossa formação e prática fica evidente que a profissão tem no real os elementos concretos para suas reflexões e elaborações teórico-metodológicas e é na cotidianidade que estão postas as necessidades sociais subjacentes que se colocam como demandas à profissão, dessa forma, delimitando seu campo de intervenção. Nesse sentido, não se pode negar que as atuais mediações sócio-históricas – dentre elas as elaborações pós-modernas, que disseminam uma peculiar via de leitura do real e que influenciam amplamente o campo da produção do conhecimento – tenham inflexões no Serviço Social, gerando uma tensão com a atual direção social e estratégica da profissão, delimitada nos termos do seu atual projeto ético-político.

E nesta medida, a ideologia do capital, no tempo presente, passa a difundir uma nova concepção de mundo que, sendo incorporada no campo da produção do conhecimento do Serviço Social via programas de pós-graduação, inaugura novos conflitos no que tange aos valores e concepções consolidados no âmbito do projeto ético-político profissional. Considerando o receituário pós-moderno, os conflitos gerados são prenhes de uma ordem regressiva que repousa sob a lógica da serialidade, do imediato e da alienação, o que pode ao fim permitir o retrocesso da profissão em termos de projeto e de consciência.

É preciso que se ressalte que não estamos apenas falando de alterações cotidianas, estamos diante de amplos desafios que podem descerrar para profissão um novo momento, sobretudo, por que já é possível identificar tais possibilidades regressivas no âmbito da profissão – práticas terapêuticas, empoderamento, economia solidária, dentre outros. Possibilidades não apenas imbricadas no

> [...] chamado “campo da prática”, onde é reconhecida a dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética. A ofensiva neoconservadora pós-

> moderna tem fortes influências acadêmicas (...) um razoável número de autores e textos que, incorporando de alguma forma a lógica pós-moderna, reanima traços do conservadorismo profissional (SANTOS, 2007, p. 110).

Isso rebate diretamente na formação profissional e, por conseguinte, nos rumos delineados para a profissão em seu devir histórico. Desse modo, é necessário travar esse debate, reconhecendo-o como importante e legítimo, posto que é partir da identificação de suas faces e rebatimentos que poderemos suscitar e elaborar estratégias sócio-políticas de revigoramento da tendência crítica que norteia a profissão, bem como, solidificar a validade da proposta do projeto ético-político profissional que se contrapõe aos efeitos deletérios da ação nociva do capital.

Não há dúvida de que a direção assumida nos marcos do referido projeto deve se reafirmar. Contudo, necessário se faz enxergar que esse revigoramento não pode se processar sobre bases voluntaristas e utilitárias, ele deve se reafirmar a partir de bases sólidas, sobretudo porque a ordem dos desafios de sua reafirmação, também deve encontrar ressonância na criação de condições sócio-históricas que apontem para manutenção de um movimento democrático na sociedade brasileira.

2.4 A consolidação da pós-graduação e a produção do conhecimento em Serviço Social

> Constituiu-se uma intelectualidade no Serviço Social no Brasil, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o 'mercado de bens simbólicos' da profissão.
>
> *José Paulo Netto*

Considerando a literatura que trata da produção do conhecimento em Serviço Social é possível observar que esta encontra destaque no contexto da criação da pós-graduação na área das Ciências Sociais e do Serviço Social particularmente. É com a criação dos cursos de mestrado e, posteriormente, de doutorado, nessas áreas, que assistimos a expansão e a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento.

Conforme Mota (2005), para entender esse processo é preciso situar o Serviço Social no conjunto das mediações sócio-históricas que se põe na ordem das relações entre a profissão, a conjuntura sócio-política e cultural do país e a Política Nacional do Ensino Superior.

Compreender a trajetória da pós-graduação em Serviço Social requer recolocar a profissão no jogo tenso entre as sucessivas transformações societárias e as diversas clivagens e tensões internas da profissão,

> [...] é buscar compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e a ação profissional do Serviço Social, particularmente em sua trajetória após os anos 1970 quando tem início a Pós-graduação na área (YASBEK, 2000 apud CARVALHO, SILVA, 2005, p.26).

Seguindo essa direção de análise, é preciso considerar, inicialmente, que conforme assegura Kameyama (1998) o Serviço Social emerge no contexto da modernidade, no qual o conhecimento científico encontra sua maior legitimidade e expressão e onde a formação de profissionais conferia-lhes a "autoridade" de "[...] explicar e apreender os fenômenos sociais" (p. 33).

Como o Serviço Social surge vinculado ao trato da questão social, legitima-se e institucionaliza-se como um saber específico cuja autoridade versa sobre a apreensão e intervenção daquela. Todavia, levando-se em consideração o caráter

fundamentalmente interventivo da profissão ao longo de sua história ela irá privilegiar o aspecto técnico-operativo em detrimento ao da produção do conhecimento.

Consoante Mota (2005), “[...] a primazia do estatuto interventivo da profissão não garantiu nem assegurou a consideração dos seus objetos de intervenção como constitutivos de uma área específica do conhecimento” (p. 12), o que só viria a ocorrer com a criação da pós-graduação nos anos 1970 e com a consequente valorização da elaboração teórica na área do Serviço Social – como trataremos mais adiante.

Como vimos no ponto anterior, no Brasil, as primeiras escolas de Serviço Social surgem nos anos 1930, mas é somente no contexto da modernização conservadora que o Serviço Social se laiciza e se integra efetivamente ao meio acadêmico. A incursão do Serviço Social no meio universitário não ocorreu sem problemas, haja vista o cenário teórico-político que se firmava no referido contexto socio-histórico. Nesse período, a ditadura militar processava uma reforma no sistema educacional que “refuncionalizou” a política de educação, sobretudo, no âmbito do ensino superior, o que trouxe consequências à formação do assistente social.

Tal reforma tinha seu alicerce no projeto de controle da vida cultural do país por parte do regime militar, cujo objetivo, segundo Netto (1996) era criar um bloco cultural funcional ao seu projeto “modernizador”. Sendo a política educacional parte integrante e fundamental da relação entre o regime e o mundo da cultura, operou-se um enquadramento nuclear desta política aos objetivos do projeto de modernização conservadora em tempos da ditadura brasileira.

Conforme Netto (1996), o giro processado por meio da autocracia burguesa no âmbito da educação em nosso país, incorreu sobre uma mudança estrutural e qualitativa entre os anos 1968 e 1969 no sistema educacional do brasileiro, resultado de dois momentos de enfrentamento entre o regime militar e este sistema, quais sejam:

> [...] um entre 1964 e 1968, caracterizado especialmente pelo esforço para erradicar as experiências democratizantes que se vinham desenvolvendo; outro, a partir de 1968-1969, marcado pela intervenção direcionada para modelar, pela política educacional, o sistema institucional de ensino conforme as exigências imediatas e estratégicas do projeto “modernizador” (NETTO, 1996, p. 54).

Para tanto, no primeiro momento o regime utilizou ações repressivas de desarticulação e mesmo o emprego da violência às experiências, movimentos e

instituições que defendiam a democratização da política, do sistema e dos processos educativos. E a partir de 1968-1969, sem deixar de lado as ações repressivas de controle, articulou o que se denominou de ações “positivas”, pois apontava para uma “dinâmica de construção e instauração” de um sistema educacional compatibilizado ao modelo econômico da ditadura – segundo Netto (1996, p. 59) uma “[...] compatibilização funcional-operativa entre a política educacional e o conjunto da política social da ditadura”.

O regime militar tinha como prioridade sufocar as tendências democráticas e populares que se situavam no plano político e garantir as condições de viabilização econômica do seu projeto “modernizador.” Com a crise do sistema educacional[87], este sistema passa a integrar o rol de prioridades de intervenção da ditadura, uma vez que se evidencia como campo latente de aglutinação de forças e de ações anti-ditatoriais – por meio do movimento estudantil, sobretudo, no âmbito da universidade.

Nessa altura, a autocracia burguesa temia o potencial catalisador desse movimento no interior do bloco anti-ditatorial. Assim, não tomou a questão como o simples demover de focos localizados de contestação e de estrangulamento de seu projeto, procedeu com a inteira refuncionalização do sistema educacional – primeiro pelos níveis superiores e, posteriormente, os elementares e básicos – de modo a redirecioná-los e integrá-los substantivamente aos quadros do processo “modernizador”.

O regime militar a fim de transferir os mecanismos de controle, funcionalidade e privilegiamento do grande capital – que no contexto se generalizava no âmbito da sociedade brasileira – para o sistema educacional, introduziu no ensino superior a “lógica empresarial” (NETTO,1996), levando a vida acadêmica a um processo de **hiperburocratização** e de **racionalização segmentar** – versando sobre a contenção das vagas e a economia na alocação de recursos públicos que foram redirecionados para outras áreas mais rentáveis ao capital.

---

[87] Segundo Netto (1996), a crise do sistema educacional, no período ditatorial, encontra o seu agravamento e estrangulamento mediante a alteração da estrutura da demanda social por educação institucional, em que se articulam: as exigências e implicações do padrão de desenvolvimento pautado na industrialização pesada e, com isso, a qualificação diferenciada da força de trabalho; a progressiva expansão da demanda global sobre o sistema de ensino, sobretudo, em nível superior; e a centralidade que a universidade passa a ter para as camadas médias urbanas no tocante à possibilidade de ascensão social.

> [...] Com a reforma universitária (departamentalização, regime de créditos, instituição de ciclo básico, vestibular unificado, fragmentação do grau acadêmico de graduação, institucionalização da pós-graduação) não só propiciaram ao estado uma enorme economia dos recursos como, sobretudo, instauraram mecanismos de 'exclusão' no interior do próprio sistema universitário. (NETTO, 1996, p. 62)

As medidas tomadas no processo de reforma universitária significaram: por um lado, a deflagração de um processo de contenção das vagas; e por outro abriu o ensino superior aos investimentos do capital privado, tornando a educação superior um negócio rentável para o grande capital[88].

O que o estado ditatorial pretendia era neutralizar o sistema educacional como polo aglutinador de crítica e de enfrentamento ao seu regime. E, de fato, em certa medida obteve êxito no que tange ao enquadramento, à manipulação e ao controle desse sistema, todavia, não o fez plenamente, sobretudo, porque seu projeto educacional "[...] repôs, num piso mais alto e de maior complexidade, todos os dilemas históricos da educação institucional no Brasil. Permaneceram as fraturas, as contradições – mesmo asfixiadas – não foram superadas; [...]" (NETTO, 1996, p. 64). Isso logo daria espaço e faria ressurgir abertamente, em seu interior, a ofensiva das resistências democráticas ao regime militar.

No entanto, mediante o enquadramento funcional sofrido, o saldo da política educacional, em tempos da ditadura, sobretudo no meio universitário, foi o esvaziamento da universidade e a condução de um ensino superior asséptico,

> [...] apto a produzir quadros qualificados afeitos à racionalidade formal-burocrática. [...] Cortou os laços vivos, tensos e contraditórios que prendem a universidade ao movimento das classes sociais: oclusos, obturados pela repressão e pela gestão "modernizadora", os seus condutos com a vida e os processos sociais, a universidade foi insulada: perdeu o seu dinamismo crítico (e, pois, criativo) [...] com a decorrência inevitável da degradação do seu padrão de trabalho intelectual. (NETTO, 1996, p. 65).

Essa universidade insulada, sem autonomia, produtivamente anódina e asséptica perde em expressão e articulação à vida nacional, o que era funcional à autocracia burguesa, haja vista que a esta interessava manter o trabalho e a produção

---

[88] Em paralelo, no âmbito do ensino médio, a perspectiva era de liberação, procurando instaurar o caráter profissionalizante e terminal do ensino, tendo em vista atender aos interesses do grande capital no que tange ao universo de profissionais semiqualificados e à força de trabalho necessária e, também, excedente.

acadêmica nos limites da própria academia e não articular as reflexões e análises, consubstanciadas em uma teoria e método, à prática política e social (NETTO, 1996).

Contudo, considerando que os dilemas e contradições do ensino superior, no país, não foram superados pela política de educação ditatorial e sim foram repostos e agravados, é válido evidenciar que nesse mesmo espaço onde se erigiam práticas de funcionalidade e de apologia indireta à autocracia burguesa, também, aglutinavam-se focos de resistência democrática que mantinham ao seu redor certas áreas de influência e sobre as quais o regime ditatorial nunca teve legitimidade e nem obteve consenso. Isso se tornaria evidente na metade da década de 1970 com a crise do regime e consequentemente com a crise de seu sistema educacional, seguindo-se abertamente daí uma contundente ofensiva ao estado ditatorial.

E é nesse cenário arenoso e sob essas distintas influências que o Serviço Social se consolidará no meio universitário e donde incidirá o investimento da profissão na produção do conhecimento, encontrando, nesse sentido, sua culminância com o início dos cursos de pós-graduação na entrada dos anos 1970, e, em especial, da incursão da profissão no campo da pesquisa[89].

A pós-graduação em nosso país é coordenada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 1951e vinculada desde então ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) brasileiro, cujas diretrizes de atuação encontram-se nos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNG's), instituídos só a partir do ano de 1975, quando da criação de um Sistema Nacional de Pós-graduação[90].

---

[89] As atuais diretrizes da formação profissional do Serviço Social são imperativas ao reafirmarem a pesquisa – e as elaborações teóricas vinculadas a esta – como elemento constitutivo da profissão e não como elemento complementar. A pesquisa é vista e concretizada como um instrumento de conhecimento, de análise e de intervenção na realidade.

[90] Segundo o Ministério da Educação (2004 apud Carvalho e Silva, 2005) registra-se a existência de quatro planos nacionais para pós-graduação, quais sejam: I PNPG (1975-1979), centrado na institucionalização do sistema, elevação dos padrões de desempenho, racionalização dos recursos e expansão dos programas; II PNPG (1982-1985), versando essencialmente sobre a consolidação do sistema e institucionalização da pesquisa nas universidades, com vistas a sua integração ao setor público; III PNPG (1986-1989), que destacou as diretrizes e recomendações gerais para a pós-graduação, o financiamento, a reestruturação da carreira docente e a atualização das bibliotecas, laboratórios e informações científicas; e o IV PNPG (2005-2010), que implementou o processo de expansão do sistema, cuja sinalização aponta para "[...] a capacitação de docentes do ensino superior e da educação básica; especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado e para formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privada" (CARVALHO & SILVA, 2005, p. 19). Ressalta-se, ainda, a inserção da política de formação de recursos humanos ao contexto da política industrial brasileira, desse modo, explicitando claramente a vinculação da pós-graduação com o sistema produtivo brasileiro e com o setor privado de produção.

A pós-graduação brasileira tem como tarefa de maior relevância a capacitação do corpo docente para educação básica e superior, embora sejam nítidas as suas vinculações com o sistema produtivo brasileiro e com o setor privado da produção.

> A pós-graduação brasileira se constitui numa das iniciativas mais profícuas da política de educação, sendo mesmo protagonista da consolidação do pensamento político moderno, laico e democrático, tão caros à formação social brasileira (MOTA, 2005, p. 14).

A pós-graduação em Serviço Social, especificamente, surge atrelada à área das Ciências Sociais, na verdade, como especificidade desta. E nesse sentido, portanto, é legatária, no contexto de sua criação, também dos limites estruturais provenientes da falta de apoio por parte da CAPES. Esses limites impostos às Ciências Sociais e extensivos ao Serviço Social, segundo Kameyama (1998), podem ser interpretados considerando: o caráter recente da pesquisa na área; as vinculações ideopolíticas (no contexto notadamente de caráter crítico); o questionamento de sua validade científica por parte dos setores mais tradicionais da pesquisa; e mesmo o preconceito com o cientista social não legitimado por esses setores como pesquisador.

É ao longo das décadas de 1980 e de 1990 que as Ciências Sociais se consolidaram como *corpus* científico e como campo específico de produção do conhecimento, validado o seu reconhecimento por parte do CNPq. No caso do Serviço Social, o processo de legitimação e de reconhecimento como área de conhecimento junto ao CNPq se dará num processo mais árduo e longo, considerando as particularidades que envolvem a elaboração de uma bibliografia própria e de sua inserção no campo da pesquisa.

Segundo Kameyama (1998), inicialmente a produção do conhecimento na área do Serviço Social foi alicerçada nas dissertações de mestrado produzidas a partir de 1975 e nas teses de doutorado elaboradas a partir de 1984, nos programas de pós-graduação da PUC-SP, PUC-RJ, UFRJ, UFPB, UFPE, UNB e UNESP-Franca[91].

---

[91] Quanto ao fomento à pesquisa em Serviço Social, Kameyama (1998) afirma que tem seu início na década de 1970 por meio das bolsas para os alunos dos cursos de mestrado. Na década de 1980 os pesquisadores da área começam a receber auxílio-pesquisa e bolsas, no entanto, tendo essas bolsas sofrido duros cortes, haja vista passarem a só se destinar a pesquisadores com títulos de doutor e nesse contexto o Serviço Social ainda contava com poucos doutores – não havia ainda uma tradição em pesquisa –, o que prejudicou várias unidades de formação acadêmica que já desenvolviam projetos de pesquisa. Tal situação só foi sendo minimizada à medida que novos

Cabe ressaltar que, nesse período histórico, o Serviço Social buscava a ruptura com o conservadorismo, como vimos anteriormente, envidando esforços nesse sentido por meio do movimento de renovação da profissão, donde a busca pela construção de novos referenciais teórico-metodológicos descerrou um diálogo amplo e diferenciado com distintas matrizes do pensamento social. Esse foi um debate amplo que se expressou em meio a diferentes fóruns de natureza acadêmica e organizativa da profissão e que atravessou a produção de conhecimento na área.

Desse modo, conforme Carvalho e Silva (2005), diferentes paradigmas teórico-metodológicos e posturas ideopolíticas conviveram, dialogaram e se confrontaram em diferentes espaços, no entanto, sendo inegável já a centralidade que se desenhava em torno da tradição marxista nesse processo.

O processo de ruptura com o histórico conservadorismo da profissão e o estreito diálogo com a tradição marxista apontará para um avanço da profissão no campo da produção do conhecimento.

> No curso dos anos oitenta, a tradição marxista se colocou no centro da agenda intelectual da profissão. [...] Foram os influxos da tradição marxista que deram o tom do debate profissional. [...] Com a valorização da elaboração teórica [...] e a interlocução com outras áreas de conhecimento centralizou a cultura profissional no interior da profissão (NETTO, 1996, p. 112-113).

Segundo Mota (2005), a criação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa em nossa área foram impulsionados por duas questões:

> [...] pelas necessidades prático-operativas da profissão e pelos requerimentos da sistematização da intervenção, seja ela técnica, política e/ou institucional. Todavia, foi a ampliação dos objetos de conhecimento, determinada tanto pelo agravamento da questão social, como por novos processos sociais surgidos no pós-64, aliados à complexificação das relações entre Estado, sociedade e mercado, que obrigaram o Serviço Social a procurar aporte nas ciências humanas e sociais, qualificando-se como um parceiro intelectual e também protagonista da produção e pesquisa social no Brasil (p. 12).

Assim, será com a criação e a expansão da pós-graduação no âmbito do Serviço Social que a profissão encontrará seu alicerce para produção de uma bibliografia própria, sobretudo, considerando que esse espaço se constitui num campo

---

doutores foram se titulando e que se foram solidificando os núcleos e grupos de pesquisa nos diversos programas de pós-graduação de todo país.

privilegiado de interlocução entre as diferentes áreas do conhecimento e as diversas matrizes teórico-metodológicas.

Este espaço possibilitou ao Serviço Social além de avançar nas elaborações acerca de sua história, formação e prática, aprofundar a reflexão da profissão acerca da realidade social, da política, da economia, da cultura, avançando, também, no processo de análise da realidade da qual é expressão e sobre a qual intervém, adensando-se no campo da pesquisa e requalificando o lugar da profissão junto a outras áreas do saber, como as ciências sociais.

Tratava-se, então, de uma produção ascendente, apesar de todas as dificuldades e limites impostos pela política educacional e de fomento à pesquisa de forma geral em nosso país. Tal alavancar da produção na área, conforme Netto (2003), colimou com o surgimento de uma intelectualidade na profissão ligada prioritariamente à pesquisa e à produção do conhecimento, responsável pela bibliografia do Serviço Social hoje disponível, resultando, também, no reconhecimento por parte do CNPq, do Serviço Social como área de conhecimento.

Todavia, muitos desafios ainda estão postos no caminho da pós-graduação e da produção do conhecimento em Serviço Social, sejam eles endógenos ou exógenos, aqui apontaremos três deles.

O primeiro tem por base as diretrizes apontadas no IV Plano Nacional da Pós-graduação que preveem: a elevação significativa de titulados tanto no âmbito do mestrado quanto do doutorado e do número de bolsas para o período; o crescimento maior dos cursos de doutorado; a priorização da pós-graduação direcionada às áreas das denominadas ciências duras, que produzem ciência e tecnologia para o grande capital[92]; a ampliação das fontes de financiamento da pós-graduação com uma maior responsabilidade do setor público, mas sendo indicada a participação do setor privado; a redução das disparidades regionais; e a manutenção da função de formação de recursos humanos para o ensino superior e básico, contudo, ressaltando a necessidade de se atender as demandas do setor produtivo brasileiro, em especial, as demandas da política industrial e do comércio exterior. Essas diretrizes revelam limites estruturais de vulto para a pós-graduação e a pesquisa em Serviço Social. Porém, a posição político-estratégica dessa pós-graduação tem sido clara e incisiva

[92] Concentrando-se nas Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências da Computação, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas. Esse privilégio se dá em detrimento aos investimentos destinados às áreas das ciências humanas e sociais.

na direção da construção e consolidação de uma universidade pautada na produção de ciência e tecnologia voltada à solução dos problemas postos no âmbito de nossa sociedade e direcionada à formação de recursos humanos de alto nível, capazes de atuar criticamente na realidade social, assumindo, também, o compromisso com a unidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com a autonomia didática e científica e com a pluralidade do pensamento (MOTA, 2005).

Desta feita, a pós-graduação em Serviço Social vem firmando-se como um contraponto à

> [...] lógica mercantil que tem orientado a educação no Brasil, com estímulo à privatização e o descompromisso com a qualidade do ensino e a produção do conhecimento e que subordina as universidades aos interesses empresariais em detrimento dos interesses da maioria da população brasileira e da solução dos problemas sociais que afetam essa população (CARVALHO; SILVA, 2005, p.22).

Atualmente registra-se uma expansão da pós-graduação na área do Serviço Social tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, inclusive com a incidência, no país, do pós-doutorado e da livre docência, com uma inegável contribuição para a qualificação de docentes, pesquisadores e profissionais em todo país. Ademais, segundo Netto (1996), o volume e a qualidade da produção evidenciam que a profissão alcançou a sua maturidade intelectual, que passou “[...] a subsidiar o mercado de bens simbólicos da profissão” (NETTO, 2003, p. 112). E este

> [...] acúmulo teórico institui no âmbito do Serviço Social uma massa crítica e um amplo e qualificado debate que vai favorecer a construção de um projeto profissional. Esta expansão da Pós-graduação vem expressando-se em significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro que vem gerando uma bibliografia própria publicada em livros, revistas e cadernos em todo o país e no exterior (CARVALHO, SILVA, 2005, p. 30).

Uma consolidação do Serviço Social como área de produção de conhecimento que se inscreve num momento singular e fértil, pois a profissão tem sido cotidianamente desafiada a decifrar e intervir junto às atuais configurações sociais processadas a partir das intensas transformações societárias de que já tratamos no capítulo anterior. “[...] Novas questões se colocam ao Serviço Social, quer do ponto de vista de sua intervenção, quer do ponto de vista da construção de seu corpo de conhecimentos” (YASBEK, 2009, p. 29).

Nesse sentido, a pesquisa e as reflexões teórico-metodológicas indissociáveis a ela reafirmam a sua centralidade e legitimidade tanto no campo da formação quanto da prática profissional, tendo em vista que

> [...] a pesquisa de situações concretas, aliadas as suas determinações macro-sociais [sic], é condição necessária, quer para superar a defasagem entre discurso genérico sobre a realidade social e os fenômenos singulares com os quais o assistente social se defronta no seu cotidiano quer para desvelar as possibilidades de ações contidas na realidade (MENDES, 2005, p. 10).

E nessa direção, a pós-graduação reafirma-se como núcleo estratégico da profissão, haja vista ser, conforme Carvalho e Silva (2005), um campo privilegiado do exercício da pesquisa, da reflexão, da crítica e do desenvolvimento pleno da elaboração intelectual da profissão. Esses constituem elementos fundamentais à leitura da realidade social e de constituição de um arcabouço instrumental que venha a subsidiar a prática profissional.

Um segundo desafio que se põe na atualidade à pós-graduação em Serviço Social é o enfrentamento às significativas alterações postas no âmbito do Sistema Nacional de Pós-graduação em nosso país, cuja base é o que a CAPES denominou de processo sistemático de acompanhamento e avaliação do desempenho dos cursos de mestrado e doutorado, que visa ajustar a pós-graduação, de forma ágil e competente, "[...] à rápida evolução da ciência e da tecnologia e às profundas transformações econômico-sociais da sociedade brasileira" (CAPES, 1998 apud CARVALHO; SILVA, 2005, p. 37).

Para tanto, dimensionando ações em torno da ampliação e da diversificação das competências da pós-graduação e de sua inserção no contexto nacional e internacional; do atendimento de demandas de qualificação de profissionais tanto para o mercado acadêmico quanto para o não acadêmico – nessa lógica surgem os mestrados profissionalizantes; e da instituição de um sistema de benefícios e punições respectivamente dirigidos à produtividade e à improdutividade – nesses casos sendo consideradas a dimensão quantitativa e a inserção internacional da produção.

Nessa perspectiva, a reestruturação da pós-graduação no Brasil insere-se na lógica imperativa da reforma do ensino superior ora processada, expressa na subordinação do ensino e da pesquisa aos interesses do mercado, revelando o "[...] aprofundamento da funcionalidade da Pós-graduação em relação à política econômica vigente" (CARVALHO; SILVA, p. 39).

Por fim, o terceiro desafio que apontamos é aquele que se inscreve nos termos da não capitulação da pesquisa e do conhecimento produzido no âmbito da pós-graduação do Serviço Social, diante da voga da crise do marxismo e da consequente digressão de seu esvaziamento como modelo crítico-analítico da realidade social contemporânea. Assim, não cedendo às investidas do pensamento pós-moderno que vem instituindo em larga escala, influencia sobre áreas de conhecimento com as quais o Serviço Social historicamente dialogou e que notadamente hoje editam uma versão neoconservadora de análise e de amoldamento à lógica impertinente da sociedade capitalista – como problematizado em nosso primeiro capítulo.

O desafio é reafirmar a sua direção crítica e a vinculação entre elaboração teórica e prática social, com vistas a formar quadros capazes de decifrar e intervir criticamente na realidade social, produzindo um conhecimento que vise redinamizar a vida social e cultural, nos termos de uma produção intelectual que possibilite apreender o funcionamento de nossa sociedade em toda sua complexibilidade e, assim, subsidiar uma prática social cujo compromisso seja a plena emancipação humana.

3 INFLEXÕES PÓS-MODERNAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DAS TEMÁTICAS, MÉTODOS, CATEGORIAS E REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO DAS TESES ANALISADAS

3.1 Considerações metodológicas acerca da pesquisa

> A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas.
>
> *Karl Marx*

Inicialmente, faz-se necessário, antes de tratarmos das análises das teses, discutirmos alguns elementos acerca dos nossos procedimentos metodológicos. Todavia, considerando que apresentamos e problematizamos logo na introdução de nossa tese as bases e diretrizes metodológicas de nossa pesquisa e que não devemos nesse sentido sermos repetitivos, neste capítulo nos deteremos objetivamente a enfocar os aspectos da pesquisa que ainda não foram elucidados e logo em seguida procederemos com a apresentação e discussão inicial dos dados coletados. Então, nesse sentido, vejamos:

No tocante à caracterização do universo e da delimitação de amostra de pesquisa, procedemos com o levantamento dos atuais Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, tomando como fonte de coleta desses dados o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[93]. Buscamos por meio do link dos Cursos de Pós-graduação recomendados e reconhecidos pela referida CAPES na área do Serviço Social, listar o conjunto desses programas que compreenderiam inicialmente o universo da pesquisa. Vale explicitar que se trata de cursos recomendados e sendo reconhecidos os cursos que obtiverem nota igual ou superior a três.

[93] Correlacionamos essas informações com os dados arrolados pela Coordenação de Pós-graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

Ao consultar a documentação do MEC/CNE (2013) sobre avaliação dos cursos de pós-graduação foi possível obter a relação dos cursos por região/instituição, por nota e por área de avaliação. Como nosso interesse era listar os Cursos de Pós-graduação na área do Serviço Social optamos em selecionar essa opção. Os Cursos de Serviço Social estão inseridos na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, na qual foi possível verificar a existência de trinta e dois cursos de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, sendo que apenas quatorze possui o curso de doutorado, delimitando assim esse conjunto de Programas como nosso campo de análise, haja vista constituir-se como material da pesquisa as teses de doutorado.

Foi possível verificar na referida documentação apenas os números gerais dos Cursos de nossa área, contudo, ao tentar identificar quais são efetivamente esses Programas não obtivemos sucesso, pois a página de detalhamento dessas informações está em branco no referido site. Foram várias tentativas de acesso a esses dados, mas, não conseguimos maiores detalhes. Dessa forma, resolvemos explorar a opção da distribuição dos Programas por instituição/região e fomos verificando cada um dos Programas listados para selecionar aqueles que pertenciam à área do Serviço Social. Nessa busca, identificamos o Programa e recorremos ao próprio site da instituição/curso para verificar se havia o curso de doutorado e, desse modo, foi possível levantar os dados que passamos a expor a seguir:

Quadro 01 - Distribuição dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil no ano 2012

Nº	**INSTITUIÇÃO**	**REGIÃO**	**CURSOS**
01	Universidade Federal da Paraíba	Nordeste	Mestrado
02	**Universidade Federal de Pernambuco**	**Nordeste**	**Mestrado e Doutorado**
03	Universidade Federal de Alagoas	Nordeste	Mestrado
04	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nordeste	Mestrado
05	Universidade Estadual do Ceará	Nordeste	Mestrado
06	Universidade Estadual da Paraíba	Nordeste	Mestrado
07	Universidade Federal de Sergipe	Nordeste	Mestrado

08	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Sudeste	Mestrado e Doutorado
09	**Universidade Federal do Rio de Janeiro**	**Sudeste**	**Mestrado e Doutorado**
10	Universidade Federal de Juiz de Fora	Sudeste	Mestrado
11	**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**	**Sudeste**	**Mestrado e Doutorado**
12	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Sudeste	Mestrado e Doutorado
13	Universidade Federal Fluminense	Sudeste	Mestrado
14	Universidade Estadual Paulista – Franca	Sudeste	Mestrado e Doutorado
15	Universidade Federal do Pará	Norte	Mestrado
16	Universidade Federal do Amazonas	Norte	Mestrado
17	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Centro-oeste	Mestrado
18	Universidade Federal de Santa Catarina	Sul	Mestrado e Doutorado
19	**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**	**Sul**	**Mestrado e Doutorado**
20	Universidade Estadual de Londrina	Sul	Mestrado e Doutorado

Fonte: A autora, 2013.

Estão elencados neste quadro apenas os Programas de Pós-graduação em Serviço Social, em conformidade com os critérios de definição do universo da pesquisa. Contudo, segundo a CAPES, estão vinculados ainda à área do Serviço Social as Pós-graduações em Política Social e Políticas Públicas, onde se encontram os Programas de Pós-graduações da UNB, UFPI, UFMA, UCSAL, UFF, UFES, UFMT, EMESCAM, Universidade Cruzeiro do Sul e Universidade Católica de Pelotas; além do Mestrado em Desenvolvimento Regional vinculado a UFF.

É possível observar por meio dos dados do quadro 01 uma maior concentração dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social nas regiões Nordeste e Sudeste, que juntos reúnem 70% desses Programas no país. Com menos recorrência observamos a região Centro-oeste que só possui 5% do número total de programas. Já em relação aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social que só possuem Mestrado temos a seguinte distribuição: 30% deles estão na região nordeste; 10% na região sudeste; outros 10% na região norte; e 5% na

região centro-oeste. No tocante à região Sul, apesar de só concentrarem 15% do universo total de Programas de Pós-graduação em Serviço Social no país, observamos que 100% destes oferecem Cursos de Mestrado e Doutorado.

Do conjunto total desses Programas, considerando o princípio da exequibilidade da pesquisa, selecionamos para nossa análise quatro deles, quais sejam: o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Para tanto, consideramos para essa escolha a articulação entre os seguintes critérios:

a) a distribuição equitativa por região, levando em consideração os Programas que possuem doutorado, desse modo, selecionando um Programa na região nordeste, um Programa na região sul e dois Programas na região sudeste, onde há uma concentração maior de programas que possuem doutorado;

b) a consolidação e referencialização nacional de tais Programas de Pós-graduação no âmbito da produção do conhecimento do Serviço Social;

c) um conjunto significativo de teses já defendidas no período delimitado para nossa análise, ou seja, entre os anos 2001 e 2005.

A indicação do referido período de pesquisa se deu em virtude de considerarmos que a consolidação e a influência do pensamento pós-moderno no Brasil, acontece, sobremaneira, no contexto sociocultural da década de 1990.

Vale lembrar, que o marco inicial do contato com o pós-modernismo no Brasil foi à publicação de um artigo de Melquior em 1976 no Caderno Suplemento Cultural, do Jornal O Estado de São Paulo, tendo em vista ser o primeiro registro de tematização dessa discussão, todavia, o mesmo não teve grandes repercussões e nem mesmo suscitou o debate coletivo sobre as ideias desse “pensamento”[94].

Segundo Evangelista (2007), no Brasil houve um hiato temporal entre as manifestações da cultura pós-moderna e a difusão do “pensamento pós-moderno”.

---

[94] A utilização das aspas se deve ao fato de que não é possível se falar em um pensamento pós-moderno numa perspectiva de sistematização de ideias e de elaborações teórico-metodológicas que reflitam em uma teoria/método pós-moderno. Podemos falar em pensamentos pós-modernos ou em elaborações pós-modernas que, embora apresentem algumas constantes e alguns poucos traços em comum, não subjaz um pensamento comum.

> Na segunda metade dos anos 1980, temos a recepção do pós-modernismo como movimento cultural que galvaniza a atenção de produtores culturais diretamente inseridos e/ou influenciados pelas tendências vigentes no mercado mundial de bens simbólico-culturais [...] Nos primeiros momentos, a recepção do pós-modernismo cultural assumiu o caráter de uma questão que dizia respeito apenas a especialistas. [...] a veiculação e a aceitação teóricas do pensamento pós-moderno somente estariam dadas a partir do início dos anos 1990, quando suas temáticas entram na agenda do debate universitário nacional (EVANGELISTA, 2007, p. 185-186).

É possível observar que é em meados dessa década que há uma aceleração vertiginosa de publicações acerca do assunto, demonstrando o elevado interesse dos intelectuais brasileiros pelas elaborações pós-modernas, resultando na profusão de artigos, ensaios e resenhas sobre o assunto, publicados em livros, revistas e jornais brasileiros.

Não por acaso, ainda segundo Evangelista (2007), a circulação das ideias pós-modernas no Brasil se deu por meio de dois períodos complementares, destacando-se nesse sentido os papéis desempenhados pelas revistas e os cadernos culturais em nosso país:

> No primeiro período, contribuíram para a veiculação do debate internacional, reproduzindo internamente as suas tendências intelectuais, atualizando e informando o público leitor que não tem acesso direto às polêmicas culturais e à discussão teórica que ocorrem nos centros culturais e acadêmicos dos países capitalistas desenvolvidos. No segundo momento como sintoma ideológico das mudanças políticas vivenciadas pela sociedade brasileira, o pós-moderno instala-se no mundo da cultura nacional, pautando as preocupações de um amplo e diversificado contingente de segmentos intelectuais, responsáveis pela produção cultural e pela reflexão teórica, dentro e fora da universidade brasileira (EVANGELISTA, 2007, p.187-188).

Deste modo, acreditamos que é nos primeiros cinco anos do século XXI que poderemos identificar melhor as incorporações e influências dessa produção pós-moderna no âmbito das teses elaboradas no conjunto de Programas de Pós-graduação no país e, em particular, na área do Serviço Social. Desse modo, entendemos que a larga produção em torno do pós-modernismo, nesse contexto, já havia reverberado e sido assimilada no debate contemporâneo e isso se refletiria mais nitidamente no conjunto dessas elaborações acadêmicas.

Após identificar o conjunto daqueles programas e a definição do período a ser investigado, procedemos com o levantamento das teses defendidas nos referidos período e programas. Para tanto, verificamos as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das respectivas instituições de ensino superior, vez que a nossa

proposta de pesquisa previa a busca dos dados por meio digital. Esta busca também não nos foi facilitada, tendo em vista que a obrigatoriedade da disponibilização digital desse material só irá acontecer por meio da Portaria CAPES nº 13 de 15 de fevereiro de 2006, portanto, período posterior ao delimitado para nossa pesquisa.

> Art. 1º Para fins de acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio de internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso. [...] § 2º Os arquivos digitais disponibilizarão obrigatoriamente as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006 (CAPES, 2013)[95].

Algumas instituições de ensino superior no país contam com BDTD's ampliados e atualizados para além dos anos previstos por essa portaria, como é o caso da UFPE onde foi possível encontrar todas as teses dessa IFES e, também, da PUC-SP, porém, nesta última só estavam disponíveis para *download* parte dos trabalhos a serem investigados.

No caso da PUC-RS entramos em contato com a Coordenação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social que, prontamente, enviou-nos a lista com o título da tese, o autor e a data de defesa, o que nos permitiu buscar posteriormente esses trabalhos. De igual procedemos junto a Coordenação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, que também, gentilmente, nos forneceu a listagem com os mesmos dados referidos acima.

De posse dessas listas buscamos acessar essas teses por meio do Banco de Dissertações e Teses da CAPES, da Biblioteca Brasileira Digital de Dissertações e Teses, do Banco de Teses e Dissertações do Portal do Serviço Social[96] e, por fim, do site de busca *Google*.

Mais algumas teses foram acessadas nessa busca, todavia, ainda faltava um grande número de trabalhos e, dessa forma, procedemos com a localização dos endereços eletrônicos dos autores para entrar em contato direto com estes, informando sobre a nossa pesquisa, esclarecendo os nossos objetivos e solicitando o envio de seus trabalhos para nossa análise. Gentilmente, alguns atenderam o nosso pedido e disponibilizaram as suas teses. Contudo, apesar das tentativas utilizadas,

---

[95] Disponível em www.capes.gov.br. Acesso em: 19 mar. 2013, às 14h54'.
[96] Disponível em: www.assistenciasocial.com.br.

não conseguimos ter acesso a todos os trabalhos que identificamos no período de nossa pesquisa. Considerando os dados que levantamos, passamos a expor o seguinte quadro:

Quadro 02 - Distribuição das Teses Arroladas por Programas de Pós-graduação Selecionados no ano de 2012

Nº	PROGRAMA	ANO*	QUANTIDADE**	SITUAÇÃO	
				Acessadas e Pré-analisadas	Selecionadas e Analisadas
01	UFPE	2003	02	02	-
02	UFPE	2004	05	05	03
03	UFPE	2005	15	15	03
TOTAL POR PROGRAMA			**22**	**22**	**06**
04	UFRJ	2001	08	04	01
05	UFRJ	2002	08	03	-
06	UFRJ	2003	07	01	-
07	UFRJ	2004	10	04	01
08	UFRJ	2005	11	04	02
TOTAL POR PROGRAMA			**44**	**16**	**04**
09	PUC-SP	2001	05	02	02
	PUC-SP	2002	01	-	-
10	PUC-SP	2003	04	01	-
	PUC-SP	2004	02	-	-
11	PUC-SP	2005	29	14	05
TOTAL POR PROGRAMA			**41**	**17**	**07**
12	PUC-RS	2001	03	01	01
13	PUC-RS	2002	06	01	-
14	PUC-RS	2003	08	03	01
15	PUC-RS	2004	06	02	01
16	PUC-RS	2005	12	02	-
TOTAL POR PROGRAMA			**35**	**09**	**03**
TOTAL GERAL			**142**	**65**	**20**

* Constam aqui apenas os anos em que houve defesas nos respectivos Programas de Pós-graduação.
** A quantidade refere-se ao número de teses defendidas no período.
Fonte: A autora, 2013.

É importante esclarecer que pré-analisamos todas as teses a que tivemos acesso, ou seja, um total de sessenta e cinco teses. Tal pré-análise consistiu numa leitura dinâmica dos trabalhos, cujo objetivo foi destacar a presença das possíveis incorporações e influências pós-modernas nos mesmos, a fim de selecionar aquelas teses que seriam objeto da análise e da problematização das inflexões do pensamento pós-moderno, tal qual nos dispusemos a investigar.

No que tange as análises propriamente ditas das teses realizamo-las no conjunto de vinte teses. Procedendo com a leitura integral dos trabalhos, desde a capa às referências bibliográficas. Elaboramos para cada tese uma ficha de leitura e análise (a qual se encontra na parte do apêndice), onde destacamos os seguintes aspectos: autoria, título, programa, ano de defesa, objetivos geral e específicos, método de análise, hipótese(s), questões de pesquisa, procedimentos metodológicos, categorias centrais de análise, resultados, conclusões e referências bibliográficas. Constando ainda, na referida ficha a parte de citações – trechos extraídos do conteúdo das teses e que para nós indicavam emblematicamente a presença das ideias pós-modernas nos referidos trabalhos. E, ainda, a parte da síntese da leitura e da análise, em que compilamos as nossas impressões e reflexões finais acerca do conteúdo de cada tese. Material este, que passamos a apresentar e analisar a seguir.

Cabe esclarecer que quando da definição do universo da pesquisa e do processo de coleta dos dados chegamos a cogitar a possibilidade de escolhermos uma temática específica para análise, assim, levantaríamos, selecionaríamos e analisaríamos as teses em torno desse respectivo debate. Em princípio pensamos que, o universo amplo de temáticas, estudadas no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social, devido à particularidade da formação generalista da nossa profissão e do seu vasto campo de atuação, exigiria de nós a necessidade de pesquisarmos e incorporarmos um campo muito amplo de conhecimentos para subsidiar as nossas análises. Desse modo, chegamos a pensar em selecionar uma temática, cuja possibilidade de identificarmos as inflexões pós-modernas seria mais iminente, tais como:

1. **Feminismo e Gênero**[97] – tendo em vista o diálogo estreito entre o feminismo da diferença e as ideias pós-modernas, mediante a valorização das diferenças entre os sexos, vistas como naturais, e a negação da ideia de um sujeito coletivo no feminismo. Ideias que podem ser vistas em autoras como Judit Butler (1998) e Elizabete Badinter (1985);

2. **Assistência social** – atualmente visceralmente vinculada ao propósito da assistencialização da Seguridade Social e na contramão da consolidação de uma

[97] Podemos entender o feminismo como uma perspectiva ou um movimento teórico-político heterogêneo, portanto, demarcado por vários campos, mas cujo eixo central é a luta pelo fim das desigualdades entre homens e mulheres. Enquanto o gênero firma-se como uma categoria analítica acerca das relações entre o feminino e o masculino no interior do feminismo, conquanto não adotada por todas às correntes teórico-políticas presentes nesse.

cidadania com direitos amplos, universais e equânimes (BOSCHETTI, 2004), posto que enfoca a elaboração e execução de uma política fragmentada, focalista, seletiva e direcionada para os segmentos populacionais brasileiros "expostos à exclusão social"[98]. Para tanto, postulando a centralidade da ideia de "exclusão social" que vem mais obscurecer do que esclarecer a totalidade das relações sociais em que está inserida, deixando de apreender, não por acaso, a condição estrutural de exploração do trabalho e a gênese das desigualdades imanentes no sistema capitalista (MARANHÃO, 2008);

3. **Movimentos Sociais** – mediante a discussão dos "novos movimentos sociais", cuja ideia central se esboça nos termos da elucidação de uma sociedade contemporânea altamente diferenciada que não mais contemplaria formas de identificação e articulação macrossociais, como a de classe, trazendo à baila a defesa das diferenças e das particularidades dos inúmeros "grupos" sociais, como mulheres, negros, homossexuais e suas respectivas identidades (SANTOS, 1997);

4. **Raça/etnia** – pelo debate da identidade cultural, que para os pós-modernos é extra econômica, baseada na subjetividade e no processo de identificação dos homens e das mulheres como negros e negras, diferenciados e discriminados dos demais apenas pela cor de sua pele e por seus traços étnicos (HALL, 2001).

Destarte, optamos incialmente em não fazer um estudo temático[99], considerando que embora nessas áreas já existam declaradamente incursões do "pensamento" pós-moderno é bem verdade que este "pensamento" não se limita a influenciar tais discussões, faz-se presente em debates que *a priori* poderíamos negar veementemente qualquer traço de neoconservadorismo, por serem centrais na leitura

---

[98] O emprego das aspas se deve ao fato de considerarmos esse conceito equivocado, haja vista que o mesmo desconsidera as mediações existentes entre aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho e sua funcionalidade à reprodução social capitalista, portanto, esses não estão excluídos do sistema, pelo contrário são úteis à manutenção de baixos salários e da extensão da jornada de trabalho e, ainda, ao subconsumo – constituem a superpopulação relativa já sinalizada por Marx em O Capital (2009). "Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. [...] Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população" (MARX, 2009, p. 733-734).

[99] Ao levantar o conjunto de teses a ser analisado algumas temáticas se destacaram e, nessa medida, tivemos que proceder com a análise em torno das mesas.

e na problematização da sociedade burguesa pela tradição marxista ou por serem amplamente divulgados e centrais na modernidade.

No tocante a literatura do Serviço Social, tomamos como caso emblemático a categoria trabalho, que por mais que seja atacada pelas elaborações pós-modernas BELL (1977), OFFE (1989) e GORZ (1982) encontra nas diretrizes curriculares da formação profissional e na agenda política da profissão um tratamento crítico-analítico que ratifica a sua centralidade na sociedade contemporânea.

O que coloca para nós enquanto desafio a tarefa de identificar a extensão e o significado dessas incorporações nas discussões no interior do Serviço Social, já que foi possível identificar em nossa pesquisa que o pós-moderno tem influenciado e sido incorporado em diversos debates do Serviço Social e não só naqueles que já é notória a disputa ideológica com o pós-moderno, como veremos a seguir.

A essa altura cabe esclarecer que a nossa intenção no presente trabalho não é classificar as teses analisadas em pós-modernas ou não pós-modernas. Até mesmo porque como poderíamos determinar o que é uma tese pós-moderna? Seria uma tese pós-moderna aquela produção que declare tal ideologia como sendo a sua direção de análise? Seria aquela que estivesse alicerçada na desontologização (subsunção) do real? Ou baseada na total transgressão metodológica (anarquia metodológica)? Ou ainda aquela marcada pelas análises anti-históricas, anti-razão e anti-totalidade? Outrossim, para ser classificada como uma tese pós-moderna bastaria apenas apresentar um desses elementos ou teria que apresentar pelo menos dois ou três deles ou mesmo a articulação entre todos eles?

Tal classificação não seria nem fácil e nem justa. Além do mais não é nossa intenção rotular ou tachar as teses que nós analisamos em nossa pesquisa e nem seus respectivos autores. Sobretudo, porque vários desses elementos entronizados na perspectiva pós-moderna nós já conhecemos tão bem em nossas produções. Tomemos como exemplo emblemático a transgressão metodológica tão presente nas análises e produções do Serviço Social via o ecletismo que atravessa historicamente a nossa profissão. Segundo Santos (2007) o que simplifica a incorporação das ilações pós-modernas no Serviço Social são “[...] os caracteres próprios da nossa apropriação de ambos referenciais [referindo-se também ao marxismo] no interior dos históricos conservadorismo e sincretismo profissionais” (p. 86).

Outro cuidado que devemos ter é o de não recairmos sobre a lógica de que tudo que é conservador é pós-moderno, posto que existem sim diferenças entre o conservadorismo clássico e o neoconservadorismo pós-moderno. Segundo Escorsim Netto (2011) é evidente que o conservadorismo contemporâneo deita raízes no conservadorismo clássico, contudo, estes fazem parte de dois “mundos intelectuais” diferentes.

O primeiro apresenta-se como resposta reativa à revolução Francesa, instituindo-se enquanto uma expressão cultural, complexa e diferenciada, no tempo e no espaço da configuração da sociedade burguesa. Um pensamento restaurador que “aceita” o desenvolvimento econômico capitalista, mas sem a ruptura com as instituições pré-capitalistas (a exemplo, da família, das corporações, da igreja, da hierarquia social cristalizada), dessa forma, expressando os interesses e advogando a manutenção dos privilégios da nobreza e do alto clero.

Já o segundo emerge no rescaldo da regressiva cultural operada nos anos 1970-1980, em que no refazer da ordem social capitalista o pensamento conservador ganha novo fôlego e em que as articulações pós-modernas se apresentam como algo novo. Aqui o pós-moderno enquanto perspectiva neoconservadora não aparece como um pensamento de matriz conservadora, ao contrário, sob o “verniz da crítica progressista” oculta sua raiz e seus conteúdos conservadores, embora o seu extrato teórico-metodológico seja o conservantismo baseado no abandono das dimensões econômico-políticas e históricas da vida social, funcional à positividade capitalista e a manutenção do *status quo*.

Feitas essas considerações sinalizamos que nosso propósito é identificar nas produções analisadas inflexões da ideologia pós-moderna, ou seja, articulações conscientes ou não do presentismo, da razão instrumental, da fragmentação como princípio da análise, do processo de desontologização do real, de dessubstancialização do sujeito, de desmaterialização da economia, de despolitização da sociedade e da transgressão metodológica como direção analítica. Embora não possamos falar em um “pensamento pós-moderno” esses elementos apresentam-se enquanto constantes no interior das elaborações pós-modernas.

3.2 A análise das inflexões pós-modernas a partir das temáticas

Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo.

Karl Marx

Perseguindo o objetivo de identificar e analisar as inflexões pós-modernas contidas no conjunto de teses que analisamos, então, passamos a expor os seguintes dados e análises. Inicialmente, apontando o quadro geral das temáticas que deram o tom dos debates em que foi possível identificar a presença de inflexões pós-modernas.

Cabe ressaltar que o conjunto das temáticas que abordaremos em nosso trabalho não está apoiado em nenhuma classificação anteriormente definida em trabalhos que objetivaram discutir a produção do conhecimento em Serviço Social, mas foi construído a partir da pré-análise das teses que investigamos e identificamos inflexões do pós-moderno.

Tabela 01 - Distribuição das Teses Analisadas por Temática no ano 2012

Nº	**Temática**	**Quant.**	**%**
01	FEMINISMO E GÊNERO	05	25,0%
02	TRABALHO	05	25,0%
03	COMUNICAÇÃO, REDE E MEDIAÇÃO DIGITAL	03	15,0%
04	DEMOCRACIA	02	10,0%
05	SAÚDE	02	10,0%
06	ADOÇÃO	01	5,0%
07	JUVENTUDE	01	5,0%
08	POLÍTICA URBANA	01	5,0%
TOTAL		**20**	**100%**

Fonte: A autora, 2013.

Como podemos observar a partir dos dados da Tabela 01, as temáticas mais recorrentes dentre as teses que analisamos foram gênero (25%) e trabalho (25%).

a) **No tocante ao debate sobre Feminismo e Gênero** como já havíamos adiantado há uma corrente do feminismo que se afina com o pós-modernismo. Uma aproximação, porém, que não se dá sem tensões.

De acordo com Castro (2000) e Fraser (2002) os anos 1970 foram marcados por um intenso diálogo entre o feminismo e o marxismo, em que as relações de gênero eram analisadas e alicerçadas sob a perspectiva da economia política. Contudo, ainda nesse período já se tracejava um debate no feminismo que se articulava com o conteúdo da psicanálise, trazendo a discussão de gênero para o campo da identidade, por intermédio das feministas lacanianas que apontavam para o feminismo da diferença sexual, pautando as questões relacionadas à subjetividade e ao campo do simbólico. Processo que se coaduna com a regressiva cultural operada pelo pós-modernismo.

Conforme Souza (2010) várias feministas abandonaram o marxismo e processaram um deslocamento das discussões em torno das relações de gênero, donde este passa a ser visto como uma identidade ou como uma construção cultural[100].

> [...] se antes a discussão feminista privilegiava questões tais como estrutura social, relação entre produção e reprodução e o patriarcado, a partir da década de 1980 passou-se a privilegiar as discussões sobre práticas culturais, significados do corpo e prazer [...] (SOUZA, 2010, p. 320).

Tal deslocamento significou objetivamente o redimensionamento das lutas feministas centradas no trabalho e no enfrentamento à violência para a questão da identidade e das representações, ou seja, privilegiando as lutas culturais em detrimento das lutas sociais. No fluxo do que Eagleton (1998) chamou de suplantação das questões de ação e de organização política em favor do indivíduo e da subjetividade. Nada mais propício à ideologia pós-moderna e a sua respectiva funcionalidade capitalista.

> Castro reconhece nestas transformações no âmbito do feminismo, a influência das tendências pós-estruturalistas e pós-modernistas, que ao

[100] "Na esteira de desencantos com os projetos emancipatórios, com o retrocesso do socialismo real, a estrutura social do capitalismo em classes perde intensidade de referência na produção feminista em favor de análises da vida social em termos de contingências, relações de forças locais, identidades microterritorializadas, ou discursos, ressaltando-se disputas por representações (CASTRO, 2000, p. 102).

> insistirem no abstrato, em fragmentações e diferenças, sem reconhecer as desigualdades de classe, dão margem a um comportamento descomprometido com a barbárie do capitalismo atual, por ocultar as contradições e as explorações de classe (SOUZA, 2010, p. 322).

Trazendo o debate de Louro (1997) acerca da denominada segunda onda do feminismo, referindo-se a corrente do feminismo que emerge no mesmo contexto sócio histórico das elaborações pós-estruturalistas, ou seja, contexto de grande ebulição social, política e cultural, apontamos para o que a autora chama de influência mútua entre tais correntes. Pois, mesmo que se expressando de formas diferentes e até certo ponto independentes entre si, feministas daquela onda e pós-estruturalistas compartilham críticas às meta-narrativas e à totalidade, apontam limitações aos projetos e lutas da esquerda e à noção de um sujeito coletivo, substituído pela noção do indivíduo, seu corpo e sua subjetividade.

Segundo Sorj (2002) esse feminismo se afina com o pós-modernismo, uma vez que os pós-modernos "[...] privilegiam a indeterminação, a fragmentação, a diferença e a heterogeneidade (para usar os termos favoritos) como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural" (p. 20). Tomando tais preceitos como verdadeiros aquele feminismo acaba "[...] voltando sua atenção para as questões específicas de experienciar o mundo e os traços de personalidade daí decorrentes" (p. 20).

Dessa forma, é possível observar que no interior do debate do feminismo e do gênero há a presença de distintas correntes teórico-políticas e, nessa seara, inscreve-se um campo de disputa, no qual se faz presente tanto o marxismo quanto o pós-modernismo.

Dentre o conjunto de teses que analisamos essa aproximação do feminismo com o pós-modernismo se apresenta pela via dos estudos sobre a representação social, nos quais ganha centralidade a análise em torno do simbólico e das reconstruções ideais sobre o gênero, o patriarcado, a violência e etc. Contudo, as análises buscam em alguns momentos se conectar com dados da realidade, entretanto, essas ligações margeiam as discussões, pois, o núcleo central das análises se firma em torno do senso comum e das representações, como expressa o trecho a seguir.

> Os homens ao entrarem em contato com a realidade, na tentativa de compreendê-la, atribuem-lhe significações. Para atribuir significação, tanto aqueles quanto estas necessitam dos símbolos, não há como suprimi-los. Podemos ainda ir mais além e afirmar que não existe 'realidade' sem

> significação, logo não existe realidade sem dimensão simbólica. Linguagem, imagens e símbolos dão intelegibilidade ao real, logo são também o próprio real (LIMA, 2005, p. 111).

b) **A temática do trabalho** nos “surpreendeu” como uma das mais recorrentes na amostra de nossa pesquisa. Primeiro porque observamos que o tratamento dado à categoria trabalho no âmbito da profissão - tanto no âmbito teórico-metodológico como ídeopolítico - dá-se hegemonicamente nos termos da tradição marxista, desse modo, compreendendo-o como fundante para o ser social e central para o deciframento da sociedade capitalista e para luta de classes.

> Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento sócio-histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica o desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade (ABESS, 1997, p. 64).

Desse modo, ao considerarmos as orientações teórico-políticas da profissão, observamos um descompasso no que tange a relação entre elas e o tratamento dado à discussão acerca do trabalho no conjunto de teses analisadas por nós, vez que foi possível observar no conteúdo desses trabalhos a problematização dessa categoria “à luz da ideologia pós-moderna” - expressa nos termos da perda da centralidade do trabalho.

O trabalho se constitui como uma das categorias centrais de elaboração do marxismo talvez seja essa a razão de ser tão atacada pelos pós-modernistas, que sucessivamente tentam fazer ruir a credibilidade e legitimidade dessa teoria social crítica. Tomar um dos pilares da problematização da sociedade burguesa pela tradição marxista para desqualificá-lo e achincalhá-lo parece-me a estratégia auspiciosa dos pós-modernos, no entanto, eles só parecem esquecer que o trabalho não se constitui como uma das categorias centrais de análise daquela teoria à toa ou por mero capricho, mas, por de forma concreta ser condição inalienável ao homem e, também, central para o entendimento do funcionamento da sociedade burguesa e de suas contradições. Vejamos:

É a partir do trabalho que se satisfaz as necessidades do homem “[...] seja qual for à natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.” (MARX, 1998,

p. 57), que se cria o valor e o mais valor das coisas úteis para a humanidade. No capitalismo nos termos da criação do valor e da mais-valia temos o trabalho como fonte geradora. E esse se constitui como a objetivação do que antes era força potencialmente posta do homem à ação. Consiste numa processualidade em que o homem com sua ação, conscientemente, impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio com a natureza.

A natureza, nesse processo, não é vista como algo exterior ao homem e sim é apreendida como uma de suas forças, assim, ele realiza o trabalho pondo

> [...] em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de se apropriar dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1998, p. 211).

Dessa forma, o trabalho útil, criador de valores-de-uso é indispensável à existência humana "[...] é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana" (MARX, 1998, p. 65).

Contudo, se estabelece, na estrutura social capitalista, uma contradição fundamental nesse processo, qual seja: a destituição do produtor direto dos meios de produção, passando este produtor a dispor apenas da venda da sua força de trabalho para sobreviver. Vale acrescentar que a origem do capitalismo está exatamente no processo histórico de acumulação primitiva de capital, determinada pela retirada da propriedade dos meios de trabalho do trabalhador [...] um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos (MARX, 1985, p. 830)[101].

Nessas circunstâncias firma-se uma relação entre dois distintos possuidores de mercadoria: o produtor direto, cuja mercadoria é a força de trabalho e o intento é garantir a sua sobrevivência; e, de outro lado, o capitalista detentor do dinheiro, dos

---

[101] "[...] Um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos historiadores burgueses. Mas, os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam a sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi escrita a sangue e fogo nos anais da humanidade" (MARX, 1985, p. 830).

meios de produção e dos meios de subsistência, cujo objetivo é aumentar o capital que possui, através da exploração da força de trabalho alheia.

Assim, o processo de trabalho ocorre para o capitalista como um processo de consumo da força de trabalho e apresenta duas características essenciais:

- O trabalhador realiza o trabalho sob o controle do capitalista, a quem passa a pertencer o seu trabalho;
- O produto do trabalho é de propriedade do capitalista e não do seu produtor direto, ou seja, do trabalhador.

Então, para o capitalista o processo de trabalho ocorre entre as coisas que ele comprou, entre coisas que lhe pertencem e o resultado desse processo, ou seja, o produto do trabalho, também, passa a lhe pertencer, posto que ele no processo está fazendo o uso de suas mercadorias.

Nessa dimensão, considerando a produção de mercadorias e que esta se constitui como uma unidade que contém um valor-de-uso e um valor temos que: o processo de trabalho que dá origem a mercadoria é um processo de produzir valores-de-uso ao passo que se constitui como um processo de produzir valor.

A mercadoria possui um valor-de-uso porque em sua produção considera-se que o resultado do processo de trabalho deve consistir em um produto que seja útil e que venha a satisfazer necessidades humanas de qualquer ordem. E possui, também, um valor que se revela no processo de troca, haja vista que as mercadorias são produzidas para serem trocadas no mercado.

Sigamos adiante enfocando a produção do ponto de vista do valor, nestes termos, temos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho armazenado no processo.

O trabalho reaparece nas mercadorias, na forma do trabalho útil, como vimos aquele empregado em objetos que sirvam para satisfazer necessidades. Todavia, um objeto pode ser útil, produto do trabalho, mas, não ser mercadoria, posto que o produtor direto “[...] com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas, produzi-lo para outros, dar origem ao valor-de-uso social” (MARX, 1998, p. 63).

Assim, os valores-de-uso se constituem enquanto o conteúdo material da riqueza e são os veículos materiais do valor-de-troca. E este valor-de-troca é revelado

na relação quantitativa entre valores-de-uso diferentes na medida em que estes se trocam, sendo o valor-de-troca a forma de manifestação de uma substância em relação a outra de natureza distinta.

Dessa forma, podemos sinalizar que a mercadoria se constitui como um valor-de-uso contém em si um valor gerado pelo trabalho armazenado, revela um valor-de-troca e só se realiza num intercâmbio social. “[...] seu valor, é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra” (MARX, 1998, p. 69).

Retomando a ideia inicial de que a mercadoria é a forma elementar da produção da riqueza no capital, constitui-se como fato que para o capitalista os produtos que lhe pertencem se firmam como valores-de-uso e o seu investimento na produção de novos valores-de-uso se dá somente porque a produção de mercadorias se expressa numa relação de produção de valores-de-troca e de criação de mais valor, que por sua vez, fica em suas mãos.

E, assim, é na consecução dos processos de trabalho em que se dá a produção e a reprodução social do capitalismo, sendo, portanto, o trabalho também central para esse sistema, cujo mote central é a acumulação de capitais extraídos do valor e do mais valor do trabalho mediante a superexploração da força que o opera.

Desta feita, reafirmando-se a centralidade e validade dessa categoria para a vida dos homens, bem como, para o entendimento da sociedade burguesa e de suas contradições. Tal constatação reafirma o nosso entendimento de que a influência do pós-moderno no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social não está só presente em temáticas que de forma mais evidente já apresentam uma interlocução ou uma aproximação com as ideias desse “pensamento”, mas, tem se estendido e penetrado em debates tradicionalmente vinculados à teoria social crítica no âmbito da interlocução com o Serviço Social. Como elucidam os trechos retirados das teses a seguir.

> **A própria categoria trabalho** vem-se reconfigurando ante as modificações impulsionadas, sobretudo, pela complexificação das relações sociais, agora mediadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), que **redimensionam esse conceito** (ALMEIDA NETO, 2004, p. 11).

> As mediações desencadeadas a partir das novas tecnologias e informação e comunicação (NTIC), características da sociedade pós-industrial, complexificam-se, rompem as relações sociais tradicionais, instaurando uma nova dinâmica nos fenômenos, incluindo o trabalho infantil (ALMEIDA NETO, 2004, p. 40).

> **A organização do trabalho torna-se, portanto, resultado de um processo intersubjetivo** que envolve vários sujeitos interagindo com uma realidade específica (SANT'ANNA, 2005, p. 122).
>
> Os debates centrados na consideração da categoria trabalho, relacionada à transformação da natureza, que privilegia a produção de mercadorias que, através da valorização, transformam-se em bens, embora sejam os alicerces do qual partimos para a compreensão da condição humana atual, não lançam luz suficiente para analisar o objeto do presente ensaio. Para isso, será necessária uma **expansão dessa concepção para que seja possível considerar trabalho como qualquer atividade humana, quer seja na produção material, quer seja na produção e reprodução de valores, de símbolos ou mesmo das formas expressivas de dor ou prazer**, compreendida através de uma relação dialética e, portanto, indissolúvel entre objetividade e subjetividade (VICENTE, 2005, p. 37).
>
> **Admito que essa discussão não pode ser separada do debate acerca da centralidade do trabalho, mas é necessário reconhecer que as redes extrapolam os termos tradicionais dessa centralidade**. As redes telemáticas e seus efeitos tendem a se espraiar por todo campo social da cultura e da sociabilidade urbana (SOUZA, 2005, p. 22).
>
> Os capítulos que se seguem de maneira correlacionada amparam a seguinte tese fundamental: a socialização da política, efetivada de maneira desigual, mas combinada, pelas redes digitalizadas evidencia a tendência de um processo histórico de reconversão sócio-espacial e temporal que ultrapassa o modelo urbano-industrial em favor do novo padrão urbano-informacional (SOUZA, 20005, p. 22).
>
> **O contexto da sociedade industrial registrou um sistema de grandes organizações coletivas: fábricas, sindicatos, partidos. Entretanto, a sociedade pós-industrial reivindica o espaço dos sujeitos** (ARRUDA, 2003, p. 36).

Assim, podemos observar que o debate acerca do trabalho no conjunto das teses que analisamos vem articulado e sustentado pelas teses da "sociedade pós-industrial", da "sociedade da informação" ou mesmo da "sociedade do conhecimento." Essas teses estão presentes enquanto pressupostos recorrentes nas elaborações pós-modernas e, atuam, como explicações para as atuais configurações da sociedade contemporânea.

Segundo Bell (1977) autor da tese da sociedade "pós-industrial"[102], referenciada nos trabalhos analisados em nossa pesquisa, fica cada vez mais evidente a sensação de que estamos numa transição para um novo período histórico,

[102] Acrescentamos que Alain Touraine (1970) também se ocupou da elaboração da tese da "sociedade pós-industrial", especificamente no contexto da França. E já Daniel Bell (1977) desenvolveu os seus argumentos no contexto dos Estados Unidos, onde a repercussão das elaborações pós-modernas ganhou maior relevância.

cuja magnitude remete às repercussões provocadas pela Revolução Industrial (século XVIII).

> [...] estamos no meio de uma vasta transformação histórica, na qual as antigas relações sociais (ligadas à propriedade), as estruturas de poder existentes (centralizadas em elites reduzidas) e a cultura burguesa (baseada em noções de satisfação restrita e retardada) se estão rapidamente desgastando (BELL, 1977, p. 53-54).

E o "[...] uso do prefixo "pós" seguido de um hífen é assim um indício desta sensação de existência numa época intersticial" (BELL, 1977, p. 54).

Nesse sentido, a tese da "sociedade pós-industrial" sustentada pelo referido autor versa sobre a tentativa de "explicação" às transformações societárias em curso e que vem alterando a estrutura social das sociedades ocidentais. Inclusive, tal tese constitui-se como uma das premissas do "pensamento" pós-moderno.

Para esse mesmo autor a sociedade é um sistema total, cuja dinâmica provém da interação de um conjunto diferenciado de subsistemas sociais que agem e se influenciam mutuamente, sem que haja uma determinação estrutural. Todavia, Bell assinala a existência de "princípios axiais" que atuando sobre as estruturas sociais assinalam a centralidade ocupada por um determinado subsistema capaz de explicar sociologicamente um determinado fenômeno social.

Nessa medida ao analisar a estrutura social Bell (1977) considerando o eixo da produção e da tecnologia como central aponta para uma periodização histórica: a sociedade pré-industrial - centrada na força física do trabalho e na extração das matérias-primas da natureza; a sociedade industrial – organizada em torno da produção, do uso da maquinaria e dirigida à fabricação de bens; e a sociedade pós-industrial regida pela produção de serviços[103] com a utilização crescente do conhecimento teórico e da tecnologia.

Para se observar essas novas tendências inscritas no contexto das transformações societárias Bell (1977) assinala na tese da "sociedade pós-industrial" cinco dimensões: o setor econômico – a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços; o sistema ocupacional – uma nova distribuição com a predominância da classe profissional e técnica[104]; o princípio axial – centralidade do

---

[103] Ao setor de serviços confere as seguintes atividades: comércio, finanças, transporte, saúde, recreação, pesquisa, educação e governo.

[104] Empregos que exigem um maior nível de formação educacional, em larga medida uma formação universitária.

conhecimento teórico como fonte de inovação e formulação política para a sociedade; a orientação futura – a estrutura social está direcionada para o controle tecnológico e a distribuição tecnológica[105]; a tomada de decisões – criação de uma nova tecnologia intelectual que possibilite alguma previsão na administração dos sistemas e um processo de difusão ampliado com o uso crescente do computador.

Nessa sociedade o conhecimento teórico torna-se imprescindível, entendido nos termos do mesmo autor como a fonte de valor e de crescimento da sociedade – a sociedade é definida a partir dos métodos que utiliza para acessar, processar e distribuir as informações. Desta feita ele, o conhecimento, firma-se progressivamente como recurso estratégico e princípio fundamental de uma sociedade.

Diante disso, é possível observar que para as elaborações em torno da sociedade "pós-industrial", o que ocorre fundamentalmente é a substituição de uma sociedade alicerçada no trabalho e na luta de classes pela sociedade dinamizada pelo conhecimento e pela informação. O que significa objetivamente, segundo Jameson (1996), a propagação da ideia da técnica como produtora da dinâmica social atual.

Nessa ordem as novas tecnologias são vislumbradas como as repostas e as soluções para os problemas gerados pela complexidade das sociedades ditas desenvolvidas. Essas novas tecnologias projetam a substituição dos julgamentos intuitivos na tomada de decisões pela utilização de algoritmos, instituindo regras para solução dos problemas.

Esses "[...] algoritmos podem ser incorporados a uma máquina automática ou a um programa de computador, ou a um conjunto de instruções baseado em alguma fórmula estatística ou matemática" (BELL, 1977, p. 45). Desse modo, uma cadeia de cálculos realizados rapidamente, análises multiformes e a solução simultânea de centenas de equações são operadas pelos computadores e, assim, perfaz-se a tomada das decisões, passando essas a serem processadas essencialmente por operações técnicas – afirma-se o "pensamento" tecnocrático.

Associada a esta ideia da inteligência técnica emerge o discurso do "fim das ideologias", haja vista que, para os pós-modernos, essa inteligência é calculada e instrumental e visa a harmonia social e a elucidação da melhor solução para os problemas que se apresentam aos homens, enquanto as ideologias seriam

---

[105] Segundo Bell (1977) enquanto a sociedade industrial direcionava-se para o controle e organização das máquinas e dos trabalhadores, a sociedade "pós-industrial" organiza-se em torno do conhecimento, visando garantir o controle social e a direção das mudanças e das inovações.

alicerçadas e motivadas puramente pelas “velhas paixões políticas”, desgastadas e sem espaço/sentido nesse tempo presente.

Vale salientar que para nós essa assertiva pós-moderna que alega o “fim” da centralidade do trabalho, que retira a luta de classes do eixo de análise da sociedade contemporânea e que decreta o “fim” das ideologias nada tem de anti-ideológica ou em nada é isenta. Apresentar a sociedade de hoje como harmoniosa, eficaz e livre é ocultar as reais contradições e desigualdades presentes nela que são intrínsecas e servem ao processo de acumulação e reprodução da positividade capitalista.

c) **No que concerne às temáticas da comunicação, redes e mediação digital** assinalamos que estão amplamente submersas no campo da discussão pós-moderna. Nesse sentido, é importante retomar que o uso do termo pós-moderno enquanto afirmação de uma nova “condição sócio-histórica”, ou seja, a luz do entendimento dos próprios pós-modernos, segundo Lyotard (1979) vem designar “[...] o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”.(p.69) E a base dessa discussão parte da problematização acerca da posição do saber/do conhecimento na sociedade contemporânea, creditada por esses apologistas como a “sociedade da informação” e a “sociedade do conhecimento.” Como demonstra o trecho abaixo de uma das teses analisadas.

> Afinal **estamos falando da sociedade da informação**, digital, como novo ritmo, interconectada, desterritorializada, atemporal, em rede dinâmica. Falamos da construção de um novo espaço de relações, com novos códigos associados à era digital (ALMEIDA NETO, 2004, p. 86).

O cenário pós-moderno, nesse sentido, remete-se ao contexto da “Revolução Informacional”[106], cujo panorama é essencialmente cibernético-informático e informacional e cujo critério de operatividade é tecnológico, inscrito sob a hegemonia

[106] A revolução informacional está alicerçada no conjunto das transformações sociais ocorridas por meio da introdução das Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação NTIC, que alteraram significativamente não só a produção e o trabalho, como também os hábitos e comportamentos dos indivíduos, estabelecendo por um lado à substituição de certas funções do cérebro pelos computadores e a automação (BOCCARA, 1984) e de outro estabelecendo novas formas e canais de comunicação que passaram a “moldar” a vida das pessoas (CASTELLS, 2002). A magnitude desse novo padrão tecnológico de informação e comunicação pode ser apreendida quando tomamos como exemplo emblemático o estabelecimento da Rede Mundial de Computadores - internet - como sendo “[...] a plataforma sócio-técnica indispensável ao exercício das relações sociais fundamentais ao modo de produção capitalista” (SOUZA, 2005, p. 19).

da informática. Assim, para esses pós-modernos, todos os esforços na atualidade sejam eles científicos, tecnológicos ou políticos versam sobre a informatização da sociedade. Discurso presente nos trabalhos que analisamos como podemos observar na citação abaixo.

> [...] **reconheço que melhor do que reclamar dessa possibilidade aberta pelo avanço tecnológico seria enfrentarmos o desafio de sermos professores numa era digital e pós-moderna**. [...] Nesta perspectiva, estamos vivenciando, neste final de milênio, uma revolução científica e tecnológica, comparável à revolução científica dos séculos XVI a XVIII, que estabeleceu os fundamentos da ciência moderna (ARRUDA, 2003, p. 25-26).

Ainda segundo os entusiastas pós-modernos,

> É razoável pensar que a multiplicação de máquinas informacionais afeta e afetará a circulação dos conhecimentos, do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e, em seguida, das imagens (media) o fez (LYOTARD, 1979, p. 04).

A tese do referido autor é a de que “o saber muda de estatuto” ao mesmo tempo em que as sociedades ingressam na “idade pós-industrial” e as culturas na “idade pós-moderna”. E o saber, nesse contexto, torna-se a principal força de produção, que já alterou significativamente a composição das populações nos países mais desenvolvidos e que se constitui como ponto nevrálgico dos países em desenvolvimento.

> Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida reforçará ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estado-nações. Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante na competição mundial pelo poder. Do mesmo modo que os estados-nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração de matérias-primas e da mão-de-obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações (LYOTARD, 1979, p. 05).

E como demonstrativo de que essa tese está assimilada dentro da produção que analisamos passamos a expor a seguinte citação.

> Se ao longo da história da humanidade, a riqueza esteve sempre ligada à posse e ao controle de recursos materiais como a terra, o ouro, o petróleo (fonte de energia), **hoje a riqueza não é algo material, palpável, é imaterial: o conhecimento. O conhecimento é a fonte primária de riqueza na sociedade pós-industrial** (ALMEIDA NETO, 2004, p. 44).

Nesse quadro analítico observamos o processo de semiologização da realidade, mediante o qual os discursos e os signos ganham centralidade em detrimento à realidade objetiva – assim, o referente é subsumido pelo seu significante e significado[107]. Haja vista que o caráter epistemológico das elaborações pós-modernas distancia as análises acerca da dimensão ontológica da vida social.

> Para a sociedade contemporânea, portanto, a informação tornou-se um recurso básico e que fornece, **a quem possui a capacidade de organizar os códigos informacionais, o domínio e o poder sobre os demais segmentos sociais** (SANT'ANNA, 2005, p. 24-25).

Nesse ambiente multiplicam-se as ideias de redes, de mídias digitais, das novas tecnologias de comunicação que tomadas pelo pós-moderno super dimensionam a dimensão cultural presente na revolução informacional e seus respectivos desdobramentos, desconectando do quadro de análise as determinações e mediações estruturais e materiais desse processo. Nesse sentido, inscrevendo-se como um campo fértil às inflexões pós-modernas.

> Foi na interação com o hipertexto no uso de computadores em ambiente *windows* que passei a entender que em interação com a máquina adquirimos uma capacidade de movimentar-nos não linearmente, mas sim em diversas direções (ARRUDA, 2003, p. 19).
>
> As novas tecnologias da inteligência, enquanto extensões naturais da oralidade e da escrita representadas pelas tecnologias informáticas, reconstroem a constituição dos universos de significados '[...] o hipertexto é talvez uma metáfora válida para todas as esferas da realidade em que significações estejam em jogo' (LEVY, 1998, p.25)" (ALMEIDA NETO, 2004, p. 35).

d) **No tocante à democracia**, terceira temática mais recorrente dentre o conjunto de teses que analisamos, assinalamos:

No interior do Serviço Social a democracia apresenta-se como um princípio ético do projeto profissional que se associa à liberdade, à cidadania, ao pluralismo e ao respeito à diversidade, que se articula intrinsecamente às demandas da autonomia,

---

[107] No campo da linguística as palavras são compostas por signos, por sua vez, compostos por significantes e significados, que devem expressar um referente que corresponde a um objeto presente no mundo sensível, isto é, material. Nessa medida, cada signo contém em si a síntese de um significante e de um significado e representa algo que possui existência material. "Um homem real seria o referente da palavra ou do som 'homem' (significante) e do conceito de homem (significado)" (EVANGELISTA, 2007, p. 137).

da emancipação, do pleno desenvolvimento dos sujeitos e da recusa ao qualquer tipo de preconceito e autoritarismo, e, ainda, que se põe em favor dos direitos humanos, da equidade e da justiça social (PAIVA; SALES, 1996).

A objetividade desse debate remete a leitura crítica da realidade social concreta capaz de iluminar a prática político-profissional que visa o aprofundamento da democracia com o necessário processo de socialização da riqueza socialmente produzida, da política e da cultura (IAMAMOTO, 2001).

Nesses termos o Serviço Social optou por um projeto profissional que se vincula a um projeto político societário que sinaliza para necessidade de superação da ordem capitalista e para construção de uma nova sociedade sem dominação e exploração de classe, gênero e etnia. Assim a democracia está intimamente relacionada à questão da emancipação.

Cabe esclarecer que a questão da emancipação, por sua vez, articula em torno de si dois níveis distintos: o da emancipação política e o da emancipação humana. A respeito é importante destacar que conforme Marx (2009) a radicalização da emancipação política (direitos) não levará a emancipação humana dos indivíduos, entre estas subjaz uma relação de negação histórica da primeira pela segunda, uma vez que a emancipação política pertence ao “mundo” da cidadania burguesa e a emancipação humana é a superação desse tipo de sociabilidade, é a constituição de uma sociabilidade comunista.

Todavia, admite-se, pois, o processo contraditório que envolve as reinvindicações no terreno do direito. Assim, Dias (2007, p. 29) afirma que “[...] a legalidade, apesar do ocultamento do seu caráter classista, pode e deve, na sua contraditoriedade, ser um espaço de luta, na qual podem ser construídas as identidades de classes, os projetos de hegemonia” (DIAS, 1996 apud SANTOS, 2007, p. 29).

Entendendo os objetivos e os limites da própria profissão na perspectiva do projeto ético-político “[...] as lutas pela realização dos direitos devem ser entendidas numa perspectiva sócio-histórica e submetidas às tensões sócio-políticas na disputa entre projetos societários distintos.” (SANTOS, 2007, p.29). Trata-se de apreender o conjunto das determinações que nos permitem elucidar e “[...] desconstruir as alienações que imobilizam a condição humana e liberar suas energias emancipatórias” (TERTULIAN, 2004 apud SANTOS, 2007, p. 29).

Portanto, no Serviço Social essa categoria se firma enquanto um valor ético-político central, alicerçado na realidade objetiva, mas, que como nós identificamos em nossa pesquisa, também se mostra suscetível às veleidades pós-modernas.

No nosso universo de pesquisa foi possível identificar que o debate da democracia, em certa medida, traz em seu interior as argumentações pós-modernas e aparece alicerçado na crítica à modernidade, sobremaneira, na indicação do esvaziamento da articulação do binômio democracia-emancipação desse projeto, como pode ser visualizado na citação abaixo de um trecho dos trabalhos analisados:

> Nessa ótica, é que se questiona o sentido da Democracia, na atualidade, quando se percebe que todos os valores, sobre os quais se balizou, desde a sua inserção no projeto da modernidade, estão equidistantes ou esvaziados. Como compreender o sentido de tal categoria, na atual conjuntura? (OLIVEIRA, 2005, p. 304).

No campo das ilações pós-modernas, Santos (2009) afirma que o problema da democracia na modernidade está no desequilíbrio entre o princípio da emancipação e o princípio da regulação, sendo o último favorecido pela modernidade dada as exigências/demandas do mercado e a intervenção do Estado nessa direção. Desse modo, esvaziando o princípio da emancipação do projeto sociocultural da modernidade.

Incorre nessa dimensão uma crítica contundente do pós-moderno à modernidade, já apontada por nós no primeiro capítulo, que se expressa nos termos da falência do projeto sociocultural dessa era[108].

Outro problema da democracia moderna segundo a apologia pós-moderna está na homogeneização do modelo de democracia liberal centrado na representatividade, que consolidada por meio de um sistema institucional e de um método político - cujas principais características são a apatia política, os frágeis processos eleitorais e o “pluralismo” partidário das elites – se mostra incapaz de representar as diferenças e reconhecer a soberania do povo. Nesse sentido, paradoxalmente, invalidando a

---

[108] Em linhas gerais a modernidade propôs realizar a racionalização da relação entre a sociedade e a natureza – numa instrumentalização da razão para o domínio/controle da segunda pela primeira, objetivando assim a emancipação dos homens.

própria noção de democracia. Isto posto, os pós-modernos propõem a elaboração de uma “nova teoria da democracia”.

Cabe esclarecer que para Santos (2000) há uma limitação na concepção da emancipação na modernidade, proveniente do processo de hipercientifização dessa. Para este autor a ciência moderna operou uma ruptura epistemológica com o senso comum em seus enquadramentos conservador e autoritário, o que possibilitou a liberação de energias emancipatórias. Todavia, com o tempo essa ciência acabou se insulando e se tornando uma forma de conhecimento superior, totalitária, antidemocrática e intangível. Para recuperar a dimensão da emancipação perdida nesse processo, Santos (2000) afirma que é preciso transformar esse saber científico em um novo senso comum, cujas características são a praticidade, a transparência, a superficialidade, a interdisciplinaridade e o caráter não-metódico, além de sua forma retórica e metafórica.

Considerando a dimensão da participação recuperamos a questão da democracia e sua aproximação com o “pensamento” pós-moderno. Observamos nessa relação, conforme (SANTOS, 2003), a incidência de uma “nova teoria” à luz dos pós-modernos, um processo de renovação da teoria democrática que se assenta na formulação de novos critérios democráticos, implicando na emersão de uma “teoria” democrática pós-moderna. Nela, segundo o referido autor, há uma articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa. Para tanto, havendo uma redefinição e ampliação radical do campo político, num processo de repolitização da prática social, pautado na ampliação dos espaços de participação política.

> A teoria política liberal transformou o político numa dimensão sectorial e especializada da prática social – o espaço da cidadania – e confinou-o ao Estado. Do mesmo passo, todas as outras dimensões da prática social foram despolitizadas e, com isso, mantidas imunes ao exercício da cidadania (SANTOS, 2009, p. 271).

Dessa forma, o autor propõe a repolitização da vida coletiva, demarcando um novo campo político formado por quatro espaços políticos estruturais: da cidadania, do doméstico, da produção e do mundial. Cada um deles se constitui como um espaço político específico prenhe de uma luta democrática também específica e capaz de transformar as relações de poder próprias desse espaço. E a diferenciação dessas lutas requisitam novos exercícios de democracia e novos critérios democráticos na elucidação de diferentes formas de participação. Ampliando-se, assim, as concepções

de cidadania e democracia que, por sua vez, necessitam de uma nova teoria da emancipação e da subjetividade.

Nesse sentido, o que o pensamento pós-moderno propõe acerca da democracia é um novo senso comum político baseado numa nova equação entre a subjetividade, a cidadania e a emancipação.

Uma emancipação que nada se assemelha a emancipação humana nos termos da tradição marxista, por sua vez, baseada na superação da propriedade privada e na constituição de uma sociabilidade comunista, numa "[...] 'autêntica' conexão ontológica-histórica entre o indivíduo liberto das alienações que brotam da propriedade privada burguesa e o gênero humano emancipado da regência do capital (LESSA, 2007, p. 47).

A "emancipação" pós-moderna é baseada na heterogeneidade e na diferenciação das relações, não tendo teleologia, sendo nada mais do que lutas diferenciadas, processuais e sem um fim definido. Portanto, será ecológica, feminista, anti-produtivista, pacifista e antirracista (SANTOS, 2009).

Considerando que o discurso pós-moderno se insere numa nítida quadra histórica regressiva e contrarrevolucionária e que se inscreve na positividade capitalista com uma nítida funcionalidade à sociedade tardo-burguesa – incluindo-se aqui todas as implicações inerentes a essa – não é surpresa apontarmos para incompatibilidade entre o pós-moderno e a questão da emancipação humana nos termos da tradição marxista.

A ideologia pós-moderna no quadro de análise da "crise de paradigmas" e da razão moderna, aponta para a deslegitimação e liberação dos compromissos da ciência moderna com a emancipação do sujeito e com as ideias de verdade e totalidade (LYOTARD, 2004). O que se propõe são novos enquadramentos teóricos ao saber científico na ordem da 'eficácia" e da "otimização das performances do sistema". Um modelo de ciência de caráter estritamente operacional, entendida como uma tecnologia intelectual com seu "valor de troca", isto é, submetida ao capital na forma mercadoria.

> Assim sendo, a atividade científica deixa de ser aquela práxis que, segundo a avaliação humanístico-liberal, especulativa, investia na formação do 'espírito', do 'sujeito razoável', da 'pessoa humana' e até mesmo da 'humanidade' (LYOTARD,2004, p.10).

Para os pós-modernos a falência do projeto sociocultural da modernidade leva ao abandono de suas prerrogativas e a elucidação daquilo que realmente é novo e factível. Para os mesmos a modernidade mediante a sua intolerância e radicalidade não conseguiu atingir seus objetivos, muito pelo contrário o que produziu foi, segundo Bauman (1999), a ambivalência, cujo balanço geral assinala a persecução do progresso e da ordem a qualquer custo e com isso a ascensão de grandes crimes humanitários e do caos social, uma ciência autoritária sem qualquer autoconsciência e o aprisionamento/sofrimento do homem e do mundo.

> É importante não nos iludirmos pensando que as monstruosidades ideológicas foram construídas por monstros. Não o foram; não o são. São desenvolvidas através de um processo que mostra todos os sinais de uma válida e completa erudição, com tábuas numéricas, notas de rodapé em abundância e terminologia científica (BAUMAN, 1999, p. 49).

E assim o pós-moderno institui a decrepitude e falência múltipla da modernidade e dissemina a voga pós-moderna. E esse caráter anti-moderno encontra forte ressonância no interior do Serviço Social, haja vista que a profissão é saturada de elementos anti-modernos, expressos nitidamente pela via do conservadorismo, portanto, adquirindo esse último o *status* de mediação entre a profissão e o pós-moderno.

e) **Quanto às demais temáticas vislumbradas em nossa amostra investigativa** podemos apontar:

- aquelas fortemente influenciadas pelos referenciais de outras áreas do conhecimento, como é o caso: da **saúde**, sobretudo a mental (com recorte de 5% das teses analisadas) - onde a reflexão se desenvolve numa perspectiva vinculada à psiquiatria e à psicanálise; da **adoção** - que sofre evidente influência das elaborações do campo do direito e do processo de judicialização das relações sociais; e da **juventude** - esta última fortemente influenciada pelas ciências sociais e suas inflexões pós-modernas;
- aquela que se apresenta vinculada à **política urbana** - que ainda não foi suficientemente debatida no âmbito da literatura do Serviço Social e que, portanto, os nossos pesquisadores e profissionais vão buscar subsídios, também, em outras áreas de conhecimento.

Uma das áreas de maior diálogo dos pesquisadores e profissionais do Serviço Social vem sendo as Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia, em particular)

que, nos tempos atuais, mostram-se fortemente influenciadas pelas ilações pós-modernas. Nessa busca e incursão é possível observar a incorporação de conhecimentos, métodos, teorias e metodologias que não se coadunam com a direção social e estratégica assumida pela profissão, tanto no que concerne ao campo teórico-metodológico quanto ao ideopolítico.

Apesar de alguns desses trabalhos buscarem se pautar no materialismo histórico-dialético enquanto seu método de orientação e análise, o que se observa é a incorporação de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, tendo em vista que indistintamente dialogam com referenciais e elaborações diversas em torno das temáticas sem se preocupar com as diferenciações entre elas. Incorrendo na entronização do ecletismo - já presente historicamente na profissão - um dos traços do pensamento pós-moderno sobre o qual nos deteremos logo adiante.

Parece-nos que a revisão de literatura, no caso desses trabalhos, privilegia oferecer o mais vasto leque de autores e de obras que tratam a temática, em detrimento à delimitação de uma direção teórico-metodológica e ideopolítica para e da tese.

É possível nitidamente identificar outro traço da ideologia pós-moderna, nesses trabalhos, que é a crítica direta ao marxismo. Tal julgamento se expressa nos termos da demonstração da “insuficiência” do marxismo na atualidade e, sobretudo, no tocante ao tratamento dado a algumas temáticas e discussões. Assim, justificando a incorporação tanto de outros métodos e teorias para elucidação de suas análises, quanto das apologias pós-modernas.

Cabe esclarecer que nesse processo se inscrevem dois movimentos, quais sejam:

a) **Aquele que articula na problematização de seus objetos elementos da teoria social crítica e ao mesmo tempo elementos de outras teorias**, tendo esses últimos o papel de oferecer uma espécie de “complementação” da discussão, tendo em vista, segundo os autores dessas teses, as “lacunas” deixadas pelo marxismo no tocante a alguns objetos de análise.

> [...] hoje optamos pela psicossociologia institucionalista francesa, base teórica deste livro nas questões da subjetividade (p. 15) [...] Os paradigmas em Serviço social que tentavam orientar a prática nos anos 1970 não conseguiram estabelecer uma metodologia de atuação em saúde mental. [...] Havia profissionais engajados, mas o próprio marxismo absorvido pela

> Reconceituação tinha dificuldades de abordar as questões da subjetividade na atenção ao sujeito singular (BISNETO, 2001, p. 28).

Cabe esclarecer, nesse momento, que as elaborações marxianas não se detiveram e nem pretendiam dar conta de todos os fenômenos sociais, sobretudo, não podiam dar conta dos novos fenômenos e processos que emergem na dinâmica contemporânea do capital. Todavia, reafirma-se a validade histórica de sua teoria social na atualidade, haja vista ser o método elaborado no interior dessa que tem possibilitado a análise crítica dessa realidade.

Outra questão que se apresenta a partir da citação de Bisneto (2001) é o retorno da discussão epistemológica do Serviço Social que assevera a necessidade de constituirmos teorias e metodologias próprias à profissão. Perspectiva nitidamente revitalizada pela voga pós-moderna e sua leitura epistemológica do real.

b) **E aquele que decreta a nulidade das metanarrativas** e sustenta as críticas a estas equiparando, conforme Santos (2007), à totalidade ao totalitarismo, à ortodoxia ao dogmatismo e à universalidade ao estruturalismo e consequente negação do sujeito. E, nesse sentido, advogam a construção de um conhecimento "[...] a partir do qual possamos elaborar sínteses provisórias que considerem as incertezas [...]" (ARRUDA, 2003, p. 17) E que da mesma forma apresentem reflexões abertas considerando as múltiplas possibilidades de conhecimento, desse modo, procedendo com "a reforma do pensamento" (MORIN, 1999).

Nesses termos, é possível apontar que no interior da produção do conhecimento em Serviço Social existem aquelas críticas que

> [...] rejeitam o marxismo e atualizam-se absorvendo, numa moldura sincrética, as proposições pós-modernas, e existem aquelas críticas que, ainda reivindicando o marxismo em alguns de seus aspectos, recomendam a superação de 'lacunas' e o aumento de sua potencialidade explicativa com os 'paradigmas pós-modernos' (SANTOS, 2007, p. 87).

Enfim, esse duplo movimento apesar de sinalizar diferentes pontos de partida chega ao mesmo lugar comum, aquele no qual estão inscritas as bases da perspectiva pós-moderna.

3.3 A análise das inflexões pós-modernas a partir dos métodos

> [...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam [...] para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos [...], do seu processo de vida real.
>
> *Marx e Engels*

Neste ponto, passaremos a apresentar e discutir os dados coletados em nossa pesquisa acerca dos métodos de análise assinalados nas teses.

Primeiramente, é preciso elucidar que ao pré-analisar o conjunto total de teses a que tivemos acesso, ou seja, as sessenta e cinco teses, é latente a indicação do materialismo histórico dialético como método de análise, bem como o esforço de boa parte dos autores em buscar articular as teses centrais da teoria social crítica na construção teórico-metodológica dos trabalhos, sobretudo, no tocante as categorias centrais de análise da tradição marxista.

Foi possível encontrar nas respectivas teses a discussão sobre a teoria do valor, a luta de classes e a perspectiva da revolução com consequente superação da ordem do capital, para tanto, buscando aportes nos textos da Introdução à Crítica da Economia Política, do Capital, dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos e até do Manifesto do Partido Comunista. O que nos leva a inferir que a direção teórico-metodológica assumida pela profissão tem grande peso na orientação e no conteúdo da produção do conhecimento em Serviço Social.

Ressalvamos, nesse sentido, que a profissão ao tomar o marxismo em suas fontes clássicas – segundo momento de aproximação do Serviço Social com a perspectiva marxista – como recurso teórico-metodológico e ideopolítico de análise da realidade – enquanto direção social estratégica desloca do núcleo central da profissão o pensamento conservador e o tradicionalismo.

Ao tomar as análises do conjunto dos trabalhos em nossa pesquisa, observamos que esta perspectiva ainda se hegemoniza no campo da produção do conhecimento em Serviço Social, embora, saibamos que as inflexões pós-modernas por nós identificadas nas teses analisadas articulam-se àquelas tendências conservadoras e reagrupam os seus extratos conservadores ainda presentes no

interior do Serviço Social. Desde a reconceituação do Serviço Social, tais tendências ausentaram-se do centro dos debates, assumindo uma postura defensiva e de certa invisibilidade pelo menos na literatura referenciada no âmbito da profissão, embora permanecessem largamente presentes no campo de atuação profissional.

Outro elemento, marcante no conjunto amplo dessas produções é o recorte histórico das análises nessas teses. A preocupação dos seus respectivos autores em dimensionar a realidade como totalidade histórica, para tanto, resgatando e traçando uma relação intrínseca entre a estrutura e a conjuntura.

Nessa medida, poderíamos dizer que de forma geral a produção do conhecimento em Serviço Social vem atualizando sua direção teórico-crítica, apontando para a reafirmação da totalidade histórica, para o materialismo, para dialética, para luta de classes, para necessidade de superação da ordem do capital, apesar das sucessivas investidas neoconservadoras que tem realinhado/capitulado o conservadorismo ainda presente em micro espaços do exercício profissional.

Cabe ressaltar que em relação à outra parcela dos trabalhos, ainda considerando o universo total da pesquisa, observamos que em princípio o materialismo histórico dialético é informado como recorte teórico-metodológico da pesquisa, no entanto, a fidelidade a esse método de análise no decorrer do trabalho não é verificada. Muitos autores incorrem no desenvolver do trabalho na fuga dessa direção analítica, ela apenas é apontada, mas, de fato o trabalho segue outros caminhos metodológicos, haja vista a própria inflexão pós-moderna identificada em seu conteúdo.

Em outro conjunto de teses o método de análise não é mencionado, a discussão metodológica do trabalho se dá em torno da apresentação e do debate acerca dos instrumentos e técnicas que foram utilizados na pesquisa. Contudo, é possível se verificar, mediante a articulação das categorias de análise, a perspectiva teórico-metodológica inscrita na fundamentação do trabalho, a forma de abordagem ao tema, de problematização do objeto de estudo, bem como de articulação dos autores e dos referencias, qual método está delimitado ou mesmo se a opção é por método algum, como descrito respectivamente em Arruda (2003, p.24) e Almeida Neto (2003, p.169):

> Inicio sem rumo certo, ora seguindo um pensamento dedutivo ora indutivo. Acaso seria esta a possibilidade de se permitir a resolução do conflito sobre a transição paradigmática que hoje define o pesquisador do nosso tempo?
>
> O método será absolutamente livre. Quem tiver o seu que use [...] o não-estruturado se constitui enquanto potencial para a inovação e atualização de métodos, de pensamento e de ações.

Nessa perspectiva é preciso esclarecer que a inflexão pós-moderna não está restrita a questão do método ou passa necessariamente por este. O trabalho pode ter inflexões pós-modernas apesar do método e para além desse, embora, também, possa se articular a partir dele.

Esclarecendo melhor, um autor pode desde a escolha do método inflexionar à perspectiva pós-moderna, quando sinaliza para plena aceitação do ecletismo, quando aponta que não há método e sim um anarquismo em relação à perspectiva metodológica do trabalho. Pois, a bem da verdade, no pós-moderno não há um método e sim a orientação da livre associação de qualquer perspectiva que se avalia válida ao estudo proposto, seja científica ou não, mesmo que para isso se incorra sobre antagonismos.

Por outro lado, a inflexão pós-moderna pode não está no método escolhido para análise ou mesmo inserir-se apesar dele, sobretudo, se a articulação pós-moderna ocorre no momento das análises dos resultados da pesquisa, no tratamento do objeto propriamente dito ancorado nas constantes pós-modernas já elucidadas por nós no presente trabalho.

Feitas essas considerações gerais é preciso apontar para as inflexões pós-modernas identificadas no conjunto das teses analisadas, no que se refere ao método.

Quanto às questões relativas ao método, observamos que este se constitui enquanto um dos problemas centrais em torno do debate acerca das teorias sociais, uma vez que todos os esforços envidados em torno do entendimento dessas teorias passam necessariamente pelo processo de clarificação metodológica das mesmas.

Para elucidação dessa discussão partiremos do entendimento de que o método não é um conjunto de regras ou procedimentos formais aplicados no exame de um determinado objeto que se quer conhecer. Para tanto, baseando-se num sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas que determinem operações intelectivas em relação ao objeto.

O método para Marx, segundo Netto (2011), se constitui enquanto “[...] uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o

pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (p. 53).

> A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente o movimento do real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori.* Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 1998, p. 28).

E essa posição está intimamente relacionada a uma modalidade de conhecimento, que é a teoria social, posto que o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e de sua dinâmica. Assim, o método exige um grande esforço de elaboração teórica, possuindo claramente além dos supostos de natureza teórico-filosófica os de natureza ídeo-política.

Quando Marx (1998) tomou claramente como objeto da teoria social crítica à sociedade burguesa e a submeteu ao exame do método dialético, objetivando decifrar sua estrutura e funcionamento, observa-se claramente às reações de natureza ídeo-política, haja vista que a teoria social de Marx se vincula a um projeto revolucionário.

Não é à toa que a questão do método também está presente nas elaborações pós-modernas, – “pensamento” neoconservador e, portanto, antirrevolucionário. A discussão sobre a “crise dos paradigmas” tem um endereço certo: o ataque ao marxismo e a tentativa de deslegitimação do materialismo histórico-dialético, sob a égide da anti-totalidade, da aceitação da imediaticidade, do presentismo e etc. Como podemos observar na citação abaixo extraída de uma das teses que analisamos, vejamos:

> Não poderíamos deixar de destacar que a crise de paradigmas nas ciências sociais operou profundas transformações no campo teórico-metodológico da discussão acerca da violência e, após um significativo período de hegemonia das teorias estruturais/explicativas de natureza globalizantes, experimenta-se o recrudescimento das teorias da ação/compreensão com ênfase mais intensa no particular, nos microprocessos, assim como a irrupção de temas ‘latentes’. A preocupação em explicar as estruturas que formam e modificam as instituições e as práticas sociais dão lugar aos esforços de compreensão dos indícios, das significações, das representações, do simbólico, etc. (QUEIROZ, 2004, p. 23).

Como já mencionado anteriormente, a transgressão metodológica é uma marca no pensamento pós-moderno, operada pela entronização do ecletismo e fundamentada na plena aceitação da diversidade metodológica sem preocupações com articulações contraditórias e até mesmo antagônicas. Essa constante no pós-moderno se constitui numa espécie de decretação de um “vale tudo metodológico”.

Nessa seara temos as elaborações de Feyerabend (2007) que se inscrevem na ordem de uma visão anárquica acerca da ciência e do conhecimento, avessa a regras metodológicas universais e cujos imperativos são o irracionalismo e os esforços teóricos “contra o método”.

> A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que apregoam lei e ordem. Isto é demonstrado tanto por um exame de episódios históricos quanto por uma análise abstrata da relação entre ideia e ação. O único princípio que não inibe o progresso é: tudo vale. [...] A proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade prejudica seu poder crítico. A uniformidade também ameaça o livre desenvolvimento do indivíduo. Não há nenhuma ideia, por mais antiga e absurda, que não seja capaz de aperfeiçoar nosso conhecimento. [...] Nem a ciência nem a racionalidade são medidas universais de excelência. São tradições particulares, não tendo consciência de sua base histórica (FEYERABEND, 2007, p. 25-28).

Considerando o conjunto de trabalhos que analisamos, isto é, a nossa amostra, foram apontados pelos respectivos autores enquanto métodos de análise: significativamente o materialismo histórico-dialético e a história oral; e com apenas uma única indicação cada a microssociologia do conhecimento, o paradigma da complexidade, a análise institucional, a psicossociologia institucional, a etnografia, a ciência da biografia e a teoria marxista da subjetividade.

Considerando o conjunto de tais indicações é preciso desatar alguns nós dessa questão. Primeiro, destacar o fato de a parcela mais significativa dos autores apontarem o materialismo histórico-dialético enquanto método de análise. Como dito anteriormente tal indicação não significa dizer que o referido método demarcou necessariamente o tratamento dos objetos de análise nesses trabalhos, na verdade, demonstra que esse referencial foi delimitado a priori pelos autores, porém, por imprecisão e/ou inconsistência teórica[109] ou ausência de fidelidade ao método, o

[109] Dito de outra forma: quando um autor apresenta o materialismo histórico dialético como referencial da análise e incorre no ecletismo podemos inferir que há aqui um equívoco ou uma inconsistência teórica, haja vista que se ele fizesse uma escolha clara e consciente pela transgressão metodológica ele não indicaria a dialética marxista como método de análise.

estudo não seguiu nessa direção teórico-metodológica, apresentando equívocos e adulterações nas análises quando estas são tomadas em relação ao referencial proposto.

Dessa forma, foi possível identificar que apesar da indicação do método marxista o conteúdo dos trabalhos do ponto de vista teórico-metodológico seguiu e apresentou direções diversas, incorrendo no ecletismo – inclusive, com a articulação das ideias e análises contidas no “pensamento” pós-moderno.

Num determinado conjunto de trabalhos foi possível, inclusive, destacar a opção consciente pela articulação entre o método marxista e outras perspectivas metodológicas. Quando, por exemplo, Vicente (2005) sinaliza

> A recorrência às categorias de Marx estranhamento/alienação foi obrigatória, assim como a referência a VI Tese contra Feuerbach (Marx, 1978). À exceção, portanto, das categorias referidas, todos os demais excertos foram composições teóricas a partir das temáticas colocadas pelas entrevistadas, o que resultou necessário para compreensão dos elementos das sociabilidades que, sendo instituintes das subjetividades, encontraram-se presentes nas narrativas (p. 16).

E de Lima (2005) quando sinaliza que o método de análise é o

> [...] marxismo, na sua forma não vulgar, por ser necessariamente dialético e histórico, pareceu-me responder adequadamente à questão do conhecimento como verdade parcial e como recusa a verdades absolutas” (p. 25) [...] Por não acreditarmos que uma teoria dê conta do real sob todos os seus aspectos, assumimos a postura de liberdade frente às diversas correntes teóricas, retirando de vários autores os elementos mais importantes para nossa análise. Se isto é ecletismo, não vejo mal nisso, pelo contrário, assumo o risco que o peso de tal nome tem na academia. Ser eclético não é não ter uma posição intelectual. Antes, é ter uma posição intelectual que consiste na escolha livre de elementos entre diversas correntes teóricas – que devem ser coerentes entre si, principalmente do pondo de vista epistemológico -, sem observância de uma linha rígida de pensamento” (p. 24).

O que observamos aqui é que essas autoras trazem nos seus trabalhos os referenciais das elaborações marxistas (teoria e método), contudo, consideram a “insuficiência” dessas para análise proposta e dessa forma, buscam em outras perspectivas teórico-metodológicas outros supostos que iluminem a sua análise. Para tanto, fazendo uso de “composições teóricas” (VICENTE, 2005) e da plena aceitação do ecletismo (LIMA, 2005), numa clara inflexão pós-moderna.

Havíamos apontado anteriormente que o marxismo não se deteve a examinar algumas questões em particular, sobretudo, porque o seu esforço teórico-

metodológico ocupava-se da totalidade histórica – notadamente compreendendo o movimento singular/particular/universal. Todavia, esse mesmo marxismo deixou como legado a elucidação de um método que nos permitiu e permite nos dias atuais analisar criticamente a realidade e os novos fenômenos que se apresentam cotidianamente. E é esse movimento que devemos fazer quando nos propomos a analisar sob a "batuta" do marxismo objetos que não foram suficientemente debatidos na tradição marxista. A partir do que propõe o método apreender as múltiplas determinações e mediações do fenômeno que se investiga, partindo da aparência ao alcance da essência e, dessa forma, construir o conhecimento teórico do mesmo. Um esforço exaustivo de elaboração teórica e que prescinde de composições teóricas pós-modernas.

Cabe esclarecer, que aqui se firma uma posição teórico-metodológica e ídeo-política de nosso trabalho, compreendendo que na situação acima referida as autoras também demarcam uma escolha metodológica e uma posição.

Outro nó que se apresenta quanto à questão do método é a indicação de teorias, disciplinas e áreas do conhecimento como sendo "o método" da análise. Foram apontadas nesse sentido, a psicodinâmica do trabalho, a microssociologia do poder, a "teoria marxista da subjetividade", a psicossociologia institucionalista e a ciência da biografia.

De certo que quando falamos em uma teoria social subjaz à discussão do método contido nela. Quando falamos em teoria social crítica logo associamos o materialismo histórico-dialético; quando falamos da teoria do darwinismo social, apontamos para o estrutural-funcionalismo; e quando nos remetemos a sociologia compreensiva, o método compreensivo, posto que não é possível desconsiderar o enraizamento do método em relação a teoria que o informa. Acrescentamos: não há uma autonomização do método em relação à teoria – eles estão conectados. Entretanto, considerar o conjunto da teoria social como sendo imediatamente o método contido nela nos leva a um processo de simplificação da unidade entre teoria e método, levando-nos ao equívoco do imediatismo da identidade entre ambos, como se teoria e método fossem a mesma coisa e não o são. Por assim dizer, a teoria se constitui como uma modalidade de conhecimento e o método a perspectiva que propicia o conhecimento teórico da vida objetiva – numa relação de indissociabilidade.

Fazem-se presentes ainda enquanto recortes metodológicos no conjunto das teses analisadas a etnografia, a análise institucional e a história oral.

É importante esclarecer que tais métodos não foram criados e nem tão pouco são próprios das elaborações pós-modernas, antecedem as mesmas por sinal. Porém, é válido apontar que essas elaborações incorporaram e incorporam esses métodos, mantendo com ele uma nova relação e significação, num processo de interpenetração/reinterpretação à medida que se valem deles para suprimir a relação dos objetos com a realidade concreta e com a totalidade histórica.

É preciso que fique claro que não estamos afirmando que ao usar a história oral, a etnografia e a análise institucional como recorte teórico-metodológico de pesquisa o autor está sendo pós-moderno ou que o trabalho é pós-moderno. O que quero dizer é que no arco das elaborações pós-modernas esses métodos, numa perspectiva utilitária, são ordenados e articulados na forma da subjetivação, da discursialidade, da diferencialidade, da desontologização.

A história oral emerge no conjunto dos nossos trabalhos pela via do estudo das representações sociais. E trata-se de um

> [...] método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. à luz de pessoas que participaram ou os testemunharam (SILVA, 2007, p. 85).

Os entusiastas da história oral compreendem que o relato oral se constitui como a fonte primária de obtenção de qualquer conhecimento, seja ele científico ou não. Segundo Queiroz (2007, p. 85) “[...] o relato oral tem sido, através dos séculos, a maior fonte de conservação e difusão do saber, ou seja, a maior fonte de dados para ciência em geral, a palavra antecedeu o desenho e a escrita”.

Ainda de acordo com a autora, com o desenvolvimento da linguística e da semiótica foi reconhecido que os discursos dos indivíduos possuem uma estruturação própria e lógica, apresentam-se enquanto uma linguagem, por meio da qual é possível se “compreender” fenômenos sociais que escapam à observação direta e “fria” do pesquisador. E, nesse sentido, a história oral é valorizada e ganha importância em muitos estudos, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais, como um método que capta e expõe comportamentos, valores e emoções que ficam margeados ou subsumidos no levantamento e na análise de dados estatísticos.

Pois bem, para elucidar a articulação pós-moderna da história oral retomamos os escritos de Lyotard (2004) quando o mesmo afirma que o saber científico é uma espécie de discurso e que há quarenta anos as ciências e as técnicas consideradas de vanguarda versam sobre a linguagem (fonologia, linguística, informática, telemática, etc.).

Na condição pós-moderna o referido autor argumenta que a comunicação ganha centralidade, portanto, inserida num processo de evidência constante a linguagem adquiri um novo status - o de grande relevância[110]. Os indivíduos não estão isolados, pelo contrário, inserem-se "[...] numa textura de relações mais complexa e mais móvel do que nunca [...]" (LYOTARD, 2004, p. 36), a dos circuitos de comunicação, que difundem as mais diversas mensagens. Lyotard (2004) aponta que o indivíduo está posto no centro dos jogos de linguagem, no qual "parece dissolver-se" dado a flexibilidade e ao infinito número de combinações linguísticas possíveis. E nessa medida,

> [...] a questão do vínculo social, enquanto questão, é um jogo de linguagem, a da interrogação, que posiciona imediatamente aquele que a representa, aquela a que se dirige, e o referente que ela interroga, esta questão já é assim o vínculo social (LYOTARD, 2004, p. 29).

Então se a análise do conjunto de fenômenos sociais na perspectiva pós-moderna é desconectada, como já vimos na presente tese, da objetividade da vida social e da totalidade histórica, e se as coisas se apresentam como elas são no plano da superficialidade (para os pós-modernos não há distinção entre aparência e essência) e se conforme o autor supramencionado o saber é um discurso e o vínculo social é um jogo de linguagem, portanto, pode-se concluir que tomando o quadro geral de análise pós-moderna a realidade em si é vista como um discurso, erigida no centro

---

[110] Para Lyotard (2004) no contexto da crise de legitimação do conhecimento moderno e, sobremaneira, da ciência moderna firma-se o desuso das metanarrativas (dialética, hermenêutica, emancipação, etc.), cujo sustentáculo era a filosofia metafísica. A sociedade contemporânea "[...] se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa programática das partículas de linguagem" (LYOTARD, 2004, p.16). E existem muitos jogos de linguagem diferentes, portanto, uma heterogeneidade infinita de elementos. Nesses jogos de linguagem um interroga e outro conclui e assim, continuam os lances como num jogo qualquer, num processo, cujo objetivo é criar novas construções linguísticas e novos sentidos, cuja legitimidade, por sua vez, depende da sua performance social. E é no centro desses jogos de linguagem que se estabelecem as relações sociais e progride o saber no pós-moderno. Cabe esclarecer: "Não pretendemos que toda relação social seja desta ordem; isto permanecerá aqui uma questão pendente; mas que os jogos de linguagem sejam, por um lado, o mínimo de relação exigido para que haja sociedade [...]" (LYOTARD, 2004, p. 29).

desses jogos de linguagem. E é, nesse sentido, dada a ênfase nas narrativas que o recurso ao método da história oral é interposto pela perspectiva pós-moderna.

Já a etnografia compreendida enquanto o método que se dirige ao estudo de grupos e do saber gerado a partir do ponto de vista do outro - contexto e cultura - cujo sustentáculo metodológico é a observação participante e as ênfases são nas narrativas dos sujeitos e na busca de seus significados, também, é incorporada utilitariamente no "caldeirão teórico-metodológico" da perspectiva pós-moderna.

E o é na medida em que as elaborações pós-modernas exploram o caráter microscópico (FRANZ BOAS 1858-1942) e a ruptura com a história (MALINOWSKI 1884-1942) operados nas análises etnográficas, isolando e desconectando as múltiplas mediações da realidade objetiva na perspectiva da totalidade histórica[111].

É importante situar que a articulação dos métodos da história oral e da etnografia aparecem nos trabalhos, cujo objetivo é o estudo das representações sociais. Nesse sentido, Santos (2007) quanto à elucidação da incorporação da epistemologia pós-moderna no interior das produções sociais aponta: "Outra é a expansão do debate sobre 'representações sociais' no Serviço Social (p. 94). Haja vista que nessas produções estão presentes os traços da referida epistemologia e ainda a revitalização do conservadorismo profissional – recapilarizado pelas investidas neoconservadoras pós-modernas dada às mediações entre ambos, como já explicitamos no presente capítulo.

O estudo das representações sociais parece ganhar novo folego quando os apologistas pós-modernos propõem rediscutir o *status* do saber, sobretudo, no tocante a "requalificação" da ciência e do senso comum, bem como quando aponta para

---

[111] Segundo Laplantine (2005) os mais importantes pesquisadores que contribuíram no processo de elaboração da etnografia foram: Franz Boas "Com ele assistimos a uma verdadeira virada prática antropológica. Boas era antes de tudo um homem de campo. Suas pesquisas, totalmente pioneiras [...] eram conduzidas de um ponto de vista que hoje qualificaríamos de microssociológico. [...] Tudo deve ser objeto da descrição mais meticulosa, da restrição mais fiel [...] raramente antes dele as sociedades tinham sido realmente consideradas em si e para si mesmas, cada uma dentre elas adquire o estatuto de uma totalidade autônoma" (p. 77); e Bronislaw Malinowski "[...] se não foi o primeiro a conduzir cientificamente uma experiência etnográfica, isto é, em primeiro lugar, a viver com as populações que estudava e a recolher seus materiais de seus idiomas, radicalizou essa compreensão por dentro, e para isso, procurou romper ao máximo os contatos com o mundo europeu. Instaurando uma ruptura com a história conjetural [...] e também com a geografia especulativa [...] Malinowski considera que uma sociedade deve ser estudada enquanto uma totalidade, tal como funciona no momento mesmo onde a observamos." (p. 79-80) Vale lembrar que coube ao último a elaboração da teoria do funcionalismo então, quando ele fala em totalidade está se referindo a um sistema funcional e orgânico.

revisão do papel da subjetividade na construção de conhecimentos e na sua relação com a objetividade.

Aqui recuperamos Santos (1989), o qual afirma peremptoriamente que a ciência moderna se encontra “mergulhada numa profunda crise”, iniciada imediatamente no segundo pós-guerra. Uma crise de degenerescência dada a sua magnitude, vez que atinge todas as disciplinas, embora de forma diferente, mas, em nível profundo. Não se trata apenas de interpelar uma disciplina e os seus respectivos instrumentos conceituais e metodológicos. Põe-se em questão o paradigma como um todo e sua inteligibilidade enquanto forma de apreensão do real. Segundo o referido autor

> A época em que vivemos deve ser considerada uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, de cuja emergência se vão acumulando os sinais, e a que, à falta de melhor designação, chamo ciência pós-moderna (SANTOS, 1989, p. 11).

Essa tese é sustentada pelos pós-modernos, mediante o discurso do estranhamento e do distanciamento da ciência moderna a outros tipos de discurso, como o senso comum, a estética, a religião e etc. Na medida em que esse distanciamento/estranheza passa a se reproduzir dentro da própria comunidade científica – devido o avanço das especializações –, haja vista que para o cidadão comum a ciência tornou-se inatingível há muito tempo, torna-se cada vez mais difícil se compreender “[...] o que se passa (e por que se passa) à volta do habitáculo (cada vez mais restrito) em que vive em Scientiápolis” (SANTOS, 1989, p.13).

Para os apologistas pós-modernos a ciência se dogmatizou na medida em que assumiu a posição de “aparelho privilegiado da representação do mundo” sem, assim, considerar outras linguagens e proposições básicas que fugissem da linguagem unívoca da ciência e da experiência ou da observação operada por esta. Engessando o processo científico “[...] numa camisa de regras fixas e maximalistas, impossíveis de seguir na prática” (SANTOS, 1989, p. 26). E é exatamente, segundo o mesmo autor, esse processo que paradoxalmente dá início ao seu declínio, deflagrando o movimento de desdogmatização da ciência moderna e a concepção de uma nova ciência: a “ciência pós-moderna”.

Nesse sentido, a perspectiva pós-moderna afirma que é necessário operar no interior da ciência um processo de transformação, a partir do qual seja possível

transformá-la de objeto estranho e distante num objeto familiar e próximo de nossa vida, possibilitando, desse modo, que ela possa nos comunicar a respeito de seus objetivos e de seus limites, que possa estabelecer uma relação entre “eu-tu e não uma relação eu-coisa”, enfim, que deixe de ser o discurso anormal para o cidadão comum e passe a ser compreendida enquanto uma prática social de conhecimento, “parceira da contemplação e da transformação do mundo”.

Propõe-se o reencontro da ciência com o senso comum[112]. Para os entusiastas pós-modernos opô-los como quem opõe às trevas a luz hoje não faz sentido algum, uma vez que a ciência se tornou um discurso anormal, estranho, estreito, anti-democrático, totalitário e por isso e a partir disso esvaziado de sua capacidade de esclarecimento e de seu conteúdo emancipatório, tanto social quanto culturalmente. E o senso comum sempre avaliado negativamente pela própria ciência, portanto, refém de uma avaliação viciada e duvidosa, se desvencilhado do etnocentrismo científico e submetido a um esforço analítico, demonstra a sua positividade.

> senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e das responsabilidades individuais. O Senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma de confiança e dá segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina persuade (SANTOS, 1986 apud SANTOS, 1989, p. 40).

A perspectiva pós-moderna sugere tomarmos o caminho inverso ao “desencantamento do mundo” (WEBER, 2001), validando inclusive mitos e superstições, substituindo o saber e o método pela criatividade e pela imaginação.

Reside, portanto, nas elaborações pós-modernas o questionamento contundente, com fins de deslegitimação da ciência moderna, em favor da exaltação

---

[112] A ruptura da ciência com o senso comum se deu na medida em que a primeira se opõe à opinião espontânea e tem como princípio básico que nada no mundo é dado e sim tudo se constrói. Desse modo, para que seja possível construir o conhecimento científico é preciso romper com a experiência imediata, com o conhecimento vulgar e com o próprio senso comum, posto que estes se inscrevem no campo das meras opiniões espontâneas.

das “virtudes” do senso comum, questionando o conceito de verdade e o de método científico e propondo um novo paradigma que se assenta no diálogo entre o discurso científico e o discurso do senso comum, numa configuração de conhecimentos, que contribua para o aprofundamento da competência cognitiva e comunicativa e que sendo prático dê sentido e orientação a nossa existência. E isso equivale para Santos (1989) a ciência que transcende a si própria: a ciência “pós-moderna”.

Uma “ciência” que legatária da desontologização do real centra-se no estudo das representações desta que ao se desconectar com a totalidade histórico-concreta interditam a possibilidade de se apreender concretamente a historicidade dos processos sociais, bem como as tensões, oscilações e contradições da vida social.

Na Teoria das Representações Sociais, segundo elaborações de Moscovici (2005), há a demarcação da diferenciação entre a ciência e o senso comum, mas o que não se admite é a hierarquia entre eles, vez que ambos são importantes e servem a finalidades distintas.

> Essas teorias, ditas do senso comum, são menos elaboradas ou menos válidas do que as dos cientistas e dos peritos? [...] O fato é que as primeiras são plausíveis e satisfazem o intelecto do mesmo modo que as segundas, embora formadas de acordo com outros métodos e respondendo a preocupações diferentes (MOSCOVICI, 2005, p. 16).

Nessa teoria o senso comum e os sujeitos se firmam numa perspectiva de centralidade, posto que a identificação das representações sociais, segundo Jovchelovitch (2005) se inscreve no campo das produções simbólicas do cotidiano, onde se expressam os saberes, as práticas e os rituais dos sujeitos e onde se elaboram os saberes populares e o próprio senso comum. E nesse processo, de acordo com Moscovici (2005), os sujeitos constroem um saber sobre o real ao passo que “reconstroem” esse mesmo real. Assim as representações possuem um fim prático, haja vista que agem no mundo e nos outros, num sentido de orientação e controle.

> Denise Jodelet (Op. Cit.) ainda nos lembra que uma representação é sempre representação de algo construída por alguém. Assim, por ser um conhecimento prático não se constitui num simples reflexo do real, uma imagem ou uma opinião, mas uma atividade de construção e de reconstrução do real (JOUDELET, 2004, p. 110).

Moscovici (2005), nesse sentido, sugere que a representação social é um tipo de conhecimento construído coletivamente com um fim prático, num mundo onde as realidades são compartilhadas, portanto, produz-se pela interação e pela comunicação entre os sujeitos e implica-se pelas diferenças que se firmam no interior dos processos sociais.

A mudança de interesses dos sujeitos pode fazer fruir novas representações. A influência das representações é sempre dirigida à sustentação ou a alteração de outras representações. Assim, as representações são repensadas e reapresentadas pelos sujeitos.

Considerando, portanto, que o senso comum e os sujeitos têm uma centralidade na construção e reconstrução das representações sociais e que a articulação entre estes estabelece uma nova relação com a objetividade social, uma vez que, na configuração dessa teoria, ao nível do simbólico e do ideal-subjetivo é conferido um *status* de "ontologia". E é exatamente em cima desses aspectos contidos na teoria das representações sociais que a voga pós-moderna capilariza sua "relação" com o estudo em torno das representações e do simbólico, visto que, "[...] o mundo simulacional pós-moderno baseia-se na suposição de que o desenvolvimento da produção de mercadorias, aliado à tecnologia da informação, levou ao triunfo da 'cultura da representação' [...]" (FEATHERSTONE, 1995, p. 23).

A essa altura cabe retomar Netto (2010)[113] quando afirma que pouco coube de novo às elaborações pós-modernas, pois, quase tudo que está articulado em seu interior é resultado da elaboração teórica de outrem. Como até aqui pudemos observar, o papel do pós-moderno foi capilarizar a seu favor o que já estava escrito de forma difusa. Nesse sentido, enfatizando como uma de suas principais características o pastiche, a mais pura imitação e colagem de estilos[114].

Já acerca da análise institucional, também observada dentre as produções por nós analisadas como método de análise. Apresentamos as argumentações presentes na tese que analisamos de Bisneto (2001), para quem se configura como um dos problemas metodológicos do Serviço Social a não incorporação das correntes da análise institucional "[...] que fazem a mediação entre os temas básicos em Saúde

---

[113] Notas de aula. Disciplina "Modernidade e Pós-modernidade" ministrada pelo Prof. Dr. José Paulo Netto, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social – UFRJ, no ano de 2010.

[114] Conforme Moisés (2004, p. 342), o pastiche "[...] designa uma obra literária que imita servilmente outra ou mistura canhestramente trechos de várias procedências".

Mental e a discussão da sociedade de classes" (p. 40). O que, ainda segundo o autor, estabelece uma espécie de vazio metodológico no interior da profissão. Partindo desse pressuposto Bisneto (2001) propõe "[...] uma articulação entre os objetos do Serviço Social e da prática psiquiátrica, através da análise institucional" (p. 40). E, para tanto, articula as elaborações de Albuquerque (1986) - alicerçadas nas proposições althusserianas - e de Weisshaupt (1998).

Para elucidarmos a discussão sobre a análise institucional segundo Althusser (1992), referencial dos autores que fundamentam essa discussão na tese em questão, retomamos o entendimento, desenvolvido no primeiro capítulo, que as relações sociais se dão mediante certas condições materiais, sendo estas condições dominantes teremos no plano do pensamento a reprodução dessas relações dominantes em ideias dominantes, ou seja, a expressão ideal dessas relações. Assim, a classe materialmente dominante torna-se espiritualmente dominante. No entanto, essas ideias não chegam aos indivíduos como ideias da classe dominante, o que ocorre é que elas encontram na realidade objetiva uma correspondência e a imediaticidade da vida cotidiana impede que esses indivíduos abstraiam essas ideias e as assimile. Pois, aparentemente essas ideias dão as respostas ou as explicações necessárias acerca da realidade, haja vista que detém um sentido e esse sentido é partilhado nas relações sociais.

Põe-se aqui a questão da ideologia, que para Althusser (1992) não se trata de uma questão de ideias, mas sim de práticas, reproduzidas por aparelhos ideológicos, isto é, pelas instituições. Assim, o autor irá tratar da reprodução das relações de produção numa reprodução da submissão (assujeitamento) do indivíduo à ideologia dominante.

O referido autor infere a noção dos aparelhos ideológicos do Estado[115] e, nesse sentido, assinala "[...] certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas" (p. 68). E o que ele propõe é a análise do conjunto dessas instituições, quais sejam: a igreja, a escola, a

[115] Althusser (1992) estabelece a diferenciação entre os aparelhos ideológicos do Estado e os aparelhos repressivos do Estado, este último visa assegurar a coesão social e manter o *status quo* primordialmente por meio da força/violência (polícia, prisões, tribunais e etc.) enquanto os primeiros operam prioritariamente por intermédio da ideologia. Cabe esclarecer que os aparelhos repressivos têm o emprego da violência como elemento prioritário, entretanto, operam secundariamente por meio da ideologia. No caso dos aparelhos ideológicos essa relação se inverte: o elemento prioritário para seu funcionamento passa a ser a ideologia e a violência é acionada de forma secundária e atenuada.

família, os meios de comunicação, a justiça, a política, as empresas e etc. E o que importa para ele é saber o funcionamento delas. Ainda para o mesmo autor, essas instituições operam por meio da ideologia, à medida que atuam no sentido da manutenção da ordem vigente e tem como objetivo central garantir a coesão social, normatizar e regular as práticas sociais e o comportamento dos indivíduos.

Althusser (1992) assinala a centralidade da ideologia no funcionamento das instituições, uma vez que para o mesmo, é por meio dessas instituições que a ideologia dominante se reproduz à medida que são elas que apresentam aos indivíduos os códigos, os rituais, os costumes, os comportamentos normatizados, as rotinas, as práticas. E estes indivíduos inseridos e em contato com estes valores e normas se convertem às práticas instituídas e reguladas pelos aparelhos ideológicos do Estado.

Para Althusser (1992) o que ocorre na sociedade é a interpelação ideológica dos sujeitos, o processo de assujeitamento – nessa medida a ideologia é vista como uma prática com fins de interpelar os indivíduos e sujeitá-los a ordem dominante; uma intermediação entre a representação imaginária do mundo e as condições reais de existência desses sujeitos. Pois a ideologia para o autor se apresenta como uma ilusão e uma alusão a algo, visto que configura uma transposição imaginária dos indivíduos de suas condições reais de existência. Portanto, a ideologia para ele não converge ao sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas às relações imaginárias desses indivíduos. E o “homem sempre tem vivido sobre relações sociais ideológicas [...] e são sempre sujeitos, quer dizer, sujeitos-já-sujeitados por uma ideologia” (ALTHUSSER, 1992, p. 93).

Nessa perspectiva o autor reafirma que a ideologia não se trata de “uma questão de ideias”, mas de uma estrutura concreta (perspectiva estrutural-funcional) que se impõe e influenciada por esta os indivíduos se sujeitam. Sendo o papel das instituições o de reprodução dessas ideologias e o discurso uma das formas de realização delas.

Considerando as contribuições de Albuquerque (1986) acerca da análise institucional temos a proposta de análise tripartite, entendida por Bisneto (2001) como uma ampliação da proposição de Althusser (1992)

> É bem evidente que qualquer comportamento ou conjunto de comportamentos concretos, qualquer que seja a unidade de análise, pode ser

> interpretado alternadamente dos pontos de vista econômico, político e ideológico (p. 76).

Ainda creditado a este autor a extração das “categorias” [116] institucionais de análise, como objeto, âmbito e saber e ainda as categorias de nível organizacional e técnico: objeto da prática, produto e instrumental.

Na tese que analisamos essas “categorias” apresentam-se como as categorias de análise do estudo, como demonstra a citação a seguir.

> Partindo das categorias de objeto da prática, produto e instrumental, iremos estudar três outras categorias de análise ligadas às primeiras: o objeto institucional, o âmbito institucional e o saber institucional (BISNETO, 2001, p. 85).

Nesses termos, considerando o nível institucional temos o objeto institucional – entendido não como um objeto material, mas, “[...] imaterial, impalpável, de caráter abstrato e indeterminado [...]” (WEISSHAUPT, 1988 apud BISNETO, 2001, p. 85); o âmbito institucional – compreende o conjunto de todas as relações sociais em que a instituição encontra o seu objeto de prática, ou seja, tem reconhecido saber sobre como transformar esse objeto segundo o próprio projeto institucional. “[...] O âmbito institucional compreende as relações sociais e práticas sociais concretas que sustentam o objeto institucional” (p. 88); e o saber institucional – é o saber dos atores institucionais sobre o objeto, que legitimam a atuação, intervenção e transformação dos objetos da prática em produtos da prática institucional.

Uma questão nos chama a atenção nessas elaborações e que gostaríamos de destacar:

a) As particularidades do objeto institucional para o método em questão - “O objeto institucional não preexiste à instituição, é a ação institucional que constitui o objeto.” (WEISSHAUPT, 1988 apud BISNETO, 2001, p. 85) “[...] O objeto institucional é a concepção sobre a objetivação de uma teleologia [...]” (BISNETO, 2001, p .85).

> Para o agente institucional, o objeto jamais se esgota na sua materialidade; sempre conserva seu caráter abstrato e indeterminado que, na retórica institucional, se formula geralmente em termos de ‘objetivos’ ou ‘finalidades’ (ALBUQUERQUE, 1987 apud BISNETO, 2001, p. 85).

---

[116] O emprego das aspas aqui se deve ao fato de que compreendemos que esses elementos apresentados por Albuquerque (1986) se tratam de conceitos e não de categorias, tal como entendidas e articuladas no interior da tradição marxista.

Aqui fica claro o apelo ao esvaziamento e o distanciamento, no trecho destacado, da dimensão ontológica da análise institucional, quando os objetos institucionais, inscritos no corpus da instituição, são demarcados por sua imaterialidade e sua indeterminação. O objeto da instituição não é e sim se apresenta como um vir a ser. E mesmo quando ele de fato é, resguarda ainda assim o seu caráter imaterial e vincula-se a "retórica institucional", ou seja, a bem da verdade se reapresenta enquanto discurso – semiologização da realidade, uma das investidas pós-modernas.

No tocante as reflexões pós-modernas acerca das instituições nos referimos a Lyotard (2004), que afere que estas limitam o livre desenvolvimento dos jogos de linguagem, restringindo a criatividade dos participantes – na relação dos golpes e contragolpes que instituem a produção de novos enunciados. E o fazem exercendo pressão sobre esses jogos de linguagem, operando como filtros sobre os poderes dos discursos, interrompendo as conexões possíveis sobre as redes de comunicação, cujo limite extremo desta tendência é a burocratização. Elas, as instituições,

> [...] privilegiam certos tipos de enunciados, por vezes um único, cuja predominância caracteriza o discurso da instituição: há coisas que devem ser ditas e maneiras de dizê-las. Assim, os enunciados de comando nas forças armadas, de prece nas igrejas, de denotação nas escolas, de narração nas famílias, de interrogação nas filosofias, de desempenho nas empresas [...] (LYOTARD, 2004, p. 31-32)[117].

Desse modo, observamos a convergência de ideias no tocante ao entendimento das instituições como um aparelho reprodutor de ideologias e o discurso como a forma de realização da ideologia, tanto nas elaborações de Althusser quanto nas elaborações pós-modernas de Lyotard. É importante destacar que o segundo não fala em reprodução ideológica refere-se à reprodução e controle dos discursos operados nas e pelas instituições, entretanto, na mesma perspectiva de reprodução da dominação institucional.

Não queremos dizer que a análise institucional capitula em favor da voga pós-moderna ou forçar uma relação entre ambas, mas que está última se conecta e toma para si as elaborações que a aprovem e isso só é possível porque se estabelecem entre elas mediações de contiguidade.

---

[117] Contudo, afirma Lyotard (2004), que esses limites institucionais não são nem absolutos e nem estabelecidos – mesmo quando são instituídos formalmente. São "[...] o resultado provisório e a disputa de estratégias linguagem travadas dentro e fora da instituição" (p. 32).

Agora nos referindo ao paradigma da complexidade enquanto método de análise, presente no conjunto de teses que analisamos, destacamos as elaborações de Edgar Morin (2000) para quem o modelo iluminista de fracionamento da realidade com vistas a sua compreensão – hiperespecialização da ciência (separação dos problemas e divisão em disciplinas)[118] e do trabalho – entra em crise dada as sucessivas transformações societárias que vem ocorrendo e o que tem tornado as sociedades cada vez mais complexas.

Para Morin (2000) esse paradigma, embora não assuma e nem anuncie, o princípio da não contradição, as concepções lineares do tempo e de causalidade, a validação empírica do conhecimento, da divisão dos problemas em questões mais simples – por isso, a denominação de paradigma da simplificação – não disciplina apenas a ciência, mas também a organização do trabalho e a visão de mundo nas sociedades ditas desenvolvidas. E se apresenta como a única forma possível e inteligível de apreender o real e de organizar a ação dos homens no mundo – uma espécie de segunda natureza.

Entretanto o próprio desenvolvimento da ciência põe em questão o paradigma da simplificação – o paradigma da complexidade emerge das fissuras abertas por esse processo de crise. Nesse processo se veem contestadas as tradicionais concepções de objetividade, das leis científicas, das determinações causais e as próprias barreiras criadas entre as diferentes disciplinas. Demonstrando o quão complexa é a realidade e como o paradigma da simplificação não dá conta de explicá-la.

A partir do paradigma da complexidade Morin (2005) propõe um método e uma teoria para construção do saber e para o desenvolvimento da ciência que busca elucidar a profundidade da realidade e do pensamento complexo, assinalando a possibilidade de construção de um conhecimento polissêmico, inter, multi e transdisciplinar. O que propõe, segundo o próprio autor, é uma nova forma de pensar cientificamente a realidade e de acolher a sua complexidade.

E a complexidade é entendida por ele como

---

[118] Segundo Morin (2000) a especialização excessiva das ciências tem impedido que elas se comuniquem entre si e que a enorme quantidade de conhecimento produzido por elas seja capaz de produzir uma visão global da realidade e que nessa dimensão possa ordenar e intervir nas grandes questões da humanidade. Tudo isso produz uma “inteligência cega”, um conhecimento sem consciência de si e incapaz de elaborar uma visão do todo.

> [...] um problema, é um desafio, não é uma resposta. [...] Num primeiro sentido a palavra complexus significa aquilo que está ligado em conjunto, aquilo que é tecido em conjunto. E é este tecido que se deve conceber. Tal como a complexidade reconhece a parte da desordem e do imprevisto em todas as coisas, também reconhece uma parte inevitável de incerteza no conhecimento. É o fim do saber absoluto e total. A complexidade tem a ver, ao mesmo tempo, com o tecido comum e a incerteza (MORIN, 2000, p. 495).

Enquanto no paradigma da simplificação o núcleo central firma-se nas certezas indubitáveis, no paradigma da complexidade Morin (2005) aponta para as incertezas, provenientes da diversidade e da complexidade do próprio homem e do mundo – estes se modificam, se multiplicam e se reinventam.

> Ninguém pode basear-se, hoje, na sua pretensão ao conhecimento, numa evidência indubitável ou num saber definitivamente verificado. Ninguém pode construir seu conhecimento sobre uma rocha de certeza. A minha pesquisa de Método parte, não da terra firme, mas do solo que desmorona. O fundamento deste trabalho é a perda do fundamento científico, a ausência de qualquer outro fundamento, mas não o nada. A situação dos conhecimentos científicos, de que se alimenta essencialmente a minha investigação, não constitui a sua 'base'. É a transformação desses conhecimentos que constitui o seu motor. As ideias destrutivas tornam-se aí ideias reconstrutoras" (p. 79).

Tais questões apontadas na teoria/método do paradigma da complexidade aparecem com nitidez nas duas citações de uma das autoras das teses que analisamos e passamos expor a seguir.

> [...] tentei juntar o que foi ‘desconjuntado’, e para tal, segui costurando os principais fios lançados pelo paradigma da complexidade, entre eles, a inseparabilidade do ser e do conhecer. Apresento o conhecimento como conhecimento direto que provêm do conhecimento de si, da força da emoção e da intuição [...] A ideia dessa construção se inspira na imagem de rede hipertextual e suas várias entradas cuja estrutura assegura uma autonomia/dependência entre todos os fios que compõem os caminhos do pensamento, cuja trama se torna mais vigorosa a partir de uma sexta parte que emerge de toda esta discussão: as serendipidades[119] (ARRUDA, 2003, pp.17-19).

Nessas, é possível identificar claramente a tomada do paradigma da complexidade enquanto método da análise, bem como algumas questões postas no centro das elaborações pós-modernas: a própria “reforma do pensamento” sustentada por Morin (2005); a hipertextualidade – fruição dos diversos discursos, numa “pluralidade” de vozes que se inscrevem no campo das estruturas dialógicas

[119] Serendipidade se refere em sua origem às felizes descobertas, aparentemente, por acaso. E na atualidade remete a uma forma especial de criatividade.

(LYOTARD, 2004); a total liberdade para o pesquisador; e as serendipidades que se põem na ordem da expansão do potencial criativo do pesquisador na construção dos conhecimentos (SANTOS, 1989).

3.4 As Análises das Inflexões Pós-modernas a partir das principais categorias de análise

> Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.
>
> *Karl Marx*

Para que possamos desenvolver a discussão a que nos propomos nesta parte de nosso trabalho é preciso estabelecer algumas diferenciações entre as concepções de **categoria** e **conceito**, tendo em vista os usos que são feitos de maneira indistinta e equivocada de ambas.

Assim sendo, e considerando nossa perspectiva teórico-metodológica, partimos do entendimento de que a(s) **categorias** exprimem formas de ser e determinações de existência, cujo resultado de seu movimento é o mundo (MARX, 1986). Por serem essencialmente históricas, as categorias possuem uma estrutura objetiva e constituem na articulação interna dos fenômenos. Essa característica as torna entidades não fixas, eternas e imutáveis, são transitórias e encontram sentido e inteligibilidade no marco da sociedade da qual são a expressão. São objetivas e reais, porém, abstraídas[120] pelo pensamento para serem reproduzidas teoricamente, assim, demonstrando também a sua reflexibilidade.

As categorias trazem consigo uma dupla dimensão: a ontológica – formas de ser presentes no real e que existem no mundo objetivo independente do conhecimento do sujeito cognoscente; e a reflexiva – mediada pela razão para representar o mundo

[120] A abstração aqui é entendida a partir do referencial marxista para o qual ela consiste na "[...] capacidade intelectiva que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável" (NETTO, 2011b, p. 44).

objetivo. Ressaltando a primazia da dimensão ontológica da realidade, haja vista que o conhecimento sobre qualquer objeto desse mundo objetivo existe em decorrência e em relação a uma substância real sobre a qual a razão se ocupa.

As categorias, também, podem ser simples ou complexas:

> As categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo, que se acha expresso mentalmente na categoria mais concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada. [...] Desse ponto de vista, pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido [...] Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo (MARX, 1986, p. 15).

Ao nos filiarmos à perspectiva de Marx (1986), que considera a sociedade burguesa, como a forma de organização histórica mais desenvolvida e, ao mesmo tempo, a mais diferenciada do ponto de vista da produção, corroboramos com o entendimento de que é nesse tipo de sociedade que se encontra o conjunto mais complexo de categorias já existentes.

Os fenômenos na sua forma acabada, tais como apresentados no plano da superfície ou da imediaticidade - campo das representações e dos conceitos correspondentes -, não revelam o seu núcleo interior próprio, a sua essência - onde está inscrito o conjunto de suas categorias, relações e articulações internas. É preciso submetê-los ao tratamento histórico-dialético, indo do abstrato ao concreto, da aparência à essência. Essa que é a condição para se encontrar a manifestação e a essência das coisas. Não há como apanhar e compreender as múltiplas mediações de uma dada organização, sem buscar encontrar a articulação de suas categorias e de seus fenômenos.

> [...] em toda categoria econômica se revela uma determinada relação entre os homens num determinado nível de sua evolução social e de que essa relação se torna consciente e conceitual faz com que o movimento da sociedade humana possa, enfim, ser compreendido em suas leis internas e, ao mesmo tempo, como produto dos próprios homens e das forças que surgiram de suas relações e escaparam do seu controle (LUKÁCS, 2003, p. 88).

As categorias nos permitem, a partir da apreensão de suas mediações, conhecer as particularidades e as singularidades de determinadas manifestações da realidade[121].

Num outro sentido, os **conceitos**, por sua vez, são aqui entendidos como os resultados de processos de abstração, que decorrem de uma atividade intelectiva que tem como ponto de partida efetivo o real concreto. Não se reduzindo às questões de associação, de tendência, de imagética ou de inferência, os conceitos são formulados pelos indivíduos a partir de suas experiências concretas com o mundo, do confronto com novos objetos, objetivos e tarefas que os leva a expandir suas capacidades de elaboração conceitual.

> Entre os momentos do conceito, figura igualmente a atividade prática. O conceito brota dessa atividade, já que é através dela que entramos em contato com o mundo e que o sensível faz parte da prática. E volta a ela, pois o pensamento abstrato, o conceito, tem por 'finalidade' e verdade suprema a prática, a ação. (LEFEBVRE, 1983, p. 223)

Nessa medida, não há um movimento autônomo dos conceitos, eles partem da concretude do mundo. Quando o pensamento se afasta dessa concretude o que produz é especulação. Os conceitos se constituem como representação mental, como reprodução, construída a partir das coisas existentes no mundo. Os conceitos, diferentemente das categorias, não possuem a dimensão ontológica. Eles referem-se ao mundo sensível a partir de processos de abstração, portando significados únicos e se inscrevendo enquanto generalidades.

> O conceito, num certo sentido, é abstrato; é um pensamento. É alcançado a partir do imediato, da impressão sensível e do conteúdo. Por um lado, a abstração abandona uma parte do conteúdo, reduzindo-o a um aspecto, a um elemento [...] Mas, por outro lado, o pensamento que se eleva do imediato ao conceito não se afasta do real (se é que se trata de um pensamento verdadeiro), mas dele se aproxima. [...] Assim, o conceito de matéria em geral (não a matéria deste ou daquele corpo) é um pensamento; para formá-lo, é preciso superar o imediato, a aparência, e descobrir já a unidade essencial dos fenômenos, sua conexão, que não 'aparece' imediatamente. Mas, o conceito de matéria não é apenas um pensamento. Os que o reduzem a essa característica, como os idealistas (BERKELEY,etc.) não apreendem o movimento do pensamento (LEFEBVRE, 1983, p. 223).

---

[121] A tradição marxista no esforço de entendimento da dinâmica interna da sociedade burguesa apanha como categorias centrais: a totalidade, a negatividade, a contradição e a mediação.

Diante e a partir dessas diferenciações fundamentais entre categorias e conceitos é que nos voltamos e retomamos à/a reflexão sobre o movimento pós-moderno. Este que reduz a realidade ao conceito sem reconhecer que o ponto de partida para a construção do próprio conceito é a realidade. O movimento pós-moderno supervaloriza o imediato e o significado das coisas, afastando os conceitos articulados no interior de seu discurso da materialidade e da essencialidade da vida social.

Esse entendimento das diferenciações nos é fundamental, haja vista que, no conjunto dos trabalhos que analisamos, observamos várias situações: aquelas (reveladas na maioria das teses) em que em que conceitos são apresentados como categorias de análise das investigações; aquelas (outro conjunto significativo dos estudos) em que as categorias são destacadas pelos autores como eixos de análise; e, ainda, aquelas (um número menor de trabalhos) em que foi possível identificar a articulação de categorias de análise, apesar de não serem devidamente destacadas por seus autores.

Considerando as **categorias centrais** que se articulam na fundamentação **das teses analisadas** assinalamos: trabalho, gênero, democracia, poder, política, patriarcado, mediação, ideologia, capital financeiro e alienação. E considerando os **conceitos centrais** que foram articulados no conteúdo **dos trabalhos** e a partir dos quais os autores estruturam suas análises destacamos: representação social, empoderamento, simbologia, globalização, neoliberalismo, obesidade, raça/etnia, sofrimento, conectividade, acessibilidade, sincronicidade, diretividade política, solidariedade, vulnerabilidade, risco social, exclusão social, identidade, subjetividade, juventude, memória, modos de vida, desenraizamento social, rede, saúde, tecnologia, adoção e violência.

Cabe esclarecer que a equiparação entre categorias e conceitos, em alguns trabalhos, ocorreu de forma imediata/direta – quando os autores denominam de categorias os conceitos –, e de forma indireta – quando os autores não “sustentam” suas análises a partir de categorias ontológico-sociais e sim apenas por meio da articulação de conceitos. Neste último caso – o da equiparação indireta entre conceitos e categorias –, vale ressaltar, alguns autores pairam majestosamente no universo de elaboração e de “sustentação” das ideias pós-modernas, como: rede, identidade, empoderamento, modos de vida e etc. Vejamos:

> Partindo das **categorias de objeto da prática, produto e instrumental**, iremos estudar três categorias de análise ligadas às primeiras: **o objeto institucional, o âmbito institucional e o saber profissional** (BISNETO, 2001, p. 85).
>
> Daí a importância da apreensão teórica da **categoria de análise 'rede dinâmica'** como um 'paradigma de conhecimento', um instrumento das **redes** de significados e como metáfora, cujos pressupostos contribuem para traçar um caminho com vistas ao entendimento do real contemporâneo (ALMEIDA NETO, 2004, p. 28).
>
> Os dados da pesquisa nos levaram a centrar a análise no **desenraizamento pessoal e social de sujeitos** que viveram a situação de interrupção do vínculo com o filho (GUEIROS, 2005, p.14).
>
> **As categorias-chave** desenvolvidas foram: **conectividade, acessibilidade, sincronicidade e diretividade política** (Souza, 2005, p. 33).
>
> Nossa análise propõe acionar a perspectiva da espacialidade às outras categorias que ordinariamente são utilizadas nos estudos de populações de modo geral e, em específico, as que atravessam as concepções de solidariedade e reciprocidade, tais como **coesão social, laço social, pertencimento, empregabilidade e exclusão social** (NOVAIS, 2004, p. 19).

Mesmo que os conceitos se refiram a algo real - que existe no mundo sensível -, há mediações entre esse real e um conceito que lhe corresponda; um não significa necessária e exatamente o outro. É na apreensão do objeto concreto que se torna possível a exposição de seu conceito e quando este é autonomizado de sua base material resulta daí a articulação do idealismo e do pensamento especulativo.

> Somente mediante a investigação do objeto em seus nexos externos e internos, desvendando seu "invólucro místico", que o movimento do conceito pode ser exposto, mesmo que para tanto o movimento não obedeça à ordem cronológica do objeto, desde que, no entanto, esteja pressuposta a todo o momento (BRITO, 2011, p. 13).

E nessa relação não é a ideia que pressupõe ou determina o mundo concreto, mas, exatamente o contrário. "Em torno do objeto pairam as ideias e não em torno das ideias pairam o objeto, logo não é a consciência que determina a existência, mas a existência que determina a consciência" (BRITO, 2011, p. 22). Nesse sentido, parece-me que ao partir dos conceitos para explicar a realidade e não das categorias que a estruturam, verifica-se uma inversão idealista. E nos termos das elaborações pós-modernas essa inversão se dá na subsunção do real em seu significado.

Para que se possa apreender o real em sua complexidade, é preciso partir de sua concreticidade, apanhando as categorias que exprimem sua forma de ser e suas determinações de existência, indo de sua aparência à sua essência.

Essa é uma perspectiva que largamente se diferencia da proposta pelos pós-modernos, que acreditam que é possível se explicar/apreender o real apenas por seu significado até mesmo porque estes reduzem a realidade a signos e ao sentido que o indivíduo confere aos objetos. Vejamos o que dizem:

> [...] é menos útil neste contexto falar em termos da ideia de base-superestrutura de 'articulação' e, em vez disso, considerar cultura como parte integrante da economia [...] O novo regime de acumulação (isto é, o modo de produção econômico) está se tornando cada vez mais um regime de significados (ou seja, um modo ou paradigma cultural) [...] Os meios de produção isto é, as relações de produção [...] não são agora mediadas com tanta frequência pelos materiais de produção; são, em vez disso, questões de discurso, de comunicação entre patrões e empregados (LASH, apud, KUMAR, 1997, p. 128-129).

O pós-moderno em suas explicações acerca do mundo e das coisas existentes nele resume/subsume o referente (concreto) ao seu significado. Opera no sentido da desmaterialização da vida social e da desreferencialização do real, e coloca no centro de seus debates a relevância e precedência de signos, de ideias, de comunicação e não o mundo objetivo.

Como expressão dessa perspectiva, tem-se a arte conceitual que

> [...] dá um passo a mais em direção ao vazio pós-moderno: desmaterializa a arte ao dar sumiço em seu objeto. Grandes ou pequenas, boas ou más, pinturas e esculturas são supérfluas. Só interessa a ideia, a criação mental do artista registrada num esboço, esquema ou frase. Frases: se a arte é linguagem (forma para representar alguma coisa), ela pode ser reduzida a frases simples e diretas que valham por um objeto [...] em 1968 Sol Le Witt escreveu: 'Um trabalho artístico deve ser compreendido como um fio condutor da mente do artista para a mente do espectador.' Em vez de contemplar o objeto pronto, o público deve ativar a imaginação para visualizar o que está sendo proposto pelo artista numa frase, num diagrama (SANTOS, 1986, p. 50-51).

Daí a importância da informação e de todo empenho tecnológico na e para a "criação de uma nova realidade", desmaterializada na medida certa para o distinto "homem pós-moderno" (KUMAR, 1997).

Proudhon (1843 apud MARX, 2001) já apontava que não existe "história segundo a ordem do tempo", mas, apenas "a sucessão de ideias no entendimento"

(uma sucessão lógica). Proudhon acreditava que se pode construir o mundo pelo movimento do pensamento e que se pode reduzir tudo existente nele, à força da abstração, a um conjunto de ideias.

Marx (2001) assevera que quando não se visa apreender o movimento histórico das relações sociais – conferindo às categorias apenas o estatuto de expressões teóricas, pretendendo nelas ver apenas ideias, pensamentos espontâneos e independentes das relações reais – nos vemos obrigados a assinalar que a origem desses pensamentos é o próprio movimento da razão pura.

Nessa medida, podemos apontar que no conjunto de teses que analisamos temos dois subgrupos no tocante aos elementos estruturais de análise: aquele cujos trabalhos se aproximam de uma análise ontológico-social de seus objetos de estudo – mediante a elucidação da realidade pesquisada sustentada pelas categorias que exprimem sua forma de ser e as determinações de sua existência e, assim, apreendendo-a na sua forma complexa/mediada/essencial; e aquele outro cujos trabalhos se distanciam desse tipo de análise e operam uma análise epistemológica do real – se aproximando da perspectiva pós-moderna de “apreensão” da vida social, numa direção superficial/imediata/aparente.

Tomar a realidade na sua forma aparente é construir acerca dela uma representação reduzida a determinações abstratas, é fazer coincidir sua aparência e essência, o que torna o método científico algo supérfluo. Talvez, em razão disso, é que os pós-modernos insistam tanto em afirmar que as coisas são como elas se apresentam.

> [...] essa realidade nada mais é do que outro conjunto de representações ou imagens – simulacros, para usar o termo de Jean Baudrillard [...] Nessa concepção, cultura e sociedade tornam-se mais uma vez, uma única coisa [...] Não há distinção, ou distância, entre o ‘significador’ (a imagem) e o ‘referente’ (a coisa ou realidade externa que supostamente representa). Cada um invade o espaço do outro, ambos assumem a função do outro. A imagem, ou ilusão, imita o real e o real é ilusório, composto de imagens. O real é tão imaginado como o imaginário (KUMAR, 1996, p. 129).

O sentido ideológico do pós-moderno, dado e construído a partir do aparente, obscurece o conjunto de contradições que se inscrevem na realidade, bem como nos arranca o sentido concreto de nossa existência no mundo e do processo de exploração/dominação presente na ordem do capital. Se tudo é um simulacro, produto de nossa imaginação, não há exploração na sociedade capitalista, não há luta de

classes, tudo é cultural e depende da representação que elaboramos e do sentido que projetamos acerca dela. Tudo se torna “uma questão de perspectiva.” E é a partir da tomada dessa ilação como verdade que hoje muitos teóricos, capitalistas e políticos advogam o “fim do trabalho”, o “fim da ideologia”, o “fim das metanarrativas” e o “fim da história”, decretando a morte de quase tudo ao mesmo tempo em que, por outro lado, naturalizam/eternizam o sistema de produção capitalista e a barbárie intrinsecamente vinculada a ele. Nada mais propício para aqueles que almejam manter os altos níveis de exploração e um baixo nível de resistência.

3.5 As Análises das Inflexões Pós-modernas a partir das referências bibliográficas

É possível inferir que a literatura do Serviço Social vista como
núcleo de resistência crítica vem sofrendo investidas
neoconservadoras e nós não sabemos os limites da tensão
gerada nesse conflito
Luciana Cantalice

Quando nos propomos a levantar as referências bibliográficas que balizaram a construção das teses que investigamos não é apenas para indicar os autores que se inserem no campo pós-moderno e que foram ou não citados nos respectivos trabalhos, embora, alguns desses dados estejam presentes em nossas análises. O nosso objetivo maior é assinalar de que forma esses referenciais aparecem e contribuem para a sustentação teórico-metodológica dos trabalhos e como as teses defendidas por eles incidem sobre o quadro de análise da realidade pesquisada.

Antes, porém, de apresentarmos a discussão desses dados, faz-se necessário observar algumas questões gerais que vêm sendo colocadas acerca da produção do conhecimento em Serviço Social.

Mota (2013) ao conferir ao Serviço Social brasileiro o *status* de área de conhecimento, considera a sua produção e a sua dimensão intelectual, que o vem particularizando em âmbito continental e mundial. Esse acúmulo tem implicado na

perspectiva de “superação” dos imediatismos da intervenção, tendo em vista a contribuição dada por sua literatura à formação de uma massa crítica, imediatamente conectada à formação de uma cultura teórico-política que se contrapõe a ordem dominante. Por fim, demarcando um protagonismo intelectual do Serviço Social Brasileiro.

> [...] evidências desse protagonismo [...] a natureza das comunicações científicas nos eventos latino-americanos e mundiais, a ampliação das citações de autores do Serviço Social em produções das ciências sociais e humanas e o crescimento da demanda pelos Programas de Pós-graduação em Serviço Social de outras áreas do conhecimento (MOTA, 2013, p. 01).

A produção do conhecimento em Serviço Social, ainda segundo Mota (2003), na particularidade brasileira, se firma como um núcleo crítico e de resistência teórico-política às investidas conservadoras e neoconservadoras que capitulam em favor de um amoldamento a ordem vigente, dentre elas, as elaborações pós-modernas. E ao mesmo tempo “[...] ao se constituir numa área de conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da constituição de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social” (MOTA, 2013, p. 03).

Em termos gerais, concordamos com o posicionamento e a compreensão da referida autora, sobretudo, no que tange ao protagonismo intelectual e a afirmação da literatura do Serviço Social como núcleo crítico de resistência. Em termos absolutos, a produção do conhecimento em Serviço Social – que constituiu o universo de nossa pesquisa –, vincula-se ao entendimento da realidade em sua dimensão complexa, concreta, histórica, mediada e dialética, e aponta em suas elaborações a necessidade de que suas reflexões sirvam para instrumentalizar a prática profissional na direção social crítica e estratégica apontada pelo atual projeto ético-político profissional. Todavia, a nossa pesquisa revela que essa resistência crítica possui seus pontos de tensão e um deles, objeto de análise no presente ponto de nossa tese, é a incorporação de um referencial bibliográfico que traz em seu interior articulações pós-modernas – desde as livres associações referenciais à incorporação dos autores pós-modernos e, obviamente, de suas teses pós-modernas – que incidiram no processo de sustentação teórico-metodológica dos trabalhos que analisamos. Nessa direção, então, vejamos os dados e as reflexões que passamos a expor:

Em larga medida observamos nas teses a articulação livre de autores e obras das mais diversas matizes teórico-metodológicas, como explicitadas no trecho retirado de uma das teses que assinalamos e analisamos: “As relações de classe têm como referencial **François Dubet** e as desigualdades multiplicadas, **Manuel Castells** e o informalismo, **Zygmunt Bauman** e a modernidade líquida” (RODRIGUES, 2005, p. 19).

Ora, aqui é possível se observar que a autora toma como referencial teórico da análise acerca das classes sociais um autor que problematiza a discussão de classe a partir das desigualdades multiplicadas, dando ênfase a heterogeneidade e a individualidade na sociedade (DUBET, 2000), outro autor de inspiração marxista, cujo referencial de análise é a perspectiva macrossocial (CASTELLS, 2002), e um “pós-moderno” que aponta para transição da modernidade à modernidade líquida, em que o debate das classes é liquefeito e o que se tem é a diferencialidade e as questões privadas (BAUMAN, 2001).

Cabe ressaltar que a autora faz esta articulação sem diferenciá-los em suas distintas perspectivas teórico-metodológicas e sem apontar a direção e um sentido para essa livre associação. Notadamente, esse é um traço presente em significativa parte dos trabalhos que analisamos.

Essa composição teórica a que nos referimos não incorre sob a perspectiva do pluralismo ou sob a lógica da crítica a distintas teorias, mas, trata-se da simples e indiscriminada associação como recurso de sustentação de ideias; o que ratifica a tese de permanência de um traço historicamente presente em nossa profissão, o ecletismo. Tal traço pelas mãos das reflexões pós-modernas é caracterizado como relativismo metodológico, “aparentemente” praticado em nome do conhecimento democrático não discriminatório, não reducionista e que não se pronuncia verdade absoluta. Como podemos inferir a partir da citação, que se segue, retirada de uma das teses que analisamos e que incorpora essa perspectiva.

> No início do século XXI, há mais de cem anos dos primeiros escritos de Marx, sua teoria continua viva e inspiradora de inquietações para aqueles que desejam, assim como ele, buscar a superação dos processos que impedem o homem de realizar suas potencialidades e geram a alienação. Porém, há várias vozes emitidas por pensadores de peso no campo chamado de pós-modernismo que, ao apontarem essa fratura provocada pela ausência do debate de questões intrínsecas ao homem, questionam o próprio método de conhecimento do real [...] Os mais expressivos para o Serviço Social Boaventura de Souza Santos e Edgar Morin, embora não sejam os autores escolhidos para compreensão da realidade proposta neste ensaio, são

> leituras fundamentais e trazem contribuições inestimáveis a um debate que deve ser pautado pelo pluralismo (VICENTE, 2005, p. 234).

O pós-modernismo de forma perniciosa discursa sobre a necessidade do pluralismo e, manipulando com as ideias de “valorização das diferentes formas de conhecimento” e de “democracia”, pratica, de forma objetiva, um pseudopluralismo, sugerido no convívio pacífico entre perspectivas teóricas e metodológicas inconciliáveis e disseminado por meio do anarquismo metodológico e do neoirracionalismo.

Reconhecemos a importância de várias teorias e as suas contribuições para elucidação de determinados fenômenos em diferentes áreas do conhecimento. Como, por exemplo, a contribuição das elaborações de Freud para o entendimento da *psique* e da sexualidade – que devem ser observadas mediante efetiva apreensão das mediações com a concreticidade da vida social. Contudo, não compreendemos que seja possível, por exemplo, compatibilizá-la com a direção teórico-metodológica de análise da realidade apontada pelo materialismo histórico-dialético, sem com isso incorrermos no ecletismo.

> Se dizemos que é verdade que a história se explica pela luta de classes, não podemos dizer que é também verdade, como diz Freud, que os conflitos decorrem do aumento da repressão sexual e, como tal, do aumento da agressividade (COUTINHO, 1991, p. 13).

Decerto que poderiam nos perguntar se na obra de Marx não há menção a autores e teses incompatíveis com a teoria social por ele elaborada. Notadamente, se consideradas as elaborações do referido autor que trazem como ponto de partida efetivo autores e teses de campos teórico-políticos distintos. O que dizer da própria dialética discutida nos termos do materialismo histórico e o diálogo com a dialética idealista de Hegel e das leis gerais do modo de produção capitalista construídas mediante diálogo direto com as elaborações de David Ricardo e Adam Smith? Cabe esclarecer, entretanto, que Marx - ao construir sua teoria social e seu método - não parte da compilação ou da associação desses autores, mas da sua crítica exaustiva, seja no campo da economia aos economistas clássicos, seja no campo da filosofia ao idealismo e à metafísica.

Nessa medida, faz-se necessário elucidarmos que quando da pré-análise do conjunto de teses que constituíram o universo de nossa pesquisa, encontramos teses

que continham o recurso a autores pós-modernos. Esses autores, no entanto, são citados e suas teses são debatidas no intuito de problematizar o quadro de análise e, dessa maneira, instrumentalizar a crítica. Esclarecemos que não foi o fato de encontrarmos um autor ou uma reflexão pós-moderna em uma tese que logo determinamos sua inflexão nesse campo, mas o fato de que nesses trabalhos esse tipo de elaboração estivesse articulado como o argumento "factível e inteligível" da análise, ou seja, quando a direção da análise fosse determinada pela perspectiva pós-moderna.

Ademais, a entronização do ecletismo praticado ora pela via do relativismo (nenhum método dá conta de explicar as múltiplas expressões da vida social), da transgressão (composições metodológicas antagônicas) e ora pela articulação do anarquismo metodológico (livre articulação de métodos e teorias) presentes nesse conjunto de trabalhos aponta para a presença de inflexão pós-moderna no interior deles, sobremaneira, quando esse ecletismo associa-se à assimilação apologética de que esse caminho metodológico é o mais coerente e verdadeiro.

Foi possível também identificar nos trabalhos pesquisados o recurso direto a autores pós-modernos com a consequente incorporação e divulgação de suas teses: trabalhos que tiveram suas análises construídas conscientemente em sintonia com o discurso pós-moderno. Como é possível verificar nas citações das teses que se seguem:

> Sensibilizada pelos apelos teóricos de **Edgar Morin** (2000). Disponho-me a pensar a prática da pesquisa a partir do **princípio da complementariedade, no qual se somam as possibilidades de conhecimento** (ARRUDA, 2003, p. 24).

> De tanto refletir e duvidar da autoridade do pensamento positivista (o paradigma da simplificação) compreendi que não poderia mais repetir nem reproduzir compromissos teórico-metodológicos que não eram meus. Passo, portanto, a destacar as possibilidades de reflexão abertas por minha tese de doutorado [...] que se disponham fazer **a reforma do pensamento (MORIN, 2000)** (ARRUDA, 2003, p. 18).

> Pela obra de **Edgar Morin** descubro a necessidade de religação dos saberes, cuja proposta inclui a renovação da razão para que esta seja capaz de pensar a complexidade do mundo atual, a partir da incerteza e do indeterminismo (ARRUDA, 2003, p. 62).

> Sem nos alongarmos na história do pensamento antropológico e suas diversas escolas, temos hoje uma antropologia que tem como objeto de estudo tanto sociedades simples como complexas; sociedades diferentes e distantes daquela do pesquisador com a sua própria. **E uma das questões norteadoras da análise interpretativa é a questão da identidade**

(SANTOS, op. cit.) [...] A diferenciação seria o processo central através do qual a identidade e a diferença produzir-se-iam (SABUHANA, 2005, p. 82-84).

Como pode uma coleção de indivíduos constituir uma sociedade? Com esta preocupação Émile Durkheim (1977) analisou as relações entre o indivíduo e a coletividade e com o laço que se estabelece. [...] Se Durkheim se voltava resolutamente para a física ou para a mecânica no sentido de ilustrar o seu conceito, para Maffesoli (1998) a leitura é que antes a biologia que nos permitiria atingir esta imagem dos nós em fusão. Qualquer que ela seja retenhamos que **existe uma forma de laço social deste tipo, que podemos chamar, como Maffesoli, a <socialidade> e que é apanágio das sociedades tradicionais, pois é de novo observável nas sociedades da pós-modernidade** (NOVAIS, 2004, p. 150).

A respeito desta questão, **Santos** (1996, p.03) afirma: 'Enquanto o conhecimento científico é construído a partir de passos formalmente delimitados (que envolvem a formulação de hipóteses, a observação e/ou experimentação do objeto de estudo, a sua validação ou comprovação, a previsão e aplicação dos resultados) e tem como função principal conhecer a natureza e dominá-la, o conhecimento do senso comum é elaborado a partir dos processos de objetivação e ancoragem, segue uma lógica natural, e tem como funções orientar condutas, possibilitar a comunicação, compreender e explicar a realidade social, justificar a posteriori as tomadas de posição e as condutas do sujeito, e uma função identitária que permite definir identidades e salvaguardar as especificidades dos grupos.' **Vale salientar que as duas formas de conhecimento se constituem em formas de saberes diferenciados, construídas por processos diversos, tendo cada uma delas funções específicas. [...] A questão reside numa diferença entre saberes que foram construídos e não numa hierarquia entre os mesmos** (QUEIROZ, 2004, p. 111).

Fischler trata da dupla inquietude contemporânea: os excessos e os venenos da modernidade. A abundância tornou-se um inimigo. **Intitula '(h)omívoro' o ser humano que, frente a tantas incertezas e inseguranças, consegue se adaptar e se readaptar. A incerteza é postulada como o problema da modernidade**; por um lado, a incerteza e, por outro, a abundância (FELIPE, 2001, p. 50).

Conforme **Featherstone**, a expressão 'estilo de vida' na cultura do consumo contemporânea designa individualidade, auto-expressão e uma consciência de si estilizada. O autor destaca a importância dos aspectos que envolvem o consumo e que não podem ser compreendidos apenas como valores materiais utilitários, **já que o que o norteia são os signos e as imagens que aboliram a distinção entre o real e o imaginário** (COELHO, 2001, p. 29).

Zygmunt Bauman (2001) analisa a **transição da modernidade** definida por ele como **'sólida'**, porque estava sedimentada no território e definida principalmente em termos econômicos, com engajamento e dependência mútua entre capital administração e trabalho, **para a modernidade 'líquida'**, em que o capital está solto, extraterritorial, volátil, inconteste, são oferecidas várias possibilidades e oportunidades, impossíveis de serem realizadas, e como nada está determinado completo, definitivo, aumentam as incertezas e as ameaças de desestruturação, fragmentação e desarticulação. Se na modernidade sólida o trabalho é considerado como principal valor, como organizador da moral e da ética da sociedade, facilitador do aumento da riqueza e da eliminação da miséria e o estar sem trabalho é visto como anormalidade, **na modernidade líquida o trabalho perde a centralidade e não se constitui em eixo seguro para construção de identidades e**

> **projetos de vida, deixando de ser o fundamento ético da sociedade e da vida individual** (RODRIGUES, 2005, p. 87).

> Partimos do pressuposto de que o social se constrói do individual para o coletivo através do movimento que desencadeia seus agentes, das energias e interesses dos agentes para o todo, em que todos têm sua força e construção social se dá por isso. [...] 'A empresa, como outras instituições, acolhe e constrói subjetividades. **Já que condiciona todas as outras, a produção contínua de subjetividades será provavelmente considerada, no próximo século, a principal atividade econômica**' (LEVY, 1998, p. 21) (ALMEIDA NETO, 2004, p. 33-34).

> **A dialógica permite assumir racionalmente a associação de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo** [...] o pensamento complexo assume dialogicamente os dois termos que tendem a se excluir (**MORIN**, 1999, p. 32) (ALMEIDA NETO 2004, p. 201-202).

Esse conjunto de citações evidencia o quão é vasto o rol de autores pós-modernos que foram utilizados nos trabalhos que analisamos. Havendo, entre eles, desde os que se apresentam como críticos à modernidade e à ciência moderna, passando pelos anti-marxistas até os paladinos da imediaticidade e da hipertextualidade. Entretanto, sem dúvida alguma, o autor pós-moderno mais citado e que suas teses assumiram um peso maior na orientação teórico-política dos trabalhos que analisamos foi Edgar Morin, seguido por Zygmun Bauman e por Boaventura Santos.

Edgar Morin tem como principal obra *La Méthode* (O Método – em português), constituída em seis volumes e cuja discussão inicia-se pelo questionamento da ciência moderna, mediante o argumento do seu "fechamento ideológico e paradigmático". Segundo o autor a razão cartesiana impôs um paradigma, baseado na separação entre a razão e a desrazão, numa divisão dos saberes e num processo de racionalização. Para Morin (1984) a racionalização é a grande doença da razão, posto que se encerra num sistema perfeitamente lógico – com bases estreitas e sempre fechadas e que prescreve o campo das certezas ao custo de "terríveis mutilações". Para o autor o conhecer mistura razão e desrazão, pois não existe uma ciência, um pensamento ou uma lógica pura.

> Nunca deixei de estar submetido à pressão simultânea de duas ideias contrárias e que me parecem ambas verdadeiras, o que me leva ora ir de uma a outra segundo as condições que acentuam ou diminuem a força de atração de cada uma, ora aceitar como complementares essas duas verdades, que, no entanto, deveriam logicamente se excluir uma a outra (MORIN, 1997, s/p).

Morin (2000) afirma que não existe um fenômeno simples, tudo carrega em si uma complexidade. Um objeto contém traços diversos, um excesso de multiplicidade e de indistinção interna. E diante de tal complexidade não é possível se ter respostas baseadas em um “conhecimento disjuntivo e reducionista”. É preciso ligar os conhecimentos que foram separados. "Afinal, de que serviriam todos os saberes parciais senão para formar uma configuração que responda a nossas expectativas, nossos desejos, nossas interrogações cognitivas?” (MORIN, 2003, p. 116).

Ainda para o autor, é exatamente essa necessidade de ligar conhecimentos disjuntivos que faz emergir e se desenvolver o pensamento complexo, capaz de responder a complexidade social. Nesse sentido é preciso “dialogizar” e prosseguir na direção da reforma do pensamento e, consequentemente, da educação.

> O princípio dialógico une dois princípios ou noções antagônicas que aparentemente deveriam se repelir simultaneamente, mas são indissociáveis e indispensáveis para compreensão mesma da realidade. A dialógica permite assumir racionalmente a associação de ações e de noções contraditórias para conceber um imenso fenômeno complexo (MORIN, 2000, p. 36).

Destacamos que o conjunto de contradições que vivenciamos em nossa realidade e a insatisfação de muitos diante dela podem legitimar e conferir uma hipervalorização da crítica de forma indistintiva, ou seja, sem que antes se possa reconhecer o real sentido e a natureza dela. É tomarmos as coisas imediatamente pela sua aparência, sem antes conferirmos a essência que contém. Morin ao criticar o pensamento moderno, denominado por ele de fechado e mutilador, e o que chama de conhecimento disjuntivo, reúne ao redor de seus argumentos a falsa ideia de que é possível pela reforma do pensamento “juntar o que foi separado”, dando a impressão de que com isso é possível validar e legitimar toda forma de conhecimento e atribuir-lhes o mesmo *status* e valor em nossa sociedade.

Operando, nesse sentido, um processo de “democratização” e de “homogeneização” dos conhecimentos, sem reconhecer neles suas naturezas e perspectivas teórico-políticas – em alguns distintas, em outros completamente antagônicas. Desconsiderando, também, o que isso implica em termos de direção social e de viabilidade dos projetos socioculturais que se associam a esses diversos conhecimentos.

No tocante a essa panaceia destacamos o trecho de uma tese que analisamos e que reflete bem a essência de tal proposta metodológica:

> O método será absolutamente livre. Quem tiver o seu método use [...] o não-estruturado se constitui enquanto o potencial para a inovação e atualização de métodos, de pensamento e de ações (ALMEIDA NETO 2004, p. 169).

Assim, podemos concluir que a necessidade de se apontar alguma direção ou coerência teórico-metodológica em suas análises e reflexões não é objetivo do pós-modernismo.

Já Zigmunt Bauman é autor de um cabedal de obras nos últimos anos que tratam dos mais diversos objetos, sendo possível se observar um “fio condutor” nesse conjunto de elaborações/reflexões, expresso nos termos da crítica a modernidade e à deflagração de sua dissolubilidade.

A modernidade é analisada como um projeto ambivalente – buscou a ordem, mas o que produziu foi o caos –, autoritário e coercitivo – visou o progresso a qualquer custo, prosseguiu com a homogeneização pela dominação –, pretencioso e antropocêntrico – ambicionou dominar a natureza e subordiná-la às necessidades humanas e, nesse sentido, fracassou.

A promessa da modernidade, segundo ele, não se realizou, tendo em vista a essência própria de seu projeto emancipador e da natureza das tentativas de realizá-lo. A modernidade visava reavaliar todos os valores, acalentada pelo sonho de paz e tranquilidade, numa espécie de reação às infindáveis guerras religiosas que devastaram material, moral e fisicamente a Europa. No entanto, seguiu incisivamente o caminho da ordem com a firmeza das leis que governam a sociedade do alto para baixo, em atrito com a contingência, a causalidade e a imprevisibilidade da condição humana e com isso produziu um incontrolável processo de modernização, marcado pela compulsão e pela obsessão de uma ordem social – coercitiva e dominadora.

Numa visão pessimista e imobilizadora afirma que “A pós-modernidade seria uma época de reconciliação com a ambivalência, o momento de aprender como viver num mundo implacavelmente ambíguo” (BAUMAN, 2004, p.09). Nessa medida, convivendo com a contingência, a incerteza, a tolerância, a heterogeneidade e a busca do consenso.

Ainda segundo o mesmo autor, a nossa atual condição sociocultural é o estado de “liquidez” da vida social, o que centraliza a perspectiva das múltiplas angústias e incertezas. O termo “liquidez” é utilizado pelo seu aspecto definidor, ou seja, a

incapacidade de algo reter sua forma por muito tempo e a sua propensão a mudança a custo das pressões mais frágeis e efêmeras.

Creditamos a incorporação das ideias de Bauman no âmbito do Serviço Social, mas também em outros setores “críticos” de nossa intelectualidade brasileira, à sedução contida em seu verniz crítico e denunciador das “mazelas” de nossa sociedade. Sobretudo quando analisa o significado e os efeitos das guerras mundiais e do holocausto, ou mesmo, quando ataca questões como a coerção, a dominação e a desigualdade. Uma perspectiva que sensibiliza milhares de ouvintes atentos e descontentes com os efeitos das contradições inerentes à nossa forma de organização social, validando seu discurso a partir da concreticidade e do sentido que a realidade lhe confere.

As críticas apontadas por Bauman contêm em si certa “legitimidade”, contudo, a síntese dessas reflexões e o caminho apontado por elas revelam a verdadeira natureza teórico-política que lhes orientam. Deixando claras as intenções pós-modernas, como: aceitação da imediaticidade, desconstrução da perspectiva da totalidade, entronização do ecletismo, interdição da razão dialética, dissolução da perspectiva da emancipação humana e etc.

Boaventura Santos é autor de obras como Pela Mão de Alice (2003), A Crítica da Razão Indolente (2009) e Introdução a uma Ciência Pós-moderna (1989) utilizadas de forma significativa em algumas das teses que analisamos. Como no conjunto da obra de Bauman, os trabalhos de Santos abordam temáticas diversas, mas que sistematizam uma reflexão em torno de um ponto comum: uma transição paradigmática que se inscreve no fim do século XX, de caráter epistemológico (da ciência moderna à ciência pós-moderna) e societal (emersão de diferentes modos de organização e de vida em sociedade instituídos a partir da crise da modernidade).

Perseguindo o objetivo de elucidação dessa transição paradigmática, Santos (2003) faz uma “avaliação” tendenciosa da teoria social construída por Marx, posto que a verdadeira intenção é descredibilizá-la. Todavia, sinaliza que se faz necessário

> [...] distinguir as áreas ou dimensões em que continua atual, e eventualmente mais atual que nunca, daquelas em que está desatualizado e deve, por isto, ser profundamente revisto, senão mesmo abandonado (p. 243).

Segundo o autor o marxismo gozou de grande referência e prestígio no período que compreende de 1890 a 1920, dada à riqueza de sua reflexão nesse contexto,

atribuindo tal status "[...] a pujança do movimento socialista neste período [...]" (SANTOS, 2003, p. 24). Já entre os anos 1930 e 1940, segundo o autor, a influência do marxismo arrefece, tendo em vista a combinação histórica da experiência do fascismo e do stalinismo, o que incidiu sobre a difícil sobrevivência dos austro-marxistas e da Escola de Frankfurt e, também, pelo fim das reflexões teóricas de Plekhanov, Bukharin, Riazanov e Trostsky[122]. Voltando, o marxismo, a renascer nos anos 1950 e 1970 com o desenvolvimento de uma "sociologia marxista" e de uma "historiografia de inspiração marxista". Contudo, nos anos 1980 decreta o "fim do marxismo" e afere esta década como a do "pós-marxismo", argumentando que a "[...] solidez e radicalidade do capitalismo ganhou ímpeto para desfazer o marxismo no ar [...]" (SANTOS, 2003, p. 29).

Para o autor o perfil pós-marxista inaugurado nos anos 1980 tem como traço central o anti-reducionismo, o antideterminismo e a antiprocessualidade. Firmando nesses termos a perspectiva da transição paradigmática em sua dimensão epistemológica.

No que tange a dimensão societária sustenta a ideia de esgotamento da modernidade. E nessa direção aponta para dois movimentos diferentes: o **pós-modernismo reconfortante ou de celebração** – aquele que acredita que a exaustão da modernidade significa o colapso final de suas promessas e, sendo assim, as sociedades contemporâneas não tem mais qualquer alternativa para além do capital; o **pós-modernismo inquietante ou de oposição** – este campo reúne aqueles que acreditam que a modernidade ao deixar suas possibilidades e se reduzir as do capital inviabilizou a efetiva realização de suas promessas, ou seja, estas promessas em seu interior não podem mais ser cumpridas, demandando-se, assim, uma nova epistemologia e uma nova sociedade, capaz de construir uma alternativa a sociedade do capital.

E é nesse último campo que o autor em questão se auto posiciona, interpelando novamente o marxismo, vez que no pós-modernismo de oposição a ideia de uma alternativa a sociedade atual é imperativa.

> [...] Marx formulou, mais coerentemente que ninguém uma tal alternativa. A questão está, pois, em saber em que medida a alternativa de Marx, que é tão

[122] Plekhanov que faleceu em 1918 em um hospital finlandês; Bukharin e Riazanov que foram condenados à morte e executados em 1938; e Trostsky que foi assassinado no México em 1940 a mando de Stalin.

> radicalmente anticapitalista quanto é moderna, pode contribuir para a construção de uma alternativa assumidamente pós-moderna (SANTOS, 2003, p. 36).

E, nessa medida, o autor propõe verificar a atualidade de Marx para uma alternativa societária. Nessa análise tratando a obra marxiana de forma bastante peculiar, operando sobre esta uma análise sociológica que segundo Netto (2004) "[...] repousa no corte entre as relações sociais/relações econômicas, com a explicação sociológica das primeiras prescindindo da análise das segundas [...]" (p. 239). Interditando o que há de mais medular na teoria social crítica, ou seja, o seu caráter totalizador fundado numa ontologia do ser social.

Santos (1989) também traz em suas produções a crítica contundente à ciência moderna, sendo, inclusive esta, a tese desse autor mais assimilada dentre os trabalhos que analisamos. Um discurso que opõe a ciência moderna – vista como autoritária e reducionista – a uma nova ciência que se abre para além do discurso racionalizador da prática científica vigente e oficial e de suas respectivas instituições, dialogando com as demais práticas de conhecimento presentes na sociedade e no mundo. Uma ciência que visa se reconciliar com o senso comum e com os homens, transcendendo o limite da dogmatização da ciência moderna e transformando-a numa ciência prática, criativa e comunicativa – a ciência pós-moderna.

Para nós ao tangenciar os processos sociais da modernidade e ao hiperdimensionar o papel das crises o autor força: no âmbito societal, a ideia de fim da modernidade e de seu projeto sociocultural e; no âmbito do conhecimento, a necessidade de ruptura com a ciência moderna e de criação de outra ciência, ou seja, a ciência pós-moderna.

Ao buscar sensibilizar por seus argumentos – aparentemente democráticos quanto à ciência, mas alternativos em relação à construção de algo para além do capital –, Santos vai influenciando e sendo incorporado nas análises do Serviço Social e, em particular, no conjunto dos trabalhos que analisamos.

Ainda no tocante aos referencias observamos nas teses analisadas o recurso a autores pós-estruturalistas e a capilarização de suas elaborações proto-pós-modernas. Como visto em nosso primeiro capítulo, o pós-moderno em muito capilarizou suas reflexões nas elaborações dos pós-estruturalistas que, por sua vez, operaram no sentido da cisão com as metanarrativas e do deslocamento da direção de análise pautada na dimensão ontológico-social e, consequentemente, das

categorias macrossociais à dimensão do simbólico, da linguagem e da subjetividade. Para Netto (2010), os pós-modernos “beberam” diretamente da fonte pós-estruturalista, por isso, pouco há de novo nas reflexões pós-modernas em relação a essa filiação teórico-metodológica.

Para Netto (2010), o pós-moderno caudatário do neoirracionalismo característico da regressiva cultural dos fins dos anos 1960 se inscreve no derradeiro estágio da decadência ideológica, onde esta última encontra seu desabrochar e seu ápice.

Nas teses que analisamos é possível identificar a articulação desse conjunto heteróclito de autores e de suas respectivas teses neoconservadoras dando sustentação às análises da realidade pesquisada nos referidos trabalhos. Encontramos desde os próprios Nietzsche e Foucault – inclusive, este último é um dos mais citados e assimilados – até os pós-estruturalistas fortemente influenciados por esses, como: Derrida, Deleuze e Guatarri.

No caso de Nietzsche, que era um irracionalista e um anti-moderno, a razão moderna levaria a degradação da civilização e da cultura. Para o autor a individualidade do homem é irredutível e o mundo não possui ordem, estrutura ou forma. E a razão e seus limites só serve para apertar grilhões e enclausurar a liberdade humana, calcificando a sua dimensão criativa e espontânea.

O autor identifica dois elementos fundamentais no que tange ao pensamento ocidental[123]: o **espírito apolíneo** que representa a ordem, a harmonia e a razão e o **espírito dionisíaco** que confere a dimensão do sentimento, da ação e da emoção. Numa crítica contundente aos valores tradicionais da cultura ocidental e ao pensamento associado a ela, o autor aponta na modernidade o que seria o “triunfo” do espírito apolíneo em detrimento ao espírito dionisíaco. Para ele a modernidade padece de uma decadência e de um mal-estar generalizado

> [...] criaturas descontes, arrogantes e repulsivas que jamais se livram de um profundo desgosto de si, da terra, de toda vida e que a si mesmas infligem o máximo de dor possível, por prazer de infligir dor – provavelmente seu único prazer (GM/GM, III, 11, KSA 5.362).

[123] Uma reflexão construída a partir do estudo da cultura grega e a influência que exerce sobre a cultura ocidental.

Acusa o homem moderno de ser arrogante, posto que este tem consciência de seu poder, mas, não hesita em aproximá-lo da *hýbris* grega – conceito grego que se refere ao “crime do excesso”.

> *Hýbris* é hoje nossa atitude para com a natureza com a ajuda das máquinas e da tão irrefletida inventividade dos engenheiros e técnicos; *hýbris* é nossa atitude para com Deus, quero dizer para com uma presumível aranha de propósito e moralidade por trás da grande tela e teia da causalidade [...]; *hýbris* é nossa atitude para com nós mesmos, pois fazemos conosco experimentos que não nos permitiríamos fazer com nenhum animal [...] (NIETZSCHE, 2009, s/p.).

Ao passo que cria o efeito placebo, com vistas a entorpecer o sofrimento e o desprazer gerado em seu interior, referindo-se à criação de mecanismos de defesa e de combate a essa dor: o estado moderno, a democracia, o socialismo, as organizações trabalhistas, a emancipação da mulher, as comunidades religiosas. Buscando com isso formar um “rebanho” que aceite os efeitos nocivos do mal-estar da modernidade em troca de um sentimento de poder de uma comunidade.

Para Nietzsche (2009), o homem moderno a isso intitula de avanço e de progresso, no entanto, para o autor são instrumentos da cultura que devem ser vistos como regressivos e como sinais de uma vida que declina.

Uma crítica ao homem moderno que influenciará demasiadamente as reflexões pós-modernas, sobretudo, na dimensão que se estrutura como uma crítica desvinculada dos suportes materiais desse projeto sociocultural denominado modernidade.

A sistematização teórico-política de Foucault, por sua vez, segundo Rodrigues (2006), aponta para um novo irracionalismo, aquele pautado sob o verniz da crítica e de uma postura política transgressiva contra o sistema, mas que opera no sentido da desconstrução da razão moderna e da dialética.

> Mesmo não contendo explicitamente os argumentos pós-modernistas tão em voga na produção acadêmica e cultural da virada do século XX para o XXI – tais como a defesa de uma transição paradigmática societária e epistemológica, a celebração do sujeito descentrado, o apelo a um novo irracionalismo, a ênfase no caráter retórico da verdade, etc. –, sua obra, antecipa, em mais de uma década, o duplo caráter regressivo da lógica cultural do capitalismo tardio. [...] Precursor de uma espécie de um novo irracionalismo, um irracionalismo que encarna aspirações progressistas e de esquerda, o filósofo francês realizou com muito mais êxito aquilo que muitos pensadores de sua geração, e até anteriores a ela, intentaram: uma desconstrução racional da Razão moderna e a formulação de uma proposição política transgressiva viável à intervenção social de uma esquerda

> que no pós-68 passa a descrer do socialismo, mas se põe numa postura rebelde e transgressiva contra o sistema. Tanto por seu conteúdo quanto pelo papel que desempenha nas lutas de classes, sua obra pode ser lida como uma atualização do legado nietzscheano. Sob a luz da crítica lukacsiana à filosofia de Nietzsche, o projeto foucaultiano pode ser concebido, a despeito de todos os seus deslocamentos temáticos, conceituais e metodológicos, como uma resposta reacionária à fase mais desenvolvida da dialética de sua época (RODRIGUES, 2006, p. 07).

São esses aspectos contidos no conjunto das obras de Foucault que o inscrevem como um autor, em nosso tempo histórico, proto-pós-moderno (RODRIGUES, 2006). Mediante tal contiguidade entre esse e as elaborações pós-modernas contemporâneas reafirmamos a larga inspiração dessas últimas em relação ao primeiro.

A influência de Foucault é "justificada" nas teses que analisamos, mediante a ligação entre as reflexões desse autor e as demandas e as exigências no campo da prática profissional – em nível do cotidiano e nos micro-espaços – que segundo os autores das referidas teses exige do assistente social a elucidação de repostas profissionais imediatas e, para tanto, requisitam o entendimento das micro-relações e dos micro-poderes que se inserem no campo de análise e da intervenção profissional.

> **Michel Foucault** descreveu como várias instituições sociais ao longo da história ocidental criaram saberes e poderes que moldaram o indivíduo segundo uma rede de poderes que travessa o corpo e coloca o ser humano em um mundo transmissor de relações institucionais microssociais (BISNETO, 2001, p. 180).

> **A concepção de poder formulada por Foucault é importante na compreensão desses micro-poderes exercidos pelas mulheres**. Sua análise considera como fundamental no estudo do poder, captá-lo em suas extremidades, até onde ele chega como atinge as pessoas e organizações, partindo do micro para o macro (COELHO, 2001, p. 92).

> **Centralizamos a discussão na perspectiva da 'microfísica do poder' inspirada no pensamento de Michel Foucault**, assim, como recuperamos o debate das relações sociais de gênero entendidas como relações de poder (QUEIROZ, 2004, p. 17).

> Para o feminismo o uso deste conceito <empoderamento> tem suas raízes na importância que, a partir dos referidos anos 1970, adquiriu a questão do poder, tanto para os movimentos sociais quanto para a ciência social crítica, concebendo este como relação social em que a resistência se constitui no outro pólo da relação de poder. **Concepção de poder com forte influência da concepção de poder de Michel Foucault** (1988). [...] Empoderar-se significa que as pessoas adquiriram o controle de suas vidas, desenvolvem a habilidade de fazer coisas e de definir suas próprias agendas (DUQUE-ARRAZOLA, 2004, p. 234).

No que tange à influência de outros pós-estruturalistas destacamos o fragmento:

> Buscaram-se novas perspectivas de análise, trafegando inclusive por autores contemporâneos que buscaram desvendar o real através da superação de Marx, a exemplo de **Morin, Derrida, Deleuze**. Caminhou-se no sentido de colocar o pluralismo como o modo mais importante na superação do ecletismo no âmbito do Serviço Social (VICENTE, 2005, p. 231).

Derrida, assim como Foucault e outros, está entre os teóricos do pós-estruturalismo que influenciou a virada linguística, que incidiu sobre o reconhecimento nos anos 1970 da linguagem como elemento estruturador do real. Como vimos essa reflexão se opõe à perspectiva materialista da realidade, para a qual os objetos existem no mundo objetivo independente do sujeito cognoscente, sendo as palavras expressões dos conceitos humanos que se referem a esse real.

O entendimento no interior desse movimento é o de que as definições dos conceitos não podem existir independentemente das diferenças entre as palavras, ou seja, um conceito não pode existir sem ser nominado. Nessa medida, segundo os viradistas, as diferenças existentes entre os significados das palavras estruturam a nossa percepção. Não poderíamos reconhecer um objeto em sua materialidade se nós não estivéssemos manipulando com os sistemas simbólicos. São estes últimos que definem um conjunto de nomes e de características convencionados em torno de determinado objeto e que nos possibilitam reconhecê-los como tal – uma convenção chamada linguagem.

Nessa direção é perceptível a contiguidade entre Derrida e os jogos de linguagem, oriundos da virada linguística e as suas mediações com a condição pós-moderna nos termos aferidos por Lyotard[124].

Derrida no final dos anos 1960 a partir de leituras a Heidegger envereda pelo debate acerca do desconstrucionismo, que, por seu turno, se coloca como um grande estímulo aos pós-modernos e, que se põe na linha anversa à natureza da linguagem e da comunicação dos modernistas, para quem havia "[...] uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significado ou 'mensagem') e o modo como estava sendo dito (o significante ou 'meio') [...]" (HARVEY, 2005, p. 53). Para os pós-

[124] Cabe aqui ressaltar o peso da influência de Ludwig Wittegenstein cujas reflexões sobre a compreensão da lógica da linguagem e dos jogos de linguagem permitiram, junto a contribuições de outros filósofos, a idealização e eclosão da virada linguística.

estruturalistas os discursos se separam e reúnem-se continuamente em novas combinações, nesse sentido, há um entrelaçamento intertextual e este tem vida própria.

> Dessa forma, Derrida considera a colagem/montagem a modalidade primária de discurso pós-moderno. A heterogeneidade inerente a isso [...] nos estimula, como receptores do texto ou imagem, "a produzir uma significação que não poderia ser unívoca nem estável" (HARVEY, 2005, p. 55).

Deleuze e Guatarri – ambos autodenominados marxistas – a despeito de suas produções individuais, realizaram a partir de 1964 uma fecunda e, para muitos, controversa colaboração. Notabiliza-se O Anti-édipo (1972)[125], em que questionam alguns dos pressupostos tradicionais da psicanálise freudiana e apontam para uma articulação entre o inconsciente e a estrutura social. Texto elaborado na plena efervescência dos acontecimentos de maio de 1968 e que, segundo Warat (1992), causou certo alvoroço, pois ao passo que teceu sua crítica a concepção de inconsciente da psicanálise por esta não considerar as determinações políticas do desejo, criticava, também, o que denominou de limitações do marxismo quando este desconsiderou o desejo como produtor de realidade.

Os autores a partir dessa obra apontam para a ideia de uma "psiquiatria materialista" e, nesse sentido, segundo Orlandi (2013), partem do princípio de que o inconsciente não funciona como um teatro (mito do édipo)[126] e sim como uma fábrica, portanto, não se trata de uma questão de representação e sim de produção. Partem da hipótese de que há uma relação entre esquizofrenia e capitalismo, posto que este tipo de sociedade produz esquizofrênicos da mesma maneira que produz mercadorias: "[...] produz o xampu Prell ou os carros Ford, com a única diferença de que os esquizofrênicos não são vendáveis" (DELEUZE; GUATARRI, 1984 apud HARVEY, 2005, p. 57).

Nesse ínterim argumentam que as representações devem voltar-se a realidade e na realidade nada falta. O novo, as surpresas e as criações possíveis inserem-se no campo da realterabilidade do real e exatamente dessa realterabilidade que

---

[125] Obra citada e com a incorporação das ideias contidas nela dentre os trabalhos que analisamos.
[126] Um mito clássico da História da Filosofia, cuja tônica é a tragédia do Édipo Rei. Mito que posteriormente foi utilizado por Freud, no século XX, para tratar da questão do amor dos filhos pelos pais durante a infância.

participam os “fluxos desejosos”, por isso, a ideia que permeia toda a referida obra é a de que o desejo é produção e não carência ou falta.

“A produção social é unicamente a própria produção desejante em condições determinadas” (DELEUZE; GUATARRI, 1984 apud ORLANDI, 2013, s/p). Assim, o “campo social” é percorrido pelo desejo, este participa do processo de produção social e da reprodução social desde as formas mais prospectivas às “mais repressivas e mortíferas”. E aí não reside um dualismo entre o racional e o irracional, há uma “produção desejante” para a qual o real foi submetido tanto por formas ditas racionais quanto irracionais.

Destacando-se aqui o substrato do neoirracionalismo constante no pós-modernismo, além da falta de clareza textual que, segundo Sokal e Bricmont (2010), é uma característica em textos referenciais desses autores, que possuem vasta erudição – fazem uso de uma gama de termos técnico-científicos -, ocupam-se em certas passagens de problemas sérios da filosofia da ciência, portanto, apresentando nessas certo sentido e o uso não arbitrário de recursos da ciência, porém, submersos num discurso, no geral, com pouca consistência lógica e sentido.

> Claro, defensores de Deleuze e Guatarri poderiam retorquir que esses textos são profundos e que nós não conseguimos entendê-los apropriadamente. No entanto, examinando-os mais de perto, verifica-se que existe uma grande concentração de termos científicos empregados fora do contexto e sem uma lógica aparente, pelo menos se se atribui a eles seu significado científico habitual. Certamente, Deleuze e Guatarri são livres para usar esses termos com outros sentidos: a ciência não possui o monopólio na utilização de palavras como ‘caos’, ‘limite’ ou ‘energia’. Mas [...] seus escritos estão fartos também de termos altamente técnicos que não são empregados fora dos discursos científicos especializados, e para os quais eles não oferecem nenhuma definição alternativa. [...] as alusões são tão breves e superficiais que um leitor que não domine esses assuntos será incapaz de aprender algo de concreto. E um leitor especialista achará que suas afirmações são na maior parte das vezes sem sentido, ou, às vezes, aceitáveis, mas banais e confusas (SOKAL; BRICMONT, 2010, p. 155-156).

De certo, acrescentam ainda Sokal e Bricmont (2010), que o objeto de Deleuze e Guatarri não é a popularização da ciência, mas, sim a filosofia. Entretanto, a questão que fica é: que função filosófica pode ser preenchida com esse emaranhado de termos técnico-científicos, pseudocientíficos e filosóficos, submersos num discurso sem sentido?

No tocante a influência desses autores no conjunto de trabalhos que analisamos é perceptível à interlocução com a perspectiva da “psiquiatria

materialista", na qual os mesmos buscam conciliar as elaborações no campo da psicanálise com as do campo da teoria social crítica, no intuito de superar, segundo os pós-estruturalistas e também pós-modernos, o hiato existente na relação entre elas.

Por essa via propõe-se uma análise da realidade que parte da junção entre as categorias macrossociais do modo de produção e os componentes estruturadores do pensamento, considerando a perspectiva de seus desvios e fragmentações – os fluxos desejosos submetidos pela razão e pela desrazão. Como podemos observar em dois trechos de uma das teses analisadas.

> **Para a 'psiquiatria materialista' de Deleuze e Guatarri**, **o conjunto de instituições em determinada formação social representa o modo de produção (e de antiprodução) daquele momento histórico. Deleuze e Guatarri formularam as ligações entre o modo de produção capitalista, nas suas expressões do trabalho, da linguagem, da política, da sexualidade, do estado, das raças, dos gêneros etc., com os delírios e a fragmentação do pensamento** (BISNETO, 2001, p. 189).
>
> Felizmente nem toda psicossociologia é retrógrada. Após os anos 1960, sobretudo, surgiu na Europa literatura da psicologia que tenta recolocar a economia, a política e a história na constituição da personalidade. [...] **Deleuze e Guatarri propõem formulações de como se dá essa determinação, criticando Freud e Lacan [...] Deleuze e Guatarri escreveram [...] para politizar as relações psíquicas** (BISNETO, 2001, p. 53-54).

Para esses, trata-se de "politizar as relações psíquicas", resultante da necessidade de compilar a dimensão macrossocial e microssocial, subsumindo uma a outra, isto é, sem considerá-las como diferenças dentro de uma mesma unidade. Não é possível partirmos da razão e da desrazão ao mesmo tempo para explicar a realidade, como também não é possível dizermos que as leis gerais presentes no capitalismo se subsumem aos delírios e à fragmentação do pensamento e vice-versa.

Nessa altura cabe destacar que o Serviço Social ao incorporar essas influências pós-modernas no interior de sua produção intelectual, sejam elas conscientes ou não, tensiona a direção teórico-política crítica assumida no âmbito do seu projeto ético-político profissional. Desse modo, inflexionando na direção pós-moderna, ainda que de forma residual, mas, não menos preocupante, posto que já se esboça em seu interior a aproximação com esse tipo de neoconservadorismo.

Mediante o conjunto de reflexões até aqui desenvolvidas em nosso trabalho é possível inferir que a literatura do Serviço Social vista como núcleo de resistência

crítica – o que vem demarcando, segundo Mota (2012), o seu protagonismo teórico-político em tempos de regressiva cultural – vem sofrendo investidas neoconservadoras (que reanimam, por sua vez, as tendências conservadoras historicamente presentes na profissão) e não sabemos os limites da tensão gerada nesse conflito, porém, o que nos é claro é a necessidade ampla de organicamente resistirmos à (re)emersão de quaisquer traços de conservadorismo ou de neoconservadorismo, e, dessa forma, reafirmarmos a postura teórico-política crítica da nossa profissão.

SÍNTESES CONCLUSIVAS: O PÓS-MODERNO ENQUANTO COMPLEXO E O SIGNIFICADO SÓCIO-POLÍTICO DE SUAS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL

A ideologia pós-moderna é implacável e tem efeitos nefastos
práticos e imediatos, a ela nos cabe resistir
Luciana Cantalice

Partimos da ideia de que o pós-moderno não se constitui como uma teoria ou um método e sim como um conjunto heteróclito de elaborações e reflexões acerca da realidade[127], apesar de ser possível identificarmos em seu interior traços comuns, configurando o que Netto (2010) tratou por sendo "denominador comum" no movimento intelectual pós-moderno.

Esses traços se identificados e analisados articuladamente revelam no interior da ideologia pós-moderna ao final um sentido e um conteúdo político neoconservador com reflexos no campo da prática social. Portanto, para além de compreendermos as diferenças existentes entre teses, argumentos, reflexões e autores pós-modernos faz-se necessário observar que essas diferenças se inscrevem como diferenciações parciais que compõem um complexo maior.

Enquanto movimento intelectual o pós-moderno é composto por distintas elaborações que, de uma forma ou de outra, articulam-se entre si. E como qualquer complexo parcial apresenta uma diferenciação interna que parte de uma não-identidade entre as diversas elaborações/reflexões pós-modernas, mas que por fim tem como fundamento último uma necessidade em si unitária, qual seja: a de se reproduzir como ideologia.

E de que traços comuns do pós-moderno estamos falando? Primeiramente, reforçamos que - ressalvadas as diferenças mais sumárias entre suas elaborações – substancialmente o pós-moderno parte da desconstrução da visão de mundo moderna – humanista, historicista e dialética.

Para os entusiastas pós-modernos as transformações societárias vivenciadas nas últimas décadas do século XX incidiram sobre um processo de crescente complexificação e fragmentação das "relações sociais", resultante de alterações na

[127] Cabe reforçar, cuja base de apreensão não se inscreve na materialidade da vida social, mas restringe-se à compreensão do sentido e do significado empregado ao mundo objetivo pelos indivíduos, intentando a dissolução das determinações ontológicas em favor do epistemologismo.

organização do trabalho, na esfera da tecnologia e no declínio dos estados-nações e das culturas dominantes. Instituindo-se assim um novo cenário social com novas socializações e sociabilidades, que reforçaram o grau de diferenciação e de individualismo nas sociedades contemporâneas.

Este “novo” perfil sociocultural, repito, à luz da argumentação pós-moderna, solapou algumas “verdades” consolidadas na modernidade e impingiu o questionamento de categorias centrais dessa era, tais como, razão, sujeito, totalidade, real, história, bem como indicou, dessa forma, um momento bem específico na atualidade: aquele no qual estaríamos ingressando em um novo tipo de sociedade, seja ela denominada de pós-industrial, pós-fordista, pós-histórica ou pós-moderna.

> O “pós” de pós-modernidade é ambíguo. Pode significar o que vem depois, o movimento para um novo estado de coisas, por mais difícil que seja caracterizar esse estado tão cedo assim. Ou pode ser mais parecido com *post de post-mortem:* exéquias realizadas sobre o corpo morto da modernidade; é esse estado de reflexão. Neste caso, não há uma percepção necessária de um novo começo, mas apenas um senso algo melancólico de fim (KUMAR, 1997, p. 79).

Segundo Santos (1986) um “pós” que também é um “des”, posto que objetiva **des**fazer princípios, valores, práticas, realidades e **des**manchar o que era sólido para modernidade, as classes, a coletividade, os projetos, as nações.

Na medida em que, também, evocam a necessidade de superação das teorias construídas nessa modernidade, tendo em vista que “o conhecimento sobre o mundo contemporâneo precisa ser atualizado”, uma vez que o conjunto dos fenômenos contidos no interior desse ultrapassa as reflexões e indicações presentes nos clássicos (FRIDMAN, 2000).

E mediante tal prerrogativa disseminam uma série difusa de reflexões e “proposições” que tem como principal impulso decretar e rejeitar o “velho”, o “passado”, isto é, a modernidade. Pondo em curso um processo de deslegitimação de um conjunto de indicativos próprios dessa era e apresentando como elementos estruturadores de sua reflexão uma espécie de:

a) **Anti-razão**: cujas investidas se dão por meio do neo-irracionalismo, da exaltação da desrazão em contraposição à razão moderna e, em especial, do intento à desconstrução da razão dialética;

O caráter anti-razão do pós-moderno se apresenta de forma peculiar a partir do neo-irracionalismo, isto é, um irracionalismo “[...] com pretensões racionais ou uma

racionalidade supra-racional – uma *irratio*de novo tipo que funde racionalismo formal (racionalidade miserável) com o irracionalismo (destruição da razão).” (RODRIGUES, 2006, p. 28).

O ataque frontal do pós-moderno à razão se justifica pelo fato de que esta é concebida como um dos dogmas centrais da modernidade, uma “narrativa grandiosa” configurada como marco histórico da denominada Idade da Razão. Assim, demovê-la e destiná-la a “lata do lixo” da história se coloca como tarefa fundamental para consecução do discurso de “fim da modernidade”.

Se a modernidade significou o “rompimento” com um passado teocêntrico e mítico, o pós-moderno procede à reconciliação com essas dimensões, numa transposição da racionalidade ao retorno do impulso e do hedonismo[128]. A razão é combatida e no seu reverso são exaltadas a imaginação, a subjetividade, a espontaneidade e a intuição.

A razão e o conhecimento, bem como a própria ciência, visavam no entendimento dos pós-modernos a dominação como finalidade última. Concebendo a razão como principal agente de repressão e atribuindo a esta todas as “mazelas” de que a modernidade se revestiu, ladeando a ordem do capital e todo o seu projeto de dominação societária os pós-modernos que se autoproclamam críticos do *status quo,* lideram o discurso do “destronamento da razão” com a consequente evocação das forças do irracional e do inconsciente (KUMAR, 1997). Daí a importância das articulações no interior do complexo parcial pós-moderno das elaborações da psicanálise tanto pela via de Lacan e Freud, como pelo reverso de Guatarri e Deleuze, e ainda das alegações do irracionalismo proposto por Nietzsche.

> A soberania da pessoa humana era a preocupação declarada e subjetivamente autêntica desses filósofos[129]; foi em nome dessa soberania que eles quiseram elevar a razão ao cargo de suprema legisladora. E, no entanto, havia certa *wahlverwandschaft* - afinidade eletiva – entre a estratégia da razão legislativa e a prática do poder estatal empenhado em impor a ordem desejada sobre a realidade rebelde. Independentemente dos propósitos conscientes dos pensadores, razão legislativa da filosofia moderna e da moderna mentalidade científica em geral repercutia as tarefas práticas postuladas pelo Estado Moderno. As duas atividades chamavam uma a outra, reforçavam-se mutuamente, fortaleciam a credibilidade e confiança uma da outra. Assim como o suposto déspota precisava ter a garantia da validade universal das suas intenções específicas, a razão legislativa não poderia

[128] A busca do prazer como fundamento angular para o bem do homem. E em tempos de espraiamento da ideologia pós-moderna o consumismo torna-se o exemplo emblemático dessa forma de pensar.

[129] Referindo-se a Kant, Descartes e Locke e, também, a Bacon.

> facilmente rejeitar a tentação de instruir – de iluminar o déspota para o papel de seu executor (BAUMAN, 1999, p. 35).

Outrossim, cabe destacar que as investidas pós-modernas não ocorrem de maneira indistinta, pelo contrário, são bastantes seletivas. E no tocante à razão, não é diferente, pois embora esta seja desqualificada em favor da desrazão, ela não o é em sua totalidade, pois o alvo central constitui-se na desconstrução da racionalidade crítico-dialética, que junto ao humanismo e ao historicismo configuraram, segundo Rodrigues (2006), até a primeira metade do século XX, a fonte de inspiração das lutas democráticas e socialistas.

> É interessante notar que o humanismo, o historicismo e a Razão dialética careçam de sentido no exato momento em que os limites do capital passam a colidir com os limites da própria existência humana. Também não nos parece nada casual que a notoriedade da obra de Foucault, proposta mais radical de destruição desse legado, coincida com o período em que chega ao fim o papel civilizatório do sistema sociometabólico do capital" (RODRIGUES, 2006, p. 97).

A razão dialética rechaçada pelos pós-modernistas, nos termos da tradição marxista, tem por substância a apreensão das dimensões essenciais, contraditórias e processuais da realidade concreta. Tem como base a ontologia do ser social e mediante seu arcabouço categorial torna-se capaz de reconstruir no plano do pensamento a processualidade da realidade concreta.

Já a razão analítica apanhada pelos apologistas pós-modernos tem por base os procedimentos que se põem na ordem da decomposição dos objetos em suas partes e nas respectivas inferências dedutivas, baseadas em modelos lógicos e matemáticos – constituindo-se numa modalidade operativo-racional. Nela, não há crítica aos objetos de análise e o seu foco é apenas as dimensões formais destes objetos, portanto, falta a esse tipo de razão a apreensão da processualidade presente em qualquer realidade.

Destarte é possível concluir que na ambiência pós-moderna a oposição à razão moderna é feita mediante a articulação entre um irracionalismo pautado na intuição e uma racionalidade formal, limitada às dimensões intelectivas.

Essa dimensão do pós-moderno que contempla a "leitura do real" pela via irracionalista se conecta a outra interdição no ideário moderno: a da perspectiva da totalidade, visto que impossibilita observarmos a realidade como um todo concreto e

complexo – saturado de mediações – e com isto impossibilitando qualquer ação coerente e articulada em torno da vida social.

b) **Anti-totalidade**: expressa nos termos da fragmentação da vida social, mediante o processo de intensiva diferenciação entre os indivíduos e na decretação do fim das metanarrativas[130];

A sociedade para os pós-modernos se inscreve em meio a um fluxo aleatório de setores e questões, que não resultam numa totalidade, mas em uma fragmentação sem direção, posto que esse "pluralismo" não é organizado ou estruturado e não existe qualquer "força controladora ou orientadora" – nem a economia, nem a política nem mesmo a história ou a tradição que ao fim imprima uma forma ou significado a essa sociedade (KUMAR, 1997).

> Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo como uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo [...] se torna então a única filosofia de ação possível (HARVEY, 1992, p. 55).

Os pós-modernistas atribuem ao mundo contemporâneo uma condição pós-moderna de fragmentação e com isso instituem um dos seus dogmas centrais: a incredulidade diante das metanarrativas (LYOTARD, 2004), um dos pontos mais conhecidos e unificadores em meio à heterogeneidade de suas elaborações. Eles ao interditarem os grandes esquemas histórico-filosóficos, construídos na modernidade, interditam também a perspectiva macrossocial de compreensão do mundo e a tentativa ligada a esta perspectiva de transformá-lo.

O marxismo, em particular, foi frontalmente atacado: a ele foram atribuídas, pelos pós-modernos, "deficiências teóricas" e uma "implausibilidade histórica", sustentadas por argumentos que remetem à queda do comunismo no leste europeu – e na maioria das outras regiões que se fazia presente – e aos novos processos oriundos das novas configurações assumidas no âmbito do trabalho, da subjetividade, da estética, do sagrado, da política, do saber e etc.

---

[130] "Declaremos guerra à totalidade; sejamos testemunhas do irrepresentável; ativemos as diferenças e salvemos a honra do nome." (LYOTARD, 1979 apud KUMAR, 1997, p. 112)

No entanto, nesse ínterim, a grande narrativa do liberalismo permaneceu incólume às ofensivas pós-modernas, o que reforça a nossa tese de que o pós-moderno a bem da verdade se constitui em uma ideologia apensa a positividade/funcionalidade capitalista.

Foi no âmbito da modernidade que emergiram grandes temas e teorias como o progresso, a razão, a revolução e a emancipação. E insistem os pós-modernos no esvaziamento do sentido dessas grandes questões, tomadas por palavras pomposas, mas "incapazes" no atual contexto sócio histórico de inspirar compromisso ou ação, pois não há hoje uma "causa nobre pela qual lutar."

Segundo Kumar (1997) para os pós-modernos o "fracasso do comunismo" junto a outras experiências ideológicas de reconstrução social do mundo minou a confiança na política e na sua capacidade de reformar o mundo. Propagam um ceticismo em torno da política e das grandes narrativas e põe-se em relevo um processo de desengajamento político e da dissolução do sujeito coletivo - o pós-moderno desconstrói a possibilidade de engajamento em um projeto de sociedade, dada à fragmentação intensiva e extensiva das identidades, contudo, ao proclamar a inviabilidade histórica de tais projetos ao mesmo tempo mantém intocada a ambiência capitalista, deixando claro o quão são ilusórias as suas desvinculações políticas.

> O indivíduo racional, autônomo, da teoria liberal foi dissolvido – desconstruído – em uma multiplicidade de pessoas parcialmente coincidentes e mutuamente incompatíveis, com diferentes identidades e interesses. [...] Nessas condições, a "razão" ou a "verdade" tornam-se impossíveis, porque são objetivos irreais (KUMAR, 1997, p. 145).

E, nesse sentido, a falta de uma "metalinguagem universal" para Lyotard (1996) que venha validar as grandes narrativas implica na necessidade de abandono de metas como a emancipação humana e a sociedade racional, no seu lugar dispõe-se a atomização social.

Nesse processo, segundo Harvey (1992), já não se pode nem conceber o indivíduo alienado no sentido marxista clássico, vez que ser alienado "[...] pressupõe um sentido de eu coerente, e não-fragmentado, do qual se alienar" (p. 57). Assim, até mesmo uma assente problemática da modernidade – a alienação – é "pulverizada" pela voga pós-moderna, não por ter sido superada, mas por torna-se irracional e invisível à miopia desse movimento intelectual, entorpecido pelas últimas

consequências de uma propalada fragmentação da vida social. Entretanto, cabe-nos esclarecer que em termos concretos a alienação persiste atravancada na realidade e permanece enquanto problema concreto do mundo vivido, estando apenas imediatamente “encoberta” pela nuvem de fumaça criada pelo pós-modernismo.

O pós-moderno incide sobre uma forma particular de experimentar, interpretar e ser no mundo e essa constatação nos leva a visualizar o que Harvey (1992) aponta como talvez a mais problemática faceta do pós-modernismo:

> [...] seus pressupostos psicológicos quanto à personalidade, à motivação e ao comportamento. A preocupação com a fragmentação e instabilidade da linguagem e dos discursos leva diretamente, por exemplo, a certa concepção da personalidade. Encapsulada, essa concepção se concentra na esquizofrenia (não, deve-se enfatizar, em seu sentido clínico restrito), em vez de na alienação e na paranoia [...] (HARVEY, 1992, p. 56).

Para Deleuze e Guatarri (2011) há uma estreita relação entre esquizofrenia e capitalismo: a nossa sociedade produz no nível mais profundo do seu processo produtivo, de igual forma, esquizofrênicos e mercadorias, a diferença é que os primeiros não possuem valor-de-troca.

E mais: esses esquizofrênicos não constituem um ser coerente e capaz de conceber estratégias para construção de projetos que perdurem no tempo e incidam sobre a possibilidade de construção de um futuro radicalmente diferente.

Sobretudo, na “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997), na qual o sensacionalismo é o veículo da “consciência”, num processo intensivo de sucessão de imagens sem profundidade e não relacionadas no tempo – o mundo visto e resumido a uma superfície estéril de imagens, aparências, ilusões momentâneas, um espetáculo em múltiplas dimensões, incluindo-se aqui o político, o econômico, o social, o científico e, também, a diversão. Associada a ideia de fragmentação e de instabilidade do real está à entronização do presentismo e com ele a perspectiva anti-histórica do pós-moderno.

c) **Anti-história**: aponta para redução do vivido, a justaposição de “[...] uma série de presentes puros e não relacionados no tempo” (HARVEY, 1992, p .57).

O “fim da história” conforme Vattimo (1989) não é empregado em sentido apocalíptico, mas sim nos termos de “uma direção metodológica”: “Na prática historiográfica e sua autoconsciência metodológica, a ideia de uma história como processo unitário se dissolve [...]” (VATTIMO, 1989, p. 13).

O presente para os pós-modernos passa a ser a referência “material” do vivido, abandona-se o sentido de continuidade e de história. O presente é a única possiblidade e a história é pilhada (HARVEY, 1992). A ruptura com a perspectiva temporal traz ao pós-moderno uma forma particular de relação com o passado, ele lhe é indiferente e a forma de retratá-lo demonstra que o objetivo não é referenciá-lo como parte orgânica do presente. Ao invés disso o pós-moderno veicula o passado de forma constrangedora e irônica, por meio de imagens estereotipadas que o desvalorizam.

No campo pós-moderno o passado deixa de ser uma história na qual a gente pode se situar – perde sua significação – e adquire outra função: “[...] um brinquedo, a ser destruído e depois recuperado para finalidades estéticas” (KUMAR, 1997, p. 155).

Nessa medida a história é um palimpsesto[131], no qual é apagado o passado em si, a historicidade e a memória coletiva e em seu lugar propagam-se os simulacros, as imagens ou representações desse passado, mas sem a menor intenção de representar a história enquanto perspectiva vívida e processo em que estão articulados passado, presente e um senso de futuro.

> É consolador [...] e motivo de profundo alívio, pensar que o homem constitui apenas uma invenção recente, uma figura que ainda não tem dois séculos de idade, uma novidade em nosso conhecimento, e que ele voltará a desaparecer logo que o conhecimento descobrir uma nova forma (FOUCAULT, 1985 apud KUMAR, 1997, p. 112).

A rejeição do passado e interdição de um senso de futuro estabelece uma noção de um presente eterno, que encapsulado na superfície não tem preocupações com a profundidade do real, posto que a ruptura com a temporalidade o impele à “apreensão” do instantâneo.

Concomitantemente a desvalorização do tempo ocorre à valorização do espaço, havendo um deslocamento das relações de proximidade e de distância agora referenciadas no espaço e não mais no tempo – o plano do presente eterno é espacial – o pós-moderno firma-se em torno do contemporâneo e do simultâneo, “[...] em tempo antes sincrônico do que diacrônico” (KUMAR, 1992, p. 156).

---

[131] Manuscrito em pergaminho que seria posteriormente raspado e aproveitado para escrita de outros textos.

> A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história; com seus temas de desenvolvimento e estagnação, de crise e ciclos, temas de um passado sempre acumulador, com sua grande preponderância de mortos e a ameaçadora glaciação do mundo [...] A época atual será talvez, acima de tudo, a época do espaço. Estamos na época da simultaneidade: estamos na época da justaposição, do perto e do longe, do lado a lado, do dispenso. Estamos em um momento, acredito, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma longa vida desenvolvendo-se no tempo do que a de uma rede que liga pontos e se interliga com seu próprio grupo (FOUCAULT, 1985 apud KUMAR 1992, p. 157).

A compressão espaço-tempo significa segundo Harvey (1992) uma aceleração do tempo necessária à depuração dos problemas no âmbito do fordismo-keynesianismo (crise de 1973). Uma aceleração que demanda, por seu turno, acelerações na troca e no consumo. Ou seja, estamos falando da aceleração do tempo de giro do capital e mediante a qual os novos “estilos de vida” cumprem um papel preponderante, mantendo uma estreita vinculação com os “modos” de sentir, pensar e agir das ilações pós-modernas.

Dentre as inúmeras consequências desse processo Harvey (1992) destaca a volatilidade e a efemeridade das coisas – da moda, dos produtos, das ideias, das práticas, das ideologias, dos valores – cujo efeito é a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade, ações não só operadas no âmbito das mercadorias, mas no campo dos próprios estilos de vida, valores, relacionamentos e modos de pensar e agir. Aqui o pós-moderno cumpre uma tarefa ideológica fundamental: a de articular e coordenar esses novos hábitos e práticas sociais.

> [...] uma ‘revolução cultural’ na escala do próprio modo de produção; também aqui, a inter-relação do cultural com o econômico não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação (JAMESON, 1996, p. 18).

E nesse campo figuram o bombardeio de estímulos e a manipulação de gostos e de opiniões, saturando o mercado com imagens e signos que se adaptem às necessidades da “sociedade do descarte”. Para tanto, demandando a construção de novos sistemas de signos e imagens, imediatamente ligadas à ideia de consolidação de uma hiper-realidade - e com ela o delineamento de mais uma negativa pós-moderna, aquela ligada a desontologização da vida social.

d) **Anti-ontologia**: operada pelo processo de subsunção do real ao seu significado com a entronização da semiologização do real e com esta a sinalização da

identidade entre aparência e essência, da centralização do simulacro e da hipertextualidade;

A ambiência pós-moderna parece-nos mais uma máquina de fazer desaparecer as coisas ou pelo menos de construir ilusões acerca do fim delas do que qualquer outra coisa, no entanto, o seu limite é exatamente a objetividade da vida, posto que esta é insuprimível e irrefutável.

O pós-moderno ao buscar desconstruir a dimensão ontológica da vida social arvora-se na tarefa de refutar os elementos estruturadores dessa dimensão conforme dispostos por Lukács (2012), em particular, a realidade objetiva.

O cenário pós-moderno vincula-se ao contexto da “Revolução Informacional”, cujo panorama é essencialmente cibernético e informacional e cujo critério de operatividade é tecnológico, inscrito sob a hegemonia da informática. Assim, para esses pós-modernos, todos os esforços na atualidade sejam eles científicos, tecnológicos ou políticos versam sobre a informatização da sociedade. Esses argumentam que atualmente vivemos na “sociedade da informação” – dominada pela tecnociência –, onde a informação e a comunicação saturam a realidade de imagens e signos, operando no campo das simulações. Dessa maneira, os pós-modernos “[...] não nos informam sobre o mundo; eles o refazem à sua maneira, hiper-realizam o mundo, transformando-o num espetáculo” (SANTOS, 1986, p. 13).

Nessa medida o mundo é recriado pelos signos (semiurgia), nessa recriação a matéria e o espírito se “esvanecem” em imagens e em dígitos num fluxo acelerado e constante. Segundo Santos (1986) nesse processo a realidade se degrada em fantasmagoria (desreferencialização do real) e o sujeito perde a sua substância interior (dessubstancialização do sujeito).

Para os entusiastas pós-modernos na atualidade a mídia não só exerce o papel da comunicação, ela vem construindo um novo ambiente para o qual é preciso uma nova epistemologia social, haja vista que a nova realidade é eletrônica (digitalização social), composta por imagens e símbolos que obliteraram qualquer sentido de realidade objetiva.

> Jean Baudrillard chama de ‘extase da comunicação’, o nosso mundo, torna-se puramente um mundo de ‘simulação’, a geração, através de modelos, de um real sem origem ou realidade: um hiper-real (KUMAR, 1997, p. 134).

Na hiper-realidade não é mais possível distinguir o real e o imaginário, nem o signo nem o referente, o verdadeiro e o falso. O pós-moderno advoga a reprodução de simulacros, que se diferem das imagens convencionais, pois estes se constituem como cópias sem originais, firmados como “reproduções técnicas” que deixam de significar e de referir-se a algo.

O simulacro reproduz o mundo como um espetáculo, embeleza, amplifica, intensifica as cores, sobrepondo-se, segundo a lógica pós-moderna, a realidade, pois se torna mais atraente e interessante que a própria realidade e com isso as sensibilidades vão sendo modeladas por imagens sedutoras.

> Veja um close do iogurte Danone em revistas ou na TV. Sua superfície é enorme, lustrosa, sedutora, tátil – dá água na boca. O Danone verdadeiro é um alimento mixuruca, mas seu simulacro hiper-realizado amplifica, satura a sua realidade (SANTOS, 1986, p. 13).

Então, o mundo a luz dos pós-modernos consubstancia-se em: **Signo → Linguagem → Simulacro → Espetáculo.**

Nessa medida tudo se “dilui em informação e comunicação”? Cabe esclarecer: a realidade objetiva é subsumida, mas não se desmaterializa. “Por baixo do coberto semiótico” (KUMAR, 1997) há uma ordem econômica, a capitalista – classista, racista, patriarcal, homofóbica, etnocêntrica – filtrada por meio dos simulacros. Representações imaginárias, extravagantes e fragmentadas que manipulam e acondicionam a vida social, com o intuito de servir às necessidades do aqui e do agora, financiadas por capitalistas não por amor à arte, mas por interesses claramente político-econômicos e societários.

A comunicação, a informação e a linguagem adquirem centralidade no ambiente pós-moderno. Nesse cenário o conhecimento e os saberes se relativizam diante de uma colagem exótica e confusa de signos. Para os pós-modernistas não há um saber que se pretenda hegemônico, o fluxo infinito de linguagens e conhecimentos desloca o sentido de “sistemas sociais vistos como fixos e pré-definidos” e das referências oferecidas pelas “formas tradicionais” de compreensão do mundo, isto é, pelas visões de mundo universais.

> Nesse contexto, o indivíduo encontra-se flutuando num universo sem ponto fixo. O fato de pertencer a uma tradição [...] é somente uma das muitas modalidades possíveis de construção ‘pós-tradicional’ de auto-identidade [...] das formas de resolução simbólica do déficit de sentido causado pela

> exacerbação da tensão entre a extrema globalização dos fatos sociais e a extrema atomização das experiências dos indivíduos (RIVERA, 1998 apud DINIZ, ALVES, 2005, p. 37-38).

E a realidade, segundo Santos (2003 apud NETTO, 2010), responde na língua em que é perguntada e, nessa medida, cada método para os pós-modernos se configura como uma linguagem válida e concernente a um determinado fragmento.

e) **Anti-método**: alicerçado na entronização do ecletismo, no discurso do relativismo, na transgressão metodológica e na prática do próprio anarquismo metodológico;

O discurso pós-moderno faz parecer constrangedor qualquer tipo de ortodoxia, vez que ironicamente advogam que "qualquer tradição" aparentemente tem a sua validade. Para os pós-modernistas na "era da informação" é impossível impor uma forma de reorganização cultural baseada em quaisquer ortodoxias modernistas e em qualquer tentativa de totalização – classificada por eles como totalitarismo. Desse modo, declaram o fim das metanarrativas.

> O pós-modernismo assinala a morte dessas 'metanarrativas', cuja função terrorista secreta era fundamentar e legitimar a ilusão de uma história humana 'universal'. Estamos agora no processo de despertar do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo reformado do pós-moderno, essa gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem que renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo [...] A ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reinvindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas (EAGLETON, 1995, p. 34).

Ao abandonar os amplos esquemas de compreensão do mundo o pós-moderno incorpora como perspectiva de sua "análise" a "pluralidade" dos discursos (FOUCAULT, 2007)[132] ou os jogos de linguagem (LYOTARD, 2004), pois ao suplantar a viabilidade de se continuar com o projeto racionalista e iluminista da modernidade, mediante a representação da vida social como caos, acolhe em seu lugar a ideia de fragmentação e de efemeridade e em razão contrária rechaça a possibilidade de haver

---

[132] Nessa medida Foucault afirma que o homem não deve ser o fundamento das ciências humanas, mas sim as práticas discursivas que constituem e constroem esse homem, o autor, assim, atribui à linguagem o *status* de primado da condição humana.

qualquer metalinguagem junto a qual todas as coisas poderiam se conectar ou estarem representadas.

Todos os discursos fluem e se interpenetram e todos são igualmente produto de práticas específicas e, dessa forma, não pode haver uma leitura privilegiada de nenhum deles ou de qualquer prática cultural, nenhuma atribuição de significado universal ou de autenticidade deles. Nessa medida, nenhum autor pode ser o "vetor privilegiado do significado" (KUMAR, 1997).

"Os textos são abertos, estruturas 'dialógicas', trespassadas por 'aporias' (contradições que se ramificam) e 'heteroglossia' (pluralidade de vozes)" (KUMAR, 1997, p. 141). Dessa forma, Feyerabend (2007) questiona se devemos "[...] realmente acreditar que as regras "ingênuas e simplórias" que os metodólogos tomam como guia são capazes de explicar tal labirinto de interações [...]" (p. 32).

Partindo dessa compreensão alguns autores do campo pós-moderno assinalam que da mesma forma que não existe uma teoria social que venha a articular todos os fragmentos da vida social e que possa desse modo imprimir alguma direção ou sentido comum para o mundo, também, não é possível que um único método venha prescrever um caminho metodológico a ser seguido, há de haver mais liberdade.

Segundo Feyerabend (2007) os eventos, os procedimentos e os resultados articulados pela ciência no esforço de investigação e de compreensão das coisas e do mundo não têm uma estrutura comum, não havendo elementos presentes em todos os processos investigativos e nem os que estejam ausentes em outros.

> A pesquisa bem-sucedida não obedece a padrões gerais; depende, em um momento, de certo truque e, em outro, de outro; os procedimentos que a fazem progredir e os padrões que definem o que conta como progresso nem sempre são conhecidos por aqueles que aplicam tais procedimentos. [...] Uma teoria da ciência que delineia padrões e elementos estruturais para todas as atividades científicas e os autoriza por referência à 'Razão' ou 'Racionalidade' pode impressionar os observadores externos – mas é um instrumento grosseiro demais para as pessoas envolvidas, isto é, para os cientistas enfrentando algum problema de pesquisa concreto (FEYERABEND, 2007, p. 19-20).

O que o autor assinala é que a ciência se constitui como um empreendimento essencialmente anárquico, sendo essa anarquia mais humanitária que as alternativas que apontam para a lei e a ordem, pois prescindem de obstáculos calcificantes e reconhecem a complexidade das mudanças humanas e o caráter imprevisível das consequências últimas de qualquer ato humano.

Ainda segundo o autor, podemos operar no campo do conhecimento contraindutivamente, isto é, utilizando hipóteses que contradigam frontalmente teorias já confirmadas e, dessa forma, obter evidências que não poderíamos alcançar de outra maneira.

A proliferação de teorias é vista como benéfica ao contrário da uniformização do pensamento que embota o poder da crítica e as possibilidades de desenvolvimento do indivíduo. A única forma de não inibir o progresso, nessa concepção, é o “tudo vale”, é preciso se ter liberdade e se opor às restrições que impeçam o indivíduo de se desenvolver livremente. As leis da razão ou da prática científica, bem como a ideia de um método que contenha princípios firmes e imutáveis são classificadas como estultificantes (FEYERABEND, 2007).

Nessa medida, é possível apontar que o conhecimento pós-moderno é relativamente “imetodológico” (NETTO, 2010). A adjetivação relativa interposta a ele se justifica na medida em que ele não constitui um método em particular, mas ao imprimir-se como uma visão de mundo percorre e aponta para um caminho, o do ecletismo metodológico, que abre segundo Netto (2010), a via da “glorificação da transgressão metodológica”, pois o apenso à “pluralidade” de métodos propalada pelos pós-modernistas em tempos de revoluções científicas só é possível por essa via - cristalizando a natureza eclética do pós-modernismo e levando-a as suas últimas consequências.

Esse debate associa-se no ambiente pós-moderno à noção de crise dos paradigmas sustentada por Kuhn (2003), onde essa encontra seu sentido e seus desdobramentos, haja vista vincular-se aos macro-processos ocorridos nas últimas décadas do século XX.

Kuhn (2003) refere-se à noção de paradigma como sendo uma “constelação” que compreende leis, teorias, aplicações e instrumentos e que oferece um modelo de investigação para a ciência. Estabelecido um paradigma – tornado hegemônico –, todas as atividades de pesquisa sustentadas por ele constituem aquilo que se chama de ciência normal. No entanto, quando em suas fronteiras acumulam-se problemas sem solução e cuja magnitude comprometem a funcionalidade da ciência, firma-se uma crise que geralmente inaugura uma revolução científica, cujo fim último é a transição de um paradigma a outro.

Segundo Kuhn (2003) essa noção de paradigmas se aplica às ciências paradigmáticas, àquelas que compartilham de um mesmo paradigma e isto não se aplica as ciências sociais. Nesse sentido Netto (2004) argumenta: entre as ciências naturais e sociais não se vislumbra nem uma “hegemoneidade epistemológica” e nem uma consensualidade científica[133].

Todavia, a despeito dessas particularidades – no rescaldo do contexto sócio-cultural marcadamente pós-estruturalista – nas últimas duas décadas do século XX o discurso da “crise dos paradigmas” generaliza-se e vincula-se diretamente ao campo das ciências sociais.

Notadamente observamos a correlação entre o discurso pós-moderno e a crise de paradigmas não apenas por esses se desenvolverem simultaneamente, mas pelo fato de que é impossível dissociá-los. A crise dos paradigmas imbricou-se ao debate em torno de um pretenso “fim da modernidade” e a transição à “pós-modernidade”. Os desdobramentos e efeitos dessa imbricação culminaram na seguinte problemática:

> [...] os paradigmas clássicos (e, obviamente, a racionalidade que os sustentava), elaborados no processo da modernidade, entram em colapso porque a socialidade que lhes era subjacente já não dispõe de efetividade histórica (NETTO, 2004, p. 129).

Nessa seara, os apologistas pós-modernos travestem a crise do capital, que já começa a dar seus sinais nos fins dos anos sessenta do século passado e que se consolida na década subsequente, em a crise da modernidade. E com isto operam no sentido da busca de invalidação das teorias sociais sistemáticas e universalizantes, da própria razão ilustrada, da política, da ética, do método, isto é, de uma instrumentalidade coerente e macrossocial. Acusando-as de deterministas, totalitárias, reducionistas, anacrônicas e incapazes de dar conta das especificidades e das requisições contemporâneas.

Por outro lado, assinalando a emergência de uma transição paradigmática que conduz ao pós-moderno. Com uma nova sensibilidade social e uma nova cientificidade, pautadas numa espécie de agnosticismo – a verdade tomada como factual e momentânea – impregnado pelas noções de relativismo e de transgressão

---

[133] Netto (2004) assinala que independentemente dos juízos que se possam formular acerca das teses kuhnianas “[...] esta reserva é inteiramente legítima e procedente [...]” (p. 126-127).

metodológica, mediante um mosaico científico, cujo privilegio gira em torno das singularidades empíricas (MAFFESOLI, 1998, p. 49).

Para os pós-modernistas, o mundo não dispõe de oradores com identidades coerentes e estáveis e não há uma conexão clara entre tudo isso, sobretudo, uma teoria social e uma política que venha a articular todos esses elementos e venha a imprimir alguma direção. O que há é o desconstrucionismo baseado na diferença, um mundo alicerçado num individualismo radical levado as suas últimas consequências[134].

Todavia, ao apanharmos o pós-moderno como complexo a despeito de sua diferenciação interna é possível apreender no campo dos seus denominadores comuns o ataque à teoria social crítica. Nenhuma outra teoria social, dentre todos os demais presentes no campo do pensamento moderno, foi tão atacada pela ideologia pós-moderna. Tal investida tem por objetivo desacreditar, deslegitimar e desconstruir o marxismo enquanto um pensamento inteligível e factível de leitura da realidade. O pós-modernismo tem, sem dúvida, dentre suas constâncias o viés anti-marxista.

f) **Anti-marxismo**: as elaborações pós-modernas miram imprimir o sentido de fim ao marxismo e "mediante esse vazio" buscam se colocar como uma nova direção. E, nesse sentido, gozam de certa popularidade dada a sua natureza geral eclética e o sincretismo de suas manifestações.

Para Netto (2004a), as críticas formatadas pelos pós-modernistas à tradição marxista os colocam numa posição de vanguarda do anti-marxismo contemporâneo, sobretudo, quando a identificam com a linhagem naturalista-positivista (positivismo)[135].

> Não ponho em causa que certas vertentes marxistas devam ser tratadas – de direito e de fato – como expressões positivistas e/ou neopositivistas. Mas assimilar uma tradição rica e diferenciada, como é o caso da fundada por Marx, às suas vertentes vulgarizadas, é mais que grave equívoco: é má fé (NETTO, 2004a, p. 138).

---

[134] E um mundo sem possibilidade de redenção, essa sempre foi uma ambição ilusória e fracassada da modernidade – o pós-moderno revela-se anti-utópico e resignado diante dos dramas da humanidade.

[135] Os pós-modernos em sua problematização epistemológica assentam a ideia de que os paradigmas dominantes em boa parte do século XX (estrutural-funcionalismo e marxismo) entram em crise com o colapso da modernidade. E nessa medida emergem as abordagens culturalistas impingindo nas ciências sociais um mergulho nas questões do cotidiano, dos modos e dos estilos de vida, bem como do imaginário social – centralização da cultura. Ao fim descerrando uma crise de paradigmas, cujo cenário é a polarização entre o naturalismo-positivista e o culturalismo-hermenêutico.

Para os apologistas do pós-modernismo o socialismo de alguma forma existiu e fracassou, portanto, está morto e a utopia a ele vinculada morreu também. A “queda do comunismo” para os pós-modernos indica que o pensamento moderno chega a sua crise final e com ele a implausibilidade do marxismo, e, dessa forma, inaugura-se um era pós-marxismo.

> [...] o colapso do comunismo[136] foi o que apressou a morte das ambições modernas que desenharam o horizonte da história europeia (ou influenciada pela Europa) nos dois últimos séculos. Esse colapso nos abriu a porta de um mundo ainda não explorado: um mundo sem uma utopia coletiva, sem uma alternativa consciente à mesma (BAUMAN, 1992, s/p).

O fracasso do socialismo na Europa Oriental, segundo Kumar (1997), mesmo considerando a forma peculiar que este tenha assumido, não pode deixar de afetar a possiblidade de se implantar um socialismo autêntico, sobretudo, nas sociedades ocidentais.

A experiência socialista vivenciada no leste europeu tornou mais difícil a tarefa de organização e articulação do socialismo nas sociedades ocidentais. E, nessa medida, como o marxismo não se constitui apenas como um instrumental analítico está intimamente ligado à perspectiva da revolução socialista, se vê inevitavelmente afetado por esse “golpe histórico”. Talvez a extensão negativa desses acontecimentos como base para o questionamento do marxismo se expresse na afirmação de Luxemburgo (1999) que apreende que o marxismo como teoria é moldado pela perspectiva da revolução socialista.

---

[136] O colapso do comunismo na Europa Oriental e na ex-URSS é vinculado aos atos de 1989. Segundo Mandel (1989) uma revolução política pacífica contra a burocracia estatal e partidária toma a cena dos países socialistas promovendo uma virada no leste europeu. Todavia, acontecimentos caracterizados por uma grande contradição, por um lado, a mobilização de massas antes vistas nas ex-República Democrática Alemã, ex-Tchecoslováquia e ex-URSS, que se mobilizavam em torno de uma mudança radical de regime político, posto que a ditadura burocrática havia perdido toda a sua legitimidade junto as massas revolucionárias. De outro, a burguesia internacional exultava a vitória do capitalismo e a falência do socialismo, o intento era restaurar o capitalismo nesses países. Nessa seara o que falia era o stalinismo e não o socialismo, o que estava desagregando era “[...] a "economia de comando", estreitamente ligada ao "Estado de comando", isto é, ao despotismo, à ditadura burocrática” (MANDEL,1989, s/p).

Assim quando o pós-modernismo fala em fim das metanarrativas ele refere-se especialmente ao “fim” da “grande narrativa” do marxismo. Para Fukuyama (1992) ao declarar o “fim da história” não significa que todas as alternativas se esgotaram, mas que uma delas venceu; significa que o comunismo foi derrotado pelo capitalismo e que essa derrota não deixou o mundo sem visões, dissemina-se pelo mundo os valores da sociedade de mercado liberal.

Habermas (1981apud KUMAR, 1992) refuta a ideia de que o pós-modernismo se põe contra a razão ou contra as metanarrativas em geral, para ele o pós-moderno rejeita unicamente o marxismo, ao passo que legitima as grandes narrativas do liberalismo ocidental. O que o presente mostra

> [...] é o fluxo constante que caracteriza o capitalismo e sua tendência de transformar-se, de maneira a conceder a si mesmo mais espaço e mais tempo [...] sinais de redistribuição das energias e do espírito de inciativa capitalista na era da globalização. Este fato sugere mais continuidade do que mudança e força, não vulnerabilidade (KUMAR, 1997, p. 173).

Ao fim e ao cabo o pós-moderno cria em torno de si e do mundo uma “cortina de fumaça”, fazendo transparecer

> [...] um mundo de presente eterno, sem origem ou destino, passado ou futuro; um mundo no qual é impossível achar um centro ou qualquer ponto ou perspectiva do qual seja possível olhá-lo firmemente e considerá-lo como um todo; um mundo em que tudo o que se apresenta é temporário, mutável ou tem o caráter de formas locais de conhecimento e experiência. Aqui não há estruturas profundas, nenhuma causa secreta ou final; tudo é (ou não é) o que parece na superfície (KUMAR, 1992, p. 157-158).

Esse entendimento em torno do pós-moderno, a bem da verdade, só demonstra o que ele aparenta ser, a sua superfície. Curiosamente o pós-modernismo se apresenta como algo que “não pode” ser refutado, uma vez que tem, como aspecto fundamental, a separação total de todos os “seus discursos”. Como uma “realidade celular” (KUMAR, 1992) ele não se oferece como teoria social ou método e com isso “suplanta” a possibilidade de se deixar examinar. No entanto, nosso esforço é o de tentar recombinar todos esses elementos, embora diferentes e compartimentalizados, presentes em seu interior e de uma forma ou de outra mantendo uma articulação entre si, a fim de apanhá-lo mesmo como uma difusa, confusa e extravagante visão de mundo, mas que possui efeitos imediatos nas práticas sociais.

O pós-moderno é esse emaranhado de coisas difusas e fluídas, mas, não o é despropositadamente, essa face esquizoide, nos termos de Eagleton (1995), ao fim incide sobre um modo de pensar, de sentir e de agir no mundo que vem reforçando uma prática social consternadora, apolítica, apartidária, desmobilizadora e que se consolida mediante a desconstrução de projetos, princípios e valores coletivos. Cumprindo uma função ideológica precípua à reprodução social capitalista e na razão inversa "interditando" a possibilidade de construção de um futuro radicalmente diferente.

Diante do exposto é preocupante a constatação de que seus elementos estruturadores estão sendo incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social. Produção calcada na realidade - como já aferia Iamamoto (2001) à realidade para nós não é um mero "pano de fundo", nos inserimos e intervimos nela, é nela que a nossa prática se expressa e encontra o seu sentido e inteligibilidade – e que orienta os assistentes sociais à medida que expressam a captura desse real e articulam as estratégias para a prática profissional.

Se a produção do conhecimento expressa à extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social nos cabe questionar diante das inflexões pós-modernas nela como estamos procedendo em **larga escala** à leitura de nossos objetos de pesquisa e de intervenção e, mais, de que forma e, em que direção, encaminhamos as respectivas respostas profissionais às requisições postas no âmbito da profissão.

Compartilho com as afirmações de Netto (2005) e Mota (2013) acerca da maturidade intelectual da profissão, sobretudo, considerando o importante rol de interlocutores do debate profissional e o conjunto significativo de suas produções, não obstante observamos no presente trabalho que a despeito dos vetores críticos da profissão- delineados no fulcro desse amadurecimento teórico-metodológico – firma-se, em alguma medida, um hiato também[137] entre a literatura referenciada no Serviço Social e o conjunto mais amplo das produções no interior dos seus Programas de Pós-graduação – considerando o período e o universo pesquisados, conforme foi possível observar no conjunto de teses analisadas, onde se expressaram a incorporação tanto

[137] O emprego do advérbio <**também>** se justifica em razão de que existe outro tipo de hiato no interior da profissão já mencionado por Netto (capitalismo monopolista), aquele existente entre a produção de uma cultura crítica no interior da profissão e a intenção de se romper com o conservadorismo profissional e os indicativos prático-profissionais no cotidiano institucional – no campo da execução.

indiscriminada quanto consciente de autores e teses concernentes ao universo das elaborações pós-modernas.

O que confirma a nossa hipótese inicial de que no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social é possível verificarmos a incidência de inflexões da ideologia pós-moderna e, em virtude do viés teórico-político contido nesta, o estabelecimento de uma tensão entre a direção social-estratégica assumida no cerne do projeto profissional hegemônico da categoria e as apropriações neoconservadoras presentes no conjunto desses trabalhos que analisamos.

Vale acrescentar que em maior dimensão essas inflexões se fazem presentes no interior dessa produção por meio da imprecisão ou inconsistência teórico-metodológica acerca das narrativas teóricas e de seus respectivos métodos. Mediante o processo de análise das teses foi possível identificar que muitos autores(as) não compreendem e não apropriam-se suficientemente do próprio método escolhido para análise, o que significa que essa escolha se dá por motivos formais (exigência metodológica) ou políticos (congruência com os indicativos políticos da profissão) e não por clareza teórico-metodológica de que esse caminho é o melhor a seguir, mediante a certeza de que ao apanhá-lo é possível apreender a realidade investigada em sua complexidade e, dessa forma, construir um conhecimento amplo e coerente capaz de esclarecer o objeto tomado como problemática de análise. O que nos leva a concluir que em alguns casos a pesquisa é realizada em alguma medida pela intuição.

Já as apropriações conscientes ora são justificadas em favor do ecletismo ou do relativismo metodológico, tendo em vista o “entendimento” de que as requisições postas à profissão, tanto em termos de elaboração teórico-metodológica quanto no que diz respeito à prática, exigem respostas profissionais que não podem ser dadas à luz do marxismo, haja vista argumentarem que existem “lacunas e insuficiências do mesmo em relação a determinadas questões não suficientemente tratadas em seu interior” ou porque “dizem respeito aos novos elementos postos no mundo contemporâneo”, portanto, não podendo ser respondidas pelo marxismo.

De uma forma ou de outra a ideologia pós-moderna adentra no campo das leituras e elaborações do Serviço Social, imprimindo nessas a forma particular de visão de mundo pós-moderna e, o mais grave, inflexionando a prática no interior de nossa profissão – já marcadamente eclética e sincrética – à sua direção difusa, desarticuladora, consternadora, compartimentalizada.

De certo que essas incorporações se concentram, dentre o conjunto de trabalhos que pesquisamos, mais em algumas áreas temáticas do que em outras. Como visto no decorrer dos capítulos de nosso trabalho, as teses analisadas concentraram-se no universo das seguintes temáticas: feminismo e gênero; trabalho; comunicação, redes e mediação digital[138].

No que concerne às temáticas do **feminismo** e do **gênero** é flagrante a assimilação das teses pós-modernas, tendo em vista a articulação histórica e epistemológica entre as origens e o espraiamento do pós-modernismo e a segunda "onda do feminismo". Essa segunda "onda feminista" remonta à influência da psicanálise no debate feminista, onde a centralidade da luta política é deslocada em favor das questões inscritas no campo da identidade e da diferença sexual, da subjetividade e do simbólico. Movimento que "cai como uma luva" diante da regressiva cultural operada pelo pós-modernismo.

No tocante a questão da **comunicação**, das **redes** e da "**digitalidade social**" observamos que tais temáticas encontram-se submersas na lógica pós-moderna, posto que estão imediata e intrinsecamente ligadas à noção de "sociedade da informação", comandada pela tecnociência e pela comunicação e expressa nos termos da compressão do tempo pelo espaço, da discursialidade e da hipertextualidade, dos simulacros e do espetáculo. Um novo perfil sócio-cultural que, segundo os pós-modernos, incide sobre a necessidade de se articular uma "pluralidade" de discursos que possibilitem apanhar os novos processos e as novas relações nesse "novo mundo" (pós-moderno, pós-industrial, pós-fordista, pós-histórico, pós-marxista).

A profusão de obras e artigos pós-modernos que visam debater e esclarecer esse novo perfil trazem no contexto de seus argumentos a articulação das noções de "conectividade, acessibilidade e sincronicidade" como substitutivos das categorias ontológicas e reflexivas de "explicação da realidade". Operando, nesse sentido, o deslocamento da compreensão do mundo a partir da ontologia social para o epistemologismo imaterial.

---

[138] Também analisamos teses, embora em menor proporção, que abordaram as seguintes temáticas: saúde; democracia; adoção; e juventude.

Já o tratamento dado à categoria **trabalho** pelos pós-moderno, sindicamos que seus fins se inscrevem fundamentalmente no âmbito do domínio epistemológico e ideológico. De certo que a partir dos anos 1980 novos processos e relações se firmaram: em torno do trabalho, enquanto questão específica, e; em torno das relações de produção, enquanto questão geral. Como consequência muitas questões surgiram em torno desse debate e precisam ser suficientemente esclarecidas. A despeito das ilações pós-modernas, no interior da tradição marxista vêm-se acumulando uma massa crítica capaz de iluminar tais questões, para tanto, oferecendo um arsenal de argumentações inteligíveis e fecundas que apontam que as últimas transformações ocorridas no âmbito do binômio capital-trabalho ao fim incidem sobre a compreensão de que as metamorfoses, embora substantivas, no capitalismo contemporâneo não significaram do ponto de vista histórico-social que a dinâmica social atual inscreve-se fora da ordem capitalista, pelo contrário, prossegue vinculada ao movimento do capital e com isto, também, permanece incólume a centralidade do trabalho e nossa sociedade, tendo em vista ser esta a fonte de geração de toda riqueza social.

Nessa medida, desfaz-se a voga de fim da sociedade do trabalho ou de expurgação da centralidade ontológica do mesmo na sociedade atual. E com isso descredibiliza-se a tentativa pós-moderna de decretação do “fim da modernidade” e, com esta, de “fim do marxismo” como narrativa factível e inteligível de leitura da realidade contemporânea.

> Se esta linha de raciocínio é pertinente, então se desfazem as bases sobre as quais o campo pós-moderno sustenta a emergência de um estágio (ou qualquer que seja a designação que se possa dar) sócio-cultural que fratura a história contemporânea da nossa sociedade – retirando, pois, legitimidade seja à postulação de uma pós-modernidade fática, seja à recusa do programa emancipador moderno (NETTO, 2005a, p. 137).

O que se pretende com tal discurso firmado como mais uma frente de ataque e de desmonte das postulações fundadas a partir da matriz marxiana é, com isso, se colocar como a narrativa plausível da “nova” ambiência socio-cultural. Ratificando a nossa tese de que a despeito da diferenciação interna o “pensamento pós-moderno” tem em si uma finalidade unitária: reproduzir-se como ideologia.

Acrescentamos que as inflexões pós-modernas contidas no conjunto de trabalhos que analisamos se dão, sobretudo, no tratamento das particularidades dos

objetos, pois as contextualizações e problematizações se dão do ponto de vista da totalidade e calcadas nos processos do real concreto – a exceção das teses que claramente tomaram o conjunto de elaborações pós-modernas como o farol de suas investigações e análises.

Essa constatação nos leva a inferir que embora esse conjunto de teses parta de uma análise e de um referencial que proceda a sua análise com base no real concreto, apanhando as determinações e os processos concretos da vida social, considerando o já exposto no campo da legalidade social (dimensão das universalidades), ao tomar os objetos em suas singularidades (dimensão do cotidiano) o faz "suprimindo" o espaço das particularidades (dimensão das mediações), que ligam, por sua vez, esses objetos singulares à dimensão da universalidade. Dessa forma, afastando do raio de suas análises os processos e referenciais macrossociais que sustentaram inicialmente o processo de problematização de suas investigações, reduzindo as suas análises à dimensão do fragmento, do caso, do individual, da superfície e do imediato – como se os objetos se autoproduzissem e se auto explicassem.

Podemos inferir que em alguma medida a falta de apropriação do método crítico dialético no interior do Serviço Social - a despeito dos influxos marxistas na profissão desde o processo de renovação - é uma das portas abertas ao campo de apropriações indiscriminadas não só das elaborações pós-modernas, mas também de outras vertentes teórico-metodológicas.

A pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 2006, na qual se avalia o processo de implementação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, apontou que há uma insuficiência no tocante a apreensão do método crítico-dialético nos currículos analisados e, nessa medida, as categorias de análise não são tomadas como modos de ser da realidade objetiva e as mediações sócio-históricas não são apanhadas como forma de superação da "[...] defasagem entre o discurso genérico da realidade e os fenômenos singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho" (GOMES, 2012).

Dentre outras justificações, os autores utilizam-se da ideia de que é preciso dar respostas imediatas e concretas às mais diversas demandas postas ao assistente social no nível do cotidiano e isso implica articular ações nos microespaços e nas

microrrelações de poder. O que suplantaria quaisquer possibilidades de articulações macrossociais ou universalizantes, quer seja na problematização das respostas profissionais, quer seja na emissão propriamente dita delas. Ao fim, o que se argumenta, dessa maneira, é a “impossibilidade” de suspensão do cotidiano e de sua imediaticidade no campo da prática profissional, nos termos aferidos por Netto (2001).

> Parece-me que a cultura profissional do Serviço Social apresenta-se privilegiadamente receptiva para os influxos pós-modernos. A recusa pós-moderna das macro-teorias, da categoria da totalidade, da análise ontologicamente fundada adequa-se como uma luva para a profissão que historicamente incorporou o pragmatismo e tolerou, no limite, as ‘teorias de médio alcance’ [...] Os impactos pós-modernos, enfim, podem chancelar, com argumentos aparentemente novos, consolidadas características no plano profissional operativo: a centralidade da ‘mudança cultural’, a ênfase nas singularidades, a valorização do trabalho focalizado, a reificação do microssocial, etc. (NETTO, 2004a, p. 140).

Identificadas a natureza, a presença e as mediações das inflexões pós-modernas no interior da produção do conhecimento em Serviço Social nos resta ponderar acerca do significado para a profissão dessas incorporações. E, nesse sentido, cabe remetermo-nos ao processo de renovação do Serviço Social que dentre outras transformações, segundo Netto (2005a), trouxe à profissão influxos críticos que puseram em xeque o seu tradicional conservadorismo, apesar deste último não ter se imiscuído decisivamente.

Nos marcos desse processo o Serviço Social – embalado pelas demandas democráticas da sociedade brasileira no contexto socio-histórico – construiu um projeto profissional vinculado às demandas da classe trabalhadora e à necessidade de transformação da ordem social capitalista. Tal projeto apresenta-se laicizado e ideologicamente diferenciado do projeto anti-moderno concernente à gênese da profissão.

Segundo Netto (2004) esse projeto teve como “chão histórico” a recusa ao conservadorismo teórico-político, o arrefecimento e posterior derrota da ditadura, a efervescência das lutas sociais, a instauração da “Nova República”, o processo da Constituinte e, posteriormente, a resistência à investida neoliberal.

Um projeto profissional coletivo e claramente vinculado a um projeto macrossocietário e que goza de hegemonia no interior do Serviço Social, o que

> [...] implica o predomínio de uma concepção que fornece um corpo de valores e princípios a partir dos quais se constrói uma espécie de imagem ideal da profissão. Essa auto-imagem envolve aspectos teóricos, políticos, organizativos e jurídico-legais com os quais se identifica a categoria" (BRAZ, 2007, p. 05-06).

Hegemonia conquistada no interior do Serviço Social pelo projeto ético-político profissional na década de 1990, mediante a atuação das vanguardas profissionais que impulsionaram o debate acerca do *ethos* profissional, balizadas pela recusa ao conservadorismo e pelo movimento de ruptura com o Serviço Social Tradicional. Deste modo, Inaugurou-se uma nova fase e imprimiu-se uma nova direção social e estratégica para profissão, por sua vez, com base crítico-analítica e alinhada às lutas sociais mais gerais da classe trabalhadora. Isso deveria distanciar o Serviço Social de uma voga pós-moderna, cuja matriz ideológica e os objetivos societários se põe diametralmente em oposição aos objetivos cunhados e legitimados no núcleo central da profissão.

Desta feita, levando-se em consideração que o conservadorismo não foi expurgado da cultura profissional, que se é possível observar em frações da profissão uma cultura anti-marxista, que a conjuntura atual é desfavorável aos setores democráticos da sociedade brasileira, que as condições sócio-políticas se firmam na contramão dos anseios e dos objetivos inscritos no marco do projeto ético-político profissional, e que o discurso pós-moderno se generaliza tanto no âmbito da universidade brasileira como das ciências sociais que estão em interlocução com a profissão - é factível que as inflexões pós-modernas identificadas no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social (se capilarizadas) inaugurem, mesmo que ainda de forma tímida, mas não menos preocupante, o questionamento da atual direção sócio-estratégica da profissão, tanto em termos do projeto profissional de modo geral quanto no que diz respeito às perspectivas de orientação de sua instrumentalidade – que envolvem a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política, ideocultural e técnico-operativa, que imprimem a capacidade de dar respostas às demandas postas à profissão, bem como apontam a direção delas (GUERRA, 2004).

> [...] as raízes anti-modernas do conservadorismo do Serviço Social tornam-no habilitado a capitalizar e a integrar, na sua luta contra os avanços profissionais, muito das concepções e proposições pós-modernas. Assim, mesmo que os defensores da pós-modernidade no Serviço Social se disponham a demarcar-se nitidamente da política dos segmentos

> conservadores (e há, de fato, no plano ídeopolítico e cultural, muitas diferenças entre eles), é fortíssima a probabilidade da sua aliança com tais segmentos (NETTO, 1996, p. 118).

A capilarização dessas inflexões se massificada pode expor e vulnerabilizar a hegemonia do atual projeto profissional e a direção social imediatamente ligada a ele, já que, por seu viés neoconservador, pode de fato significar a deflagração de um processo de rearticulação das frações que advogam em favor do conservadorismo profissional que persiste no interior do Serviço Social. E esse movimento endógeno, encontrando ressonância exógena diante da regressiva sociocultural que se generaliza nas articulações do capitalismo contemporâneo, pode inaugurar outro momento na profissão e certamente este não é prenhe de demandas revolucionárias.

> O fato de esta generalização se nutrir de verdadeiras tolices não lhe retira a eficácia. [...] Dois exemplos, absolutamente verdadeiros, são aqui ilustrativos: 1º num debate realizado há poucos anos, numa universidade pública brasileira de primeiro nível, um docente discorreu longamente sobre o fato de a teoria marxista ser pródiga em grandes painéis históricos, mas avara em 'análises concretas' [...]; 2º mais recentemente, num programa de pós-graduação em Serviço Social que com justiça é reconhecido como um programa de excelência, uma candidata ao título de doutora, que defendia uma tese centrada em teoria política, esclareceu à banca que não escolhera Marx como objeto de exame porquê [...] na obra de Marx não lhe parecia haver uma tematização específica da política! (NETTO, 2004a, p. 139).

Considerando essas possibilidades regressivas para o Serviço Social corroboramos com Eagleton (1998) quando o mesmo afirma que o pós-moderno é um discurso radical com efeitos práticos claros e imediatos e a isso **CABE A NÓS RESISTIR.**

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Guilhon. **Instituição e Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ALMEIDA NETO, Honor de. **O Trabalho Infantil na terceira Revolução Industrial.** Porto Alegre: PPGSS/PUC-RS, 2004.

ALMEIDA, Mª Helena T. (org.). **Trabalho e Seguridade Social:** percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008. pp.152-174.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ALVES, Maria Magdalena. **Trabalhador/Empresário, Empresário/Trabalhador:** um cotidiano construído passo a passo. São Paulo: PPGSS/PUC-SP, 2001.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
_____. **O fim da história**: de Hegel a Fukuyama**.** Rio de Janeiro: Zahar, 1992. 145p.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003. p.258.

_____. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. São Paulo: 1998. 155p.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**.** São Paulo: Boitempo, 2000. 365p.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Sentimento do Mundo.** Rio de Janeiro: Record, 2006. 117p.

_____. **A Rosa do Povo.** Rio de Janeiro: Record, 2000. 214p.

ARCARY, Valério. As lutas decisivas são as que o futuro nos reserva. Crise econômica mundial e turbulências no sistema internacional de Estados em perspectiva histórica. **Revista Inscrita**. Ano VIII - nº XI – maio de 2009. Brasília: CFESS, 2009. pp. 05-10.

ARRUDA, Marina Patrício de. **A prática da mediação em busca de um mediador de emoções.** Pelotas: Seiva, 2004. 218p.

BADARÓ, Marcelo. Classes Sociais e luta de classes. **Revista Em Pauta,** Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-56, nov. 2007.

BARROCO, Maria Lúcia. **Fundamentos éticos do Serviço Social. Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760p.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** São Paulo: Cortez, 2012. 261p.

BAUMAN, Zigmunt. Pallares-Burke, Maria Lúcia Garcia. Entrevista com Zigmunt Bauman. **Tempo Social,** São Paulo, v.16, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Em Busca da Política.** São Paulo: Jorge Zahar, 2000. 213p.

_____. **Modernidade e Ambivalência.** São Paulo: Jorge Zahar, 1999 334p.

_____. **Globalização: as consequências humanas.** São Paulo: Jorge Zahar, 1999

_____. **O Mal-estar da Pós-modernidade.** São Paulo: Jorge Zahar, 1998. 272p.

BATLER, Judith. Fundamentos Contingentes: feminismo e o pós-modernismo**.** **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 11. p. 11-42., 1998.

BEHRING, Elaine Rosseti. et al (orgs.) **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010. 309p.

_____. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine R. e ALMEIDA, Maria Helena Tenório**.** **Trabalho e Seguridade Social:** percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008. 252p.

_____. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete e et. al. (org.) **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008b. pp.44-63.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. 213p. (Biblioteca Básica de Serviço Social vol. 02).

_____. **Brasil em Contra-reforma:** desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. 304p.

_____. **Política Social no Capitalismo Tardio.** São Paulo: Cortez, 2002. 199p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 434p.

BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-industrial:** uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007. 222p.

BOAS, Franz. **A Formação da Antropologia Americana 1883-1911.** Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, 2004. 423p.

BOCCARA, P. Quelques indicações sur la revolution informationnelle. **La Pensée**, n. 242, setember, 1984.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeira: LTC, 1987. 379 p.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social pública ainda é possível. **Revista Inscrita,** Brasília, n. 10, p. 31-36, nov. 2007.

_____. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre a originalidade e o conservadorismo. Brasília: UNB, 2003. 298p.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita,** Brasília, n. 10, p. 5-10, nov. 2007.

_____ O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 78, p. 48-68, jul. 2004**.**

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1993.

BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956.** São Paulo: Brasiliense, 1986

BRITO, Thiago Macedo A. de. **Crítica e Ciência em Marx:** fundamentos da crítica da filosofia especulativa na crítica da economia política**.** 2011**.** Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/>. Acesso em: 10 ago. 2013.

CANTALICE, Luciana B. de O. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social:** conjecturas para uma reflexão da profissão**.** (Projeto de Pesquisa). Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2009.

_____. **As atuais demandas postas ao assistente social:** entre as transformações no mundo trabalho e nas expressões da questão social. (dissertação de mestrado). João Pessoa: PPGSS/UFPB, 2002

CARREIRA, Maria Olinda C. S. **Ferraz de Vasconcelos – Município da Grande São Paulo:** o desafio da descentralização das políticas públicas e o associativismo local**.** São Paulo: PPGSS/PUC-SP, 2005.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de & SILVA, e Silva, Maria Ozanira da. (org.) **Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005. 144 p.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTRO, Mary Garcia. **A questão da mulher na reprodução da força de trabalho.** Encontros com a Civilização Brasileira**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CHASIN, José. **A miséria brasileira:** 1964 -1994 do golpe militar à crise social**.** São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000. 367 p.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 103 p.

CHESNAIS, François**. A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996

COELHO, Marilene A. **Imediaticidade, razão histórico-crítica e a prática profissional do assistente social.** Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

COELHO, Virginia Paes. **Visitando a História a partir de Memórias Femininas:** mudanças e permanência na socialização da mulher 1960-1990**.** São Paulo: PPGSS/PUC-SP, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Expressão popular, 2010. 288p.

_____. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 265 p.

_____. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS,** n.4. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. Maio 1991. São Paulo: Cortez, 1991. pp.05-17.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 240 p.

DELEUZE Gilles & GUATARRI, Félix. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. 560 p.

DERRIDA, Jacques. **Estrutura, Signo e Jogo no Discurso das Ciências Humanas.** São Paulo: Cultrix, 1972.

DINIZ, Ariosvaldo & ALVES, Patrícia. **A Implosão do Sentido**: o discurso sociológico da pós-modernidade. João Pessoa: Manufatura, 2005. 71p.

DUBET, François. **As Desigualdades Multiplicadas.** Ijuí: UNIJUÍ**,** 2000.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social.** Recife: PPGSS/UFPE, 2004.

FELIPE, Flávia Maria. **O Peso Social da Obesidade.** Porto Alegre: PPGSS/PUC-RS, 2001.

EAGLETON, Terry. **Ideologia.** São Paulo: UNESP/Boitempo, 1997. 204p.

_____. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. 141 p.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria Social pós-moderna:** introdução crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007. 197p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social.** São Paulo: Cortez, 1993.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo***.* São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005. 504 p.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** São Paulo: UNESP, 2007. 374 p.

FISCHER, Izaura Rufino. **O Protagonismo da Mulher Rural no Contexto da Dominação:** um estudo no acampamento do Engenho Prado**.** Recife: PPGSS/UFPE, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 236 p.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1991.

FREDERICO, Celso. **Lukács:** um clássico do século XX. São Paulo: Moderna, 1997. 112p.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas.** Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FRIEDMAN, Luis. **Vertigens Pós-modernas**: configurações institucionais contemporâneas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem.** Lisboa: Gradiva, 1992. 382 p.

GOMES, Cláudia. **Relatório do ABEPSS Itinerante.** (Gestão 2011-2012)**.** Brasília: ABEPSS, 2012.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 330 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere:** introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Volume I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 494 p.

_____. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 334 p.

GUATARRI, Félix. et al. As instituições e os discursos. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 35, 1974.

GUERRA, Yolanda. O Propósito da Instrumentalidade do Serviço Social. **Debates Sociais,** Brasília, n. 63/64, p. 109-124, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991. 177p.

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Adoção por Consentimento da Família de Origem:** uma expressão do desenraizamento pessoal e social dos pais biológicos**.** São Paulo: PPGSS/PUC-SP, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102 p.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2006. 252p.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

IANNI, Octávio. **O Ciclo da Revolução Burguesa.** Petrópolis: Vozes, 1984. 112 p.

_____. **Pensamento Social no Brasil.** São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004. 350p.

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia do Espírito.** Petrópolis: Vozes, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007. 495 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. & CARVALHO, Raul de. **Relações e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. 326p.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1995. 216 p.

IASI, Mauro Luis. **META AMOR FASES.** (Coletânea de Poemas). São Paulo: Expressão Popular, 2008. 192p.

_____. **Ensaios sobre Consciência e Emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 172p. 2007

IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe:** o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 592p

_____. **O Dilema de Hamlet**: o ser e o nada da consciência**.** São Paulo: VIRAMUNDO, 2002. 231p.

JAMENSON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio**.** São Paulo: Ática, 1996. 431p.

_____. **Espaço e Imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 285p.

JOCCHELOVITCH, Sandra. Apresentação à Edição Brasileira. In: JODELET, Denise**. Loucuras e Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes. 391p.

JODELET, Denise. **Loucuras e Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2005. 391p.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). ABESS**,** Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. **Cadernos ABESS,** São Paulo, n. 8., pp. 33-76, nov. 1998.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 272 p.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2003. 260 p.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-industrial à Pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 258 p.

LAPLANTINE, Françóis. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brsiliense, 2005. 205 p.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 301 p.

LENIN, Vladimir. **Que fazer:** problemas candentes de nosso movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 288 p.

LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa dos direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 90, p.35-57, jun. 2007.

_____. **Para Compreender a Ontologia de Lukács.** Ijuí: UNIJUÍ, 2007. 240p.

_____. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, Rita de Lourdes. **Os Assistentes Sociais e a Questão da Subalternidade Profissional:** reflexões acerca das representações sociais do "ser mulher" e do Serviço Social. Recife: PPGSS/UFPE, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000. 220 p.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma Ontologia do Ser Social.** São Paulo: Boitempo, 2012. 434 p.

_____. **Marxismo e Teoria da Literatura.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. 296p.

_____. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.598.

LUXEMBURGO, Rosa**. Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2008. 134p.

LYON, David. **Pós-modernidade.** São Paulo: Paulus, 1998. 131p.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. 131p.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 416 p. (Coleção Os Economistas)**.**

_____. **A Crise do Capital:** os fatos e sua interpretação marxista**.** Campinas: UNICAMP, 1990. 329p.

_____. Europa Ocidental: reformas e revolução. **Revista Teoria & Debate,** São Paulo, nº 9, 1989. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1989/12/09.htm>. Acesso em: 31 jul. 2013.

MARANHÃO, Cézar. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) **O Mito da Assistência Social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**.** São Paulo: Cortez, 2008. 255p.

MARX, KARL. **O 18 de brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: BOITEMPO, 2011.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I, Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 929 p.

_____. **Manuscritos Econômicos-filosóficos.** São Paulo: BOITEMPO, 2008. 175 p.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Cortez, 2007. 614p.

_____. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Centauro, 2001. 196 p.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tomo I, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 929 p.

_____. Introdução**.** In: MARX, Karl**. Para a Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural, 1986. p.03-21. (Coleção Os Economistas).

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: BOITEMPO, 2004. 566p.

_____. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução**.** São Paulo: Cortez, 2007. 223 p.

MONTAÑO, Carlos & DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe Social e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2011. 384p. (Biblioteca Básica de Serviço Social; Vol.5).

MORIN, Edgar. **O Método.** Vol. 02.Porto Alegre: Sulina, 2005. 527p.

_____. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

_____ et al. **A Inteligência da Complexidade.** São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 8.ed. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 116p.

_____. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, Alfredo**;** NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (orgs.). **O Pensar Complexo Edgar Morin e a Crise da Modernidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____**. Meus Demônios.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 274 p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. 404p.

MOTA, Ana Elizabete Mota. Serviço Social Brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Revista KATÁLYSIS,** Florianópolis, v. 16, n. especial, p. 17-27, 2013.

_____. (org.) **O Mito da Assistência Social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008. 255p.

_____. Prefácio. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de & SILVA, e Silva, Maria Ozanira da. (org.) **Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005. pp. 11-16.

NETTO, Leila Escorsim. **O Conservadorismo Clássico:** elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011. 160p.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

_____. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson**. O estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Expressão popular, 2010. 288p.

_____. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita,** Brasília, n. 10, p.37-40, nov. 2007.

_____. & BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. 258 p. (Biblioteca Básica / Serviço Social).

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 84, p. 05-20, 2005.

_____. O Serviço Social e a Crise dos Paradigmas na Pós-modernidade. **Debates Sociais,** Brasília, n. 63/ 64, p.125-142, 2004.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 79, p.05-26, set. 2004.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 2003.

_____; CARVALHO, Maria do Carmo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica**.** São Paulo: Cortez, 2000. 93 p.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Módulo 01. Brasília: CFESS/CEAD/UNB, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996. 334 p.

_____. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 44, p.26-42, abr. 1994.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** Questões da Nossa Época nº. 20. São Paulo: Cortez, 1992. 96 p.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 30, pp.89-102, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral** – uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NOVAIS, Liliane Capilé Charbel. **Redes de Sobrevivência:** novos arranjos da velha resistência. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2004.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade:** problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 215p.

OLIVEIRA, Edistia Maria A. P. **Democracia em Debate**: desvelando o processo constituinte no Brasil pós-ditadura militar. Recife: PPGSS/UFPE, 2005.

ORLANDI, Luiz. **Reich em "O Anti-Édipo".** Disponível em: <http://usinagrupodetudos.blogspot.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2013.

PADILHA, Mirian Damasceno. **Criança Não Deve Trabalhar:** a análise sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e repercussão nas experiências das famílias participantes. Recife: PPGSS/UFPE, 2005.

PAIVA, Beatriz A. de. SALES, Mione A. A Nova Ética Profissional: práxis e princípios**.** In: BONETTI, Dilséa A. SILVA, Marlise V. SALES, Mione A. GONELLI, Valéria M. **Serviço social e ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996. 232p.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2002. 198 p.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 390 p.

PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994. 364p.

QUEIROZ, Fernanda Marques. **Não se Rima Amor e Dor:** representações sociais sobre violência conjugal**.** Recife: PPGSS/UFPE, 2004.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo:** manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991. 134 p.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A mediação das organizações políticas. **Revista Inscrita,** Brasília, n.10, p.41-46, nov. 2007.

RODRIGUES, Mavi. Assistencialização da seguridade e do serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 91, p.108-122, set. 2007.

_____. **Michel Foucault sem espelhos:** um autor proto pós-moderno**.** Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2006.

RODRIGUES, Vera Maria Lion Pereira. **Grupos Juvenis na Periferia:** recompondo relações de gênero e raça/etnia em São Paulo 2004/2005. São Paulo: PPGSS/PUC-SP, 2005.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 422 p.

_____. **As Razões do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 347p.

SABUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil:** imigração temporária d estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2005.

SANT'ANNA, Vânia Lima de. **O Trabalho no Mundo do Capital Financeiro e seus Efeitos a Saúde Mental do Trabalhador.** Recife: PPGSS/UFPE, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. **Um Discurso sobre a Ciência.** São Paulo: Cortez, 2009. 92p.

_____. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003. 348 p.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176p.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é o Pós-moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1986. 111p.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** Questões da Nossa Época nº. 132. São Paulo: Cortez, 2007. 120 p.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos. Questões e desafios da luta por direitos. **Revista Inscrita,** Brasília, n. 10, p. 25-30, nov. 2007.

SOKAL, Alan & BRICMONT, Jean. **Imposturas Intelectuais:** o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos**.** Rio de Janeiro: Record, 2010. 316p.

SORJ, Bila. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In: Bruschini, Cristina; Unbehaun, Sandra (orgs.)**. Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC, 2002.

SOUZA, Perci Coelho de. **Potencialidades Políticas nas Práticas de Comunicação da CUT:** o uso da internet e o platô informacional do Distrito Federal. Rio de Janeiro: PPGSS/UNB, 2005.

SOUZA, Vanessa Bezerra. **60 Anos D'o Segundo Sexo**: a (in) visibilidade de Beavoir no debate sobre as relações de gênero**.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Serviço Social /UFRJ. 2010. 411p.

VAISMAM, Ester. A Ideologia e sua determinação ontológica**. Revista Ensaio,** São Paulo, n. 17/18, p.399-444, 1989.

VATTIMO, Gianni. **La società transparente.** Milano: Garzanti, 1989.

VICENTE, Damares Pereira. **O Tempo do Trabalho:** mediações subjetivas no trabalho de assistentes sociais. São Paulo: PPGSS/PUC-SP, 2005.

WARAT, L.A. (1992). Vida e obra de Félix Guattari. É difícil dizer adeus: do anti-édipo à ecosofia. **Revista Sequência**. Estudos jurídicos e políticos, 13(25), p. 47-50. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br> Acesso em: 23 jun. 2013.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. São Paulo: Cortez, 2001a. pp.01-210.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais.** Parte 2. São Paulo: Cortez, 2001b. pp. 211-453.

WEISSHAUPT, Jean Robert. **As funções sócio-institucionais do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1988.

WOOD, Ellen Meiksins. & FOSTER, John (orgs.). **Em Defesa da História:** marxismo pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In**: Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais**.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760p.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760p.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A Crise da Razão Histórica.** Campinas: Papirus, 1989. 87p.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO
PESQUISA: As incidências do pensamento pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social
PESQUISADORA: Luciana Batista de Oliveira Cantalice

FICHA DE LEITURA DAS TESES

1. Orientações gerais:

1.1 Deverá ser preenchida uma ficha de leitura para cada trabalho;
1.2 Buscar apresentar uma síntese para cada questão enunciada na ficha e para sua melhor elucidação devem ser feitas citações diretas que sustentem a argumentação contidas nestas sínteses;

2. Dados de identificação:

2.1 Programa de Pós-graduação:
2.2 Título do Trabalho:
2.3 Autor/a:
2.4 Ano:

3. Dados gerais do trabalho:

3.1 Síntese geral do trabalho, colhida a partir da leitura do resumo e da introdução – O trabalho trata sobre o que? Trata-se de pesquisa de que natureza?

4. Procedimentos Metodológicos, colhidos a partir da introdução ou de capítulo próprio – identificar essa origem;

5. Incidências Pós-modernas a partir das temáticas;

6. Incidências Pós-modernas a partir dos métodos;

7. Incidências Pós-modernas a partir dos métodos;

8. Incidências Pós-modernas a partir das categorias de análise;

9. Incidências Pós-modernas a partir das referências bibliográficas;

10. Observações gerais da pesquisadora acerca da leitura das teses selecionadas.